

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**“VEM TECEMOS A NOSSA LIBERDADE”:  
UMA ETNOGRAFIA DAS SOLIDARIEDADES E DOS  
CONFLITOS VIVIDOS POR SEM TERRAS NO NORTE  
DO RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Debora Hahn Schu**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2009**

**“VEM TECEMOS A NOSSA LIBERDADE”:  
UMA ETNOGRAFIA DAS SOLIDARIEDADES E DOS  
CONFLITOS VIVIDOS POR SEM-TERRAS NO NORTE  
DO RS**

**por**

**Debora Hahn Schu**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Linha de Pesquisa Identidades Sociais e Etnicidade, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais.**

**Orientadora: Professora Dra. Ceres Karam Brum**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2009**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

**“VEM TECEMOS A NOSSA LIBERDADE”:  
UMA ETNOGRAFIA DAS SOLIDARIEDADES E DOS  
CONFLITOS VIVIDOS POR SEM-TERRAS NO NORTE  
DO RS**

elaborada por  
**Debora Hahn Schu**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Professora Dra. Ceres Karam Brum (UFESM)  
(Presidente/Orientadora)**

**Professor Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos (UFES)**

**Professora Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini (UFESM)**

Santa Maria, 19 de outubro de 2009.

## **AGRADECIMENTOS**

Sem dúvida dissertar é um ato solitário, o que não significa que seja nostálgico, ao contrário, mesmo sendo uma ação particular, há garantia do amparo e conforto de pessoas queridas, que constantemente demonstram compreensão, ajuda e, talvez o mais importante, confiança no que está sendo feito, assim, posso afirmar que esta dissertação é fruto do trabalho de muitas mãos.

Primeiramente, agradeço minha família, em especial meus pais, Getúlio e Nadir, pois sem eles certamente esta dissertação não seria uma realidade. Agradeço pelos diálogos tão importantes que tivemos no início do curso de mestrado, pelos conselhos dados nos momentos de desânimo e dúvida, os quais me forneceram serenidade para que pudesse bem discernir e escolher a melhor opção, pelo incentivo e o interesse que demonstram por meu trabalho, subsídios que me encheram de ânimo durante esta empreitada.

Agradeço ao meu marido, Leandro, por acreditar no meu mundo de sonhos, por sonhar comigo, por ter escutado minhas constantes angústias, alegrias, decepções, sempre como se fosse a primeira vez, por compreender os momentos em que estive ausente, por ter acreditado que chegaria ao final e por acreditar que chegaremos a ser mais do que sonhamos.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, professor João Vicente, professora Ceres, professor João Rodolpho, professora Maria Catarina, professor Reginaldo, professora Zulmira, educadores que me acolheram e acreditaram em mim, pessoas maravilhosas que me ensinaram muito além das teorias.

Agradeço, de maneira muito especial, minha orientadora e amiga Professora Ceres Karam Brum, por ser minha fonte de tranquilidade, quando a angústia dominava-me, por ser responsável pelo encanto que sinto pela antropologia e por ajudar-me a avaliar o texto de minha dissertação. Agradeço à professora Eliane Brenneisen, que mesmo sem nunca termos nos visto pessoalmente, ajudou-me a amadurecer intelectualmente, empreendendo seu tempo para ajudar-me em minhas reflexões, bem como aos professores João Gualberto Moreira Vasconcellos, Neusa Maria Mendes de Gusmão, Rosana Pinheiro Machado, Maria Catarina Zanini, os quais participaram da banca de qualificação e de defesa e me ajudaram a refletir sobre o objeto de minha pesquisa.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, muito em especial ao Departamento de Ciências Sociais, pelo apoio recebido. À Jane pela paciência e ajuda que dedicou a mim; à

Lise, pelo companheirismo e pelas boas conversas que tivemos. Agradeço à Capes, pela concessão da bolsa de estudos, ajuda financeira que permitiu minha presença neste curso.

Agradeço à superintendência regional do INCRA em Porto Alegre, especialmente à Keila Reis, por não medir esforços e estar sempre disponível a ajudar, fornecendo importantes informações a esta pesquisa. Agradeço às amigas e companheiras de tantas horas, Adivani Quadros e Solange Folchini que cuidadosamente fizeram a revisão gramatical deste texto. Agradeço ao senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros, pela disponibilidade e delicadeza com que se interessou pelo meu trabalho.

E, por fim, agradeço de modo especial, aos *companheiros* do Acampamento Sarandi, amigos que não posso citar os nomes, mas que certamente irão se reconhecer e identificar na escrita deste texto. Agradeço pelas informações, por permitir a realização deste trabalho, pela gentileza com que me receberam em suas casas, as quais chamam de barracos. A vocês, companheiros amigos, o agradecimento maior é por terem me mostrado um mundo de possibilidades e de aspirações, por terem me ensinado a ver o mundo com os olhos da necessidade, com os olhos da escassez, por me ensinaram que mesmo diante de qualquer dificuldade, o desânimo não é o melhor caminho, que o melhor caminho sempre é a luta. Agradeço por permitirem que presenciasse importantes momentos, momentos de fé, de união, de esperança em porvir melhor. Obrigada por terem colocado diante de mim a minha própria responsabilidade por uma sociedade mais justa. A vocês, companheiros amigos, empenho meu respeito e compartilho com vocês o sonho de um futuro onde a honestidade, a dignidade e a humildade sejam os valores que norteiem o ser humano e espero que as críticas aqui expostas possam contribuir com a causa pela qual lutam. “Vamos à luta companheiros!”

Um fraterno abraço a todos.

Debora Hahn Schu

*“Os ideais que iluminaram o meu caminho  
são a bondade, a beleza e a verdade.”  
Albert Einstein*

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Universidade Federal de Santa Maria

### **“VEM TECEMOS A NOSSA LIBERDADE”: UMA ETNOGRAFIA DAS SOLIDARIEDADES E DOS CONFLITOS VIVIDOS POR SEM-TERRAS NO NORTE DO RS**

AUTORA: DEBORA HAHN SCHU

ORIENTADORA: CERES KARAM BRUM

Data e local da defesa: Santa Maria, 19 de outubro de 2009.

O objeto desta pesquisa é o Acampamento Sarandi, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizado no norte do Rio Grande do Sul, região de gênese do Movimento. Diante da simbologia que esta região representa aos sem-terra, o objetivo do MST é manter vivo o Movimento onde ele foi criado. Foi com este propósito que, em 2004, integrantes do MST acamparam na região, tendo como alvo a Fazenda Coqueiros, maior propriedade rural do norte do estado. A Coqueiros representa a busca de um novo referencial de luta, referencial este, que até pouco tempo, esteve vinculado à Fazenda Annoni. A partir disso, este estudo, sustentado pela etnografia – através da observação participante e do contato intersubjetivo com o campo – pretende estudar os processos de identificação do grupo de acampados em Sarandi com os objetivos e princípios do MST, sendo que tais indivíduos convivem em meio a um cenário de auxílio mútuo e conflito.

A vida no Acampamento Sarandi se caracteriza por períodos de formação e vivências solidárias, porém não é um espaço livre de conflitos e desencontros. A perspectiva pela conquista da terra, que fornece a confluência de trajetórias individuais, é na verdade a representação da carência de perspectivas de um grupo social portador de biografias calejadas pela supressão social e econômica e, destas experiências vivenciadas, se origina a percepção de que a vida no Acampamento é melhor que a vida fora dele. Desse modo, o MST – sustentado pelos rótulos da reforma agrária, do socialismo, do cooperativismo e da agroecologia – transfigura-se em um movimento de acolhida e de manutenção das necessidades básicas, não atendidas pelo Estado.

**Palavras-chave:** Processo de Identificação, Acampamento Sarandi; Sem-Terra.

## **ABSTRACT**

Dissertation

Graduate Program in Social Sciences  
Universidade Federal de Santa Maria

### **“COME WEAVE OUR FREEDOM”: ETHNOGRAPHY OF THE SOLIDARITY AND CONFLICTS EXPERIENCED BY MEMBERS OF MST IN THE NORTH OF RS.**

AUTHOR: DEBORA HAHN SCHU

GUIDANCE: CERES KARAM BRUM

Date and place of defense: Santa Maria, October 19, 2009.

The object of this research is Sarandi Camp belonging to the Movement of Landless Rural Workers, located in the north of Rio Grande do Sul, region of genesis of the Movement. Given the symbolism that this region represents the landless, the goal of MST is to keep alive the Movement where it was created. It was with this purpose that, in 2004, members of MST camped in the region, having as target Coqueiros Farm, the largest rural property in the north of the state. Coqueiros Farm represents the search for a new landmark of struggle which until recently was linked to Annoni Farm. From then on, this study, supported by ethnography – through the participant observation and the intersubjective contact with the camp – intends to study the identification process of the group camped in Sarandi with the goals and principles of MST, for such individuals live in a scenery of mutual aid and conflict.

The life in Sarandi Camp is characterized by formation periods and solidarity experiences, but it is not an exempt space from conflicts and disagreements. The outlook for the conquest of land which provides the confluence of individual trajectories is actually the representation of the lack of prospects from a social group carrying calloused biographies by the social and economic suppression and from these experiences, the perception emerges from the life in the Camp is better than the life outside it. Thus, the MST – sustained by the labels of agrarian reform, socialism, cooperatives and agro-ecology – transforms into a movement of reception and maintenance of basic needs that the State doesn't furnish.

**Key words:** Identification process, Sarandi Camp, Landless.



## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

B.M. – Brigada Militar

B.O. – Brigada de Organicidade

CLT – Consolidação das Leis de Trabalho

CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil

Coanol – Cooperativa Agrícola Novo Sarandi

CPERS/Sindicado – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do SUL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única de Trabalhadores

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FSC – Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

Mirad – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MP – Ministério Público

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NB – Núcleo de Base

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

UDR – União Democrática Ruralista

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1** – Ruralistas de Carazinho e região unem-se no Maio Verde – Autor: Sérgio Cornélio. Fonte: Jornal Diário da Manhã. Maio/2004.....61
- Fotografia 2** – Escola Itinerante Sementes de Dandara. Ao lado esquerdo, o pequeno refeitório, em frente, o pátio central do Acampamento Sarandi – Autora: Debora Hahn Schu. Dezembro/2008.....66
- Fotografia 3** – Vista parcial do Acampamento Sarandi – BR 386 – Autora: Debora Hahn Schu. Dezembro/2008.....67
- Fotografia 4** – Inscrição na parede externa de um dos barracos do Acampamento Sarandi – Autora: Debora Hahn Schu. Fevereiro/2009.....87
- Fotografia 5** – Bandeira do MST – Fonte: <http://www.mst.org.br>. Julho/2009.....117
- Fotografia 6** – Integrantes do MST com instrumentos de trabalho barrados pela Brigada Militar – Autor: Sérgio Cornélio. Fonte: Jornal Diário da Manhã. Junho/2007.....119
- Fotografia 7** – Placa existente na frente do Acampamento Sarandi, com a inscrição “PROIBIDA A ENTRADA” – Autora: Debora Hahn Schu. Janeiro/2009.....125
- Fotografia 8** – Inscrição na sede da Fazenda Coqueiros – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....134
- Fotografia 9** – Imagem área do Acampamento do MST dentro da Fazenda Coqueiros – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....134
- Fotografia 10** – Bois mutilados e mortos – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....134
- Fotografia 11** – Maquinário depredado – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....134
- Fotografia 12** – Explosivos (Coquetel Molotov) – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....134

<b>Fotografia 13</b> – Confronto entre a Brigada Militar e os sem-terra – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....	135
<b>Fotografia 14</b> – Corte de pinus – Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.....	135
<b>Fotografia 15</b> – Fotografia 15 – Paineis contendo a palavra “SOCIALISMO” exposto durante a realização do 13º Encontro Nacional do MST, realizado em janeiro de 2009, no Assentamento Novo Sarandi, local onde se localiza a Coanol, nas terras da antiga Fazenda Annoni. Autora: Debora Hahn Schu. Janeiro/2009.....	163

## **LISTA DE MANCHETES**

<b>Manchete 1</b> – Movimento Branco é criado para buscar a paz no campo – Jornal Diário da Manhã – 11/05/2004.....	118
<b>Manchete 2</b> – Proprietários preocupados com violência nas invasões provocadas pelo MST – Jornal Diário da Manhã – 18/05/2005.....	132
<b>Manchete 3</b> – Criminalidade triplica onde existem acampamentos do MST – Jornal Diário da Manhã – 04/08/2006.....	138
<b>Manchete 4</b> – Reforma Agrária urgente! – Revista Sem Terra – Jan./Fev. 2009.....	163

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Mapa da região de Carazinho – Autor: Coviplan – Concessionária Rodoviária do Planalto .....	58
<b>Quadro 2</b> – Desenho simulado da geografia do Acampamento Sarandi – Autora: Debora Hahn Schu .....	68
<b>Quadro 3</b> – Organização interna do Acampamento Sarandi – Autora: Debora Hahn Schu....	79
<b>Quadro 4</b> – Desenho da organização de uma reunião no Acampamento Sarandi – Autora: Debora Hahn Schu .....	89
<b>Quadro 5</b> – Síntese dos símbolos dos sem-terra – Autora: Debora Hahn Schu .....	120
<b>Quadro 6</b> – Síntese das diferentes representações a cerca do conflito agrário no norte do Rio Grande do Sul – Autora: Debora Hahn Schu .....	137

## LISTA DE REPORTAGENS

<b>Reportagem 1</b> – O perfil de quem vai virar assentado – Jornal Zero Hora – 07/12/2008.....	28
<b>Reportagem 2</b> – Justiça concede 30 dias para MST desocupar margens da BR-386 – Jornal Diário da Manhã – 05 e 06/09/2009.....	69
<b>Reportagem 3</b> – Uma CPI para investigar o MST – Revista Veja – 09/09/2009.....	78
<b>Reportagem 4</b> – Denunciada tentativa de estupro em acampamento do MST – Jornal Diário da Manhã – 26/05/2009.....	91
<b>Reportagem 5</b> – “Está em marcha o maior projeto de tomada de poder da história do país” – Jornal Diário da Manhã – 10/06/09.....	157
<b>Reportagem 6</b> – Como nasce um sem-terra – Jornal Zero Hora – 18/09/09.....	175

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
Sobre os objetivos e os caminhos da pesquisa.....	19
Da escolha do objeto à empiria.....	20
A teoria.....	34
<b>1 “BRAÇOS ERGUIDOS DITEMOS NOSSA HISTÓRIA”: O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA SITUAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO DO ACAMPAMENTO SARANDI.....</b>	<b>42</b>
1.1 O contexto histórico que envolve a posse da terra.....	42
1.2 A conjuntura agrária brasileira.....	43
1.3 A gênese de um Movimento.....	49
1.4 O Acampamento Sarandi.....	56
1.4.1 A Formação do Acampamento Sarandi.....	57
1.4.2 A Localização do Acampamento Sarandi.....	65
1.4.3 A ocupação do espaço geográfico e a organização interna no Acampamento Sarandi.....	67
<b>2 “UM POVO QUE LUTA E QUE SOFRE PRA SOBREVIVER”: O COTIDIANO DOS SEM-TERRA NO ACAMPAMENTO SARANDI.....</b>	<b>81</b>
2.1 Como tornar-se um sem-terra.....	82
2.2 A vida cotidiana no Acampamento Sarandi.....	86
2.2.1 A chegada.....	88
2.2.2 As Linhas.....	90
2.2.3 O “ócio”, a fofoca e o som.....	93
2.2.4 Segurança, privacidade e higiene.....	94



2.2.5 A comida.....	98
2.2.6 As místicas, as expressões de fé e as relações com as igrejas.....	100
<b>2.3 A Escola Itinerante Sementes de Dandara.....</b>	<b>103</b>
<b>2.4 A juventude sem-terra.....</b>	<b>111</b>
<b>2.5 Materialidade e símbolos.....</b>	<b>112</b>
<b>3 “OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR!”: DIFERENTES REPRESENTAÇÕES ACERCA DO CONFLITO AGRÁRIO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>122</b>
<b>3.1 Ocupação ou invasão: disputa de representações.....</b>	<b>123</b>
<b>3.2 A Fazenda Coqueiros.....</b>	<b>132</b>
<b>3.3 “MST: A luta é pra valer!”: as formas de pressão social exercidas pelos sem-terra acampados em Sarandi.....</b>	<b>138</b>
3.3.1 O Despejo.....	145
<b>4 “MASSIFICAR, ORGANIZAR, CONSTRUIR O PODER POPULAR”: A REFORMA AGRÁRIA, A AGROECOLOGIA, O COOPERATIVISMO E O SOCIALISMO INTERPRETADOS A PARTIR DA VISÃO DOS SEM-TERRA.....</b>	<b>151</b>
<b>4.1 Reforma agrária e agroecologia.....</b>	<b>151</b>
<b>4.2 Cooperativismo e Socialismo.....</b>	<b>162</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>195</b>

## APRESENTAÇÃO

“*Vem tecemos a nossa liberdade*”<sup>1</sup>. A acepção desta frase – frase primeira do hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – desenha o cerne deste trabalho. Os integrantes do MST se reconhecem como parte de um movimento de massa<sup>2</sup>, constituído por trabalhadores rurais e por todos aqueles que querem lutar pela Reforma Agrária, pela justiça e pela igualdade social, estas entendidas à luz das orientações do MST. A frase “*Vem tecemos a nossa liberdade*” foi escolhida para ser título deste trabalho devido à importância simbólica que sustenta, pois, ao mesmo tempo em que é um convite aos que a ouvem, também denota a busca por autonomia e liberdade por parte dos que a cantam. *Vem* é um chamamento, um convite fraterno e próximo, não condizente com formalidades. *Tecemos*, além de significar a iniciativa de criação – criação de uma outra sociedade, mais justa segundo os princípios do MST –, também indica o entrelaçamento, as teias de relações estabelecidas entre os integrantes do Movimento. *Nossa*, para os sem-terra, mostra o sentido de comunidade, da unidade feita pela integração e participação de muitos, capazes de convergir interesses, visando ampliar o bem comum dos que partilham anseios análogos. *Liberdade* tem sentido amplo e complexo entendimento, em suma, para os acampados significa a ausência da coerção política, econômica e social, por isso exige esforço ininterrupto contra todas as forças que comprometem sua realização<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Neste texto a frase “*Vem tecemos a nossa liberdade*” respeita a forma gramatical apresentada no hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, não havendo, por isso, o uso da vírgula após o chamamento “*Vem*”.

<sup>2</sup> A categoria “massa” foi aqui empregada pelo fato de que foi assim que o MST se intitulou, como um “movimento de massas”, durante a realização do seu 13º Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 20 e 24 de janeiro de 2009 no Assentamento Novo Sarandi (área pertencente à antiga Fazenda Annoni), área hoje pertencente a Coanol (Cooperativa Agrícola Novo Sarandi). A utilização da categoria “massas” parece contrária aos objetivos do próprio Movimento, visto que “massa” é um conceito geralmente utilizado nas ciências sociais para caracterizar um conjunto de indivíduos, numeroso, inorganizado, amorfo e sem coesão ideológica. Talvez o sentido de “massas” para o MST esteja mais próximo do que foi afirmado pelo sociólogo Georges Gurvitch (1973), segundo este, a massa era a junção de indivíduos que internamente tinham atração mínima, mas externamente sofriam pressão máxima, uma vez que ao ingressarem no Movimento as famílias passam a conviver com outras até então desconhecidas, não havendo, no início, afinidade alguma entre elas, contudo, com o tempo de permanência no Acampamento, estreitam-se os laços e o comportamento individual passa a influenciar o comportamento grupal, tornando a “massa” possuidora de características semelhantes. Porém, ainda assim o termo “massas” descaracteriza o MST como um movimento homogêneo e análogo.

<sup>3</sup> Assim como o título principal, alguns outros títulos e subtítulos deste trabalho expõem frases ouvidas no Acampamento Sarandi, gritos de ordem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e trechos de músicas incessantemente ouvidas e cantadas pelos integrantes do Acampamento, todas percebidas durante o trabalho de campo.

## Sobre os objetivos e os caminhos da pesquisa

Esta etnografia foi realizada no Acampamento Sarandi<sup>4</sup> e buscou responder a seguinte questão: Como ocorrem os processos de identificação dos que se encontram acampados em Sarandi (região que apresenta importância simbólica aos sem-terra, visto que é a região de gênese do MST) com os princípios e os objetivos do MST? A partir disso, na tentativa de responder a esta questão, objetivei pesquisar as representações sociais<sup>5</sup> existentes dentro do Acampamento Sarandi, analisando o contexto de transição e o cenário de conflito e solidariedade em que lá vivem os militantes do MST, assim o objeto desta pesquisa não é pretérito, mas contemporâneo, visto que não há parada na luta pela terra. Este processo de pesquisa sustentou-se metodologicamente no contato intersubjetivo com o campo, através da observação participante e envolve direta ou indiretamente todos os integrantes deste Acampamento. Também apoia-se em fontes bibliográficas, jornalísticas e em entrevistas abertas, as quais foram analisadas verticalmente – através da analogia com outras entrevistas – e horizontalmente – por meio da apreciação singular de cada fala. Vale destacar que tais entrevistas foram fornecidas a mim com consentimento informado.

As fontes bibliográficas deram o suporte teórico para a pesquisa. A utilização de fontes jornalísticas justifica-se pela necessidade de dados sobre o histórico do Acampamento Sarandi, histórico este acompanhado, desde 2004 (ano em que os sem-terra iniciam sua atuação na região norte do RS, tendo como objetivo a desapropriação da Fazenda Coqueiros), por Sérgio Cornélio, jornalista do Jornal Diário da Manhã<sup>6</sup> de Carazinho. A opção pelas entrevistas abertas deu-se pela carência de dados relacionados à atuação dos sem-terra na região norte do RS ou com as consequências desta atuação. Foram realizadas entrevistas com lideranças do MST, com funcionários do INCRA, com moradores do distrito de Xadrez (distrito pertencente ao município de Coqueiros do Sul, onde se localiza a Fazenda Coqueiros)

---

<sup>4</sup> O Acampamento Sarandi é um dos treze acampamentos do MST que atualmente existem no estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se nas margens da BR 386, na altura do km 140, na cidade de Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul. Neste texto, este “espaço antropológico” (Augé, 1994, p. 51), será sempre indicado com a vogal maiúscula, pois este é considerado específico e próprio.

<sup>5</sup> “Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.” (MOSCOVICI, 2003, p. 21).

<sup>6</sup> O jornal Diário da Manhã é o jornal impresso de maior circulação na região. Localiza-se em Carazinho (RS), seu e-mail e site são respectivamente: [redacao.carazinho@diariodamanha.net](mailto:redacao.carazinho@diariodamanha.net) e [www.diariodamanha.com](http://www.diariodamanha.com).

e com o proprietário da Fazenda Coqueiros, ou seja, as entrevistas possibilitaram o acesso a informações não obtidas com a etnografia.

### **Da escolha do objeto à empiria**

Entre determinados períodos de minha vida e alguns significativos momentos da história do MST, existe uma curiosa coincidência. Em muitas datas importantes de minha vida, existem lembranças de acontecimentos que marcaram a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Lembranças nem sempre agradáveis. Recordo de conversas instigantes em rodas familiares sobre acontecimentos envolvendo os sem-terra na região norte do Rio Grande do Sul – região onde resido. Mas a lembrança mais clara, talvez também a mais terrível que tenho sobre esse tema, é a recordação do dia 17 de abril de 1996, data em que completava 14 anos. Neste dia, muitas pessoas, após me cumprimentarem, iniciavam o assunto sobre o massacre de Eldorado dos Carajás<sup>7</sup>, que havia ocorrido na mesma data no Estado do Pará. Ainda guardo lembranças de imagens vistas na TV, frases ditas por pessoas e opiniões sobre o ocorrido. Confesso que não entendia direito o que estava acontecendo, nem por que pessoas haviam morrido e se ferido naquele confronto, contudo, estas lembranças nunca mais se afastaram de mim.

No ano seguinte, em 17 de abril de 1997, quando eu completava 15 anos, chegava a Brasília, depois de dois meses de caminhada, saída de diversos pontos do país, a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça<sup>8</sup>. Dali em diante, o dia do meu aniversário

---

<sup>7</sup> No mês de setembro de 1995 formou-se um acampamento do MST com mais de duas mil famílias nas margens da rodovia PA-275, no município de Curionópolis, no estado do Pará. O objetivo destas famílias era a desapropriação da Fazenda Macaxeira, uma propriedade rural de 42.448 hectares. O governo prometeu assentar as famílias e enviar-lhes alimentos, porém nada ocorreu. Passados meses os sem-terra resolveram marchar até a capital Belém, a 800 quilômetros, para pressionar o governo. Em 16 de abril, próximo ao município de Eldorado dos Carajás decidiram fechar a PA-150, estrada que liga o sul do estado à capital, para reivindicar contra a fome. Neste dia, através de um major da Polícia Militar receberam a notícia de que no dia seguinte receberiam alimentos e um ônibus para levá-los até Belém. Contudo, na manhã de 17 de abril, um oficial de justiça informou que o governo desfez o acordo, imediatamente os sem-terra voltaram a obstruir a estrada. Acirraram-se então os ânimos entre os policiais e os sem-terra. Em meio ao tumulto um dos integrantes do MST machucou o pé, caiu e foi morto com um tiro na cabeça por um policial, iniciando assim o confronto entre os sem-terra e os policiais. O resultado foi a morte de dezenove sem-terra no local. Conforme os laudos periciais treze foram executados depois de rendidos. Outros dois morreram anos depois, vítimas de sequelas e mais de sessenta pessoas ficaram feridas na operação.

<sup>8</sup> O objetivo primeiro da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, era relembrar o massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em abril de 1996, além de protestar contra a exclusão social e dar visibilidade e credibilidade ao MST, buscando simpatia e apoio popular ao Movimento e à realização da Reforma Agrária.

estaria sempre atrelado a notícias sobre MST, pois a Via Campesina<sup>9</sup> o tornou o Dia Internacional de Luta Camponesa, em memória do ocorrido em Eldorado dos Carajás. Somam-se às minhas lembranças então, as ações anuais feitas pelo MST no mês de abril, mês este intitulado pelo Movimento de Abril Vermelho.

Além disso, a atração por este tema repousa no contato cotidiano com informações decorrentes da mídia local sobre o assunto. Estava ainda na graduação em História quando o MST realizou a primeira ocupação à Fazenda Coqueiros<sup>10</sup>, foi nesta época que comecei a colecionar recortes das reportagens do Jornal Diário da Manhã sobre o assunto. Cada vez mais crescia minha curiosidade a cerca da vida das pessoas que formavam aquele grupo, até então totalmente desconhecido por mim, pois diariamente passava de ônibus pelo acampamento do MST – que, nesta época, se localizava às margens da rodovia BR 386, próximo a um dos postos de pedágio sob concessão da Empresa Coviplan em Carazinho – com a finalidade de dirigir-me até Almirante Tamandaré do Sul, município vizinho onde trabalhava. Deste contato diário, mesmo que ainda indireto, nasceu a ideia inicial desta pesquisa.

Durante os primeiros meses de 2008, busquei mediadores que pudessem promover minha visita aos acampamentos<sup>11</sup> do MST, pessoas que teriam vínculos com algum integrante do Movimento e que, através deste vínculo, se construísse uma ponte entre mim e os acampados. A busca incansável por um mediador serviu para evidenciar meu preconceito em relação ao grupo, um preconceito formado através de informações recebidas das mais diferentes fontes. O fato é que tive receio, medo, dúvidas de posicionar-me diante dos sem-terra.

A possibilidade de ter um mediador representava para mim mais que a porta de acesso ao grupo de acampados. Na verdade, o que inicialmente procurei, era alguém que pudesse sustentar minha “performance” – exatamente no sentido empregado por Erving Goffman em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1985) – de pesquisadora aderente aos objetivos do Movimento, o que na realidade eu não era. Acreditava que, para ser aceita entre os

---

<sup>9</sup> A Via Campesina foi criada em maio de 1993 na Bélgica. Defini-se como um movimento internacional de camponeses (pequenos e médios produtores rurais) e sem-terra, este autônomo, pluralista, multicultural e independente de fatores políticos e econômicos. Atualmente, a Via Campesina está presente em cinquenta e seis países da Ásia, da África, da Europa e da América. Os principais objetivos da Via Campesina são:

\* construir a solidariedade entre os povos;

\* promover a conquista e preservação da terra, água, sementes e outros recursos naturais;

\* incentivar a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média propriedade rural (Cf. Via Campesina, 2009).

<sup>10</sup> Maior propriedade rural do norte do estado do Rio Grande do Sul, totalizando uma extensão de 7.100 hectares de terra. Segundo informações do proprietário, o Senhor Félix Guerra, a propriedade pertence à família Guerra desde 1911.

<sup>11</sup> Durante o primeiro semestre de 2008, havia três acampamentos do MST na região de Carazinho (RS), todos localizados próximos à Fazenda Coqueiros.

integrantes do MST, necessitava demonstrar solidariedade para com eles e para com os objetivos deles. E, embora procurasse “relativizar” meus juízos sobre os sem-terra, foi este o primeiro impasse dessa experiência etnográfica.

Neste tempo, além do acampamento localizado na BR 386, próximo ao posto de pedágio sob concessão da Empresa Coviplan em Carazinho, os integrantes do MST estavam acampados em outros dois pontos muito próximos à Fazenda Coqueiros. Tais acampamentos eram conhecidos pelos nomes de Jandir e Serraria. A terra onde se localizava o Acampamento Jandir – também conhecido pelos nomes de Acampamento Oziel Alves ou Acampamento Coqueiro – era arrendada pelo Movimento. A terra onde se localizava o Acampamento da Serraria – também conhecido pelos nomes de Acampamento Sepé Tiaraju e Acampamento Passo dos Cabrito – era cedida aos integrantes do MST por um simpatizante do Movimento.

Mas, enquanto eu esperava por um mediador para realizar a primeira visita aos acampamentos, o Poder Judiciário de Carazinho expediu ordem para desativar os acampamentos localizados nas proximidades da Fazenda Coqueiros, sob a acusação de que tais acampamentos serviam de base para operações ilegais. Na manhã de 17 de junho de 2008, cerca de quinhentos policiais do Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar de Santa Maria, de Porto Alegre e de Passo Fundo promoveram o despejo de cerca de 360 famílias que se alojavam nesses acampamentos. Com o despejo, os acampamentos fundiram-se em apenas um. As famílias foram colocadas nas margens da BR 386, na altura do km 140, próximos à entrada da cidade de Sarandi (RS).

Encontrei um mediador graças a um contado da antropóloga Ceres Karam Brum, a qual comentou com Frei Sérgio Görgen – integrante da Via Campesina – sobre minha pesquisa e ele forneceu a ela o e-mail de uma pessoa que trabalha na Comissão da Pastoral da Terra<sup>12</sup> (CPT), em Porto Alegre (RS). Entrei em contato com tal pessoa por e-mail, sendo que esta me ajudou a estabelecer os primeiros laços com pessoas ligadas ao Acampamento. No dia 29 de julho de 2008, recebi desta integrante da CPT, o número do telefone de uma das lideranças estaduais, já assentada no município de Santa Maria. A resposta do e-mail também informava que tal liderança estaria em Carazinho na mobilização pública em frente à sede da

---

<sup>12</sup> A Comissão de Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição ligada à Igreja Católica e à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A CPT dedica seu trabalho aos pobres do campo, assumindo como compromissos principais de sua ação: a conscientização e a atuação em prol do uso racional e da distribuição justa da terra e da água, bem como da garantia dos direitos humanos.

Justiça Federal neste mesmo dia, por conta da audiência judicial contra oito integrantes do MST que são acusados de crime contra a segurança nacional.

Imediatamente, dirigi-me para Avenida Flores da Cunha, próximo à sede da Justiça Federal em Carazinho. Ao chegar lá, devido ao avançado horário da noite, restavam no local apenas uns poucos integrantes do Acampamento, que esperavam o fim da audiência para fornecer apoio aos companheiros; entre estes integrantes, estava a liderança que procurava. Apresentei-me, brevemente relatei meu projeto de pesquisa, ela fez-me algumas questões e me apresentou a uma outra pessoa (Sofia), também já assentada, mas que disponibilizava sua ajuda aos acampados em Sarandi, permanecendo durante a semana no Acampamento nas margens da BR 386 onde atuava como educadora. Seria essa a pessoa que eu deveria procurar ao entrar no Acampamento.

Ao contrário do que idealizava, o mediador não se configurou em um pivô de sustentação, nem em uma força capaz de sustentar a representação de simpatizante do MST, a qual eu pensava ser necessária para ingressar no campo. O mediador apenas realizou a importante tarefa de colocar-me – ainda que sozinha – diante do meu campo. Chegar sozinha ao Acampamento Sarandi era tudo que eu não queria, tinha medo do desconhecido, da reação das pessoas diante de mim e da minha reação diante delas, não sabia o que iria encontrar. O meu mediador não assumiu o papel de apresentar-me aos acampados e de esclarecer as dúvidas e desconfianças destes em relação a mim – assim como “Doc” fez com Foot-White<sup>13</sup> (2005) – estas foram esclarecidas por mim mesmo e também pelos acampados. Contudo, apenas no dia em que solicitaram que eu me retirasse do campo, é que soube que os dirigentes do Acampamento haviam feito uma investigação sobre minha vida, na busca de certificar-se sobre elementos que havia lhes contado, como por exemplo, os lugares onde trabalhei e quem são meus pais. Certifiquei-me então de que todo o tempo, enquanto realizava minhas observações, estava também sendo observada e avaliada por membros do Acampamento e, embora me sentisse um pouco incômoda com a situação de ter sido “vigiada”, isso não me angustiou, apenas certifiquei-me sobre a importância de agir com sinceridade e honestidade diante do campo de estudo. Compreendo que a necessidade de certificarem-se sobre quem eu era e quais eram realmente meus objetivos, nada mais foi que uma estratégia de defesa. Não

---

<sup>13</sup> O livro de Foot-White, *Sociedade de Esquina*, apresenta outras semelhanças com o objeto desta dissertação, por exemplo, a classe média branca norte-americana percebia todas as áreas carentes como caóticas, contudo, a pesquisa de Foot-White mostra que a comunidade carente tem outra visão sobre sua própria realidade, ou seja, o que é caótico para alguns, é organizado, coeso e dinâmico para outros. Interpretação semelhante circula entre os integrantes do Acampamento Sarandi, para estes a vida interna ao Acampamento é envolta de organização, coerência, integração e garantias de direitos indispensáveis ao bem-viver, como alimentação e educação. Poder-se-iam ainda citar outros exemplos, como a atuação da polícia, que “abrandar” a ação dos cidadãos ou as ambiguidades entre o que é dito e o que é feito por alguns líderes (no caso desta pesquisa líderes do MST).

apenas defesa com vistas a proteger informações e segredos – que alguns julgavam que eu detinha –, mas também defesa da própria integridade, defesa física e moral, visto que a divulgação de tais informações e segredos poderia acarretar a eles dolosas consequências. Contudo, se os sem-terra perceberam que havia necessidade de “defender-se” de mim foi porque, em algum momento, os dados que revelei a eles a respeito de minha vida e sobre a finalidade de minha presença ali não foram suficientemente elucidados ou, devido a algum fator por mim comunicado – verbal ou não-verbal – não foram interpretados por eles como dados integralmente verdadeiros ou completos.

Foi na chuvosa manhã de 31 de julho de 2008, em uma quinta-feira – conforme havia combinado com as integrantes do Acampamento, com os quais havia conversado no dia 29 de julho – que entrei no Acampamento Sarandi pela primeira vez. Dirigi-me para a Escola Itinerante, onde permaneci pelo resto da manhã devido à chuva. Todos me olhavam (principalmente as crianças), me senti constrangida e embora me esforçasse para demonstrar que estava me sentindo bem, me contive apenas em responder o que alguns perguntavam a meu respeito. Dei-me conta, então, de que estava ingressando em um ambiente onde desconhecia completamente as intensas teias de relações ali estabelecidas, bem como a complexa organização social interna envolvida ali e compreendi que a pesquisa etnográfica seria verdadeiramente delicada e difícil. Na verdade, a única coisa que queria naquele momento era que chegasse logo o horário do ônibus para voltar a Carazinho.

Ainda no dia 31 de julho, soube quem seriam as duas pessoas do Acampamento responsáveis por acompanhar minha pesquisa<sup>14</sup>. Depois disso, iniciei a visitação semanal ao Acampamento. No início do trabalho de campo, o desconforto entre mim e os acampados era visível, enquanto me esforçava para parecer simpática, eles se esforçavam em representar uma imagem positiva, não só do Acampamento Sarandi, mas de todo o Movimento, esforço este evidenciado na repetição de discursos homogêneos e bem orientados.

Quando iniciei o trabalho de campo, muitas pessoas do Acampamento evitavam falar comigo, aconteceu de chegar em um barraco e o senhor dizer que não havia nada para conversar, porque tudo que ele dizia era exposto por “essa gente de fora<sup>15</sup>”, de jeito diferente do que ele realmente tinha falado. Houve quem me confessasse que chegou a pensar que eu

---

<sup>14</sup> O fato da direção do Acampamento disponibilizar pessoas para acompanhar minha pesquisa, já evidencia a preocupação destes com a minha estada e a consequência desta para a elaboração de conceitos a respeito dos sem-terra.

<sup>15</sup> Referindo-se aos jornalistas.



era um Pé-Dois<sup>16</sup> infiltrado no Acampamento e, por isso, nas primeiras conversas que estabeleci com as pessoas do Acampamento, muitos cuidavam o que me diziam, fornecendo apenas informações que não comprometessem ninguém e nem mesmo fosse possível de identificar quem forneceu aquela informação. Lembro-me de pessoas evitando que eu participasse de reuniões e outros eventos. Alguns se admiravam quando eu dizia que era de Carazinho, não acreditavam que, em Carazinho, pudesse ter alguém que se interessasse em ouvir o que eles teriam a dizer<sup>17</sup>.

Afirmo, sem ressalvas, que o contato com o campo me surpreendeu mais do que eu poderia imaginar. Nas minhas primeiras visitas, cheguei a alguns barracos, tomei muito chimarrão<sup>18</sup> e ouvi histórias. Mas, embora me sentisse um pouco mais confortável no Acampamento, não conseguia ser realmente espontânea, como percebia que os integrantes do Acampamento Sarandi também não o eram. Com o tempo, senti-me um pouco mais livre para circular pelo Acampamento, apenas observando, questionando e sendo questionada também. Mas, adversamente, foi justamente o tempo de permanência no Acampamento o responsável por levantar desconfianças a meu respeito. Sobre minha inserção em campo é importante relembrar a seguinte afirmação:

Este ponto [inserção em campo] é importante porque o resgate da subjetividade como instrumento de trabalho não deve ser justificativa para a indefinição dos limites entre ciência e ideologia, e portanto, não devem servir de desculpa para repor a velha oposição entre verdade e mistificação. A relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e auto-suficientes. É uma comunicação simbólica de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se pode desvendar sentidos ocultos e explicar relações desconhecidas. (CARDOSO, 1988, p. 103).

---

<sup>16</sup> Pé-Dois é uma gíria utilizada para descrever as pessoas que se infiltram no Acampamento, por mando de alguém, com o objetivo de coletar informações que possam vir a prejudicar integrantes do MST, ou o próprio MST.

<sup>17</sup> A cidade de Carazinho é conhecida entre os integrantes do MST pela posição conservadora em relação ao Movimento e as formas de luta deste.

<sup>18</sup> O chimarrão – ou mate – é bebida típica do Rio Grande do Sul (também apreciado nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, bem como no Uruguai, Argentina, Bolívia, Paraguai e Chile), esta legado tupiguarani. O chimarrão é uma infusão feita de erva-mate (árvore cujo nome científico é *Ilex paraguariensis*, para o preparo do chimarrão as folhas desta devem estar secas, trituradas e peneiradas), seu preparo envolve quatro elementos: a cuia (do tupi Ku'ya, originalmente feita do Porongo, uma planta trepadeira), a bomba (uma espécie de canudo metálico, por onde a água é sorvida), a erva-mate e a água quente. O chimarrão representa a hospitalidade gaúcha, sendo preparado pelo anfitrião, que é também quem sorve o primeiro chimarrão – o mais amargo –, simbolizando altruísmo e educação – e enche a cuia com água para os demais, a cuia passa de mão em mão, sempre respeitando o sentido que se estabeleceu na roda de chimarrão, representado assim igualdade social entre os que ali estão, diante disso, o chimarrão é representado por muitos gaúchos como o símbolo da hospitalidade.

Com isso, Cardoso sintetiza apropriadamente o recurso metodológico a ser utilizado quando ocorre a entrada em um campo que apresenta conjuntura controversa, como no Acampamento Sarandi. Diante de tais situações, a intersubjetividade presente nas relações com o campo e a sensibilidade do pesquisador devem ser encaradas como elementos da pesquisa e não como uma possibilidade de atalho para respostas ou resultados firmados sobre crenças ou ideologias.

O universo desta pesquisa mostrou-se bastante flexível, dado a rotatividade de pessoal no Acampamento, diferenciando-se, por isso, do trabalho em um assentamento. A título de exemplo, durante minha estada em campo, por três vezes mudaram as pessoas que haviam sido designadas para me acompanhar, e não por coincidência, tais mudanças foram positivas ao meu trabalho, pois foi na terceira alteração que encontrei meus informantes-chaves. O primeiro casal que ficou responsável por acompanhar-me se afastou do Acampamento poucos dias após minha chegada. Ocorreu que o filho deles havia agredido fisicamente a namorada – também acampada – e acabou sendo expulso do Acampamento, fato que implicou também a saída de seus pais. Foi então designado o Marcelo para me acompanhar, contudo este rapaz – que permaneceu o maior tempo da pesquisa comigo – ausentou-se do Acampamento porque foi trabalhar em uma Frente de Trabalho<sup>19</sup>. Por fim, um casal – João e Maria – da direção do Acampamento ficou responsável por minha estada lá, casal este que me forneceu importantes informações, às quais eu não havia tido acesso até então.

Contudo, meus informantes-chaves não se resumem a esse casal, posso indicar ainda a Sofia, primeira pessoa que me acolheu no Acampamento e que sempre se mostrou disponível em fornecer-me informações e esclarecer minhas dúvidas – embora sempre fizesse isso com cuidado, preservando informações que possibilitassem identificar determinados sujeitos. Atribuo a Sofia a responsabilidade pela rede de relações que estabeleci dentro do Acampamento, pois é uma pessoa admirada e respeitada entre os sem-terra, não apenas por ser uma liderança estadual do Movimento, mas pelo engajamento, desprendimento e afínco com que se empenhava em suas atividades, e fato de ter demonstrado confiança em mim foi determinante para que as portas do Acampamento, aos poucos, se abrissem. A Sofia também foi a responsável por mediar minha participação em importantes eventos realizados pelos sem-terra, como o 13º Encontro Nacional do MST. Para além destes informantes-chaves, poderia citar outras pessoas que me ajudaram a compreender a complexidade da vida dentro

---

<sup>19</sup> Frente de Trabalho é oportunidade que os integrantes do MST têm de ausentar-se de seus acampamentos para irem trabalhar em empregos arranjados pelo próprio Movimento.

do Acampamento Sarandi. Alguns desses personagens serão apresentados ao longo da dissertação.

O Acampamento é um local de chegadas e partidas, as pessoas que nele estão, são conscientes que não moram ali, apenas estão, provisoriamente, ali. O ato de não fixar moradia em um local, traz como consequência imediata o apego e afabilidade em relação às pessoas, e somente às pessoas e aos parques pertences materiais que possuem, mas não ao ambiente geográfico. Diferente de um assentamento, onde os moradores sabem que aquele é o lugar deles, por isso, geralmente, demonstram afeição, dedicação, cuidados com o meio, com o local. No Acampamento não se disponibiliza tempo a trabalhos que requeiram resultado a médio e longo prazo, pois o que se percebe no Acampamento Sarandi é que na vida do acampado é a incerteza que desenha o futuro.

No começo deste estudo, havia cerca de quatrocentas famílias no Acampamento Sarandi. Entre fins de 2008 e início de 2009, cento e trinta e uma famílias deixaram o Acampamento porque, finalmente, receberam o lote, sendo estas assentadas na região central e sul do RS, assim, permanecem ainda no Acampamento Sarandi, cerca de duzentas e cinquenta famílias, contudo, a Frente de Massa<sup>20</sup> prossegue com seu trabalho, na tentativa de aumentar este número.

Foi por meio da experiência de alteridade e intersubjetividade vivenciadas no campo, que percebi que a problematização do conceito de trabalhador rural sem terra (objetivo presente no projeto inicial de pesquisa), era apenas um problema meu – e, talvez, seja também uma inquietação de parte da sociedade, como demonstra reportagem do Jornal Zero Hora (Reportagem 1), circulado no dia 07 de dezembro de 2008, a qual referia-se a assentamentos realizados na região de São Gabriel (RS), área central do estado –, mas jamais um problema dos acampados, visto que entre eles a presença de não-agricultores no MST não é encarada como um dilema, ao contrário, é percebida como algo positivo, pois é entendida entre os integrantes do Movimento como maior quantidade de gente com possibilidade de acesso à justiça social – esta compreendida segundo padrões do Movimento –, sendo entre eles então, incentivado o ingresso ao MST dos cidadãos urbanos. Grynspan ajuda a compreender a interpretação dos sem-terra quando questiona a entrada de cidadãos urbanos num Movimento que se diz rural:

Mais do que um lote de terra, a reforma agrária busca garantir aos trabalhadores bens e direitos aos quais, de outra forma, dificilmente teriam acesso, abrindo-lhes possibilidades distintas de futuro. Talvez por isso a luta por terra, reivindicação

---

<sup>20</sup> A Frente de Massa é composta por militantes do MST que são responsáveis por captar novos integrantes ao Movimento, garantindo a sobrevivência do mesmo.

histórica dos trabalhadores rurais, venha nos últimos tempos atraindo também trabalhadores rurais urbanos. Ela demonstra que as migrações campo-cidade não são um caminho sem volta, que os destinos sociais não são inevitáveis, mas resultado das ações dos próprios indivíduos e dos grupos aos quais pertencem (GRYNSPAN, 2009).

## O perfil de quem vai virar assentado

A notícia de que o Incra havia comprado cinco fazendas para criar assentamentos foi recebida com socos no ar e gritos de palavras de ordem por integrantes do MST.

– Assim que estivermos na terra, vamos mostrar para os fazendeiros que sabemos trabalhar. Eles vão ver – promete Antônio Sanches, que está no acampamento Filhos de Sepé, erguido há dois anos nos arredores da Estância do Céu, interior de São Gabriel.

Filho de trabalhadores rurais, Sanches vivia no interior de Pelotas quando entrou para o MST. Ali perto há um outro acampamento, na Fazenda São Paulo.

Entre os acampados, há um jovem com tatuagens conhecido como Pitbull. Há dois anos, ele era um favelado na periferia de Porto Alegre. Entrou para o MST e, agora, é agricultor:

– O que não sei de agricultura, aprendo. Importante é que terei terra. Este é o perfil da maioria dos agri-

cultores que o Incra assentará em São Gabriel: jovens, inexperientes e ex-favelados.

A população está dividida em relação ao futuro. O comerciante Clésio Brasil, 43 anos, proprietário do Bar da Lagoa, próximo de onde serão erguidos os assentamentos, saúda os assentados como um progresso. O agropecuarista Dagoberto Focaccia, é outro entusiasta:

– Pode anotar: com a vinda desse pessoal, vamos conseguir transformar este lugarejo em uma cidade.

O lugarejo é um aglomerado de casas à beira da estrada que liga São Gabriel a Dom Pedrito, próximo ao local onde serão assentadas as famílias. Sonhos à parte, a realidade é que os assentamentos vão produzir um impacto forte nos serviços urbanos oferecidos pela prefeitura, principalmente na saúde e educação.

– Ainda não temos os números. Mas a conta vai longe – diz o prefeito da cidade, Balbo Teixeira, 68 anos.

Reportagem 1 – O perfil de quem vai virar assentado  
Jornal Zero Hora – 07/12/2008

Diante disso, percebi que o foco de minha etnografia necessitava ser intensamente alterado. A partir disso, as dúvidas sobre a reformulação do problema de minha pesquisa predominavam em minha mente. Juntamente com estas dúvidas, percebi que o trabalho de campo é realmente envolvente e requer serenidade, não acometimento. E foi justamente pelas dúvidas que vivenciava – não apenas em relação ao problema da pesquisa, mas também em

relação a posicionamentos pessoais diante da questão estudada – que oscilei entre períodos de desejo de querer estar sempre lá e períodos em que apenas ia até o Acampamento para garantir o contato com meus informantes. Houve épocas em que defendi ferrenhamente a atuação do Movimento na região e outras em que contestei e desconfiei dos objetivos expostos pelos integrantes do Acampamento, ou seja, interna e silenciosamente, oscilava entre os argumentos dos dois grupos envolvidos no conflito agrário da região. O certo é que na observação participante se aprende fazendo. Tal realidade me levou a passar por diferentes fases de interação com o meu campo. Mas, aos poucos, se descobre o melhor momento para falar e para calar, para questionar e para apenas ouvir. A maturidade para responder a tais dúvidas, ainda que atingida lentamente por meio do contato com o campo, propicia a certeza de que a virtude aristotélica (Cf. Aristóteles, 2001), o meio termo entre os opostos, pode ser alcançada.

A respeito da interação com o campo pesquisado, Wacquant (2002) tem importante colaboração. No Prólogo de *Corpo e Alma*, o autor – transcrevendo uma parte de seu diário de campo – revela o desejo que sentiu de abandonar seus estudos, suas pesquisas e tudo mais para ficar boxeando no *gym*, chegando a angustiar-se quando se lembrava que deveria retornar para *Harvard University*. O mais admirável desta colocação de Wacquant revela-se na seguinte frase de seu diário de campo: “Pierre Bourdieu, outro dia, me dizia que ele tinha medo de que eu me ‘deixasse seduzir por meu objeto’, mas se ele soubesse: eu já estou bem para lá da sedução!”. (WACQUANT, 2002, p. 20). Com estas declarações, Wacquant tranquiliza o leitor que está em processo de trabalho de campo, pois afirma que na etnografia estas aproximações e distanciamentos com o campo são características habituais do processo da pesquisa. Creio que o tempo trouxe algumas respostas, assim como também o tempo ajudou-me a conquistar certo espaço e a confiança de parte do grupo. Contudo, alguns poucos ainda questionavam minha presença ali. Tal situação pode ser aclarada pelo exposto por Geertz:

Em suma, é possível relatar subjetividades alheias sem recorrer a pretensas capacidades extraordinárias para obliterar o próprio ego e para entender os sentimentos de outros seres humanos. Possuir e desenvolver capacidades normais para estas atividades é, obviamente, essencial, se temos esperança de conseguir que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou de que nos aceitem como seres com quem vale a pena conversar. (GEERTZ, 2000, p. 106-107).

Outro fator importante é o respeito que as pessoas empenharam a mim, principalmente as pessoas mais velhas. No início, quando era feita uma nova apresentação, a pessoa que me apresentava sempre dizia, “– Essa é a Debora, ela é universitária, ...”. Quando se ouvia a

palavra “universitária” ou outra expressão que fosse sinônimo disso, rapidamente as pessoas arrumavam um banco para eu sentar – quase sempre o melhor banco –, penteavam os cabelos, faziam um novo chimarrão ou evidenciavam importância de alguma outra maneira. Até que tomei a liberdade de apresentar-me apenas como “Debora, de Carazinho”, fato que me aproximou admiravelmente das pessoas, a erva do chimarrão já não era mais jogada fora, já não me chamavam mais de senhora (o que até me deixava constrangida), o banco onde sentava já não era o melhor, as conversas já fluíam com certa naturalidade, era como se fosse parte dali, e embora soubessem que eu não o era, agora já contavam fatos inusitados, já faziam as mesmas brincadeiras comigo que faziam com os demais, me convidavam para eventos, almoços, participação em místicas<sup>21</sup>, bailes da Reforma Agrária. A verdade é que, às vezes, eu mesmo convidava-me. O fato é o que o “estar lá” – para lembrar Geertz (1997) – física e constantemente promoveu seus efeitos.

Tenho ciência de que o trabalho de campo traz como consequência a responsabilidade do que se escreve a respeito do grupo pesquisado, visto que “escrever é intervir na realidade”. (GROSSI; ECKERT; FRY, 2007, p. 278). Assim, diante do contexto de conflito, solidariedade e incerteza em que se vive no Acampamento Sarandi e da legitimidade dos argumentos dos proprietários rurais da região, me vi em meio ao confronto desses dois grupos e de seus interesses. E, mesmo sempre me identificando como pesquisadora diante dos opostos, por vezes fui constrangedoramente questionada a respeito de minha posição sobre o impasse agrário existente na região.

Nestas ocasiões, tentava evidenciar ao grupo meu lugar diante do mesmo, fato que não agradava a todos e gerava visível desconfiança de alguns. Pude então perceber que a “neutralidade axiológica” (WEBER, 1999, p. 361) proposta por Max Weber (1999) é mais um ideal que real. Foi esta a principal dificuldade encontrada por mim no trabalho de campo, ou seja, não consegui manter a neutralidade científica. Ocorreu que a permanência no campo, ao mesmo tempo em que me levou a refletir sobre o caráter da vida interna no Acampamento, acabou me dando liberdade para agir em determinadas situações no Acampamento Sarandi, fato que também deu liberdade aos acampados de exigirem de mim um posicionamento definitivo.

Um exemplo disso foi minha tentativa de intervenção na Escola Itinerante. A realidade observada na escola do Acampamento Sarandi me frustrava, inquietava, preocupava, de certa

---

<sup>21</sup> As místicas são momentos celebrativos (cantos, teatros, jograis, etc.) que têm o objetivo de persuadir e de relembrar os sem-terra sobre a importância e a legitimidade da luta que empenham.

forma me sentia responsável por aquela realidade. Creio que nesses momentos a professora do Ensino Fundamental existente em mim falou mais alto. Na delicada ocasião em que a Procuradoria do Estado, juntamente com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul decretaram o fechamento das Escolas Itinerantes, fui veementemente questionada pelos acampados em relação a minha opinião a respeito da escola. Não tive alternativa a não ser expressar o que realmente pensava e indiquei o que percebia como aspectos negativos da escola. E, embora os acampados tenham rebatido minhas críticas, percebi o descontentamento e a decepção dos mesmos em relação ao meu posicionamento. Desse momento em diante, passei a ser constantemente questionada, posta à prova, e, como da primeira vez mantive a alternativa de expor a verdade a respeito do que pensava.

A opção por estabelecer com meu campo de estudo uma alocação sincera e coerente com o que pensava justifica-se em fundamentos éticos e em compromissos assumidos. Entre esses, o compromisso ético de apresentar o trabalho final aos integrantes do Acampamento, assim, se mantivesse a representação de que via tudo como positivo dentro do Acampamento Sarandi, ao lerem esta dissertação teriam o conhecimento do que realmente eu pensava. A respeito da devolução do resultado final da pesquisa aos acampados, Portelli sintetiza bem a consideração do pesquisador ao afirmar que:

Recebemos tanto de pessoas e comunidades que não sentiremos nosso trabalho concluído, enquanto não entregarmos seus resultados àqueles que foram responsáveis por viabilizá-los. [...]. Quase sempre, o sentimento de culpa do antropólogo e a vontade de fazer algo no tocante à restituição decorrem do fato de visitarmos uma comunidade distante, de adquirirmos conhecimentos, de escrevermos um livro sobre estes e de voltarmos para casa – deixando a comunidade para trás. (PORTELLI, 1997, 30).

A verdade é que a aproximação com o campo e com toda sua complexidade, gerou entre os acampados a perspectiva da existência de compromisso entre mim e eles, mesmo expondo a estes que em determinados aspectos discordávamos em opiniões, fato que não era aceito com naturalidade por alguns deles. Dessa aproximação, originou-se o acordo de que nesta dissertação não apareceria nenhum dos nomes dos integrantes do MST acampados em Sarandi, visto que mesmo entre os integrantes do Acampamento, o nome é pouco utilizado, quase todos se identificam por apelidos, o que segundo eles mesmos, é uma forma de proteção da identidade judicial, assim, os nomes presentes na descrição das falas dos integrantes do Acampamento são pseudônimos. Também, por prudência, optou-se por utilizar pseudônimos para identificar outras pessoas que cederam entrevistas para realização desta dissertação, que não os sem-terra.

Embora tentasse abreviar minha intervenção no campo, com vistas a manter a “imparcialidade” (OLIVEIRA, p. 234, 2006), o contexto de acirrado conflito e insegurança não me permitiu. A consequência de manter o posicionamento coerente com que afianço foi a determinação, oriunda da direção do Acampamento, de que devia retirar-me do campo. O efeito da aproximação com o campo e dos constantes questionamentos que me levavam a posicionar-me, foram responsáveis por meu afastamento prematuro do mesmo. Prematuro não por falta de informações suficientes para a conclusão da pesquisa, mas pela maneira como ocorreu. Em dia 27 de fevereiro de 2009, integrantes da direção do Acampamento Sarandi, avisaram-me que, segundo combinado entre os integrantes do Acampamento, minha permanência no mesmo estava proibida, pois, segundo eles, haveria alguém infiltrado no Acampamento e esta pessoa estaria coletando informações sigilosas e entregando-as para autoridades, e a desconfiança é que eu seria tal pessoa.

Inicialmente me senti ultrajada. Passada a carga emocional que a notícia me causou, pude reconhecer que vários itens levaram a esse desfecho, e que o mesmo, inicialmente entendido como algo negativo, além de tornar-se um importante item a ser interpretado, garantiu a liberdade deste texto, pois mostrou que não havia se estabelecido nenhum compromisso entre a pesquisadora (membro externo) e os integrantes do Acampamento (membros internos). O primeiro e mais importante fator que levou a tal desfecho foi justamente o fato de estar realizando uma etnografia em meio a um contexto que evidencia grande confronto físico e judicial e ser sucessivamente cobrada a assumir posição frente a um desses grupos. Contudo, reconheço que só fui chamada a expor meu posicionamento diante dos acampados, porque dei liberdade para que o fizessem. Essa liberdade nasceu paralela ao tempo de permanência em campo, um total de oito meses, tempo que, para os antropólogos parece inexpressivo, mas para os sem-terra extrapolou o comumente permitido.

O ingresso de pessoas visitantes no Acampamento é tolerado por três dias apenas, a partir disso, estas pessoas devem engajar-se nas atividades do mesmo. Da mesma forma, internamente o MST organiza-se em ciclos de seis meses<sup>22</sup>, ou seja, minha permanência como pesquisadora ali já havia excedido o limite imposto pela organização do Movimento, esperava-se então que eu aderisse ao Movimento ou o abandonasse definitivamente. A exceção concedida a mim (tempo de permanência no Acampamento) não era comum, e muitos começaram a duvidar da natureza e real finalidade disso. O MST é uma organização bem

---

<sup>22</sup> A cada seis meses se forma um novo Bloco de Produção dentro dos acampamentos. Quanto mais tempo de acampamento tiver o Bloco de Produção, maiores as chances dos integrantes desse Bloco ser assentados, pois o critério primeiro do MST para assentar uma família é o tempo que esta está acampamento.



articulada em diversas esferas geográficas e políticas, exige-se de seus militantes comprometimento e adesão, assim, a permanência no acampamento, primeiramente vista por mim como algo positivo, levou-me a ser simulada como um ente estranho dentro do organismo comum, passando então a atrapalhar a articulação deste.

A dificuldade que tive em aceitar a forma como se deu minha saída de campo, me mostrou que fui “presa” do *Anthropological Blues* e, assim como Roberto DaMatta, posso afirmar

[...] que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam, para parafrasear Levi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica. E tudo indica que tal intrusão da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa antropológica, é um dado sistemático da situação. (DAMATTA, 1978, p. 30).

Contudo, sou capaz de compreender que minha saída do campo não foi frustrante apenas para mim, mas também para integrantes do Acampamento Sarandi, uma vez que, muitos deles argumentavam e tentavam me convencer sobre a necessidade e importância de eu tornar-me uma sem-terra, existindo entre alguns deles a perspectiva de que realmente eu me tornasse uma acampada. Além disso, a expectativa de que eu me tornasse uma acampada ultrapassava o objetivo de aumento numérico dos integrantes do Acampamento Sarandi, em frases como “... a Debora se parece com a Eloísa, que era uma baita líder...” ou “... já tenho até uma função pra ti Debora aqui dentro do Acampamento...”, transpareceram os objetivos de que eu me engajasse como uma intelectual orgânica, a exemplo do que é exposto por Gramsci:

“Orgânicos”, ao contrário, são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Gramsci, 1999, p. 1.518).

Assim, o fato dos sem-terra terem suas expectativas frustradas em relação a minha atuação, também pode ser interpretado como fator responsável pela solicitação de que me retirasse do campo. Contudo, tal fator não deve ser compreendido como sendo unicamente de responsabilidade dos sem-terra, pois se a expectativa foi criada, foi porque em algum momento, gesto, fala ou atitude eu permiti isso.

## A teoria

Objetivando pesquisar as representações sociais existentes dentro do Acampamento Sarandi, para então entender e analisar os *processos de identificação* dos que lá se encontram acampados com os princípios e objetivos do MST, compreende-se que a abrangência do conceito de *processos de identificação* é imprescindível para este estudo, visto que tal conceito permeia todo o trabalho de pesquisa, configurando-se em um instrumento para adentrar nos debates teóricos e metodológicos que aqui estão expostos.

Por *processos de identificação*, entendo a ação de identificar-se com algo ou com alguém, passando a assumir como verdadeiro, positivo e necessário os atos e as interpretações desse algo ou alguém e, a partir disso, a operar – pelo menos enquanto for-lhe conveniente e apropriado – segundo os padrões de algo ou alguém. *Processos*, porque se reconhece que o ato de identificar-se não é algo fixo e imutável, ao contrário, está em constante transformação, daí a necessidade de se realizar eventos<sup>23</sup> que visem vivificar a identificação com o que se almeja – neste caso, com os princípios e objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –, sendo que através de tais eventos, os *processos de identificação* assumem características de ação educativa.

Os *processos de identificação* abrigam e trabalham com distintas identidades sociais, estas formadas a partir de um processo social inserido em um ambiente cultural, ou seja, a identidade social está amarrada à realidade onde o indivíduo se encontra. Dessa forma, os *processos de identificação* dos integrantes do MST começam antes mesmo destes ingressarem no Acampamento. A possibilidade de tornar-se um sem-terra incita reflexões aos aspirantes diante do que a eles foi exposto pela Frente de Massa. Conseqüentemente, o ato de decidir ingressar no Acampamento revela que “o anseio de ter reconhecido os seus direitos<sup>24</sup> – e dentre esses direitos estão de possuir uma identidade – é uma realidade que se impõe no mundo da vida como algo primordial.” (OLIVEIRA, 2006, p. 34). Ao ingressar no MST, e, posteriormente, ser reconhecido e reconhecer-se como sem-terra, o indivíduo passa a sentir-se membro integrante do Movimento. Portanto, o sentimento de pertencimento (estar ligado a, ser parte de); o ato de ser reconhecido (identificado – no sentido aqui atribuído a *processos de*

---

<sup>23</sup> Os eventos realizados pelos integrantes do MST que têm o objetivo de estabelecer e vivificar a identificação destes com os princípios e objetivos do Movimento, são chamados por eles de *massificação*. A massificação é a forma de propagar a ideologia do MST, sendo que a mesma ocorre através de atividades e eventos programados para esse fim e direcionados para adultos e crianças integrantes do Movimento.

<sup>24</sup> Aqui, entenda-se por *direitos* as necessidades básicas do cidadão, as quais são descritas na Constituição Federal e apresentadas pela Frente de Massa como garantias aos possíveis novos integrantes do MST.

*identificação*) e de reconhecer-se (identificar-se – também no sentido aqui atribuído a *processos de identificação*) como um sem-terra e a certeza do alcance de benefícios econômicos, políticos, culturais e sociais, contribuem para que cada integrante do MST identifique-se com os princípios e objetivos deste e, conseqüentemente, reforçarem os processos de identificação, o qual não ocorre de uma forma isolada, mas sim de maneira coletiva e mútua.

Assim, o conceito de *processos de identificação*, entendido como a ação de ser reconhecido (reconhecimento mútuo) e de reconhecer-se (reconhecimento de si) como sem-terra pode ser interpretada à luz das colocações de Paul Ricoeur (Cf. Ricoeur, 2006). Para Ricoeur, o reconhecimento como identificação requer as capacidades de identificar (em relação ao semelhante, ou seja, o sem-terra) e distinguir (em relação ao diferente, ou seja, o proprietário rural). Ricoeur ainda alertar que o reconhecimento é um percurso longo e que não depende apenas de si mesmo, mas de outras pessoas e ações (daí a importância que os sem-terra atribuem à participação a acontecimentos entendidos por eles como “formativos”, por exemplo, participação em lutas e em místicas).

A partir dessa elucidação, percebe-se que a compreensão integral do conceito de *processos de identificação* requer ainda a associação ao conceito de *identidades*. Bourdieu (2002) assegura que os grupos sociais são providos de identidade social, a qual configura-se como um recurso, onde os indivíduos podem viver e se expressar, sendo esta então visível por meio do que cada grupo mostra de si próprio, tanto individual, quanto coletivamente, e que se alude à inclusão mental coletiva de esquemas de percepção, assim a identidade social tem duas dimensões, uma interna ao grupo, a qual se liga intimamente com a auto-imagem, e outra externa ao grupo, a qual se refere às condições sociais objetivas vividas pelo mesmo, ou seja, há na identidade social interesses, motivações e conhecimentos comuns – o que Bourdieu (2005) chamou de *Illusio* – e estratégias, estas coletivas ou não, que ajudam a incorporar o *habitus* (Cf. Bourdieu, 2002). Portanto, para Pierre Bourdieu (2002), a identidade não é sinônimo de total igualdade, ao contrário, ela expressa semelhanças, mas também reconhecimento de diferenças, ou seja, as identidades reúnem peculiaridades pessoais e sociais que fazem com que pessoas e grupos se diferenciem entre si. Nesta perspectiva, o autor afirma que:

O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade. [...]. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto. (BOURDIEU, 2002, p. 117-118).

Em concordância com Bourdieu, o conceito de identidade empregado por Niethammer é muito propício para este estudo. Segundo o autor, a identidade<sup>25</sup>

[...] é o produto da distinção analítica entre Eu e Mim, entre a disposição do indivíduo, sua espontaneidade e sensação de permanecer o mesmo, por um lado, e, por outro, sua identificação com modelos e expectativas sociais, ou suas adaptações a eles, através do que adquire diferentes personalidades sociais ou máscaras. Esta divisão entre identidade pessoal e social leva o indivíduo a refletir sobre seu processo de socialização e a equilibrá-lo no decorrer de sua vida. Identidade é, então, uma categoria dinâmica que descreve os poderes de reflexão e equilíbrio que permitem ao indivíduo permanecer o mesmo dentro das adaptações sociais e do ciclo de vida, bem como de transformações sociais (NIETHAMMER, 1997, p. 119).

A partir das colocações acima, argumenta-se que o que se pretende ao estudar os *processos de identificação* dos integrantes do MST com os princípios e objetivos do próprio Movimento, não é caracterizá-los em uma dimensão rígida e imutável de identidade, mesmo porque, internamente, tal processo não é assimilado de maneira completamente homogênea. Compreende-se que, embora o Movimento procure, através de suas práticas, homogeneizar pensamentos, atitudes, ações e ideologia, cada indivíduo reage de forma autônoma às representações sociais a ele expostas, ou seja, os *processos de identificação* aqui apresentados, não afirma que as *identidades* sejam simplesmente manipuladas, remanescentes, embora se reconheça que a identidade “adapta-se à situação, redefine-se em função de outro que se tem como interlocutor” (FONSECA, 2004, p. 91). Complementando esta discussão, é interessante a contribuição de Suzana Ribeiro, pois esta completa adequadamente a noção de *identidades* de Niethammer que aqui é abordada:

Identidades, para esta tese não é simplificação (fuga de uma discussão mais detalhada, ou fetichismo gramatical dos plurais que geralmente encerra o problema da multiplicidade de perspectivas). O plural se justifica como tributo à diversidade, como indicador da existência de uma identidade que pretende ser singular – forjada pelo Movimento – e de outras, plurais, as múltiplas e particulares identidades das pessoas que o compõem. (RIBEIRO, 2007, p. 14).

Além dos conceitos de *processo de identificação e identidades*, é ainda necessário esclarecer a abrangência que as categorias, *acampado*, *assentado* e *sem-terra*, sustentam neste trabalho. Os acampamentos – geralmente montados em consequência de uma ocupação – são espaços onde os sem-terra permanecem – provisoriamente – à espera de receber um lote de terra por meio da política da Reforma Agrária, ou seja, é onde permanecem os sem-terra que ainda não foram beneficiados por essa política. O tempo de permanência no Acampamento

<sup>25</sup> Muitos teóricos têm investido esforços no estudo de *identidades*, devido à tamanha abstração que esta categoria representa. Para elaboração deste trabalho foram consultadas as seguintes bibliografias a respeito do conceito de *identidades*: Rogers Brubaker; Diataly de Menezes; Stuart Hall, Claudia Fonseca; Zygmunt Bauman; Erving Goffman; Denis Cuche; Manuel Castells, Giralda Seyferth, Adam Kuper e Luiz Niethammer.

varia de acampado para acampado, sendo que o tempo mínimo permitido pelo MST, para então o *sem-terra* poder ser assentado é seis meses, isso porque o Movimento argumenta que o Acampamento, embora tenha caráter provisório, não é um lugar de simples passagem, é nele onde ocorre a principal etapa do *processo de identificação* do indivíduo que se torna sem-terra com os objetivos e princípios do Movimento é, pois, o Acampamento entendido como um espaço de aprendizagem, daí a necessidade de ficar nele por pelo menos um semestre – tempo onde se desenvolverá entre os acampados intensa massificação. Quando o *acampado* recebe o lote de terra, ele passa a ser *assentado*, ou seja, o *assentado* é aquele que foi *acampado*, mas que agora detém um lote de terra, conquistado pela luta<sup>26</sup>, através da política de Reforma Agrária. Contudo, mesmo detendo um pedaço de terra, ele ainda é chamado de sem-terra. Dessa forma, o MST se compõe por acampamentos e assentamentos, sendo que em ambos os moradores desses lugares são os *sem-terra*.

Portanto, a utilização do conceito de *sem-terra*, neste texto, não se vincula à compreensão tradicional do mesmo, a qual compreende como *sem-terra* aquele – geralmente ex-agricultor ou cidadão que possui alguma forma de vínculo com o trabalho agrícola – que não detém propriedade de terra agrícola. Neste texto, conforme o que foi observado no trabalho de campo, a categoria *sem-terra* é empregada para conceituar os integrantes do MST – acampados e assentados – na sua maioria, cidadãos das camadas populares urbanas, uma vez que muitos dos *sem-terra* presentes no Acampamento Sarandi, não tinham vínculo com o meio rural, sendo estes provenientes do meio urbano, principalmente das periferias das cidades e tendo, alguns deles, propriedade privada urbana e alguns outros pequenas propriedades rurais, sublinha-se então a distinção entre as categorias *sem-terra* (com hífen refere-se aos integrantes do MST) e *sem terra* (sem hífen refere-se aos agricultores que não detêm posse de propriedade agrícola). Devido a esta característica, fortemente atuante no Acampamento Sarandi, justifico genericamente o motivo pelo qual a bibliografia<sup>27</sup> que trata

<sup>26</sup> O substantivo *luta*, entre os integrantes do MST, designa todas as ações por eles realizadas com o objetivo primeiro de conquistar o lote de terra.

<sup>27</sup> Como exemplo dessa biografia pode-se citar:

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução no conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006

SEYFERTH, G. . As contradições da liberdade: Análise de Representações sobre a Identidade Camponesa.

**Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

\_\_\_\_\_. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**. Brasília, v. 91, p. 31-63, 1993.

do *ethos* camponês não dá conta da dimensão do objeto desta pesquisa, uma vez que este não se liquida na esfera da sociedade camponesa ou rural. Portanto, este trabalho não é uma tentativa teórica de recampesinar cidadãos urbanos, dessa forma, entende-se que não é possível estabelecer uma única dimensão para o rural no Brasil, dadas às diferenças culturais, sociais, econômicas e políticas de cada região, diversidade esta que extrapola o conceito de *rural*, assumindo então a categoria *ruralidades*, entendendo-a como um espaço mediador entre a sociedade e a natureza.

As condições de existência postas a todos os moradores do Acampamento, sem distinção, vão aos poucos, através da costura das afinidades, tornando as relações internas ao Acampamento amalgamadas. Entende-se então que os *processos de identificação*, ocorridos por meio das representações sociais e indicado através do uso da memória, das narrativas, do tempo e do espaço<sup>28</sup> é, ao mesmo tempo, produto e produtor de *identidades sociais*, estas que são plurais e adaptam-se a situações, contextos e interesses em jogo. Assim, experiências partilhadas contribuem para a formação de uma linguagem, verbal e corporal, capaz de caracterizar o grupo. Fernandes defende a importância da comunicação no interior do grupo, como meio de identificação:

No espaço comunicativo é desenvolvida uma forma de linguagem fundamentada no conteúdo das idéias construídas com base nas instituições envolvidas na luta. Essa linguagem, elaborada por meio da leitura da realidade, produz uma matriz discursiva que identifica a(s) instituição(ões) envolvida(s) na luta. (FERNANDES, 1999, p. 229).

Essa partilha de experiências acarreta características comuns ao grupo, características estas que ajudam o grupo a afirmar-se, a assumir a condição de ser sem-terra, de se auto-identificaram com aquele espaço, com aquele grupo, acreditando que ali existam direitos próprios do grupo, benefícios estes vinculados a essa autoindetificação. Segundo uma das lideranças nacionais, o tempo de Acampamento é um tempo de formação, pois é a

---

\_\_\_\_\_. Etnografia de um sistema lógico: a lavoura camponesa dos sitiantes de Sergipe. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, v. 97, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. et al. (Org.). **Margarida Alves**: II Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA/NEAD, 2007.

<sup>28</sup> O conceito de espaço aqui empregado, restringe-se apenas a sua concepção geográfica, ou seja, o espaço geográfico do Acampamento Sarandi, configurando-se em um ambiente que detém as formas de produzir e reproduzir os processos de identificação dos sem-terra com o MST, ou seja, é um espaço onde o cidadão posiciona-se no contexto nacional, através da sua atuação social e da política – atuação esta mediada pelo próprio MST.

oportunidade de “sair das posturas individualistas para uma cultura fraterna, de colaboração e cuidados entre pessoas e das pessoas com o meio”. (Entrevista com Manuela – Realizada por e-mail em 10 de fevereiro de 2009). Um exemplo é a ideia comum de que o povo sem-terra tem direito à posse da terra, ou seja, não sendo camponeses, mas sendo sem-terra, eles possuem direitos que não são dados, mas são conquistados, ou seja, há a crença de que o Estado tem deveres para além dos reconhecidos para com o povo sem-terra. Assim, os acampados possuem inteira ciência e crença de que a terra não é ganha, a terra é conquistada pela luta. Luta que, na prática, se traduz nas várias formas de reivindicações adotadas pelos sem-terra, as quais contribuem para a formação do *ethos* social dos sem-terra.

A identificação celebra o que há em comum, mas também evidencia querelas internas. As diferenças de identificação não são negativas, vistas por ângulos diversos, elas podem trazer acréscimos, pois valorizam particularidades individuais, subjetivas. O Acampamento é um tempo de treinamento, pois é onde os integrantes do MST se familiarizam com dificuldades próprias de acampados e também de aprendizagem, porque, quando assentados, já possuirão a informação que apenas a terra não adianta, devendo então passar a lutar por estradas, saúde, educação e outros direitos básicos, buscando condição de vida melhor e mais digna do que a vida embaixo da lona, ou seja, a orientação dada aos acampados pelo MST é que a luta nunca pára.

É manifesto que episódios vivenciados coletivamente causam proximidade e afeição entre aqueles que o vivenciaram, assim o “resgate dos direitos e da legalidade pelos trabalhadores em suas lutas molda a sua identidade coletiva” (GRYBOWSKI, 1987, 55). Um exemplo disso é a manifestação constante do medo sentido pelos moradores do Acampamento Sarandi de um novo despejo, uma vez que a União, poucos dias após serem retirados das proximidades da Fazenda Coqueiros, pediu reintegração de posse do lugar onde foram colocados. Contudo, o prazo para retirada dos sem-terra das margens da BR 386, vem sendo constantemente prorrogado. Alguns mantêm os poucos bens que possuem ensacados, para evitar que se percam, caso o despejo ocorrer. Todos se perguntam: se saírem das margens da BR 386, para onde irão? Contudo, tal ansiedade não é justificativa para deixarem de realizar tarefas de manutenção da vida no Acampamento, como gincanas, reformas de barracos e da escola e outros planejamentos para melhoria do local.

Apesar da existência de atividades partilhadas, não são todos os sem-terra de Sarandi que se conhecem, os motivos que explicam isso, são o pouco tempo de acampamento (famílias recém-chegadas) e/ou a extensão do mesmo, visto que não são todos que circulam

pelo Acampamento, alguns reduzem seu espaço de vivência nas proximidades do seu barraco, nas reuniões com seu NB e na participação de eventos no pátio central.

Quando questionados sobre algo que precisaria ser melhorado na vida dos acampados, as respostas giram em torno de dois aspectos: a necessidade de se acelerar o processo de assentamento e a necessidade de luz elétrica – principalmente para se poder estocar alimentos perecíveis. O sonho, o anseio de todos é a concretização do assentamento, como eles dizem, “é chegar nas terras”. Mas todos demonstram saber que ser assentado é apenas o primeiro passo para uma longa caminhada, para um novo tempo de espera e paciência. A terra para a maioria dos acampados significa a realização do sonho, de ter finalmente algo que se possa dizer ser seu, algo que poderá garantir o sustento e dignidade. Nas narrativas, a terra aparece como o sonho concretizado, a certeza de que a vida sobre a lona valeu a pena, é a transfiguração do “ser ninguém” (acampado) para o “ser alguém” (assentado).

A partir de tais colocações, é possível compreender o Acampamento Sarandi como um como um “espaço antropológico” (Augé, 1994, p. 51), pois o Acampamento é um espaço onde se estabelecem vínculos sociais, um espaço que almeja ser causa ou instrumento para formação de identidades. Para Marc Augé, o “lugar antropológico” refere-se

[...] àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. [...], o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. [...] foram investidos de sentido, e porque cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e configura sua necessidade. Esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem (pretende-nos) identitários, relacionais e históricos. (AUGÉ, 1994, p. 51-52).

Sendo um “espaço antropológico” (Augé, 1994, p. 51), é possível interpretar o Acampamento Sarandi como um *fato social total*, o qual representa

[...] de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo –; econômicas – estas supondo formas particulares de produção e de consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição – ; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (MAUSS, 2003, p. 187).

Interpretado como um *fato social total*, a compreensão da totalidade da vida – concreta e simbólica – no Acampamento Sarandi se mistura e se faz presente através da exposição dinâmica da existência biológica, psicológica e social, tornando-se então possível viver integralmente dentro dele, pois este possui organização jurídica, econômica, religiosa, estética, social, cultural e política.



\*\*\*\*\*

Este texto é constituído por quatro capítulos. O primeiro capítulo delineará eventos histórico-sociais e tem como objetivos: apresentar como se configurou o atual cenário rural no país; descrever a importância simbólica que este Acampamento possui para os sem-terra e contextualizar a especificidade do Acampamento Sarandi e a organização interna deste, pois entende-se que o fato de atribuir historicidade aos aspectos culturais evidencia que estes se modificam com o tempo.

O segundo capítulo apresentará a cotidianidade que envolve os integrantes do MST presentes no Acampamento Sarandi. Neste capítulo buscar-se-ão expor episódios vivenciados no campo, bem como representações sociais produzidas pelos sem-terra de Sarandi e entendidas por eles como algo comum e corriqueiro à vida do acampado.

O capítulo três tem como objetivo apresentar ações práticas realizadas pelos sem-terra, bem como as narrativas que envolvem o litígio referente à Fazenda Coqueiros, estas realizadas com a finalidade de exercer pressão sobre os órgãos governamentais para apressar a desapropriação da terra e concretizar o assentamento na área em questão. Este capítulo tratará de ações que, embora exercitadas com determinada periodicidade por integrantes do MST, são vistas por eles como algo além do corriqueiro, algo que, segundo eles, mereça destaque, pois estas seriam capazes de confirmar as razões da luta que empenham.

O quarto capítulo apresenta uma reflexão dos seguintes eixos: reforma agrária, agroecologia, cooperativismo e socialismo, visto que são estes os temas que desempenham maior interesse entre os acampados, justamente por serem estes os principais eixos de discussão entre as instâncias representativas do MST.

Por fim, a conclusão deste texto reflete a cerca do que foi exposto nos capítulos, fazendo uma leitura conjunta dos dados etnográficos e apontando as pretensões para continuidade desta pesquisa.

# 1 “BRAÇOS ERGUIDOS DITEMOS NOSSA HISTÓRIA”: O CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA SITUAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A CONSTITUIÇÃO DO ACAMPAMENTO SARANDI

*“Braços Erguidos ditemos nossa história  
sufocando com força os opressores  
hasteemos a bandeira colorida  
despertemos esta pátria adormecida  
o amanhã pertence a nós trabalhadores!”*

(Trecho do Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, autoria de Ademar Bogo)

Primeiro verso da última estrofe do hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – cantado em momentos cívicos e celebrativos no Acampamento Sarandi –, a frase “Braços Erguidos ditemos nossa história” é proferida com forte entonação e emoção, através dela os acampados expressam, ao mesmo tempo, a confiança na autonomia de erigirem sua própria história e a esperança em um porvir de vitórias.

Este primeiro capítulo percorrerá o processo histórico e social que configurou o atual cenário rural no país, apresentando a importância simbólica que o Acampamento Sarandi possui para os sem-terra, além de contextualizar a organização interna deste.

## 1.3 O contexto histórico a posse da terra

No processo histórico da humanidade, desde sua origem remota, transcorre uma trajetória de prélio pela terra. Tem-se conhecimento, por exemplo, da saga do povo hebreu em busca da “terra prometida<sup>29</sup>”; da conquista de novos territórios por gregos e romanos durante

---

<sup>29</sup> A terra prometida é, de acordo com a Bíblia, a terra de Israel (berço da religião e da cultura judaica desde o século XVII a.C.), que em hebraico significa *aquele que luta com Deus*, foi prometida por Deus às futuras gerações originadas dos patriarcas hebraicos Abraão, Isaac e Jacó.

a História Antiga; da realização das Cruzadas<sup>30</sup> no Período Medieval; da Expansão Marítima Europeia no início do Mundo Moderno e hoje dos conflitos mundiais pela posse da terra e reconhecimento da mesma. Tal circularidade histórica a cerca da disputa pela posse da terra, acarreta conseqüências localizadas de diferentes proporções. Presentemente, muitos países – principalmente europeus – já realizaram a Reforma Agrária com sucesso, entretanto, esta questão em muitos outros países ainda é tema em pauta. No plano atual, mundialmente enfocam-se as rivalidades no Oriente Médio<sup>31</sup>, enquanto no contexto nacional (Brasil) destacam-se as ações do MST.

## 1.2 A conjuntura agrária brasileira

O problema agrário no Brasil nasceu a partir do momento da chegada dos portugueses, os quais implantaram aqui a colonização de exploração, solidificada no trabalho escravo – devido à resistência da mão de obra indígena ao trabalho forçado, passou-se a utilizar no Brasil a mão de obra africana, terrivelmente escravizada, contudo, como resistência à exploração, os negros africanos revoltavam-se, fugiam, formavam quilombos –, na monocultura para exportação e no latifúndio, como bem esclarece Sérgio Buarque de Holanda:

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. E a boa qualidade de terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar fez com que essas terras se tornassem o cenário, onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias européias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos. (HOLANDA, 2006, p. 48).

---

<sup>30</sup> As Cruzadas foram inicialmente expedições de caráter militar, organizadas pela Igreja Católica, visando expulsar os muçulmanos e garantir o domínio de cristãos na Palestina (principalmente Jerusalém, a capital). Com o passar do tempo os cristãos perceberam que tais expedições lhes proporcionava a oportunidade da posse de terras conquistadas, assim este tornou-se o principal objetivo dos nobres, muitos deles sem propriedades, devido ao costume medieval de que apenas o filho primogênito herdaria os bens da família.

<sup>31</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Estado de Israel, na Palestina em 1948, após a Segunda Guerra Mundial. A partir disso os judeus retornaram ao território de onde tinham sido expulsos dois mil anos antes. Mas o lugar já estava habitado, desde então ocorrem confrontações entre palestinos e povos árabes vizinhos, ambos buscando a legitimidade da posse da terra, tais confrontos, mundialmente conhecidos devido a violência empregada nos mesmos, envolvem motivos religiosos, políticos, culturais e sociais.

Para melhor explorar o território brasileiro, a Coroa Portuguesa dividiu o país em capitânicas hereditárias<sup>32</sup>, estas não eram dadas aos donatários, os nobres que as receberam, embora desfrutassem de amplo poder sobre a extensão da capitania não podiam vendê-las, tinham apenas o direito de concessão da terra, sendo responsáveis por governá-las, povoá-las e instituir nelas a fé católica. Todavia, foi permitido aos donatários confiar partes da capitania a quem quisesse nela trabalhar, estas parcelas de terra foram chamadas de sesmarias.

O sistema das capitânicas hereditárias fracassou e foi abolido em 1759, entretanto, as sesmarias continuaram, podendo estas ser repartidas entre filhos ou parentes do sesmeiro, o qual continuava apenas com a concessão de uso da terra, não detendo o título de domínio (propriedade) da mesma. Com o temp, o Estado passou a regulamentar o tamanho das sesmarias.

Nesta época, os padres da Companhia da Jesus (representantes da Coroa Espanhola), esforçavam-se para converter os índios à fé cristã, construindo para isso os Sete Povos das Missões<sup>33</sup>, sendo que um destes, São Miguel Arcanjo, foi erguido na região noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Em 1750, após a assinatura do Tratado de Madri, a região missioneira do Rio Grande do Sul, até então território espanhol, passaria para o domínio português, assim todos os habitantes daquela área deveriam partir para terras além do Rio Uruguai. Não aceitando a decisão imposta pela Coroa, os guaranis missioneiros sustentaram uma guerra entre 1753 e 1756, na qual acabaram sendo massacrados.

Além dos índios e africanos, muitos outros se revoltaram contra o Sistema Colonial, um exemplo disso, são as inconfidências, revoltas e conjurações ocorridas no período colonial no Brasil<sup>34</sup>, situação que não mudou muito após a independência, pois o Brasil Imperial<sup>35</sup> esteve marcado por agitações sociais, estas que giravam entre dois temas principais: a centralização do poder imperial e a autonomia das províncias.

---

<sup>32</sup> Ao total foram quinze capitânicas hereditárias, as quais variavam entre 150 e 600 km de largura, partindo horizontalmente do litoral até a linha imaginaria do Tratado do Tordesilhas.

<sup>33</sup> Os Sete Povos das Missões não foram a primeira experiência missioneira nas terras do “novo” continente. Ainda em 1549 os padres jesuítas chegaram a Salvador, a serviço da Coroa Portuguesa. A partir de 1610 houve a fundação dos Trinta Povos das Missões, estes que acabaram desestruturando-se com a ação dos bandeirantes. Contudo, a partir de 1682 os jesuítas criaram Os Sete Povos das Missões, os quais acabaram suprimidos pela Guerra Guaranítica (1754-1756).

<sup>34</sup> Para citar como exemplo, a Revolta de Beckman em 1684 na cidade de São Luis, no Maranhão; a Guerra dos Emboabas entre os anos de 1708 a 1709 em Minas Gerais; a Guerra dos Mascates entre 1710 a 1711, em Recife no estado de Pernambuco e a Revolta de Filipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica em 1720 também em Minas Gerais.

<sup>35</sup> O Brasil Imperial foi marcado por muitas agitações e revoltas, entre elas citamos como exemplo, a Confederação do Equador em 1824; a Federação do Guanais em 1832; a Revolta dos Malês em 1835; a Cabanagem entre 1835 e 1840; a Revolução Farroupilha entre 1835 e 1845; a Sabinada entre 1837 e 1838; a Balaiada entre 1838 e 1841; a Revolta Praieira entre 1848 e 1850; a Guerra do Paraguai entre 1864 e 1870, dentre tantas outras.

Diante da pressão internacional para se revogar a escravidão e dos vários conflitos por terra, a Coroa Brasileira lançou, em 1850, a Lei 601, a chamada Lei de Terras, a qual se originou de um projeto de lei apresentado pelo juiz de fora Bernardo Pereira de Vasconcelos. A Lei de Terras dificultou o acesso à propriedade da terra para ex-escravos, camponeses e imigrantes, estes últimos, assim como os demais, passaram por grandes dificuldades, muitos tiveram sonhos arquitetados sobre promessas não cumpridas, sonhos esfacelados. A lei determinava que o estado apenas concedesse a prioridade fundiária por compra ou por reconhecimento de posse. Entretanto, o reconhecimento do direito de posse não era acessível aos posseiros, pois não tinham condições de pagar a burocracia que esse exigia (declaração, medição, testemunhas, etc.) e se não feito era condenado a pagar uma pesada multa. Portanto, o direito à terra continuou sendo acessível a poucos. A partir de então começou a grilagem<sup>36</sup> dos títulos de domínio da terra, fato que contribuiu grandemente com ilegalidade de muitas propriedades rurais.

O advento da República não trouxe nenhuma mudança estrutural no campo, ao contrário, reforçou o poder dos coronéis e o privilégio das oligarquias. A República também foi um período onde a população reivindicou seus direitos, merecendo destaque a aprovação do Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que trouxe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em 1961, quando João Goulart (Jango) assume o poder, após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, o clima no país era de ebulição das lutas camponesas e operárias, destacando os Sindicatos no Sudeste e as Ligas Camponesas no Nordeste. “A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus, para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação.” (STÉDILE, 2006a, p. 37-38). Em relação à consequência deste período histórico na atualidade, Antônio Câmara expõe:

No Brasil, o Movimento dos Sem-Terra impôs-se como principal movimento social, problematizando o futuro do país com seus milhares de marginalizados, ou excluídos, oriundos do campo, vítimas de políticas agrárias e agrícolas que favorecem os latifundiários. O movimento tem um passado cujas origens encontram-se no alvorecer do Brasil contemporâneo: nas lutas de Canudos, Contestado e, mais recentemente nas Ligas Camponesas. (CÂMARA, 2007, p. 53).

Ainda a respeito deste assunto, Morissawa – militante do MST – afirma:

---

<sup>36</sup> Grilagem é a falsificação de documentos, para assim, de forma ilegal tornar-se dono por direito de terras devolutas ou de terceiros ou ainda quem está na posse ilegal de prédio ou prédios indivisos, por meio de documentos falsificados. A origem do termo justifica-se porque documentos eram deixados dentro de uma caixa com grilos para serem corroídos, dando-lhes uma aparência antiga e, portanto, mais fácil de falsificar. Tal prática agravava em muito o êxodo rural em diversas regiões do país.

A economia tinha poucos índices favoráveis, a inflação aumentava cada vez mais. Era necessário tomar um conjunto de medidas nas quais estavam implícitos benefícios à população mais pobre do país. O governo teria que implementar reformas de base, ou seja, mexer nas estruturas econômicas e sociais. A principal delas era a reforma agrária. (MORISSAWA, 2001, p. 83)

A Reforma Agrária idealizada por Jango fazia parte do plano de desenvolvimento brasileiro do ministro Celso Furtado. Este modelo de Reforma Agrária previa o aumento da renda de pequenos proprietários, que conseqüentemente impulsionariam o mercado consumidor e este o desenvolvimento industrial, movimento que faria a economia crescer, segundo as previsões de Celso Furtado. Em 1963, o governo de Jango estabeleceu a Lei nº 4.214, o Estatuto do Trabalhador Rural, o qual regulamentava as condições e os direitos do trabalhador rural, nos mesmos moldes que a CLT regulava para o trabalhador urbano.

Devido às suas propostas de reforma, Jango foi acusado de comunista, sendo deposto pela força militar em 31 de março de 1964. O governo militar no Brasil perdurou até 1985. Durante este tempo, os brasileiros viveram sob o autoritarismo, a suspensão de direitos constitucionais, a repressão, a tortura aos opositores do regime e a censura dos meios de comunicação.

A questão agrária brasileira foi determinantemente agravada no período do Regime Militar<sup>37</sup>. Eliane Brenneisen afirma que um

[...] fator que contribuiu para a emergência do MST foi a própria política de modernização agrícola adotada pelos governos militares nas décadas de 1960/1970, que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando milhares de proprietários agrícolas, arrendatários e assalariados do campo. (BRENNEISEN, 2002, p. 39).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra afirma que:

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que contribuiu na reorganização das lutas camponesas, deixando de lado o viés messiânico, propondo para o camponês se organizar para resolver seus problemas. Além disso, a CPT teve vocação ecumênica, aglutinando várias igrejas. Por isso, o MST surgiu do trabalho pastoral das igrejas católica e luterana. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009e).

---

<sup>37</sup> Período (1964 a 1985) da história brasileira em que o país foi governado por militares, os quais depuseram o presidente João Goulart. Este período caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão, sendo que o mesmo ficou conhecido pelo slogan "*Brasil, ame-o ou deixe-o*".

Durante o “Milagre Econômico<sup>38</sup>”, houve um processo de desruralização, devido principalmente aos atrativos do urbano, mas também, devido às tensões viárias e à construção de barragens. Muitos pequenos agricultores foram retirados de suas terras para que nelas se realizasse o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)<sup>39</sup>, o qual estabelecia a construção de muitos canais rodoviários e barragens, obras reconhecidas como necessárias para impulsionar a circulação da economia nacional.

Foram os militares que decretaram a primeira lei de Reforma Agrária no Brasil, o Estatuto da Terra e, em 1970, criaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um órgão do governo para tratar assuntos referentes à conquista, reconhecimento, posse e propriedade da terra.

Segundo a Lei nº 4.504, a Reforma Agrária é uma política econômica e social aplicada pelo governo em nível nacional, tendo como ideal a distribuição de terras e o aumento da produtividade (aplicação de tecnologias em pequenas e médias propriedades), almejando alcançar valores da justiça social, modificando necessariamente as formas de posse da terra. Além disso, o Estatuto da Terra caracteriza a função social da terra através do bem-estar dos seus proprietários e dos que nela trabalham, da boa produtividade e da manutenção dos recursos naturais. O Estatuto da Terra também introduziu novos e importantes conceitos, assinalando os diferentes tipos de propriedade rural no Brasil. Morissawa esclarece:

Foi estabelecido que uma propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família seria considerada minifúndio. A área mínima de terra para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente teria o nome de módulo rural. O tamanho desse módulo seria estabelecido por critérios técnicos. [...]. A propriedade que não excedesse o equivalente a 600 vezes o módulo da região e fosse explorada racionalmente, ocupando mais de 50% da área total agricultável, seria classificada, para efeito legal, como empresa rural. [...]. Toda propriedade rural que não excedesse o tamanho admitido como máximo (o da empresa rural) mas fosse mantida inexplorada em seu todo era considerada latifúndio por exploração. É o que se chama normalmente latifúndio improdutivo. Finalmente toda propriedade rural que, independente do grau de utilização dado a ela, ultrapassasse 600 vezes o módulo regional era classificada como latifúndio por dimensão. (MORISSAWA, 2001, p. 99).

Contudo, na prática, o Estatuto da Terra pouco ou nada fez entre os anos de 1964 e 1985 em prol dos pequenos agricultores, posseiros, camponeses, oposto a isso, “foi nesse

---

<sup>38</sup> Nome dado à época de espantoso crescimento econômico ocorrido no país, principalmente durante os anos do governo Médici (1969 a 1974). Nesse período houve aumento da concentração de renda e de investimentos em infra-estrutura, muitos viam o Brasil como uma “grande potência mundial”, sentimento que cresceu vetinosamente em 1970, quando o país conquistou a Copa do Mundo de Futebol no México, entretanto poucos tinham consciência dos volumosos empréstimos externos para manter tal aparência.

<sup>39</sup> Este plano foi elaborado durante o governo Médici pelo Ministro da Economia Delfim Neto, objetivando a elevação do PIB e da renda per capita através do incentivo dos setores de produção de bens de consumo, de crédito, de empréstimos externos e do incentivo fiscal às empresas estrangeiras. Tais medidas aqueceram o compra de carros, casas e outros bens, adquiridos através de financiamentos.

período que se entregaram grandes extensões de terras públicas da região amazônica a grupos empresariais e também a multinacionais, que, segundo o INCRA, possuem hoje 30 milhões de hectares no Brasil” (MORISSAWA, 2001, p. 100). Terminado o período ditatorial no Brasil, a abertura democrática trazia muitas esperanças à população. Em maio de 1985, foi elaborado por José Gomes da Silva o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), este favorecia os camponeses pobres. Em oposição ao PNRA, criou-se a UDR (União Democrática Ruralista). Entretanto, o PNRA original passou por tantas modificações que se tornou inexecutável. A importância da abertura política para a gênese dos movimentos sociais é destacada por Brenneisen. Ela afirma:

E, por fim, outro fator fundamental a se considerar é o próprio contexto político da época, de abertura política, que ofereceu as condições objetivas para a organização popular e a emergência de movimentos sociais urbanos e rurais. Essas condições explicam, em parte, a emergência, neste período, especificadamente, da luta pela terra, porém, não seria o bastante, se não houvesse, entre esses agricultores, um profundo desejo de liberdade e justiça “adormecido” durante os anos da ditadura militar. (BRENNISEN, p. 39).

Em 25 de fevereiro de 1993, o presidente Itamar Franco sancionou a Lei Agrária. Segundo esta lei:

A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009c).

A Lei Agrária reorganizou as propriedades rurais, diferenciando-se do Estatuto da Terra. Segundo a Lei Agrária, o minifúndio é a menor dimensão do módulo rural. A pequena propriedade varia entre um e quatro módulos rurais. As médias propriedades equivalem entre quatro e quinze módulos rurais. As grandes propriedades rurais são superiores a quinze módulos rurais. “O tamanho de um módulo rural varia, de acordo com a região ou área do território brasileiro, entre 5 a 110 hectares.” (MORISSAWA, 2001, p. 110).

Em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Banco da Terra e o cadastro nos Correios. O Banco da Terra permitia ao agricultor familiar sem terra financiar diretamente um pedaço de terra que estivesse à venda na sua própria região. Alguns pequenos agricultores aderiram ao Banco da Terra e prosperaram economicamente. Entretanto, também ocorreu de alguns fazendeiros falidos livraram-se de suas piores terras através deste instrumento; de pequenos venderam para pequenos, sem alterar em nada a estrutura fundiária, sendo que em muitos casos o empréstimo não pode ser pago.



O passar dos anos não apresentou nenhuma grande novidade na tentativa de solucionar o problema agrário brasileiro. Hoje, devido à implantação da tecnologia na agricultura e da lucratividade das culturas agrícolas, praticamente inexistente terra ociosa ou improdutivo no país. Assim, a fisionomia agrária da sociedade brasileira continua “socialmente diversificada e faz parte de uma complexa estrutura de classes. O nó da questão agrária reside na construção política de unidade das lutas dos trabalhadores rurais integrados e excluídos e das alianças na sociedade, para reapropriar e redefinir as condições da socialização do trabalho no campo” (GRYBOWSKI, 1987, p. 54).

### 1.3 A gênese de um Movimento

A origem histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se encontra ainda na década de 1960. Uma campanha de abaixo-assinados incentivada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – cunhado do presidente João Goulart –, dá origem ao MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra – 1960/64), o qual ocupou a Fazenda Sarandi, uma propriedade rural de 24 mil hectares<sup>40</sup>, localizada na atual cidade de Ronda Alta, na época, distrito de Sarandi. Para justificar a ocupação, os agricultores argumentavam que a propriedade pertencia a uma família uruguaia e que era improdutivo. A Fazenda Sarandi foi desapropriada pelo governador Leonel Brizola, o qual se ancorou em uma lei estadual de utilidade pública – nesta época ainda não havia uma legislação nacional sobre Reforma Agrária. Contudo, não foram preenchidos todos os lotes procedentes da desapropriação da Fazenda Sarandi, pois o mandato de Brizola terminou e o governador eleito, o senhor Ildo Meneghetti, não continuou o projeto de assentamento, além disso, nessa época também ocorreu o Golpe Militar de 1964, impedindo determinadamente a concretização de assentamento nos lotes que ainda estavam vagos.

O MASTER recebia apoio da Igreja Católica, mais especificamente das Pastorais da Terra, apoiadas pela Teologia da Libertação, a qual começa lentamente a abrolhar. Brenneisen explica que

[...] a atuação da Igreja, neste momento inicial, foi muito além do apoio ou assessoria. Coube a ela, naquela circunstância histórica, oferecer a direção política à luta dos trabalhadores. A forma como se deu esta atuação emprestou ao Movimento

---

<sup>40</sup> Hectare é uma medida agrária, sendo que um hectare é equivalente a 10.000 m<sup>2</sup>.

características político-religiosas, elementos marcantes dos primeiros anos de organização. (BRENNEISEN, 2002, p.39).

Com a Ditadura Militar, em 1964, o MASTER padeceu, mas não desapareceu, pois das 1.050 famílias do Movimento apenas 450 foram assentadas. As famílias que não receberam o lote se dirigiram para a reserva caingangue de Nonoai – reconhecida legalmente desde 1847 – e ali permaneceram durante anos, alguns como posseiros outros como arrendatários.

Entretanto, em 1978, os Caingangs e o Conselho Indigenista Missionário expulsaram cerca de 1.200 famílias de posseiros e arrendatários da reserva. Para estas famílias o governo ofereceu terra no estado do Mato Grosso, 700 famílias aceitaram estas terras e dirigiram para lá. As outras quinhentas acamparam em cidades próximas a Nonoai e algumas foram para Esteio, estas últimas receberam lotes de terra em Bagé. As famílias que permaneceram na região de Nonoai ocuparam uma área sobeja da Fazenda Sarandi, área que agora era reserva ambiental, acabaram sendo expelidas pelo policiamento, tendo que recuar ao acampamento.

Paralelo a esse Movimento, em Santa Catarina, ocorreu a ocupação à Fazenda Burro Branco; no Paraná, em 1980, 10 mil famílias que tiveram suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu organizaram-se contra o Estado; em São Paulo e Minas Gerais, também eclodiam manifestações objetivando a posse de terra. Esses acontecimentos, mesmo dispersos e isolados, já indicavam a organização de um Movimento com bases nacionalmente articuladas.

Em relação a esse processo inicial, Morissawa afirma que:

O resultado mais importante desse início de organização dos sem-terra foi que, em seguida, começaram a discutir, realizar assembléias em cada acampamento e analisar quais seriam as saídas. Nesse processo de conscientização, eles se juntaram aos acampados militantes da CPT e da reforma agrária, passando a buscar soluções coletivas. Esses grupos de discussão e conscientização foram sementes de um novo movimento social. (MORISSAWA, 2001, p. 124).

Em 1º de agosto de 1979, os sem-terra reunidos com o governador do estado do Rio Grande do Sul, o senhor José Augusto Amaral de Souza, exigiram um assentamento na Fazenda Macali e gleba Brilhante, que, segundo eles, era parte da antiga Fazenda Sarandi e havia sido grilada<sup>41</sup>, sendo definido um prazo de 30 dias para resolver o impasse. Vencido o prazo e sem nenhuma resposta, houve a ocupação da Fazenda Macali e Brilhante. Morrissawa descreve:

Na noite de 6 de setembro, diversos caminhões e veículos transportando 110 famílias sem terra entraram na Macali, onde em pouco tempo montaram acampamento. Como haviam decidido nas reuniões, assim que chegaram à terra

---

<sup>41</sup> Nesta época João Pedro Stédile era funcionário da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, estando ligado a Comissão de Pastoral da Terra, tendo ele levantado a informação da grilagem da Macali e Brilhante.

fincaram uma cruz, símbolo conquista, e colocaram sobre ela a bandeira do Brasil. [...]. Outras 170 famílias organizadas pelo nascente movimento ocuparam a gleba Brilhante no dia 25 daquele mês. Apesar da ameaça de repressão policial mais contundente, os sem-terra tiveram o apoio da sociedade e não houve violência. (MORISSAWA, 2001, p. 124-125).

Por fim, o governador acabou realizando o assentamento nas áreas da Macali e Brilhante, mas, devido ao tamanho destas áreas, nem todas as famílias foram assentadas. As famílias que ainda não haviam recebido suas terras ocuparam a Fazenda Annoni – uma propriedade rural de 9.500 hectares de terra, igualmente localizada no município de Sarandi – em outubro de 1980, mas acabaram sendo expulsas pela polícia. Tal experiência serviu de ensaio para a ocupação da Encruzilhada Natalino<sup>42</sup>.

O acampamento da Encruzilhada Natalino organizou-se entre dezembro de 1980 e março de 1982, com cerca de 600 famílias que acamparam na área de servidão pública, nas margens da estrada. Segundo Morissawa, apesar

[...] da precariedade das condições do acampamento, trataram de se organizar em grupos, setores e comissões, e de eleger uma coordenação. Dessa luta nasceu o Boletim Sem Terra, o primeiro órgão de comunicação do Movimento, e uma secretaria administrativa em Porto Alegre para buscar solidariedade. [...]. Sindicatos de várias categorias de trabalhadores, comunidades de diversas paróquias, prefeitos, agricultores e estudantes passaram a apoiá-los. Em junho de 1981, D. Pedro Casaldáliga veio trazer sua solidariedade aos acampados, rezando uma missa para eles em que reuniu 6 mil pessoas, contando as que foram prestar solidariedade. Esse acontecimento foi divulgado para todo o território nacional. Outra grande comemoração foi realizada no Dia dos Trabalhadores Rurais, 25 de junho, com a participação de mais de 10 mil pessoas. [...]. No acampamento, a cruz era, de início, fincada no chão, mas passou a ser escorada. Cada escora simbolizava um apoio recebido, os panos brancos, as crianças que morriam ali. (MORISSAWA, 2001, p. 125-126).

Em julho de 1981, o presidente Figueiredo declarou a Encruzilhada Natalino como Área de Segurança Nacional<sup>43</sup>, tropas do Exército, da Polícia Federal e agentes de inteligência tomaram a região e fecharam a estrada. O comandante da operação era o Coronel Sebastião Rodrigues Moura, conhecido como Curió<sup>44</sup>, o qual havia sido responsável por acabar com a

<sup>42</sup> Encruzilhada porque é o ponto de encontro das estradas que se dirigem aos municípios de Sarandi, Passo Fundo e Ronda Alta, ambos no norte do estado do Rio Grande do Sul. Natalino é o nome do agricultor que ergueu o primeiro barraco no local.

<sup>43</sup> Área de segurança nacional é uma região onde as liberdades individuais, os princípios constitucionais e a legislação civil não têm efeito, devido ao risco de serem alvo de sabotagens, de atos terroristas, pois são localidades que podem desestabilizar a segurança do país.

<sup>44</sup> O Major Curió foi agente do Serviço Nacional de Informação e membro do Conselho de Segurança Nacional. Atuou durante o Regime Militar como perseguidor, seqüestrador e torturador de religiosos e lideranças sindicais ligadas à luta pela terra.

Guerrilha do Araguaia<sup>45</sup> na Amazônia na década de 1970 e, em 1980, no Garimpo da Serra Pelada<sup>46</sup>, sua função era acabar com o acampamento e abolir o exemplo de rebeldia.

O Coronel Sebastião prometeu satisfazer o desejo por terras. Cerca da metade das famílias aceitaram ser assentadas na região Norte e Centro-Oeste do país. A outra parte dos sem-terra, mobilizados por bispos da Pastoral da Terra, preferiu pressionar o governo para assentá-los no Rio Grande do Sul. Aos que ficaram restou o aviso de que “quem já tivesse trabalhado em centros urbanos estava classificado como sem vocação para a agricultura e, portanto, não tinha direito à terra” (MORISSAWA, 2001, p. 127). Ocorreu que algumas famílias que não tinham conseguido se adaptar na região Norte e Centro-Oeste do país, retornavam ao Rio Grande do Sul e voltavam ao acampamento. A estas foi avisado que não teriam novo direito à terra, ou seja, era exigido de cada família um documento onde se comprovasse que nunca havia possuído uma propriedade rural. No início de fevereiro de 1982, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e a Igreja Luterana compraram uma área de pouco mais de 100 hectares de terra em Ronda Alta – onde mais tarde foram assentadas 10 famílias –, neste local, as famílias que estavam na Encruzilhada Natalino, formaram um acampamento permanente do MST. Só após três anos de resistência, o governo desapropriou áreas na região e assentou famílias. Ainda hoje a Encruzilhada Natalino é apontada por líderes do MST como um exemplo de resistência, mobilização e luta.

Em julho de 1982, no Paraná, houve o primeiro encontro de lideranças que objetivavam a posse pela terra através da realização da Reforma Agrária. Estavam presentes no encontro representantes dos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda em 1982, em Goiânia, foi realizado um seminário para as lideranças de agricultores sem-terra, neste seminário se levantou a necessidade de criar um Movimento de alcance nacional e de todos os trabalhadores sem-terra se engajarem na luta pela terra.

---

<sup>45</sup> A Guerrilha do Araguaia foi organizada pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil) na década de 70. Esta reuniu guerrilheiros contrários ao Regime Militar, os quais pretendiam implantar o comunismo no país. Os guerrilheiros se organizaram, próximo ao rio Araguaia, no atual estado do Tocantins. O plano era conscientizar os camponeses locais sobre a necessidade da luta armada contra os grandes proprietários rurais. Acabaram sendo derrotados por um grande exército em 1975.

<sup>46</sup> Em 1976 o Departamento Nacional de Minas e Energia comprovou a existência de ouro no sul do Pará, mas o anúncio só veio oficialmente a público em 1979. No primeiro semestre de 1980 já havia cerca de 30 mil garimpeiros na área que pertencia a Companhia Vale do Rio Doce. O Major Curió comandou a intervenção da área, todo o ouro encontrado deveria ser vendido à Caixa Econômica Federal. Devido à interesses eleitoreiros – o major Curió foi eleito deputado federal em 1982 – a Vale só recuperou o direito de posse do garimpo em 1992 e acabou sendo indenizada. Os depósitos de ouro na superfície se esgotaram. O apogeu do garimpo foi em 1983. Em 1996 garimpeiros voltaram ao local, mas foram expulsos pela polícia. Atualmente exploram o garimpo uma empresa canadense e uma cooperativa local.

Dessa articulação, derivou o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no ano de 1984 em Cascavel, no estado do Paraná. Neste encontro, além da união dos trabalhadores rurais sem-terra de todo o país, juntaram forças a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Indigenista Missionária e operários de São Paulo. Fundava-se, assim, oficialmente um Movimento nacional que buscava a realização da Reforma Agrária. Sobre esse encontro, o MST afirma que:

A atividade reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima [...]. Os participantes concluíram que a ocupação de terra era uma ferramenta fundamental e legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais em luta pela democratização da terra. A partir desse encontro, os trabalhadores rurais saíram com a tarefa de construir um movimento orgânico, a nível nacional. Os objetivos foram definidos: a luta pela terra, a luta pela Reforma Agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009e).

Em 1985 ocorreu o I Congresso Nacional dos Sem-Terra. A bandeira foi criada em 1987 e o hino foi escrito por Ademar Bogo em 1990, a música é de Willy Correia de Oliveira, professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, sendo que a primeira apresentação deste hino foi realizada pelo Coralusp.

Em outubro de 1985, ocorreu a segunda ocupação por 1.5 mil famílias, de uma das maiores fazendas do estado do Rio Grande do Sul, a Fazenda Annoni, sendo esta propriedade de Ernesto José Annoni, ex-prefeito de Carazinho. O objetivo era pressionar a desapropriação e a criação de um assentamento. A Annoni tinha sido declarada em 1975, ainda no governo militar como área improdutiva, sendo reconhecida como área de interesse para realização da Reforma Agrária, contudo permaneceu em litígio judicial até 1987, sendo que o assentamento foi realizado somente em 1992, originando-se, a partir deste, o município de Pontão (RS).

Brenneisen afirma que tal realidade histórica demonstra como a organização do MST contribuiu para a transformação das relações sociais no campo, bem como para uma nova cultura política, esta que, ao invés de se calar, como fez nos anos do coronelismo, passa agora a reivindicar seus direitos de cidadãos, a autora explica:

A organização dos trabalhadores rurais tem permitido, ainda que se rompa com o isolamento a que estavam sujeitos, possibilitando um novo processo de socialização política. O aprendizado prático da organização constitui-se um exercício democrático e um aprendizado político, que permite o estabelecimento de novas relações e a formação de uma cultura política mais democrática. (BRENNEISEN, 2002, p. 61).

De lá para cá o Movimento se desenvolveu, firmando importante articulação nacional. Os sem-terra vêm-se como atores ativos do principal Movimento que busca a Reforma Agrária e, desde a década de 1980, vem se tornando um fenômeno mundialmente conhecido, adquirindo conotações diversas. Dentro do Brasil, a notoriedade adquirida pelo Movimento se deve, principalmente, à estratégia por ele empregada para possibilitar o acesso à terra de seus integrantes: organizam-se acampamentos nas margens de rodovias, manifestações em praças públicas, passeatas em grandes cidades, longas caminhadas do interior do país até a capital federal, ocupações de áreas rurais públicas ou privadas, entre outros. Essas estratégias visam criar fatos políticos que obriguem o Estado a interferir na estrutura agrária, promovendo desapropriações de terra para o assentamento dos participantes do Movimento, mas também causam muita polêmica em relação à atuação dos sem-terra. Segundo o próprio Movimento, atualmente

[...] o MST está organizado em 24 estados, onde há 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas. Hoje, completando 25 anos de existência, o Movimento continua a luta pela Reforma Agrária, organizando os pobres do campo. Também segue a luta pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana, princípios definidos lá em 1984. (MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009e).

A organização interna do MST configura-se em um fenômeno social complexo, que possui uma estrutura que combina membros das camadas populares urbanas, camponeses, intelectuais acadêmicos, membros de partidos políticos e do clero católico.

Grybowski ajuda a compreender a gênese do MST, ao afirmar que a

[...] diversidade de reivindicações e lutas no campo é expressão do modo como os trabalhadores e produtores rurais vivem e respondem às formas concretas de integração e exclusão a que foram submetidos. Dessa forma, tendem a, diferencialmente, construir sua identidade política e suas formas de atuação e organização. Através dos movimentos sociais, ao transformar a sua situação em elemento de ação comum, desenvolvem as suas organizações e se constituem em atores políticos, definindo, assim, sua capacidade de confronto com o conjunto de forças e interesses que condicionam sua integração econômica e política. O elemento de unidade e o sentido político dessas diferentes lutas é dado pela luta por novas formas de integração, as quais apresentam um duplo caráter: novas formas econômicas e técnicas e novas formas políticas de organização e participação democráticas. (GRYBOWSKI, 1987, p. 53-54).

Conforme as lideranças do Movimento, o modelo de Reforma Agrária proposto pelo MST, busca afiançar trabalhos a todos; produzir alimentação abundante; garantir melhores condições de vida e bem estar social; disseminar a justiça social, a igualdade estrutural e os valores socialistas e humanistas; conservar e revigorar recursos naturais e inserir o modelo agroindustrial. Tal proposta planeja desapropriações com indenização – aos proprietários – e sem indenizações – a criminosos e grileiros –, sendo que as terras destinadas à Reforma

Agrária devem ser mais próximas possíveis das cidades, para viabilizar abastecimento acessível. A partir disso, os sem-terra compreendem que a terra é um recurso da natureza e, por isso, serve a toda a sociedade e é de toda a sociedade. O tamanho do lote e a escolha do que será nele produzido, dependerá da região, sendo que os lotes não poderão ser vendidos pelos assentados, visto que estes são pessoas que dependem da agricultura e, por isso, têm que bem utilizar a propriedade rural; a terra de posseiros deve ser regularizada; o acesso ao uso da água e dos meios de produção deve ser democratizado, a função social da terra deve ser mantida. Ainda, segundo o MST, devem-se estimular as diversas formas de cooperação na agricultura, como os sindicatos; a urbanização das famílias assentadas e o busca por maior produtividade.

Segundo esta proposta, os sem-terra afirmam que é dever do Estado criar medidas protecionistas que apoiem e auxiliem os assentamentos, preocupando-se com o comércio, as condições de vida, de educação, de cultura, de saúde e de lazer destes. Contudo, os sem-terra também reconhecem que a implementação de tal proposta só será possível diante da mobilização popular – daí a necessidade de massificar e ampliar a participação popular – e da ação do Estado Democrático Popular (implantação do socialismo). A partir desse ponto, o MST indica que a preocupação do Movimento não é apenas social (distribuição mais igualitária dos recursos econômicos), mas também política e ideológica. Fazendo uma análise da atuação nas últimas décadas dos movimentos sociais Gohn afirma:

Não nos resta a menor dúvida de que, no plano geral, a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros dos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do regime militar. Trata-se da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado. [...]. A capacidade de intervir e construir uma esfera pública foi um dos grandes saldos do período. (GOHN, 2000, p. 45).

Inicialmente formado como um Movimento que voltava sua ação para o meio rural, hoje o MST não produz recorte em seu campo de atuação. Segundo o próprio Movimento, não só se aceita, mas também se convida para suas fileiras todo cidadão que se opõe a qualquer forma de injustiça, de exclusão social e que defende a Reforma Agrária – ambos entendidos segundo os padrões proferidos pelo próprio Movimento –, tenha ou não este cidadão vínculo com o mundo rural.

A aceitação de não agricultores no seio do Movimento é alvo de muitas críticas, pois alguns justificam que o Movimento, já que é chamado de “Trabalhador Sem Terra”, perdeu

propósito de existir, ao não encontrar mais – ou encontrar poucos – trabalhadores rurais sem terra, tendo que engrossar seu contingente com cidadãos urbanos, os quais não formaram vínculo com a agricultura. O Movimento defende-se argumentando que, assim como no século XIX, quando os trabalhadores rurais saíram do campo e se dirigiram para cidade – local onde empregaram sua mão de obra e muito bem se adaptaram – hoje os trabalhadores urbanos estariam fazendo o processo inverso<sup>47</sup>, podendo estes então se adaptarem à agricultura, visto que esta requer menos técnica que o trabalho industrial.

Também há os que defendem a prática do MST acolher em suas estruturas cidadãos urbanos, pois estes seriam vítimas do processo de exclusão social urbano, tornando-se um problema social para toda sociedade, ou seja, o MST seria também um Movimento que contribuiria com a sociedade urbana ao absorver cidadãos urbanos excluídos, entre estes, aqueles vulneráveis à prática de crimes. Em posse de tal argumento, os sem-terra compreendem-se como integrantes de um Movimento que almeja ser benéfico tanto para o campo como para cidade.

#### **1.4 O Acampamento Sarandi**

O Acampamento Sarandi tem uma importância especial para os sem-terra. A região de atuação dos integrantes do Acampamento Sarandi possui importância histórica e simbólica para os integrantes do MST, pois é a região onde o Movimento nasceu e tomou forma, conseqüentemente, esta região detém a história das primeiras ações dos sem-terra, ações que ainda hoje são apresentadas pelas lideranças do MST como exemplo de eficácia da luta e da resistência<sup>48</sup>. Diante da simbologia que esta região representa aos sem-terra, o objetivo da manutenção do Acampamento Sarandi, é manter vivo o Movimento onde ele foi criado. Foi com este propósito que, em 2004, integrantes do MST foram conduzidos à região, tendo como alvo a Fazenda Coqueiros, uma área eleita como símbolo para os sem-terra. A Coqueiros representa aos integrantes do MST a busca de um novo referencial de luta, referencial este, que até agora, esteve vinculado à Fazenda Annoni.

---

<sup>47</sup> Ao longo deste texto se exemplificará tal processo e suas múltiplas complexidades.

<sup>48</sup> As informações apresentadas sobre o processo de formação do Acampamento Sarandi têm como fonte de pesquisa as reportagens divulgadas pelo Jornal Diário da Manhã de Carazinho.



#### 1.4.1 A Formação do Acampamento Sarandi

Em 2 de abril de 2004, um grupo de 700 famílias do MST, vindas de Palmeiras das Missões (RS) e de Júlio de Castilhos (RS), ocupou pela primeira vez a Fazenda Coqueiros, localizada no distrito de Xadrez no município de Coqueiros do Sul (RS), distante cerca de cinco quilômetros de Carazinho (RS) (Quadro 1).

No dia 7 de abril de 2004, ocorreu a primeira audiência de conciliação entre as partes, naquela ocasião foi dado um prazo de 30 dias para o INCRA assentar as famílias que haviam ocupado a área. Em entrevista ao jornal Diário da Manhã, um dos coordenadores dos sem-terra afirmou: “Agora o INCRA terá 30 dias para resolver nossa situação, mas caso isso não aconteça, estamos decididos a não deixar a Fazenda. Só sairemos para um assentamento. No entanto nos comprometemos a não aumentar a área, ao menos nós não faremos isso.” (ROSA, 2004, p.1). Em outra entrevista é afirmado o interesse do Movimento na Fazenda Coqueiros: “Uma discussão que a gente tem é que a Fazenda Coqueiros terá que ser transformada em um assentamento, mais cedo ou mais tarde. Entendemos que ela é muito grande e tem que ser dividida com aqueles que precisam da terra para trabalhar” (CORNÉLIO, 2004a, p. 3).

No dia 14 de abril de 2004, cerca de 300 pessoas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do MST saíram de Novo Barreiro (RS), e marcharam pelo acostamento da BR 386 em direção a Carazinho. Os integrantes da marcha acamparam provisoriamente nas margens da BR 386, próximo à praça do pedágio sob concessão da Empresa Coviplan em Carazinho. No dia 18 de abril, este grupo de sem-terra ocupou a área de 2.200 hectares, de propriedade da Sazão Agropecuária S/A em Almirante Tamandaré do Sul (RS). Contudo, seguindo a ordem de reintegração de posse, o grupo voltou para as proximidades da praça do pedágio. Neste mesmo final de semana, o Jornal Diário da Manhã traz como destaque de capa a seguinte notícia:

A concessionária do pólo de pedágio, responsável pela manutenção da BR 386, entrou com pedido de reintegração de posse na Justiça Federal, em Passo Fundo, mas o juiz decidiu encaminhar a ação para a Justiça Estadual de Carazinho. Pelo contrato de concessão, a Coviplan tem obrigação de zelar pela rodovia, acostamento e faixa de domínio, sendo que as invasões não podem ser permitidas. No entanto, o fato principal que levou a empresa a tomar a decisão de pedir a reintegração é a segurança dos integrantes do MST e MPA, que estão instalados às margens de uma das rodovias mais movimentadas da região. (SPADA, p. 2, 2004b).



Num intervalo de 15 dias, a Via Campesina, o Movimento Sem Terra (MST) e Movimento de Pequenos Agricultores, montaram três acampamentos na região de Carazinho. O terceiro começou a ser instalado ontem, numa área de 8 hectares cedidas ao MST por um simpatizante. Famílias carentes de Carazinho e região estariam sendo recrutadas pelo movimento para participar da ação. [...]. Conforme o coordenador, como a região de Carazinho é estratégica para o MST e não estão descartadas novas ocupações nos próximos dias. Nos três acampamentos já passam de 1.200 pessoas que participam da mobilização. (CORNÉLIO, 2004c, p. 3).

No dia 17 de abril de 2004, em várias cidades gaúchas, aconteceram protestos que objetivavam chamar a atenção das autoridades para a realidade política e econômica da agricultura familiar. A reivindicação pedia a liberação de crédito para os pequenos agricultores, com o argumento de que esta era necessária para que os mesmos pudessem se manter na roça, ao invés de enfrentar a fila do desemprego na cidade. Na região de Carazinho, o protesto, organizado com apoio da Via Campesina, ocorreu em Sarandi. Três mil produtores reuniram-se no centro da cidade, agências bancárias tiveram suas portas fechadas, pois estas foram vistas como símbolos dos governos estadual e federal – entidades que os sem-terra reprovam.

Na tentativa de manter os ânimos controlados na região, devido à movimentação dos sem-terra, foram recrutados policiais militares de diversas cidades do estado, estes estavam sob o comando do Coronel Valdir Cerutti<sup>49</sup>. No dia 28 de abril de 2004 é noticiada a decisão da juíza Ana Paula Caimi de conceder a reintegração de posse à Concessionária Coviplan, dando um prazo de sete dias para os integrantes do MST e do MPA abandonarem a área. Enquanto isso, ruralistas montavam postos de monitoramento das ações dos integrantes do MST ao longo da rodovia e outro grupo de integrantes do MST, vindos do Acampamento Filhos da Terra de Cruz Alta (RS) marchavam em direção a Carazinho. Era o quarto grupo de integrantes do MST, do MPA e da Via Campesina que se dirigiam para a região durante o mês de abril de 2004. A essa altura, o conflito já começava a ficar tenso, terminava o Abril Vermelho – mês caracteristicamente escolhido para as ações do MST – e começava o Maio Verde, mês onde os ruralistas prometiam fortes ações contra os sem-terra em defesa de suas propriedades na região.

No dia 6 de maio, a marcha dos sem-terra vindos de Cruz Alta ingressou no centro da cidade de Carazinho, passando pela Avenida Flores da Cunha – principal avenida da cidade. Na reportagem do Diário da Manhã, Sérgio Cornélio escreve:

---

<sup>49</sup> O Coronel da Brigada Militar Valdir Cerutti Reis, atuou durante a Ditadura Militar, estando infiltrado no acampamento da Encruzilhada Natalino, utilizando o pseudônimo de Toninho, onde tentava convencer os acampados a abandonar o movimento e aceitar terras em outros estados.

Com suas tradicionais bandeiras vermelhas, faixas, carro de som e entrega de panfletos, foram [os sem-terra] explicando à população os motivos dos protestos e das ocupações. Toda a passeata foi monitorada pelos ruralistas, até o Trevo do Baixinho, onde concentraram-se até a saída da marcha para a rodovia. Ainda durante a passeata do MST vários estabelecimentos comerciais fecharam suas portas em apoio à ação dos ruralistas. O centro da cidade praticamente parou para acompanhar o manifesto dos dois movimentos na luta pela terra. (CORNÉLIO, 2004h, p. 2).

O prazo de 30 dias dado ao Incra para que este providenciasse áreas para assentar as 600 famílias acampadas na Fazenda Coqueiros se esgotou e o assentamento não ocorreu, determinou-se então a reintegração de posse ao proprietário Félix Guerra. Os quatro acampamentos localizados em Carazinho se unificaram e receberam a ordem de sair da área da Fazenda Coqueiros até o dia 13 de maio. Na época, havia grande preocupação da população local com o caso, o jornalista Sérgio Cornélio relata:

Tendo em vista a tensão gerada na comunidade sobre o conflito entre os Sem-Terra e os ruralistas pela posse das propriedades rurais e ainda a possibilidade de um confronto armado do MST e MPA com a Brigada Militar, na desocupação da Fazenda Coqueiros lideranças de diversos setores da sociedade carazinhense criaram ontem o Movimento Branco, pela paz no campo. O grupo formado na sede do Sindicato dos Bancários, conta com a participação de entidades sindicais, subseção local da OAB, igrejas cristãs e de uma comissão de direitos humanos que está sendo formada no Município. (CORNÉLIO, 2004j, p.1).

Após ameaça de confronto, com a divulgação de que Brigada Militar usaria cerca de 500 homens, 15 cães e um pelotão de cavalaria com 30 animais e a promessa do governo de liberar, em um prazo de 30 e 60 dias, 50 milhões de reais para compra de terras com o objetivo de realizar a Reforma Agrária, as mais de mil famílias iniciaram, no chuvoso 14 de maio, a desocupação da Fazenda Coqueiros.

No dia 25 de maio de 2004, passou por Carazinho a Cruzada da Produção, uma carreata liderada pelo então presidente da Farsul, o senhor Carlos Rivaci Sperotto, esta percorreu cidades do estado, em apoio aos ruralistas e ao Maio Verde. Pessoas saíram às janelas e às ruas mostrando bandeiras verdes, houve discursos inflamados na praça central onde ocorreu a concentração dos ruralistas e políticos presentes. Após o ato, os apoiadores do Maio Verde se divertiram com o grupo musical João Kadella e o Grupo Canil e com uma mateada oferecida pelo Sindicato Rural de Carazinho e Movimento Verde (Fotografia 1). Em relação às relações sociais mantidas internamente entre os proprietários rurais e as relações sociais mantidas internamente entre os integrantes do MST, podemos concluir que:

Os sujeitos se constituem através de e exprimem as relações ativas, o processo de sua ação e não uma essencialidade dada a priori. Nesta perspectiva, os trabalhadores rurais forjam-se a si mesmos como sujeitos diferentes, membros de grupos sociais determinados, com linguagens e identidade sociais próprias. (GRYBOWSKI, 1987, p. 54-55).

Em 18 de junho de 2004 quinze integrantes do MST iniciaram na praça de Carazinho uma greve de fome, o protesto denominado de “Jejum por Reforma Agrária”, tinha o objetivo de proporcionar um novo debate a cerca da questão agrária, visto que, segundo o Movimento, haviam 18 meses que não ocorria nenhum assentamento no Rio Grande do Sul. No dia 23 do mesmo mês, representantes de sindicatos de Passo Fundo – CPERS/Sindicado (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação), Sindicato dos Metalúrgicos e CUT – chegaram à praça central de Carazinho para manifestar ao grupo seu apoio. O jejum encerrou-se no mesmo dia. Na época havia três acampamentos montados na região, somando-se cerca de 900 famílias. Um deles estava nas margens da BR 386, próximo à praça do pedágio sob concessão da Coviplan em Carazinho, outro no município de Pontão e o terceiro em Coqueiros do Sul, numa área arrendada pelo Movimento, distante 3 km da Fazenda Coqueiros.



No dia 31 de maio, cerca de 500 famílias pertencentes a acampamentos no estado, inclusive famílias dos três acampamentos localizados na região de Carazinho, marcharam para a capital Porto Alegre (RS), onde ocuparam os estacionamentos do INCRA, do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e um terreno da Receita Federal. A justificativa para esta marcha, segundo um dos coordenadores estaduais do

Movimento, foi o descumprimento do acordo feito entre o MST e o governo, este que prometeu assentar famílias e não o fez.

No dia 14 de junho de 2004, 100 famílias integrantes do MST que estavam acampadas em Pontão deslocam-se para a faixa de domínio às margens da BR 386, cerca de seis quilômetros de distância de Sarandi. Dias depois se juntaram a estas outras 300 famílias vindas de Júlio de Castilhos. O objetivo do deslocamento destas famílias era fortalecer os três acampamentos da região, possibilitando novas ocupações.

No dia 26 de julho, a Fazenda Coqueiros foi reocupada, contudo, as famílias não montaram seus barracos no local, apenas plantaram milho e hortaliças. Na reportagem do Jornal Diário da Manhã, um dos coordenadores explica: “Esperamos sessenta dias, criamos uma grande expectativa e infelizmente nenhuma família foi assentada em todo o Rio Grande do Sul. O último assentamento ocorreu no ano passado, na localidade de Bom Recreio, na Região de Passo Fundo e beneficiou poucas famílias.” (CORNÉLIO, 2004q, p. 1).

No dia 11 de agosto, um oficial de justiça foi até a Fazenda Coqueiros comunicar oficialmente aos integrantes do MST o cumprimento do mandato de reintegração de posse, mas estes estavam na área arrendada a qual fazia divisa com a Fazenda Coqueiros. Neste mesmo momento, empregados da Fazenda Coqueiros iniciaram a pulverização da área plantada pelo MST com veneno secante. Conforme relato do jornalista Sérgio Cornélio, a reação dos sem-terra

[...] foi imediata, mesmo sem sair da área arrendada as famílias foram até a cerca divisória e começaram a jogar pedras em direção aos tratoristas. [...]. Os sem-terra revoltados com a atitude disseram que foram provocados por uma pessoa que teria pisoteado uma bandeira do movimento. Além disso denunciaram que por volta das 2h da madrugada uma caminhonete teria disparado tiros de espingarda em outra bandeira do MST situada em frente ao acampamento. (CORNÉLIO, 2004r, p. 3).

Entretanto, no dia seguinte, tropas da Brigada Militar, com pelotão de choque, pelotão de cavalaria, cães, equipe de resgate dos bombeiros e um avião Ximango garantiram o trabalho dos empregados da Fazenda Coqueiros na propriedade.

Na madrugada de 1º de setembro de 2004, ocorreu a terceira ocupação da Fazenda Coqueiros com famílias vindas de Cruz Alta (RS). Neste mesmo dia, as famílias que estavam acampadas em Sarandi foram impedidas pela Brigada Militar de avançar a marcha rumo ao distrito de Xadrez.

Durante o ano de 2005, o acampamento que fazia divisa com a Fazenda Coqueiros permaneceu próximo à propriedade, ocorrendo neste período denúncias de emprego de violência ao proprietário e aos empregados da Fazenda Coqueiros.

Na madrugada de 28 de fevereiro de 2006, 1.900 pessoas vindas de diversas partes do estado, ocuparam novamente a Fazenda Coqueiros, sendo que cerca de 400 delas eram crianças, montando mais de 500 barracos de lona e uma Escola Itinerante no local. O advogado da família Guerra afirmou que: “Esta invasão acontece paralelamente à Conferência Mundial da Reforma Agrária, que está acontecendo em Porto Alegre, sendo que o MST quer trazer delegações estrangeiras para mostrar como fazer uma invasão.” (BECKER, 2006a, p. 2). Na noite do dia 10 de março de 2006, os integrantes do MST anunciam a saída pacífica da Fazenda Guerra, devido ao fato do INCRA se comprometer em assentar 283 famílias.

Os quase dois mil integrantes do MST se dividiram em quatro acampamentos na região. Ressurgiram assim, os acampamentos às margens da BR 386, um próximo a Sarandi, outro próximo ao posto de pedágio em Carazinho e os outros dois acampamentos se localizavam próximo à Fazenda Coqueiros, um em uma área arrendada pelo Movimento, outro em uma área cedida por um simpatizante do MST.

As notícias sobre os sem-terra eram quase diárias no jornal local, a maioria delas referia-se às novas ocupações na Fazenda Coqueiros, às dificuldades das prefeituras das cidades da região em manter benefícios garantidos por lei para todas as pessoas acampadas – como, por exemplo, a necessidade no aumento da demanda de remédios – e, principalmente, notícias relacionadas à criminalidade – roubos, abigeatos<sup>50</sup>, incêndios a lavouras e a maquinários agrícolas, armadilhas para animais, etc. Nos últimos dias de 2006, o Jornal Diário da Manhã traz uma “reportagem especial”, que tinha como chamada a frase “Guerrilha Rural?”. Nela constava:

Dossiê da Brigada Militar mapeia ação do MST na região Norte e aponta possível ligação com guerrilheiros da Colômbia. A extensa documentação foi enviada ao Judiciário em maio deste ano. Folhas, textos, fotos, cópia de documentos e uma análise completa da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Norte do Rio Grande do Sul. Assinado pelo comandante regional do Planalto, Coronel Waldir João Rei Cerutti, o dossiê contendo informações sigilosas aponta que os sem-terra buscam muito mais que a reforma agrária. O material foi encaminhado à redação do Jornal Diário da Manhã. Em uma das páginas, o alerta do próprio Coronel Cerutti: ‘vemos com preocupação as perspectivas futuras de segurança nesta região, face o acirramento de ânimos e a aparente mudança de objetivos dos chamados movimentos sociais em atuação em nosso país’. [...]. ‘As informações permitem concluir que o arrojado plano estratégico do MST, sob orientação de operadores estrangeiros como as FARC, é adotar nesta rica e produtiva região do estado o método de controle territorial branco tão lucrativamente adotado na Colômbia’. De acordo com o dossiê, ‘estima-se que a primeira etapa da ação visando obter o pretendido domínio territorial branco seria controlar o território entre as rodovias RS 324 e BR 386, estendido com pontos até a fronteira com o Uruguai, que já lhes daria o controle sobre duas importantes rodovias, de importância estratégica para os fins de controle da área e liberdade de movimentos’. (CORNÉLIO; BECKER, 2006, p. 3-4).

<sup>50</sup> Furto de animais do meio rural (bovinos e eqüinos).

No final de outubro de 2007 três colunas de integrantes do MST marcharam rumo à Fazenda Coqueiros, uma vinda de Sarandi, outra de Tapera (RS) e outra de Passo Fundo (RS). Contudo, estas colunas foram impedidas por um mandato judicial de entrar na comarca de Carazinho. Até que, em 17 de junho de 2008, os acampamentos que se localizavam próximos à Fazenda Coqueiros foram desativados, visto que a justiça entendeu que estes acampamentos serviam de alicerce para ações criminosas no município de Coqueiros do Sul, especialmente contra a Fazenda Coqueiros. No site do Ministério Público Estadual noticiou-se:

De acordo com a ação civil pública do Ministério Público, os elementos de convicção colhidos e apresentados ao Poder Judiciário demonstram, com certeza e segurança. ‘a utilização pernicioso e anti-social dos acampamentos Jandir e Serraria, verdadeiras bases de operacionais destinadas à prática de crimes e ilícitos civis causadores de enormes prejuízos não apenas aos proprietários da Fazenda Coqueiros, mas a toda a sociedade’. [...]. Também conhecido como ‘Acampamento Oziel Alves’, o acampamento Jandir possui uma área de aproximadamente oito hectares e faz divisa com a Fazenda Coqueiros. Nele estão instaladas aproximadamente 90 pessoas. Situa-se na estrada de ligação entre os municípios de Carazinho e Coqueiros do Sul, ficando a 2 km da primeira cidade. Também conhecido como ‘Sepé Tiaraju’ ou ‘Passo do Cabrito’, o acampamento Serraria abriga aproximadamente 50 pessoas, divididas em 70 barracas, numa área de três hectares. Situa-se a 4 Km de Carazinho, na estrada de ligação entre o município e o distrito de Xadrez, este pertencente a Coqueiros do Sul. Também lindeiro à Fazenda Coqueiros, fica bastante próximo à sede da propriedade e, segundo o Ministério Público, também é utilizado para ações criminosas na região. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Após desativados, os acampamentos localizados na região foram concentrados às margens da BR 386, em Sarandi, onde anteriormente já se localizava um acampamento do MST. Das quase quatrocentas famílias presentes neste acampamento, cento e trinta e uma receberam terras em dezembro de 2008 na região central e sul do RS. Algumas famílias se encaminharam ao lote no final de dezembro, outras apenas em fevereiro.

A escolha da Fazenda Coqueiros não se deu sem justificativa. Segundo integrantes do Movimento, no início desta década, o MST elegeu várias áreas rurais que seriam identificadas como emblema de sua luta, neste contexto, desde 2004, a Coqueiros é reconhecida por integrantes do Movimento como uma “área símbolo”, símbolo da luta dos sem-terra e da desigualdade social – esta entendida seguindo padrões concebidos pelo Movimento. A escolha da propriedade da família Guerra, a maior do norte do estado, se deu sob a alegação de que esta não cumpre sua função social, função imposta pela lei e de que a origem de suas terras é digna de questionamentos e reivindicações. Cabe aqui uma breve reflexão sobre o peso de cada um dos motivos dessa escolha, pois não se pode ignorar o fato da Fazenda



Coqueiros ser a maior da região e estar na mira do MST, este contrário ao latifúndio e à monocultura.

Não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, o latifúndio foi criado por uma situação histórica, conforme visto anteriormente, o que acabou proporcionando o surgimento e desenvolvimento da monocultura, portanto, ser proprietário de uma grande propriedade e nela desenvolver monocultura é evento legitimado histórica e legalmente – embora socialmente seja passível de questionamentos –, portanto, não contribui com o processo de desapropriação das propriedades rurais, visto que isso não caracteriza a propriedade como terra inexplorada ou improdutiva, ao contrário, diante da política do agronegócio, é sinônimo de prestígio entre ruralistas.

#### 1.4.2. A Localização do Acampamento Sarandi

O Acampamento Sarandi<sup>51</sup> localiza-se às margens da BR 386, na altura do km 140, sendo área pertencente ao município de Sarandi, na região do Alto Uruguai, norte do Rio Grande do Sul. Localizado a 330 km de Porto Alegre, Sarandi possui uma área de 386 Km<sup>2</sup>, somando atualmente 20.444 habitantes, conforme dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Sarandi. O município foi colonizado a partir de 1917 por imigrantes alemães e italianos, sendo que a emancipação ocorreu em junho de 1939.

O Acampamento Sarandi foi erguido às margens da rodovia, na área de servidão pública, espaço pertencente à União. O terreno apresenta-se levemente abaixo da estrada, para quem olha da rodovia, consegue ver apenas as armações em lonas pretas. Ao entrar no Acampamento se vê um grande pátio central, onde havia uma rede de voleibol armada, atualmente há duas goleiras de madeira fixadas na terra, também há a escola e o refeitório, este espaço funciona como centro do Acampamento (Fotografia 2).

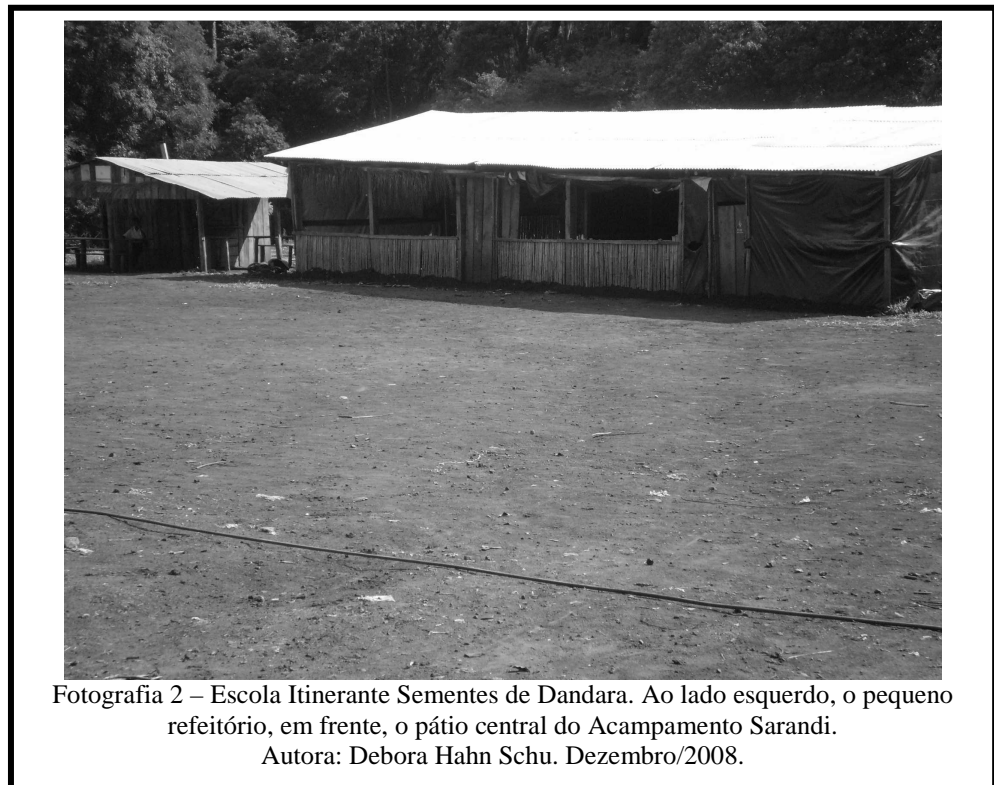
As moradias, paralelas à rodovia por cerca de dois quilômetros (Fotografia 3), são feitas com lonas pretas, armadas com taquaras. O chão das casas é de terra batida, as repartições, quando existem, também são feitas com lonas ou tecidos. Alguns barracos possuem um tapete como forro, a função deste, segundo os moradores, é refrescar no verão e

---

<sup>51</sup> Após o despejo, realizado em junho de 2008, os acampamentos que antes se localizavam próximos a Fazenda Coqueiros acabaram unindo-se em apenas um, causando um certo desentendimento em relação ao nome do atual Acampamento. Enquanto alguns afirmam que o nome do acampamento é Sepé Tiaraju, outros dizem que é Oziel Alves, contudo, o nome que prevalece nas conversas, e por isso utilizado neste texto, é Acampamento Sarandi.

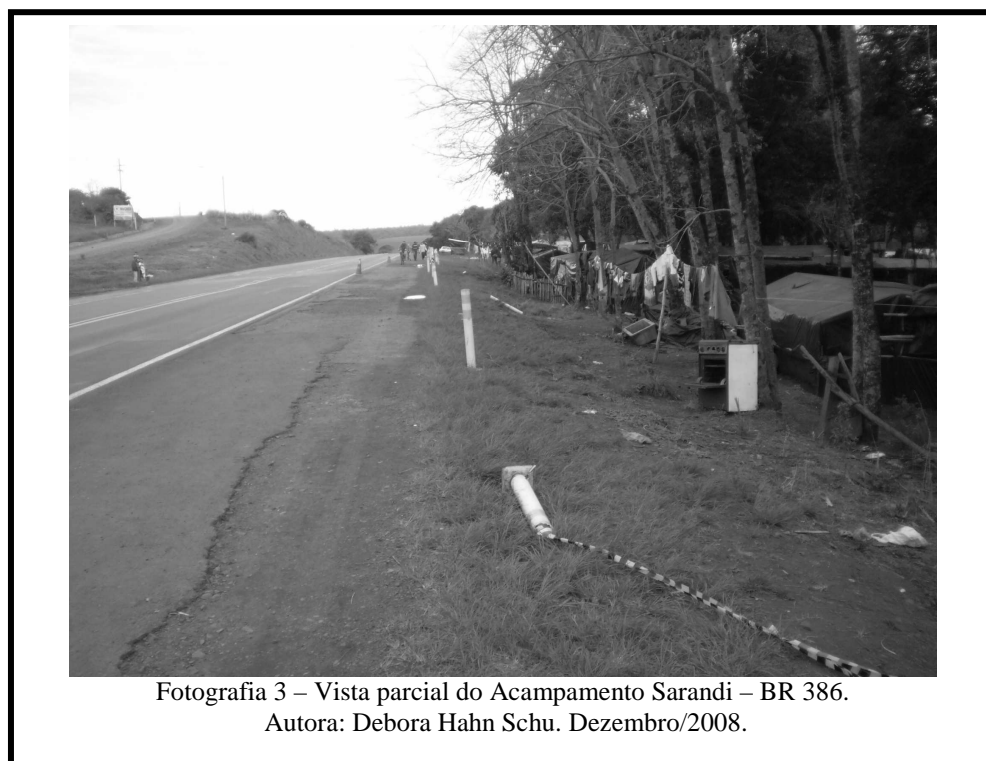
aquecer no inferno. Os banheiros são coletivos, localizam-se logo abaixo dos barracos, mais próximos da mata e também são feitos com lona, taquara e/ou madeira. No Acampamento não há luz elétrica<sup>52</sup>, nem mesmo água encanada.

Aos olhos do visitante, a permanência no Acampamento requer privação intensa, as condições de vida são difíceis. Há perigo devido à circulação intensa de pedestres e à proximidade das residências com a rodovia. A higiene é limitada pela materialidade possível do que é ali oferecido. O olhar do sem-terra representa a vida no Acampamento como sendo melhor e mais segura do que a vida na cidade, Matos esclarece que “o fato de conseguir sobreviver nas precárias condições em que se encontram, de acumular o suficiente para ter uma moradia e conseguir minimamente o que comer, demonstra um nível de resistência difícil de reconhecer sem considerar que há muita iniciativa e criatividade”. (MATOS, 2009).



---

<sup>52</sup> Foi realizado um pedido ao dono de um silo, que fica em frente ao Acampamento, do outro lado da rodovia, para que, a partir deste se instalasse um fio de luz que levaria energia elétrica até os acampados, mas o mesmo não permitiu, mesmo sobre promessas de que o Acampamento pagaria a energia que consumisse.



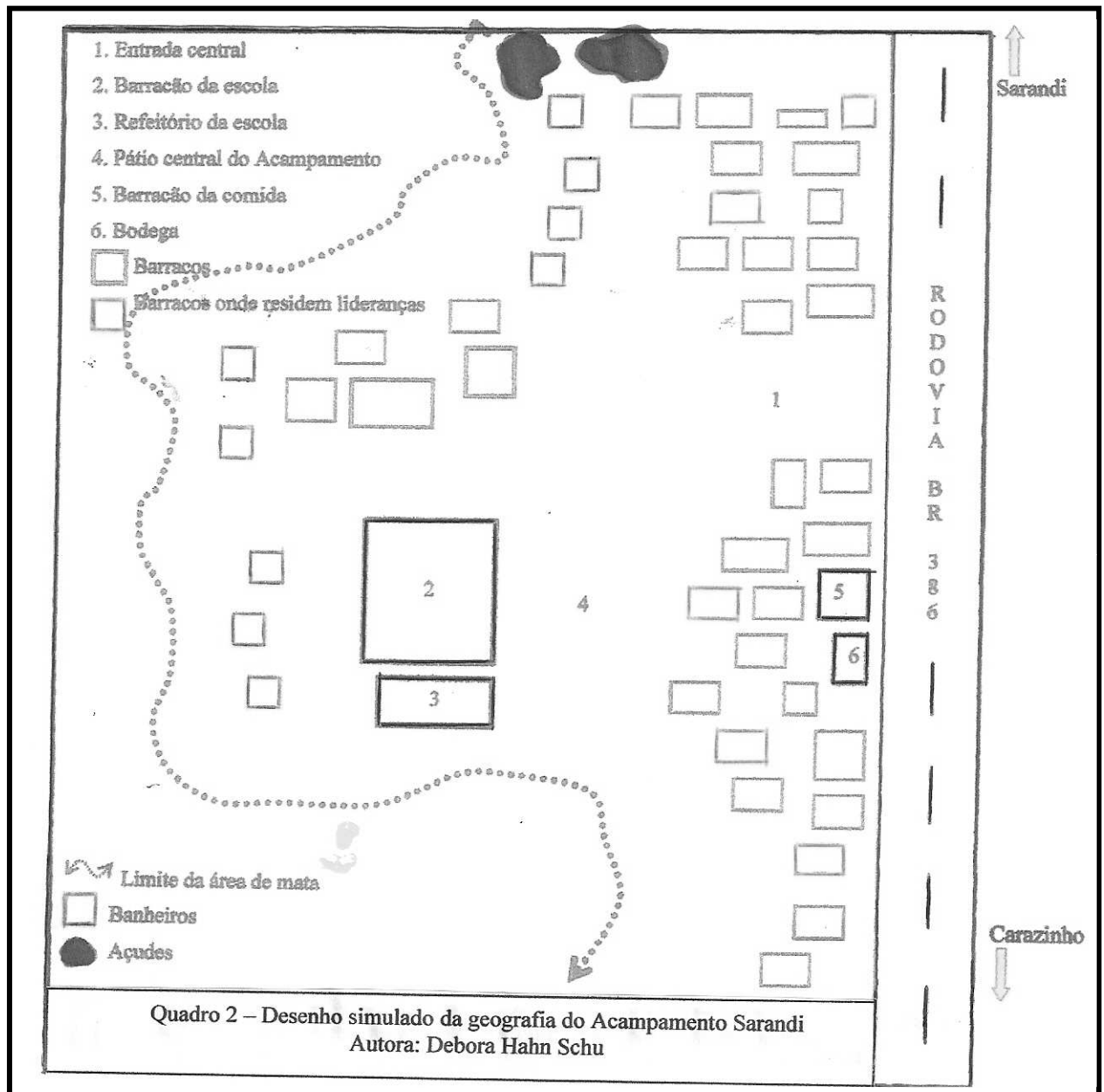
#### 1.4.3 A ocupação do espaço geográfico e a organização interna no Acampamento Sarandi

O Acampamento Sarandi ocupa uma área de aproximadamente dois quilômetros ao longo da rodovia. A área principal do Acampamento é onde se localiza o barraco da escola, pois é ali, onde ocorrem os principais eventos dos sem-terra. Os barracos, em sua maioria, são construídos próximos à rodovia, o que facilita a visão de possíveis movimentações atípicas nas proximidades do Acampamento (Quadro 2).

Quando foram desativados os acampamentos que estavam próximos à Fazenda Coqueiros e os sem-terra formam despejados nas margens da BR 386, os mesmos organizaram-se em um único barracão coletivo, todos passaram a morar e conviver em um único grande barraco, até que, aos poucos, os barracos de cada família foram sendo construídos.

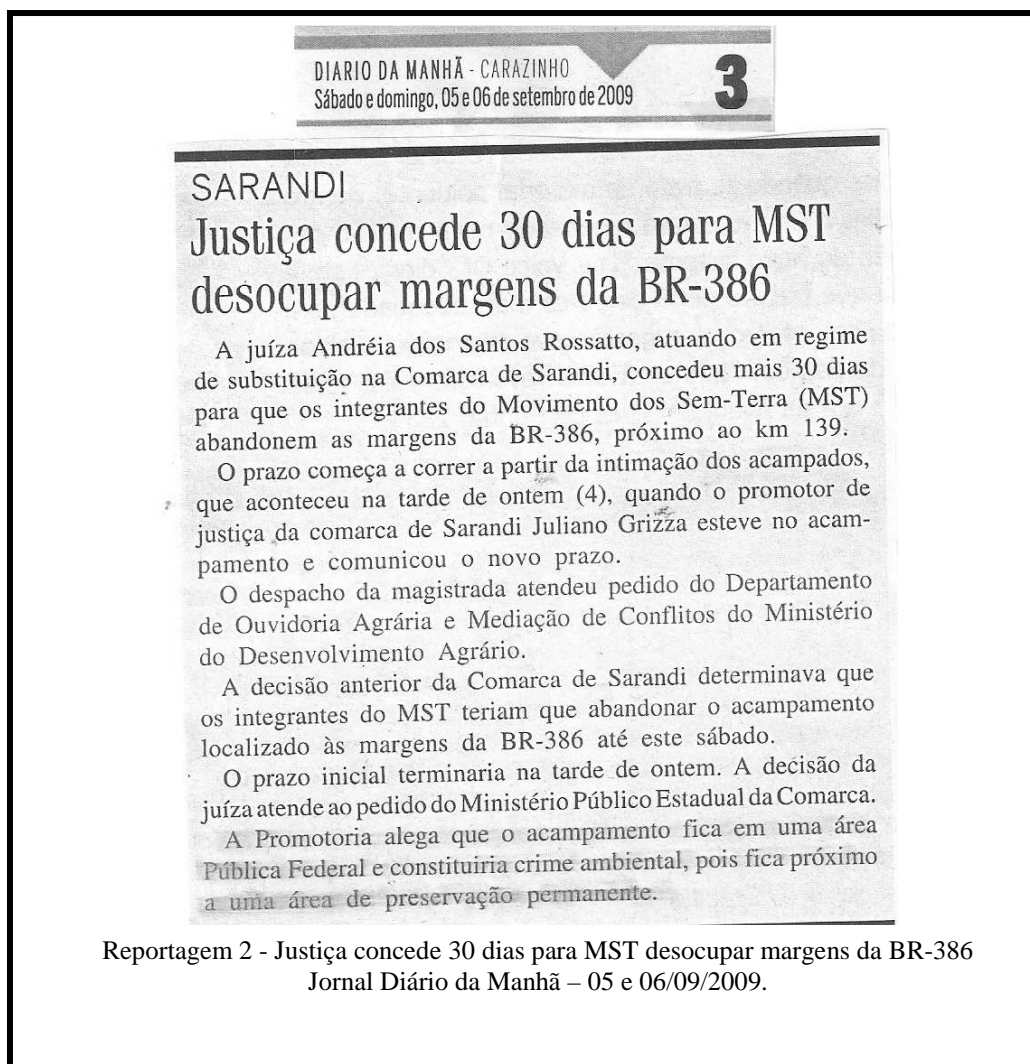
Estrategicamente, as lideranças do Acampamento Sarandi construíram seus barracos de modo a se fazer presente em toda a extensão do mesmo. A prioridade básica na construção dos barracos é a proximidade com a água, além de árvores para proteção do vento, do sol e da chuva. Os barracos são construídos muito próximos um do outros, cerca de dois metros de

distância, havendo entre eles apenas um espaço para circulação de pessoas. Os tamanhos dos barracos variam, conforme a quantidade de pessoas que nele habitam e também aos móveis que há dentro dele (geralmente apenas camas feitas de pau-a-pique, fogão, mesa e pia de cozinha). Os banheiros são construídos na parte mais baixa do terreno e em uma distância que garante que o cheiro destes não chegue até os barracos.



A mata que se localiza logo atrás dos barracos recebe proteção discursiva dos sem-terra. Contudo, as ações práticas são contraditórias ao discurso, pois, para a maioria dos

acampados em Sarandi, a mata fornece lenha para os fogões à lenha<sup>53</sup>, madeira para construção dos barracos e também alimento, visto que alguns acampados caçam tatu<sup>54</sup> nesta mata, práticas que se configuram em crime ambiental, visto que a área onde se localiza o Acampamento Sarandi é uma Área de Preservação Permanente<sup>55</sup> (Reportagem 2).



<sup>53</sup> A maioria dos fogões no Acampamento Sarandi são fogões à lenha, sendo que em alguns barracos os fogões à gás foram adaptados para funcionarem como fogões à lenha.

<sup>54</sup> Mamífero que contribui para o equilíbrio natural de insetos. É um animal protegido pela legislação ambiental, sendo a caça do mesmo proibida.

<sup>55</sup> As Áreas de Preservação Permanente são áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Como exemplo de APP estão as áreas de mananciais, as encostas com mais de 45 graus de declividade, os manguezais e as matas ciliares. Essas áreas são protegidas pela Lei Federal nº. 4.771/65 (alteradas pela Lei Federal nº. 7.803/89). Qualquer intervenção em APP deve requerer autorização do DEPRN. Caso contrário, será considerada crime ambiental, conforme dispõe a Lei Federal nº. 9.605/98, passível de pena de detenção de um a três anos e multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare danificado (DEPRN / DUSM - Equipe Técnica de Mogi das Cruzes).

É certo que, conforme o MST foi crescendo e se expandindo pelo país, a organização do Movimento também se desenvolveu. O modelo de organização do Acampamento (Quadro 3) é também o modelo de organização seguido no nível estadual e nacional. Primeiramente, se forma um Núcleo de Base, esse núcleo de base comporta pessoas vindas de diferentes lugares, somando-se, em média, dez famílias em cada Núcleo. O lugar de onde as pessoas saíram para ingressar no Acampamento é chamado de Base.

Percebe-se aqui a necessidade de sublinhar algumas diferenças. Embora se reconheça que o Movimento é formado por acampamentos e assentamentos, neste texto, os termos *MST* ou *Movimento* separam-se didaticamente do termo Acampamento. Ao citar MST ou Movimento, estar-se-á indicando a instância de organização estadual ou nacional deste. A utilização do termo *Acampamento* remeterá ao recorte geográfico desta pesquisa, ou seja, ao Acampamento Sarandi.

Dentro do Acampamento, cada pessoa cadastrada conta como uma família. O cadastro no INCRA – inscrição que garante o nome na fila de espera por um lote de terra – pode ser feito a partir dos dezesseis anos de idade, desde que os pais emancipem o filho. Assim, diz-se, por exemplo, que há 400 famílias no Acampamento, quando na verdade o que há são 400 cadastros no Incra que pertencem àquele acampamento, pois, por exemplo, uma família com pais e filhos, morando no mesmo barraco, pode ter dois ou mais cadastros, o que contaria, segundo os integrantes do acampamento, como duas ou mais famílias, e não apenas uma, como na verdade é. Tal situação pode levar, como muitas vezes ocorre, uma mesma família, ser contemplada com mais de um lote de terra, pois dependerá de quantas pessoas cadastradas há nesta família (para o casal é permitido apenas um cadastro). Algumas vezes também ocorre que os pais, como estão há mais tempo cadastrados, recebem terra, e os filhos, por terem menos tempo de acampamento, não. Contudo, estes vão com os pais para o lote recebido, e saindo do Acampamento, perdem o direito por um lote. O fato de considerar como coisas equivalentes o número de cadastros no INCRA e o número de famílias sem-terra, atribui, ainda que simbolicamente, maior gravidade aos argumentos dos sem-terra, pois, se fossem contadas as famílias reais, diminuiria de maneira drástica o número de famílias sem-terra divulgado pelo Movimento, fato que garantiria ao poder público, também simbolicamente (referindo-se ao número de famílias assentadas), maior eficiência do seu trabalho.

Existe também no Acampamento Sarandi o cadastro de agricultores integrantes do Movimento dos Pequenos Agricultores<sup>56</sup>. Os integrantes do MPA são chamados dentro do

---

<sup>56</sup> O MPA, assim como o MST, define-se como um movimento que luta contra o modelo econômico e tecnológico dominante no Brasil, contra a exclusão social, a falta de cuidados com o meio ambiente a

acampamento de *rotativos*, pois permanecem cinquenta e oito dias em casa e apenas quinze no Acampamento, tal rotação justifica-se pela necessidade que os integrantes do MPA têm de trabalhar em suas lavouras e, ao mesmo tempo, poder buscar conquistar mais um lote de terra. Porém, se o Acampamento solicitar, estes permanecem no Acampamento, o que pode ocorrer, por exemplo, quando irá acontecer alguma luta, como uma ocupação.

Cada Núcleo de Base é identificado com um número, começando pelo número um e seguindo em ordem cronológica. O NB – como é chamado o Núcleo de Base – escolherá duas pessoas responsáveis por representar o mesmo em cada Setor, dando preferência para igualdade de gêneros, ou seja, que tenha um representante homem e uma representante mulher em cada setor. A preferência pela igualdade de gêneros é uma orientação do Movimento, contudo, no Acampamento Sarandi, ela é muito mais ideal que real. Os representantes do NB reúnem-se com os representantes dos outros NBs e formam um Setor. O NB também escolhe duas pessoas para fazerem parte da coordenação do Acampamento. Os coordenadores devem defender o NB, fazê-lo funcionar e expor aos componentes deste os relatos da coordenação. Também existem os dirigentes do Acampamento, os quais têm seus nomes levantados pelos NBs, sendo eleitos em assembleias – órgão máximo de decisão dentro do Acampamento. Morissawa afirma que a coordenação do Acampamento é

[...] responsável por dar unidade ao trabalho das várias equipes, encaminhar as lutas, negociar com o governo e relacionar-se com a sociedade. [...]. Os princípios que norteiam a organização são a democracia, a participação de todos no processo decisório, a divisão de tarefas e a direção coletiva. (MORISSAWA, 2001, p. 200).

A direção do Acampamento – também conhecida como Brigada de Organicidade, chamada simplesmente pela sigla B.O. – tem como dever assessorar a coordenação dos Setores e os NBs também recebem funções específicas, muitas delas realizadas fora do Acampamento, por isso, entre os critérios internos para ser um dirigente, estão: ser disponível, leal e humilde; conhecer a organicidade do Movimento; zelar pela vida e por valores sociais; dar importância à mística e apresentar amor ao Movimento. Explicam-se, assim, os motivos desta função ser por alguns tão almejada, enquanto para outros é reconhecida como extenuante, visto que envolve grande tempo de trabalho e grande responsabilidade. Os NBs, os Setores, a Coordenação e a Direção do Acampamento se reúnem periodicamente. São os coordenadores e dirigentes que, embora muitas vezes sem identificar-se como tal, expõem-se

---

concentração de terras e dos recursos naturais. O primeiro diferencia-se do segundo apenas pela posse da terra. Os integrantes do MPA já possuem um lote de terra, contudo este é considerado um minifúndio, ou seja, a extensão de sua propriedade rural não é suficiente para garantir o sustento da família que nele vive, assim sendo, são considerados cidadãos sem terra.

diante da sociedade. Contudo, qualquer pessoa residente no Acampamento pode representá-lo em instâncias superiores, diante da sociedade, em eventos ou em instituições sociais.

Embora os acampados afirmem que a prioridade na eleição de seus líderes é a democracia, o que se percebe não é o predomínio total da soberania popular. As eleições no Acampamento são realizadas da seguinte forma: o coletivo, através dos NBs levantam os nomes para assumir possíveis cargos ou responsabilidades dentro do Acampamento, mas estes nomes não serão votados por todos, o privilégio de tal ação é apenas dos integrantes da B.O., os quais votam favorável ou desfavoravelmente a pessoa que foi indicada e justificam verbalmente, diante dos outros integrantes da B.O. seu voto. Tal esquema de organização mantém em cargos de liderança apenas pessoas que sejam complacentes com os integrantes da B.O., ou seja, aquele que não detém a simpatia de um dos dirigentes dificilmente será “eleito” para algum cargo ou função, a consequência é que permanece um restrito grupo de sem-terra como “representante” de todo, do coletivo. “Representante” entre aspas, porque, muitas vezes, estas lideranças justificam seu voto baseados em juízos particulares e/ou acontecimentos isolados, violando a opinião do restante do grupo e ignorando nomes indicados pelos integrantes dos NBs.

Neste modelo de organização, as informações vindas de fora do Acampamento, por exemplo da direção estadual ou nacional do Movimento, chegam primeiro à Coordenação, a qual será responsável por repassar aos NBs os dados recebidos. Já as informações internas ao Acampamento passam primeiro pelos NBs para depois serem encaminhadas à coordenação.

No Acampamento Sarandi, existem os seguintes Setores: Setor da Saúde, Setor da Higiene, Setor da Infraestrutura, Setor da Educação, Setor da Comunicação, Setor do Esporte, Setor da Religião, Setor da Secretaria, Setor da Produção, Setor dos Direitos Humanos e Setor das Finanças<sup>57</sup>.

Cada Setor é responsável por tarefas que lhes dizem respeito. O Setor da Saúde<sup>58</sup>, que completa dez anos de criação em 2009, é responsável por zelar pela saúde de todas as pessoas. No Acampamento Sarandi, há duas pessoas responsáveis por levar até o Hospital de Sarandi quem precise de atendimento médico, sendo que foi feito um acordo com o prefeito atual deste município, onde se ajustou que os acampados terão direito à consulta médica

---

<sup>57</sup> Em outros acampamentos existem outros setores, como por exemplo, o setor de formação, setor de projetos, setor de relações internacionais, setor de gênero. Os setores também existem no plano estadual e nacional. No plano nacional, os setores confeccionam materiais, como panfletos e jornais, para divulgar o trabalho, além de firmar parcerias com órgãos, empresas e instituições públicas e privadas que possam ajudar o Setor a se desenvolver.

<sup>58</sup> Através do Movimento já se formaram vinte e oito médicos em Cuba e mais cem alunos estão neste país realizando estudos nesta área.



independente da hora em que chegarem para a mesma; a justificativa para isso foi a distância entre o Acampamento e local de atendimento médico, bem como a disposição de remédios oriundos do Sistema Único de Saúde aos que deles necessitarem.

O Setor de Infraestrutura é responsável pelas construções no Acampamento. Assim, se um barraco necessita de mais lona, porque, quando chove ocorre vazão de água, por exemplo, tal reivindicação deve ser feita para os coordenadores do Setor de Infraestrutura. Os setores têm a função de manter o Acampamento de forma organizada, contemplando as necessidades básicas do ser humano.

O Setor da Comunicação deve manter os integrantes do Acampamento informado de reuniões extras, notícias importantes, dar recados, localizar as pessoas no Acampamento através da chamada no som (no Acampamento há um microfone com caixa de som movido a bateria)<sup>59</sup>.

O setor de Direitos Humanos busca resolver, em primeira mão, os problemas ocorridos entre os integrantes no Acampamento. Por exemplo, se alguém tem alguma reclamação para ser feita sobre as ações de qualquer pessoa dentro do Acampamento, esta deve ser feita diretamente para o Setor do DH, como é chamado no Acampamento este setor, o qual irá procurar resolver o ocorrido através de uma “prosa” e, se necessário, poderá atribuir alguma penalidade aos envolvidos como, por exemplo, a realização de uma tarefa extra. Se não resolvido nesta instância, o problema é encaminhado aos coordenadores e dirigentes do Acampamento.

O Setor das Finanças controla os recursos chegados ao caixa do Acampamento. O Setor de Esporte busca promover atividades diferenciadas, principalmente aos jovens do Acampamento, garantindo tempo hábil para realização de jogos, tanto masculinos, quanto femininos. O Setor de Religião é responsável por promover atividades que visem à promoção da espiritualidade, contudo, é um Setor pouco percebido, os acampados geralmente procuram eventos religiosos como missas e cultos fora do Acampamento.

No Setor da Secretaria é onde se organiza burocraticamente a vida do acampado, registrando saídas do Acampamento, pedidos de liberação, tempo de acampamento, entre outros. O Setor da Produção é quem organiza o cuidado com os animais de propriedade coletiva do Acampamento, algumas hortas medicinais juntamente com o setor da saúde, e outras atividades produtivas que possam vir a ocorrer no Acampamento. O Setor da Higiene

---

<sup>59</sup> No plano nacional, há o Jornal Sem Terra, o qual existe há 27 anos; o Jornal Sem Terrinha, destinado para as crianças; parcerias com rádios; a Revista Sem Terra, com periodicidade bimestral e a site oficial do Movimento. Contudo, estes recursos nacionais não circulam entre os integrantes do Acampamento Sarandi.

busca manter limpo e organizado os espaços de uso coletivo, também orienta em relação à higiene ao redor dos barracos. O Setor da Educação é responsável pela Escola Itinerante Sementes de Dandara, escola localizada no Acampamento Sarandi.

Além dos NBs, dos Setores, da Coordenação e da Direção, existe também no Acampamento Sarandi a Frente de Massa. A função da Frente de Massa é promover a expansão do Movimento. Morissawa explica que os integrantes da Frente de Massa

[...] deslocam-se para outros municípios, estados ou regiões, formando novos grupos de famílias, fazendo o trabalho de conscientização e realizando novas ocupações. [...]. No desenvolvimento desse processo de luta popular, elas vão construindo a consciência e a identidade com a luta e com o Movimento, ou seja, vão se constituindo como sem-terra. Tornar-se sem-terra, nesse sentido, é mais que tentar superar a condição de excluídos da terra, é possuir o sentido de pertença e a identidade com os princípios desse movimento camponês (MORISSAWA, 2001, P. 205).

A respeito dessa estrutura de organização interna dos sem-terra, Fernandes significativamente lembra que a

[...] forma de organização social e a estrutura apresentadas são frutos de mais de quinze anos de luta pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. É importante ressaltar que tanto essa forma como essa estrutura estão em movimento constante, portanto, elas se transformam no dia-a-dia da luta. Nestes anos, estas lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico: educação, saúde, política agrícola, etc. (FERNANDES, 1999, p. 83-84).

A vida dos acampados dá-se sob um rígido domínio do Acampamento, a ponto de limitar a liberdade destes. Os acampados que desejarem sair do Acampamento devem informar ao seu NB e aguardar que lhes seja dada a liberação, pois caso contrário, pode constar como abandono do Acampamento e, neste caso, se a pessoa que saiu sem autorização retornar dias depois ao Acampamento, poderá ter o tempo que esteve acampada anulado, sendo que o tempo de acampamento é dos critérios analisados quando da realização do assentamento. Dada a liberação, é necessário que o acampado prove o motivo de sua ausência depois de retornar ao Acampamento, por exemplo, se for por motivo de falecimento de alguém da família é necessário apresentar a cópia da certidão de óbito para o Setor da Secretaria e para seu NB.

O tempo de acampamento é organizado em Blocos de Produção, os quais são numerados cronologicamente. A cada seis meses se fecha um Bloco, independente do número de famílias, diferenciando-se por esse critério dos NBs, os quais precisam um certo número de famílias, pois necessitam estar representados nos Setores e na Coordenação. Os integrantes do Bloco de Produção reúnem-se apenas anualmente, por motivo de regularizarem seus cadastros

no INCRA. Quanto mais velho o Bloco, maiores as chances das pessoas que nele estão, serem assentadas, ou seja, por ano são dois novos Blocos, o primeiro é formado por pessoas que ingressam no Acampamento entre janeiro e junho e o segundo, pelas pessoas que ingressam no Acampamento entre julho e dezembro. No Acampamento Sarandi existem nove blocos, sendo que no bloco nove, o bloco com maior tempo de acampamento, existe apenas uma família que ainda não foi assentada, pois esta não aceitou as áreas de terras que até agora foram a ela oferecidas, sob a alegação de que estas eram áreas ruins para a agricultura.

Cabe ressaltar que o tempo de Acampamento, embora o mais importante, não é o único critério para realização de assentamentos. O INCRA comunica ao Movimento a quantidade de lotes disponíveis para assentamentos no estado, o MST então divide estes lotes entre os acampamentos. Os lotes são oferecidos primeiramente aos integrantes pertencentes aos Blocos mais antigos, os quais podem aceitar ou recusar a terra, assim os lotes que vão sendo recusados, vão sendo passados, sucessivamente, para os outros Blocos, sempre respeitando a ordem cronológica decrescente de tempo de acampamento que estes possuem.

O Acampamento, em consenso geral, pode discernir segundo outros critérios para repassar os lotes disponíveis ao ali acampados, que não o tempo de acampamento, como por exemplo, a carência econômica e número de filhos, sendo que, se for firmado consenso entre os acampados, se poderá oferecer um lote de terra primeiro para uma família participante de um Bloco com menos tempo de acampamento, desde que ela apresente necessidades maiores para isso, solidariedade que se mostra bastante comum no Acampamento, mas que também revela motivos para além da prática solidária. O fato de alguém, com pouco tempo de Acampamento ser assentado, é uma forma de massificar, pois para os que permanecem na base, do agora assentado, essa notícia é fonte de incentivo para ingressar no Movimento, é fonte de esperança de também conseguir o seu lote e consegui-lo em pouco tempo.

Dentro dos Blocos, são organizados os Grupos de Produção. O Grupo de Produção é o grupo que irá ser assentado próximo temporal e geograficamente. As pessoas que compõem o grupo irão organizar a forma de produção que será implantada naquele assentamento, como exemplo, podem optar por cooperativas, pela produção semicoletiva, pela produção familiar, ou qualquer outra forma, desde que juntos, os integrantes do grupo de produção discirnam sobre qual é a mais garantida e rentável forma de produção, a tal ponto que dela o assentamento possa se sustentar de maneira autônoma<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> A orientação do MST é para que os assentados organizem a produção de forma coletiva, como cooperativas por exemplo, isso porque há o interesse do Movimento na instituição de uma sociedade com padrões socialistas.

Nas chamadas Frentes de Trabalho – trabalhos que geralmente duram mais de 30 dias – são oferecidas oportunidades de trabalho às pessoas do Acampamento, oportunidades mediadas pelo Movimento. Aos acampados em Sarandi é oferecida uma Frente de Trabalho em Vacaria, na produção de maçãs e outra na região de Bento Gonçalves, no trabalho com uvas. Quem desejar trabalhar em uma Frente de Trabalho poderá sair do Acampamento sem ter o tempo de acampado prejudicado, pois este, ao estar trabalhando em uma Frente de Trabalho, encaminhará parte de seu salário ao Acampamento<sup>61</sup>, com o propósito deste se sustentar. A prática de enviar parte de seu salário ao Acampamento, é discursivamente vista pelos acampados como uma ação holística, em benefício de todos. Contudo, em conversas individuais, alguns expressam o descontentamento, afirmando que para eles sobra muito pouco do salário que recebem e que muitos não vão para as Frentes de Trabalho justamente para não ter que “trabalhar para os outros”, sendo que práticas sociais como estas, cooperam para a formação do juízo negativo que há no Acampamento sobre o individualismo. Existem também as Mini Frentes de Trabalho, as quais funcionam como as Frentes de Trabalho, porém são organizadas em tempo menos longo que estas. Quem trabalha em uma Mini Frente de Trabalho também disponibiliza parte de seu salário para o Acampamento. “O acampamento se sustenta com o produto do trabalho dos acampados, a contribuição dos membros do movimento que já conquistaram terra, a solidariedade de pessoas e entidades e recursos obtidos do governo” (MORISSAWA, 2001, p. 200).

A justificativa para o envio desta remessa de dinheiro é que o mesmo é destinado para o caixa do Acampamento, para eventos como compra de remédios, gasto com combustíveis, quando alguém tem que ir à cidade para realizar uma função para o Acampamento ou ir ao médico, para comprar algum remédio, etc. O discurso em relação a doar parte do salário para o Acampamento condiciona-se em torno da justificativa do “hoje eu dou, mas amanhã eu recebo”, de que mesmo se retirando do Acampamento, o direito à terra estará garantido e de que os vizinhos zelarão pelo barraco de quem se ausentar e pelos pertences que há nele. Entretanto, o discurso mostra-se frágil, quando os acampados, ao retornarem de uma Frente de Trabalho, encontram objetos faltando em seus barracos, tais como cobertores e botijões de gás.

Além de ajudar a sustentar economicamente o Acampamento, as Frentes e Mini-Frentes de Trabalho são necessárias para a própria pessoa se amparar dentro do

---

<sup>61</sup> Sobre a quantidade de dinheiro que alguém deve reservar ao Acampamento ao ausentar-se do mesmo por estar em uma Frente ou Mini-Frente de Trabalho, não encontrei consenso entre acampados, alguns me disseram que eram três reais por dia, outros me disseram que eram quatro reais por dia e outros ainda que era o equivalente a cem reais por mês.

Acampamento, gerenciando aqueles bens que não são recebidos através de outras fontes. Além das Frentes e Mini Frentes de Trabalho, o Acampamento também se financia com as “gorjetas”, estas que são doações feitas ao Acampamento, que podem ou não ser em dinheiro. Os colaboradores – principalmente assentados – doam alimentos que não são recebidos do governo, como sal, verduras e legumes. Há também outras fontes doadoras, que colaboram com roupas e demais bens. Uma das lideranças nacionais, quando questionada sobre como os sem-terra se financiam, respondeu:

Em cada local, em cada assentamento e acampamento, os sem terras trabalham e produzem para garantir que seus planejamentos sejam executados. Então, se uma determinada região precisa fazer uma caminhada, uma manifestação, por exemplo, na cidade, na capital, se organiza para pagar o deslocamento, para levar os alimentos para todas e todos, etc. (Entrevista realizada por e-mail no dia 10 de janeiro de 2009).

Contudo, o orçamento do MST demonstra contrariedade com o que é exposto pelos sem-terra. Como o MST não existe juridicamente, enquanto Movimento, não pode ser responsabilizado por seus atos e também não pode receber verbas públicas. No entanto, segundo a reportagem da Revista Veja, de nove de setembro de 2009 (Reportagem 3<sup>62</sup>), o MST é financiado por órgãos e instituições públicas – entre elas o INCRA –, sendo que, para se beneficiar de tais verbas, integrantes do MST criam cooperativas – justifica-se assim o porquê dos dirigentes do Movimento incentivarem a criação de cooperativas entre os assentados – e ONGs. Além disso, como não existe legalmente, o MST não presta conta dos benefícios e subsídios que recebe.

Diante dessa complexa organização é conveniente a colaboração de Ademar Bogo: “A principal referência que forjou a identidade do gênero humano está no trabalho, ou, se preferirmos, na atividade social em que as pessoas desempenharam e desempenham suas funções sociais para produzirem os meios de vida”. (BOGO, 2008, p. 41). Com esta afirmação, Bogo – autor do hino do MST e integrante da coordenação nacional do Movimento – afirma que há uma identidade histórica que une a humanidade, esta identidade estaria marcada pela capacidade de produção, ou seja, a função social exercida pela pessoa é capaz de lhe conferir identificação com o grupo no qual se insere. Se nos idos anos de 1960 os sem-terra organizaram-se em torno da perspectiva de possuir propriedade rural própria e dela retirar seu sustento, atualmente, o leque de perspectivas e de vantagens apresentado pelo MST, contribui para que grande quantidade de pessoas se identifiquem com “a causa” do Movimento.

---

<sup>62</sup> O pedido de CPI para investigar o repasse de recursos públicos para o MST acabou arquivado, pois faltou a assinatura de três deputados, impossibilitando assim a concretização do mesmo.

Brasil

# UMA CPI PARA INVESTIGAR O MST

Parlamentares vão criar uma CPI para apurar a origem e o destino do dinheiro que abastece os cofres de entidades ligadas ao movimento dos sem-terra

**E**stá prevista para esta terça-feira a apresentação do requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar a origem e o destino dos recursos que abastecem o milionário caixa de quatro organizações não governamentais (ONGs) — Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Centro de Formação e Pesquisas Contestado (Cepatec) e Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac) — que foram usadas durante anos como cofre clandestino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Na edição da semana passada, VEJA revelou que parte do dinheiro recebido pelas ONGs, obtido através de milionários convênios assinados com o governo federal e de mi-

lionárias doações enviadas do exterior, foi usada para financiar as atividades criminosas do MST. A movimentação bancária mostra que expressivas quantias foram transferidas para pessoas e empresas ligadas aos sem-terra, como gráficas, editoras e transportadoras.

Como o MST não existe juridicamente, não pode ser responsabilizado penalmente pelas depredações e invasões de terra. Como não existe juridicamente, também não pode receber verbas oficiais. Para burlar o impedimento, mi-

litantes do movimento criaram ONGs que se credenciaram junto ao governo para treinar trabalhadores rurais. O Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal descobriram irregularidades na gestão desses convênios. A movimentação bancária revela o real destino do dinheiro. Apenas uma das entidades investigadas, a Anca, recebeu 14,5 milhões de reais de organizações do exterior, sem declarar isso à Receita Federal, que sugeriu a instauração de uma ação fiscal “para eventual identificação de ilícitos tributários”. Um detalhe curioso: a Anca funciona no mesmo endereço do MST, tem os mesmos funcionários do MST, atende no mesmo telefone do MST, repassa recursos para o MST, mas garante não ter nenhuma ligação com o MST.

“Teremos a oportunidade de mostrar que o MST é financiado ilegalmente com dinheiro público com o aval e o conhecimento do governo”, diz o deputado Ronaldo Caiado, do DEM de Goiás, que já colheu 180 assinaturas, número suficiente para a instalação da CPI do MST na Câmara. “Estamos diante de um fato grave, que merece uma investigação profunda. Precisamos saber por que essas entidades estrangeiras estão financiando atividades criminosas no Brasil”, disse a senadora Kátia Abreu, do DEM de Tocantins, que está coletando assinaturas no Senado. A ideia é criar uma CPI mista, com a participação de deputados e senadores, o que dificultaria eventuais manobras do governo para impedir as investigações — um comportamento que virou rotina e tem desmoralizado o trabalho das comissões. ■

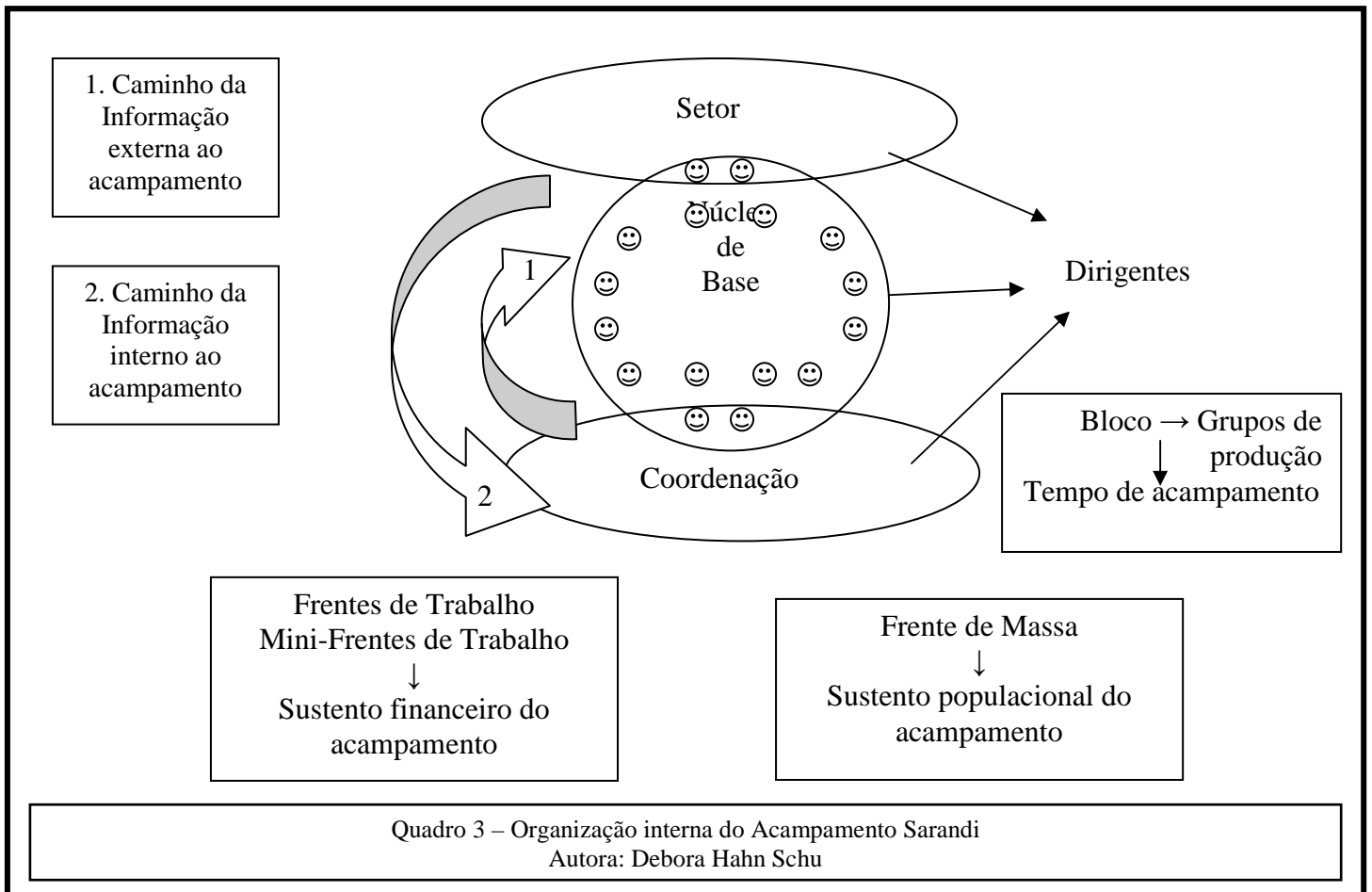
SOFIA KRAUSE

**NO CONGRESSO** A senadora Kátia Abreu, do DEM-TO: “Estamos diante de um fato muito grave, que merece uma investigação profunda”



74 | 9 DE SETEMBRO, 2009 | veja

Reportagem 3 – Uma CPI para investigar o MST  
Revista Veja – 09/09/2009.



Assim, há duas funções que justificam o modelo de organicidade interna dos sem-terra:

→ através da disposição hierárquica e da organização estrutural do poder entre os sem-terra, os mesmos objetivam manter e fortalecer a coesão interna do Acampamento e do Movimento, bem como sua eficácia operacional;

→ a organização social do Acampamento busca garantir que, dentro dele, a partir das atividades que lá são desenvolvidas, as pessoas que nele habitam, consigam produzir – ou reproduzir – seus meios de vida, sejam eles físicos, biológicos ou psíquicos. Portanto, a produção do social, no Acampamento, tem a obrigação de transmitir informações ao ambiente, através das quais os indivíduos irão integrar-se às idéias, a ações, aos valores e aos juízos deste, (re)produz-se assim o modo particular de pensar e agir dos integrantes do MST<sup>63</sup>.

<sup>63</sup> Como instâncias periódicas de organização em nível nacional, existem no MST os Congressos Nacionais, que são realizados a cada cinco anos, com o objetivo de promover a confraternização entre os sem-terra e a sociedade e definir as linhas (regras) e estratégias do Movimento; os Encontros Nacionais são realizados a cada dois anos, funcionam como um momento de estudo e debate sobre políticas e planos de trabalho dos setores. Há também os Encontros Estaduais que são realizados anualmente e avaliam as linhas políticas e as ações do Movimento.

Porém, nem todas essas informações se fixam da mesma forma e formam uma conduta habitual comum a todos, visto que estas, além de demandar tempo, depende de interpretações individuais e de princípios pessoais – daí a justificativa do Movimento que se deve ficar acampado pelo menos por seis meses para poder ser assentado. Portanto, o que se busca com as atividades sociais desenvolvidas no Acampamento é fixar comportamentos que sejam favoráveis aos objetivos e princípios do MST e, a partir dessa compreensão do contexto histórico-social, percebe-se que a ideologia perpassa o passado.

Deste modo, tanto o processo histórico, quanto a organicidade dos sem-terra, apontam para um ideal de sociedade (sociedade socialista), ideal este expresso por um conjunto coerente de ideias, o qual tem força para atuar sobre tal processo histórico, garantindo a permanência do mesmo, uma vez que os sem-terra detêm apenas uma visão parcial desse processo, pois apenas os aspectos coerentes com ideal de sociedade por eles almejado, são selecionados para serem representados e narrados, garantido assim, força para atuarem no sentido por eles desejado.

---

Contudo, não são todos os acampados que têm a possibilidade de participar de tais eventos, geralmente nessas ocasiões o Acampamento é representado pelos nomes mais expressivos, ou seja, pelas lideranças do mesmo.



## 2 “UM POVO QUE LUTA E QUE SOFRE PRA SOBREVIVER”: O COTIDIANO DOS SEM-TERRA NO ACAMPAMENTO SARANDI

*“Você que fica aí parado vendo televisão  
De repente uma notícia forte te chama atenção  
Uma cena estúpida, brutal e cruel  
Mas ainda parece tão pouco pra mudar seu coração  
Eu sou o personagem central de toda essa história  
História que você ignora e faz que não vê  
E exclui de seu consciente a vontade de um povo  
Um povo que luta e que sofre pra sobreviver”.*

(Trecho da Música *Garoto de Rua*, autoria de Zezé Di Camargo)

O filme *Terra para Rose*, de Tetê Moraes, retratou o cotidiano dos sem-terra durante o processo de ocupação da Fazenda Annoni em 1980. Rose era uma das mulheres acampadas na Annoni, mãe da primeira criança que nasceu durante a ocupação, lutava por terra. Mas, com 26 anos de idade Rose morreu (para os integrantes do Acampamento Sarandi Rose simboliza a força e a luta dos sem-terra da região). Dez anos depois da incursão à Annoni, Tetê Moraes retorna à região para documentar a vida dos agricultores que foram personagens deste filme. Do regresso nasceu o documentário *O sonho de Rose*. Tetê Moraes reencontra então a família de Rose, a qual não havia sido assentada, pois depois da morte da mãe, desesperançados o marido e os filhos abandonaram o Movimento.

Nas últimas cenas do documentário, Tetê Moraes conversa com Tiaraju, filho de Rose, um menino ainda, pois era bebê quando a mãe morreu, e ele revela o desejo de cantar. E Tiaraju canta. A música escolhida foi *Garoto de Rua*, de Zezé Di Camargo e Luciano. A cena é emocionante, comovente. Após o documentário, a família de Rose foi assentada e hoje Tiaraju está em Cuba, cursando medicina, apoiado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Neste segundo capítulo, exponho e analiso as representações sociais produzidas pelos sem-terra e entendidas por eles como algo corriqueiro à vida do acampado, ou seja, apresenta a cotidianidade que envolve os integrantes do MST presentes no Acampamento Sarandi.

## 2.1 Como tornar-se um sem-terra

A vida sob uma lona, oculta muitos sonhos, mas também muita angústia. E em meio a muita espera e muitos querereres, circulam pelo Acampamento muitas prescrições. Silva diz que os moradores do Acampamento

[...] devem ser, primeiramente, persistentes, corajosos, honestos, bons, leais, amigos, companheiros, amar o MST, querer mudar a sociedade, transformar a si mesmos em seres melhores em mais conscientes politicamente, ser altruístas e, principalmente, disciplinados. Às mulheres em especial, o reforço no respeito às regras morais, no dever com a família, sem descuidar da luta política, na compreensão com os deveres políticos dos seus respectivos maridos e dos seus próprios deveres em participar de assembleias, cursos, etc. (SILVA, 2006, p. 241).

As justificativas para explicar a decisão de ir morar embaixo de uma lona preta, normalmente, giram em torno de um dos dois argumentos. Um é a necessidade, causada pela pobreza e/ou a violência da cidade, situação que, segundo os acampados, não condiz com uma condição digna de vida; o outro é a história de vida familiar, ou seja, no Acampamento Sarandi, muitos dos pais ou parentes próximos dos acampados já estão assentados – fato que evidencia as características históricas deste Acampamento. Tal condição é um dos ideais do MST expressos em sua bandeira, onde a figura do homem e da mulher representa a necessidade da família inteira lutar pela terra, pela justiça social, daí o incentivo que os assentados dão aos filhos para que estes ingressem em acampamentos, além disso, essa prática ajuda o Movimento a manter-se vivo, a prosseguir. É a partir dessa prática, que se pode perceber que há uma certa “carreira de sem-terra”, ou seja, para algumas famílias, onde os ascendentes já estão assentados, o ato dos descendentes tornarem-se sem-terra, representa a perspectiva que se tem de melhorar de vida. A história familiar dentro do MST é motivo de orgulho entre os acampados, é comum ouvir frases como: “O pai é do tempo do Acampamento da Annoni.” (Gravação da conversa com Marina – Realizada no Acampamento Sarandi em 06 de agosto de 2008)<sup>64</sup>. Mas embora existem grandes grupos de familiares

---

<sup>64</sup> As transcrições das falas ao longo desta dissertação adotam as sugestões de Dulce Whitaker, segundo as quais:  
 \* deve-se corrigir a ortografia das falas dos entrevistados, mantendo as expressões características da pessoa ou do grupo ao qual esta faz parte, sendo estas transcritas de forma fiel à pronúncia;  
 \* deve-se usar notas de rodapé para explicar as palavras características;  
 \* não se deve corrigir durante o processo de transcrição a concordância verbal do falante;  
 \* a indicação de risos deve aparecer entre parênteses, bem como gestos significativos e expressões físicas;  
 \* pela expressão “né” deve-se entender a contração do “não é”, assim, ela deve aparecer da seguinte forma no texto: “n/é”, sendo que a mesma deve ser seguida de ponto de interrogação quando estiver no final da frase e de reticências quando estiver no meio da frase;  
 \* a transcrição deve ser feita, preferencialmente, pelo pesquisador e não por pessoas alheias, evitando possíveis falhas interpretativas.

consanguíneos dentro do Acampamento Sarandi (irmãos, tios, primos), não se pode afirmar que internamente existe uma etnia que predomine no Acampamento, o que realmente se verifica (principalmente através das explicações do significados dos sobrenomes) é uma combinação de descendentes afro, alemães, italianos, holandeses e outros.

Assim o Acampamento é visto como um meio de conquistar terra, pois, segundo explicações de integrantes do Acampamento Sarandi, o trabalho na cidade ou o trabalho no campo, como empregado na agricultura, não garantem condições de adquirir um pedaço de terra. Tal constatação a respeito desse juízo dos acampados pode ser comprovada através nas narrativas dos moradores do Acampamento:

[...], nós somos lá da região de Bagé, somos de lá, nós estamos aí n/é?... no objetivo de, da terra, nós não tinha onde viver, por isso nós ingressamos no Movimento, que é o único que dá terra para a gente é o Movimento, que a gente conhece, daí pra sustentar nossos filhos n/é?... que nós não temos da onde. [...]. O meu pai faz 20 anos que é assentado [...], e tava difícil de nós, duas famílias morar num lote só, daí a gente veio para o Movimento, aí o pessoal de lá mesmo, daí convoco, explicou que tinha o Acampamento, aí eu... já tinha o meu irmão acampado aqui, que ele vai fazer um ano e pouco de acampado. [...]. O pai é do tempo do Acampamento da Annoni. [...]. Por que imagine assim, como eu e ele [aponta para o marido] que, a gente tem pouco estudo, e vivesse na cidade nós dois com as duas menina, nós não ia conseguir trabalhar, então por isso que a gente resolveu de vim para o Acampamento, por que a gente fica aqui um tempo, mas sabe que a gente vai sai daqui vai ter, uma terra pra trabalha pra sustenta elas, pra dá um estudo melhor pra elas, porque a gente sabia que ficando lá, aonde a gente estava a gente não ia ter. [...]. (Gravação da conversa com Marina – Realizada no Acampamento Sarandi em 06 de agosto de 2008).

Dona Estela, que trabalhava como papeleira<sup>65</sup> na cidade, faz um desabafo:

Oito anos que a gente trabalha para pagar aluguel. Não tinha casa, não tinha nada, não tinha morada, nunca tivemos morada nossa, daí nós pegamos e, pagava aluguel, não vencemos pagar aluguel, nem luz, nem água, assim nós viemos para o Acampamento, para poder tirar um lote de terra pra mim [...]. Não é fácil a cidade, nós não vencia, eu pegava minha menina botava nas costas, e ia para o serviço, ela chorava o dia inteiro [...]. Chegava na hora de meio dia, eu só fazia comida ligeiro, mandava as criança para o colégio, pegava a menina de novo nas costa e ia de volta para o serviço [...]. Nunca tivemos morada nossa. (Gravação da conversa com Estela – Realizada no Acampamento Sarandi em 02 de outubro de 2008).

E outro integrante da mesma família continua:

E a gente sofre. Muitas vezes eu fico pensando assim ó, eu até tinha plano de ficar até em janeiro, mas não sei porque, eu vejo assim ó, eu sei todo o sofrimento que

---

As conclusões de Dulce Whitaker são adequadas a esta pesquisa, pois elas demonstram a inviabilidade da transcrição fonética das falas, ou seja, a inviabilidade de analisar o contexto social apenas por meio do que é dito. Tais sugestões podem ser encontradas em: WHITAKER, Dulce C. A. **Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida**. In: **Cadernos Ceru**. São Paulo, v 2, n.11, p. 147-158, 2000, segundo as quais podendo as mesmas serem conferidas em: WHITAKER, Dulce C. A. **Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida**. In: **Cadernos Ceru**. São Paulo, v 2, n.11, p. 147-158, 2000.

<sup>65</sup> Como são designados na região os trabalhadores informais que recolhem os resíduos sólidos urbanos para vendê-los, destinando-os à reciclagem.

nós passamos n/é?... durante toda a vida. Eu estou com 54 anos, e eu já sei, porque eu trabalhei de sociedade, trabalhei de empregado, trabalhei... mas nunca consegui assim..., compra um..., dizer que peguei um dinheiro para comprar um palmo de terra, mas nem isso, nada, então, o que o cara vai..., eu penso assim ó, ir morar na cidade, mais tarde o que que eu vou dar pra essas crianças aí, quando eles crescerem, acho que o dia que eu morre eu tenho que deixar colocado n/é? Para não estar sofrendo como eu sofri, é isso aí, a gente tem que batalhar, se Deus ajudar [...]. Mora na cidade não dá, de o que der, mas continuamos no Acampamento, enquanto não sair esses lote, a gente sabe que a gente tem direito de terra para trabalhar produzir e criar, não é exagero n/é?... o cara ter um pedaço de terra, eu acho que faz parte da vida de cada um ter uma moradia, porque saí daqui, ir na cidade, se criar..., depois não ter emprego, virar marginais, aprender o que não presta com os outros, os caco lá, que existe lá na cidade [...]. (Gravação da conversa com Júlio – Realizada no Acampamento Sarandi 02 de outubro de 2008).

Em presença dessas, narrativas devo esclarecer que as justificativas às realidades vividas, não podem resumir-se exclusivamente às explicações teóricas que se motivam apenas no conceito de exclusão social, visto que exclusão em absoluto não existe. Assim, compreendo que, embora as carências econômicas e sociais componham um forte argumento para o ingresso de cidadãos urbanos no MST, o argumento que realmente determinante para tornar-se um sem-terra é a perspectiva futura de obter uma posse particular, algo seu, privado, e por meio desta posse alcançar, não só benefícios econômicos, mas também respeito social, ou seja,

[...] o sofrimento dos sem-terra, que fazem a história desse caso, não se dá a ver através da vaga e inconsistente concepção de “excluído”, um abuso terminológico que mais ilude do que esclarece e que aparentemente explica tudo sem de fato explicar nada. Ele se dá a ver no elenco extenso e minucioso das muitas humilhações que somadas fazem a vida daqueles aos quais a pátria não tem oferecido senão o fardo da desigualdade e do desespero. Não obstante, essas são vidas de teimosia, marcadas pela fé, pela obstinada busca de um horizonte. Mesmo contra os constrangimentos a que o próprio MST pode submetê-los, no intento de fazê-los dóceis funcionários de um projeto de coletivização que se choca com seu saber e com as competências. A luta pela terra é também uma luta pela liberdade, coisa que os autores de uma nova dominação não compreendem. (BRENNEISEN, 2004, p. 10).

Embora se reconheça, podendo ser verificado através das narrativas – como evidência a transcrição da fala abaixo – que grande parte das pessoas que se dirigem ao Acampamento detém histórias de vida repletas de dificuldades e limitações, principalmente econômicas, isso não nos permite colocar em todos os integrantes do Acampamento Sarandi o rótulo da exclusão social. Para exemplificar isso, cito o ocorrido em uma das reuniões da coordenação do Acampamento, quando me chamou atenção a retórica e eloquência de um senhor, o qual se destacava dos demais não apenas pelo vocabulário, mas também pela clareza e argumentação das suas idéias. Em conversa posterior com esse mesmo senhor, soube que ele era professor concursado do Estado do Rio Grande do Sul e, segundo ele, havia ingressado no MST por

acreditar que suas filhas teriam formação mais humana e justa, o mesmo senhor também destacou na conversa que havia concorrido para vereador na sua cidade de origem, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contabilizando metade dos votos que necessitava para ser eleito. Este é um exemplo que nos permite perceber que a utilização do conceito de exclusão social não abrange de maneira unânime todos os integrantes do Acampamento Sarandi. Contudo, para a grande maioria de acampados, o MST se tornou um refúgio seguro, como se percebe na seguinte narrativa:

Em princípio eu vim, eu vim para fugir de problemas maiores. Aí então eu vim para o Acampamento fiquei conhecendo aí, como é que funciona, comecei a participar da, dos..., dos..., da rotina do Acampamento e tal. Então eu comecei a pegar gosto pelo Acampamento [...]. Eu acho que, lá fora a gente é muito discriminado [...]. Eu demorei a me encontrar, mas agora, agora eu acho que eu estou no caminho cara. A gente pensa, às vezes, algumas coisa que acontece com a gente, faz a gente querer desanimar, só que, aqui dentro, uma das coisas que eu aprendi é que agente não pode fugi dos problema n/é?. Se você fugir dos problemas você vai acabar voltando para trás, em vez de tu andar para frente, tu vai voltar para trás, mais para, mais para trás, então você tem que encarar os problema de frente, tentar resolver n/é?. (Gravação da conversa com o jovem Lucas – Realizada no Acampamento Sarandi em 12 de fevereiro de 2009).

O tornar-se sem-terra não significa simplesmente o ingresso no Acampamento. Para ser sem-terra é necessário essencialmente participar de lutas coletivas, engajar-se, envolver-se, partilhar as mesmas crenças em relação ao porvir, os mesmos objetivos. Quando se questiona aos acampados o que o MST significa em suas vidas, as narrativas, todas, são muitos semelhantes. Uma acampada em Nova Santa Rita (RS) respondeu: “Significa minha família; um espaço onde me desenvolvo, onde posso me expressar, onde posso cultivar utopia e sonhos.” (Entrevista com Manuela – Realizada por e-mail em 10 de fevereiro de 2009). Porém, ao ingressar no MST, o indivíduo está consciente de que tal atitude poderá ser reprovada pela maioria da sociedade, a tal ponto que, se antes de se tornar um acampado não se sentia excluído pela sociedade, após identificar-se como um sem-terra, passará a ser um excluído social. Tal constatação é comum na exposição dos acampados, como se pode perceber nas falas abaixo:

[...], e eu acho que se tiver alguém que possa mudar essa visão que a mídia, que a imprensa tem dos sem terra, olha... Porque eles vêem a gente como vagabundo, como bando de vândalos, como marginais. Marginais é quem está na cidade, que está lá, às vezes roubando, matando, a gente só está aqui lutando por um pedacinho de terra [...]. Eu, no momento que eu abracei, que eu me acampeei, eu abracei a luta, eu visto minha camiseta e não tenho..., não tenho medo de dizer que eu sou acampada, por que não é crime, não tem lei aqui no Brasil que diga que por eu estar aqui eu sou uma criminosa n/é? Não existe. Movimento Sem-Terra é no mundo inteiro, é no Brasil inteiro [...]. E olha..., a gente é discriminado, é discriminado, por que aqui, passam e dizem, de carro pra cima e pra baixo, ainda mais que nem aqui agora, que está nós três aqui sentado, tomando chimarrão: Vamos trabalhar

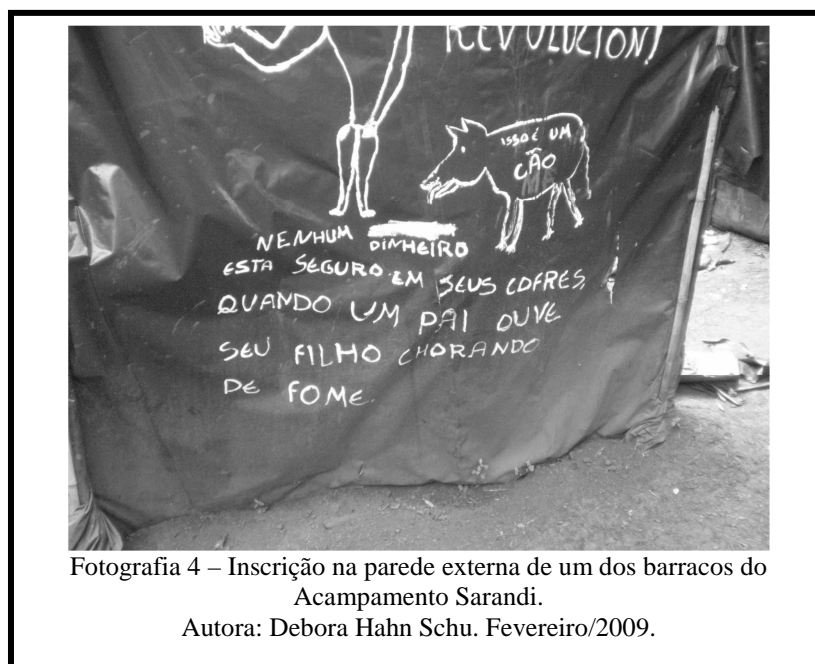
vagabundos! [...]. (Gravação da conversa com Dona Margarete – Realizada no Acampamento Sarandi 13 de agosto de 2008).

Eu cheguei até o Acampamento [...] através de um tio meu que era acampado aqui também, foi assentado [...]. No princípio a gente, a gente fica meio com medo, sei lá, porque o que tu houve falar do Movimento Sem-Terra na televisão, o que a mídia te apresenta n/é? É bem diferente do que tu encontra aqui, por isso que a gente às vezes fica meio com medo de fim acampar, e diz: Pô esses cara são assim [...], são brigão e vagabundo. É o que..., o que a mídia apresenta para gente, então até a gente conhecer a gente tem aquele pensamento, eu fiquei meio receoso de vim para cá, mas daí ele explicou a respeito de como funcionava, porque ele foi acampado seis anos n/é?... ele me explicou como funcionava, e que tinha, que você tinha que seguir algumas normas e tal e ele falou também que eles davam bastante apoio, também a respeito de estudo, esse tipo de coisa aí, aí comecei me interessar, foi quando que eu vim pra cá. (Gravação da conversa com o jovem Lucas – Realizada no Acampamento Sarandi em 12 de fevereiro de 2009).

Assim, ao mesmo tempo em que os sem-terra interpretam que a qualidade de vida dentro do acampamento é melhor que a vida fora dele, eles também passam a assumir-se como marginalizados sociais.

## 2.2 A vida cotidiana no Acampamento Sarandi

A vida cotidiana que se procura aqui descrever, não é vista como enfadonha, prosaica, repetitiva ou anódina, ao contrário, ela se expressa através de condutas *sui generis*, com características históricas, dinâmicas e estruturais importantes para compreender a vida humana dentro do Acampamento Sarandi, um local onde “a subjetividade que não fomos treinados para controlar teima em se fazer presente” (CARDOSO, 1988, p. 104). E é justamente no espaço do cotidiano onde ocorrem as diferentes formas de relações sociais, fontes de significados para compreensão do objeto desta pesquisa. Nesta perspectiva, o cotidiano é capaz de comportar e conceber as representações sociais que nele existem. Assim o sentido dado ao mundo pelos integrantes do Acampamento Sarandi, o *ethos* sem-terra, é percebido pelo conjunto de representações produzido pelo próprio grupo, representações estas, que podem ser demonstradas de modo subliminar, por exemplo, na inscrição da frase “Nenhum dinheiro está seguro em seus cofres, quando um pai de família ouve seu filho chorando de fome” (Fotografia 4), que mais que legitimar o furto por necessidade, busca denunciar o abismo da desigualdade social – numa representação de que enquanto uns morrem de fome, outros estocam dinheiro, superficialidades, corrupção, egoísmo.



Fotografia 4 – Inscrição na parede externa de um dos barracos do Acampamento Sarandi.

Autora: Debora Hahn Schu. Fevereiro/2009.

Henri Lefebvre (1991) conceituou o cotidiano como a *soma de insignificâncias*, o que não significa falta de significados, nem mesmo algo trivial ou sutil, mas torna o cotidiano capaz de elaborar um epítome da realidade vivida, empírica. Brenneisen, ao mesmo tempo em que fornece a compreensão de cotidiano abordada neste texto, também completa as contribuições de Lefebvre, quando, de um modo intenso, expõe:

O cotidiano é visto, então, como aquele espaço singular em que se dão as vivências pessoais, em que ocorrem os processos de socialização. A sociologia da vida cotidiana volta seu olhar e interrogação para as relações próximas e regulares empreendidas pelos sujeitos individuais e centra-se nas práticas e representações com as quais esses mesmo sujeitos negociam cotidianamente sua inserção social, ou seja, volta seu olhar para as práticas ou criações empreendidas por esses sujeitos na sua vida cotidiana. Portanto, o cotidiano tanto se constitui naquele espaço das atividades regulares, rotineiras, do dia-a-dia, como também naquele espaço em que ocorre o inesperado, o acontecimento excepcional. Lado a lado convivem rotina e rupturas, e é nesse campo aberto do dia-a-dia e também do inusitado que são construídas e se manifestam as mais diversas formas de resistência. (BRENNEISEN, 2002, p. 27).

Diante dessa cotidianidade, a vida diária no Acampamento Sarandi pode ser interpretada à luz do conceito de *habitus* de Bourdieu (2002) – “sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram todas as experiências passadas e funcionam como matriz de preocupações, apreciações e ações” (BORDIEU, 1999, p. 88) – uma vez que ao seguir um ritmo constante, onde as tarefas corriqueiras já estão previamente combinadas, como dias e horários de reuniões dos NBS, dos setores e da coordenação, eventos que seguem uma firme programação semanal, “expressa um conhecimento adquirido e também um haver, [...], indica

uma disposição incorporada” (BORDIEU, 2002, p.61), ou seja, o *habitus* faz do subjetivo o social, do particular o coletivo, assim o *habitus* interfere nas escolhas e ao fazer tal ingerência, torna-se também responsável pela constituição da identidade social.

### 2.2.1 A chegada

Ao chegar ao Acampamento, a primeira preocupação de uma família é montar seu barraco. Construção rápida, mas que geralmente recebe ajuda do Setor de Infraestrutura. Algumas vezes, as famílias que chegam utilizam algum barraco já pronto e disponível no Acampamento, geralmente de uma família que foi embora por algum motivo ou que já foi assentada. Há vezes também em que só fica a armação do barraco. Nestes casos, é necessário apenas cobri-los com a lona preta, distribuída pelo INCRA. Após instalada, a família pode mudar de barraco apenas uma vez, tal medida é necessária para responsabilizar as famílias com o cuidado do mesmo.

Instalada, a família recém-chegada permanece trinta dias sem Núcleo, sendo que uma pessoa escolhida entre os acampados é responsável por acompanhar essa nova família e por auxiliá-la na formação, a qual gira basicamente em torno da explicação da organicidade do Acampamento. Somente após trinta dias e a par do funcionamento dos objetivos das Linhas (regras sociais) do Acampamento e do Movimento e de outras questões práticas necessárias para a adaptação desta família no Acampamento é que esta será nucleada, geralmente no NB onde as famílias têm menos tempo de Acampamento, ou seja, o NB mais novo ou no NB com menor número de famílias. A partir do momento em que a nova família estabelece morada no Acampamento, ela será, pelo menos nos primeiros tempos, constantemente contemplada, avaliada por olhares – alguns desconfiados – até que, depois de certo tempo, através de suas atitudes no Acampamento, ela conquiste confiança e deixe de ser elemento de olhares e dúvidas.

A rotina a que os acampados se submetem, gira basicamente em torno da participação em reuniões<sup>66</sup>. O arranjo dessas reuniões, tanto dos Núcleos de Base, quanto da Coordenação

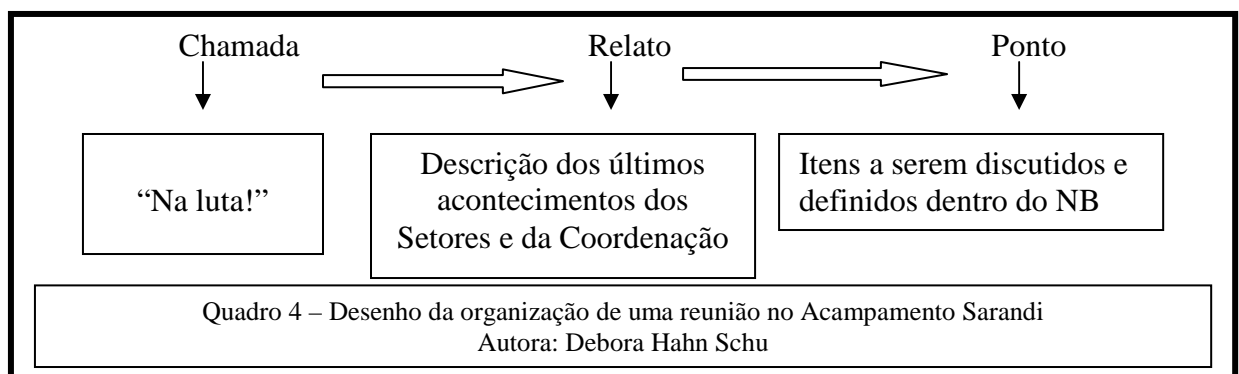
---

<sup>66</sup> No Acampamento Sarandí, a reunião dos NBs ocorre todas as terças-feiras, quintas-feiras e sábados, sempre a partir das 13h30min. A reunião dos setores ocorre todas as segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, às 09h00min. As reuniões da coordenação ocorrem nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados, às 08h30min. Se necessário ocorrem reuniões extras. Os coordenadores dos setores participam também da reunião da coordenação. A Brigada de Organicidade se reúne sempre que necessário, não havendo dias e horários



segue o mesmo desenho. Reunidos, sentados em forma de círculo, é feita a chamada de todos os integrantes que compõem, por exemplo, determinado NB. Para confirmar a presença na reunião, a pessoa chamada responde “Na luta!”. Logo em seguida é aberto o espaço para o Relato. O Relato é o momento onde os responsáveis por cada Setor irão relatar o que ocorreu no setor desde a realização da última reunião. Por exemplo, se o setor da saúde, precisou levar alguém para consulta médica em Sarandi, isso é relatado na reunião dos NBs. O setor dos Direitos Humanos relata, por exemplo, se houve algum desentendimento entre integrantes do Acampamento, como esse foi resolvido e a punição que cada uma das partes recebeu. E assim sucessivamente, todos os setores relatam as atividades desenvolvidas.

Pronto o Relato, passa-se para o item chamado de Ponto. O Ponto representa assuntos que precisam ser discutidos pelo NB, é a pauta da reunião, sendo que, no início da reunião, qualquer pessoa do NB pode levantar um Ponto. O Ponto é levantado apenas com uma palavra, por exemplo, “Tarefa”. Somente após os Relatos, iniciam-se as explicações dos Pontos. Assim, a pessoa que levantou o Ponto “Tarefa”, irá explicá-lo. Pode justificar, por exemplo, que ela não poderá cumprir a tarefa dada ao seu NB pela coordenação – suponha-se que tal tarefa seja ir buscar taquaras no mato – porque sofre fortes dores na coluna, então gostaria de ser liberada de atividades fisicamente pesadas dada ao seu NB. Em conjunto, os integrantes do NB decidirão se o Ponto “Tarefa” será ou não aceito, segundo as colocações do companheiro que o expôs (Quadro 4).



previamente marcados, uma vez que esta é responsável por todas as esferas da vida no acampamento, ou seja, os integrantes da Brigada de Organicidade devem estar disponíveis, durante as 24 horas do dia, para resolver os problemas do Acampamento assim que estes surgirem.

### 2.2.2 As Linhas

Além das reuniões e toda a organicidade que estas envolvem, para se manter o controle social dentro do Acampamento existem as Linhas. ***Segundo Renata Honório, pesquisadora do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, é no Acampamento que***

[...] novas sociabilidades têm de ser construídas. As experiências nos acampamentos são uma das mais importantes, pois é o momento em que se começa a viver coletivamente, o que, por sua vez implica estabelecer algumas regras de convivência, materializadas no chamado “regimento interno” decidido em assembléia e que estabelece os “códigos” de conduta de cada membro do acampamento. (HONÓRIO, 2009).

As Linhas são equivalentes às leis sociais, entretanto, estas são leis próprias do Acampamento. Elas versam sobre os mais diversos temas, como exemplo, saúde, matrimônio, honestidade, etc., visto que nenhum “[...] agrupamento humano se converte em sociedade sem a norma que lhe define as relações e organiza o convívio, definindo o proibido e o permitido [...]” (VELHO, ALVITO, 2000, p. 225).

As Linhas são elaboradas pelos próprios sem-terra e visam manter ordem e disciplina no Acampamento Sarandi, cito como exemplo de Linhas: não roubar; não se envolver em ações que promovam sangue (brigas); não desrespeitar as mulheres, estas que devem ter direitos iguais aos homens, inclusive na liderança do Acampamento, entre muitas outras<sup>67</sup>. Se houver o descumprimento de alguma das Linhas por parte de algum dos integrantes do Acampamento, o caso será levado para o setor de Direitos Humanos e para a Coordenação, sendo que o acusado será chamado para uma “prosa<sup>68</sup>”, e depois lhe será atribuída a pena, podendo até mesmo ser expulso do Acampamento (Reportagem 4). Se expulso, pode retornar ao Acampamento depois de seis meses, entretanto, o tempo que esteve acampado (um dos critérios estabelecidos pelo MST para assentar famílias) antes do fato ocorrido é anulado, ou seja, este integrante que retornar ao Acampamento será considerado como um integrante novo quando se tratar de critérios para assentamentos, devendo permanecer na situação de acampado pelo menos por seis meses após seu retorno. A punição a quem desrespeita as Linhas é a forma encontrada pelos sem-terra de manter o controle social, visto que “nenhum

<sup>67</sup> Existem também as linhas nacionais, válidas para todos os integrantes do MST, para todos os acampamentos, um exemplo de linha nacional é não vender a terra após assentado.

<sup>68</sup> Prosa é como se chama a advertência oral dada pelo Setor de Recursos Humanos ou pela Direção do Acampamento àqueles que descumprirem alguma linha do Acampamento ou do Movimento.

sistema normativo se sustenta sem a sanção que obriga a respeitá-lo, através da violência organizada, simbólica ou concreta, através da qual se impõe e se conserva ao longo do tempo.” (VELHO, ALVITO, 2000, p. 225).

**SARANDI**

## Denunciada tentativa de estupro em acampamento do MST

No domingo (24), por volta de 18h, a Polícia Rodoviária Federal - PRF do município de Sarandi foi acionada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a comparecer no acampamento às margens BR 386 no km 139. Segundo relato, um homem de 49 anos teria tentado estuprar uma menina de quatro anos de idade. A PRF conseguiu detê-lo, sendo conduzido à Delegacia de Polícia Civil em Sarandi.

O homem tinha antecedentes por praticar atos obscenos, e teria por isso, sido expulso do acampamento. A menina foi encaminhada a exames médicos no hospital do município e os resultados comprovaram que a tentativa de estupro não foi consumada.

Conforme o Delegado de Sarandi, Edson Cezimbra, o pai da criança teria visto a garota entrar na barraca do acusado e a seguiu verificando que a menina estava parcialmente despida. Ele foi ouvido e liberado, mas está sob investigação da Polícia que analisa como será enquadrado.

**DIÁRIO DA MANHÃ**  
Terça-feira, 26 de maio de 2009

**Reportagem 4 – Denunciada tentativa de estupro em acampamento do MST**  
Jornal Diário da Manhã – 26/05/2009

Entre os integrantes do Acampamento Sarandi, existe uma estável preocupação com o respeito que deve ser empreendido às Linhas, visto que, como expresso pelos acampados, elas foram feitas por todos, no coletivo, e por isso merecem respeito, ou seja, o poder “requer o consentimento e a reciprocidade”. (BALANDIER, 1969, p.39). Neste sentido, o ditado popular “andar na linha” é bastante apropriado para os integrantes do MST. Contudo, o discurso em relação à preocupação com as linhas é mais consistente que a consequência prática que o descumprimento destas apresenta, uma vez que há no Acampamento, relatos de furtos internos, traições matrimônios, descumprimento de tarefas, entre outros, sendo que seus responsáveis não sofreram punição alguma.

O fato é que ser expulso do Acampamento aparece como algo extraordinário, a direção do Acampamento justifica isso através da argumentação discursiva de que a pessoa que cometeu um erro pode se regenerar e o Acampamento, segundo os acampados, é o local onde ocorreria essa regeneração, ou seja, a decisão pela expulsão do Acampamento é tomada apenas em casos onde o risco à vida e à integridade desta seja iminente.

A impunidade aos que descumpriram as Linhas descontenta àqueles que se mantêm fiéis às regras, contudo, estes expressam tal descontentamento apenas em círculo social muito próximo, pois o receio de sofrer retaliação – como por exemplo, não ser assentado se houver a distribuição de lotes – por opor-se a uma decisão tomada pela direção do Acampamento é visível.

Embora não roubar seja uma Linha dentro do Acampamento e, por isso, tal ação pode ser punida, pelo menos teoricamente, até mesmo com a expulsão do desonesto, relatos sobre furtos – realizados em *off* – são comuns entre os acampados, estes exemplificam a indignação com a impunidade e o “receio” que a vítima tem de expressar sua perda. Uma moradora contou, com grande desgosto, que um de seus vizinhos havia carneado uma de suas galinhas. Segundo ela, a galinha estava chocando e, mesmo sabendo quem havia apanhado a galinha, ela não contaria, porque isso traria um grande incômodo, não apenas para quem cometeu o delito, mas também para a família que sofreu o prejuízo. Numa tarde no refeitório da escola, duas senhoras comentavam sobre o sumiço das panelas da escola após o despejo, na conversa uma delas ainda afirmou que tais panelas deveriam estar por “um desses barracos aí”. Outra moradora, que estava em uma Frente de Trabalho, reclamou que quando voltou ao Acampamento, deu-se conta de que havia sumido seu botijão de gás, segundo ela, fez a reclamação para os coordenadores do Acampamento, mas nenhuma atitude foi tomada. A partir disso, como afirma José de Souza Martins, podemos concluir que: “Não obstante a suposição corrente de que a luta pela terra se desenrola em torno de valores e lealdades comunitários, a realidade de acampamento e assentamentos é conflitiva” (MARTINS, 2003, p. 61).

As Linhas também podem ser pensadas como equivalentes aos Códigos de Ética, pois assim como estes, elas enunciam princípios coletivos, que servem para orientar as ações dos que assumiram tais princípios, devendo estes refletir seu conteúdo nas atitudes pessoais. Também como os Códigos de Ética, as Linhas servem de referência para caracterizar a vida dos que estão sob o julgo delas, embora estas não promulguem a totalidade da razão ou dos juízos de valor dos indivíduos que a expressam, caracterizando-se então por ser um conjunto de políticas e práticas específicas que abrangem os campos mais vulneráveis da vida cotidiana e, como quem transgride o Código de Ética, quem transgride alguma linha também será passível às punições. Assim, tanto os Códigos de Ética, quanto as Linhas, demarcam condutas e responsabilidades sociais. Dessa maneira, a função de ambos os instrumentos, além de evitar e facilitar a resolução de conflitos, é integrar o grupo, fazendo-o comprometer-se com regras e princípios comuns.

### 2.2.3 O “ócio”, a fofoca e o som

Segundo uma das acampadas, as interações sociais cotidianas dentro do Acampamento Sarandi e as consequências destas, em quase nada se diferenciam de interações sociais existentes em uma comunidade, seja esta urbana ou rural. Portanto, assim como em outros lugares, rodas de conversas são comuns, principalmente devido ao “ócio” da vida do acampado, ou seja, a fofoca no Acampamento Sarandi tem “um valor considerável como entretenimento” (NORBERT, 2000, p. 122). Conversas sobre ajudas mútuas; reclamações de vizinhos; comentários diversos, avaliando positiva ou negativamente alguém; exemplos de solidariedade; relatos sobre situações familiares; diálogos sobre problemas ambientais, sobre a situação econômica, sobre uma notícia veiculada na mídia<sup>69</sup> ou fato polêmico que tenha ocorrido, são comuns e constantes entre os moradores do Acampamento, ou seja, as conversas giram, principalmente, em torno de ações – individuais ou grupais – e de acontecimentos, do mesmo modo, os elogios ou reclamações geralmente identificam ações ou acontecimento e não pessoas.

Portanto, são comuns os elogios ao trabalho dos coordenadores e dirigentes. Os acampados reconhecem, por exemplo, que, muitas vezes, os dirigentes do Acampamento precisam abandonar o tempo que teriam com a família, para dedicar-se a tarefas em prol do coletivo. Mas as reclamações também são frequentes, por exemplo, um pedido de lona para tapar um barraco com muitas goteiras que não foi atendido. As narrativas abaixo evidenciam a característica de não atribuir sujeito aos elogios ou reclamações e também reconhecem aspectos negativos da vida no Acampamento Sarandi.

O Acampamento sei lá..., eu, antes eu estava fora eu tinha uma visão, agora a gente vê, por tudo, o que tem aqui tem por tudo, não adianta dizer que aqui tem coisa boa ou ruim, por que se tu vai em todos os lugar..., o que tiver aqui em todas as vila, em todos os lugar tem, tem gente boa, gente ruim, gente que trabalha, gente que não trabalha. É por tudo assim. [...]. Ainda eu acho, na minha visão assim, eu acho, o lugar melhor que tem para tu viver ainda, porque ó, se tu..., se tu for deixando ou fizer qualquer uma coisa que está errada eles te botam no portão, e numa vila? Estupram e roubam e fazem o que querem, nem que eles sabem a polícia não pega e

<sup>69</sup> Como não há luz elétrica no Acampamento, em alguns barracos há rádios à pilha – meio de comunicação mais comum no local. Apenas em um barraco soube que havia aparelho de TV, este que era ligado em baterias. As músicas tocadas nos bailes da Reforma Agrária, realizados periodicamente no Acampamento, sempre entre as 19h00min e 22h00min, também usam energia de baterias. A iluminação do baile, em frente à escola, no pátio central do Acampamento, é feita com tochas de fogo espalhadas pelo salão de chão batido. As baterias dos celulares são carregadas no poste de luz que fica em frente ao silo que se localiza paralelo ao Acampamento, do outro lado do asfalto. Só há corrente elétrica neste poste durante a noite, pois a fonte da energia é de um gerador do silo, o qual só é ligado à noite. Devido ao fato de ter luz apenas à noite e de ter que atravessar o asfalto para poder carregar a bateria do celular, se criou uma Linha no Acampamento, que determina que menores de idade não podem ir carregar o telefone, somente os maiores, medida tomada para se evitar acidentes.

aqui se eles descobrem eles mandam embora, não tem choro. [...]. Eu ainda acho que o lugar ainda mais organizado que está, dos outros lugares, é aqui [...], e se tu não ir participa nas tarefas que tem no Acampamento, tudo, também pode ir embora, não pode ser baderneiro, nada, tu tem que se comportar, tem que ser gente também aqui dentro, tem... sempre tem esses que não prestam [...]. (Gravação da conversa com Adriana – Realizada no Acampamento Sarandi em 22 de agosto de 2008).

Outro depoimento afirma que:

O povo sem-terra ele quer um pedacinho de terra, por mais pequeno que seja, para trabalhar, para tirar o sustento, para criar os filhos, é tudo..., é com dignidade, com trabalho, não tem..., a gente também não vai dizer que a gente conhece todos os acampando n/é?... a gente não conhece, mas os que a gente conhece, que nem eu que era ali dos Cabrito tudo gente que a gente fez amizade, nós somos uma família aqui, se eu não tiver uma cuia de erva o meu vizinho tiver, ele reparte o pouco que ele tem comigo, que a gente é um povo unido n/é?. (Gravação da conversa com Dona Margarete – Realizada no Acampamento Sarandi em 13 de agosto de 2008).

Geralmente as conversas entre os acampados ocorrem em intensidade baixa – com exceção das cantorias nos finais de tarde –, ouve-se rádio também em volume baixo, o que se configura em uma forma de privacidade e respeito para com os demais<sup>70</sup>. Contudo, estas conversas não são sempre harmoniosas, visto que “os indivíduos compartilham a mesma capacidade de possuir muitos modos de pensar e representar” (MOSCOVICI, 2003, p. 213), fator que evidencia que cada ação individual ajuda na formação do coletivo, visto que, através das subjetividades, o social se constitui.

Mas não é apenas o som produzido por pessoas que se ouve no Acampamento Sarandi. Na transcrição das gravações realizadas no Acampamento se tornava eminente o som do tráfego na rodovia e som dos animais<sup>71</sup>, estes que, muitas vezes, até dificultavam a audição das falas. Contudo, o que realmente chama a atenção – pelo menos nas primeiras vezes em que se visita o Acampamento – no som produzido pelo Acampamento são vozes de crianças, visto que o número destas é bastante grande entre os sem-terra de Sarandi.

#### 2.2.4 Segurança, privacidade e higiene

A vida sob a lona requer alguns cuidados distintos no que se refere à segurança e a privacidade. A lona não oferece proteção para agitação do tempo, seja ela vento ou chuva, assim como também não é proteção contra a raiva de alguém – visto que episódios de

<sup>70</sup> A partir das 22h deve-se preservar o silêncio no Acampamento, evitando conversas, risadas e outros sons que causem desconforto àqueles já se recolheram. Após às 22h30min a ordem é manter silêncio total.

<sup>71</sup> No Acampamento há criação comunitária e individual de gado e de galinhas, além de haver muitos cães soltos pelo pátio.

conflitos envolvendo agressões físicas são razoavelmente comuns no Acampamento Sarandi – por isso também se criam Linhas próprias para manter o mínimo de controle social dentro do Acampamento, pois como me disse um dos acampados, “lona não é proteção pra ninguém”. Além disso, a lona não isola o barulho, portanto, devido à proximidade entre os barracos – o que também é uma forma de proteção contra o vento –, é comum escutar conversas ou ações dentro de outros barracos.

[...] no barraco ao lado se ouvia nossa conversa, o Marcelo mandou duas mensagens no meu celular, dizendo para nós parar de conversar, nós também ouvíamos o que eles conversavam. Pensei na limitação imposta à intimidade da Sofia e do Luciano [casal], ali, naquele barraco, diante da proximidade com os outros barracos. A Sofia acabou confessando, “aqui o namoro é sempre silencioso”. (Diário de Campo, 28 de outubro de 2008).

Contudo, o aspecto da proximidade entre os barracos é positivado pelos moradores. A justificativa é que a proximidade dos barracos causa uma possibilidade maior de acerto ao casal, pois estes, se quiserem se preservar, terão que falar baixo, dialogar, ao invés de gritar, pois isso causaria agitação e, conseqüentemente, dano de sua imagem frente aos vizinhos.

Quando a noite se aproxima – ao contrário do que se pode inicialmente pensar – todas as faces do Acampamento Sarandi se mostram, os que haviam se afastado do Acampamento durante o dia retornam à tardinha e os que estavam em seus barracos, despontam do interior destes para aproveitar os últimos momentos antes da escuridão total. No crepúsculo, vagarosamente, formam-se rodas de chimarrão. Em uma ou outra destas rodas há pessoas com gaita e/ou violão cantarolando e divertindo os seus. As rodas de chimarrão só se desfazem quando realmente forma-se a penumbra. Neste momento, as famílias se recolhem, acendem suas velas e convivem reservadamente em seus barracos.

Uma das experiências mais intensas desta etnografia foi, sem dúvida, o ato de dormir no Acampamento, o qual se revelou um verdadeiro *rito de passagem*, precisamente no sentido empregado por DaMatta (1978), complexo, anedótico, poético, gratificante. Se, no final do dia, o Acampamento se preenche de um aspecto jovial e alegre, com crianças jogando bola ou brincando de esconde-esconde e adultos cantarolando em uma roda de chimarrão, à noite ele revela o temor. Na escuridão absoluta, a única claridade que há nos barracos é conseguida por velas; o fato de não haver paredes, apenas lonas, que rasgam apenas com um empurrão dá margens a imaginações assustadoras; a precariedade da materialidade, como banheiros, camas e lençóis fornecem a compreensão ao observador das dimensões ásperas da vida no Acampamento; a proximidade com o asfalto é tanta que se pode perceber a vibração ao passar caminhões pela rodovia, o que também faz o barulho ser constante e alto.

Jantamos ali fora mesmo, já não enxergávamos direito uns aos outros. [...]. Quando a tempestade de raios aumentou entramos no barraco e em uma roda conversamos à luz de velas e tomávamos um saboroso vinho colonial de pêssego. [...]. Penso que nunca havia visto um tempo tão feio, a escuridão da noite clareava com os raios. Senti medo. Senti muito medo. Cheguei a pensar em ir posar nos meus parentes em Sarandi. O vento na lona preta fazia um barulho assustador, parecia que o barraco seria arremessado dali a qualquer momento. [...]. Quando a chuva chegou aumentou ainda mais o barulho na lona, a tal ponto que quase nem conseguíamos escutar o que as pessoas que estavam ao nosso lado falavam. Aos poucos o vento foi se distanciando, permanecendo somente a chuva. O Marcelo – um grande amigo meu, pessoa querida, que por muitas vezes acompanhou-me por horas, ouvindo grandes histórias nos barracos do Acampamento – olhou pra mim e riu, disse que se fosse para acontecer algo eu poderia estar em uma casa ou em um barraco que a coisa aconteceria do mesmo jeito. [...]. A Sofia e a Simone deitaram juntas, eu deitei sozinha em uma outra cama também de pau-a-pique ao lado delas. Sabia que não iria conseguir dormir. Levei meu lençol (o qual não utilizei por medo de constranger a Sofia, que preparou a cama com tanto cuidado), mesmo assim me senti incomodada. Cobri-me com um cobertor da Sofia. A cada pouco sentia um pingo de água que caía bem ao lado do meu travesseiro. A água escorria também na lona preta ao lado de onde minha cama estava montada. Ficamos até depois da meia-noite conversando. Ela [Sofia] se mostrou “preocupada” com o que eu estou escrevendo sobre eles, me pediu para ver, levei um texto que fiz sobre os reveses entre o MST e o MP. [...]. Antes de irmos dormir a Sofia mostrou para mim e para a Simone o pinico (um litrão de refrigerante cortado ao meio), que ficou na cozinha, se precisássemos usá-lo, de noite estaria lá. A noite foi difícil. De madrugada um caminhão passou no asfalto buzinando durante todo o percurso do Acampamento e pensei: O que será que a pessoa que fez isso ganhou com tal atitude? Não basta o barulho que o circulação própria da estrada causa, que, para mim que não estou acostumada, já foi muito alheio. Só havia estado no local durante o dia, confesso que a noite traz em si outra dimensão, algo que evidencia condições precárias de conforto e higiene. Fica difícil imaginar como suportam viver nessas condições por tanto tempo. Foi realmente uma experiência intensa, inesquecível (Diário de Campo, 28 de outubro de 2008).

Porém, segundo a narrativa dos acampados, as pessoas no Acampamento dormem seguras, pois sabem que o Acampamento é vigiado e protegido por eles mesmos ao longo das vinte e quatro horas do dia. Durante a noite há dois vigias que permanecem na entrada do Acampamento, a cada hora ou a cada duas horas, a dupla de vigias é trocada. De dia há um vigia que circula pelo pátio. O posto de vigia é uma das funções partilhadas coletivamente por homens e mulheres do Acampamento, é vista com grande importância, pois ele é responsável por zelar pela seguridade e estar atento a qualquer movimentação atípica ao redor do Acampamento ou dentro deste, avisando aos companheiros algum imprevisto, além de fazer o controle diário de quem entra e quem sai do mesmo. O vigia é escolhido no NB, podendo permanecer uma ou duas horas no posto durante a noite – o tempo de guarda dependerá do número de pessoas que cada NB possui.

Cabe lembrar que o domínio do espaço (através da disposição dos barracos; de advertências sobre a movimentação anômala dentro do Acampamento e da constante presença do vigia) e do tempo (através de consecutivas reuniões e tarefas), como bem já explicou



Foucault (2004), é uma das formas mais eficientes de exercer controle sobre as pessoas, segundo o autor, “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2008, p. 180).

Além dos cuidados distintos com a privacidade, como o ato de tomar banho em um barraco ou a relação matrimonial entre os cônjuges, outra demanda inquietante na vida do Acampamento Sarandi é a higiene. Como as pessoas que habitam o Acampamento estão em consonância com o meio, aspectos relacionados à higiene não foram destacados nas conversas.

Os banheiros são coletivos, construídos por grupos de famílias (em média são cinco famílias por banheiro). Cada família é responsável pela higiene do seu banheiro. Os grupos são formados pela proximidade física de seus barracos, sendo várias as latrinas espalhados pelo Acampamento, sempre do lado de baixo do terreno, mais próximos da área de mata. Como não há água encanada no Acampamento, não há o sistema de descarga, são apenas valas abertas na terra, sobre estas é posto um chão feito de madeira ou taquara, sendo que de tal material também é construído o vaso sanitário, quando este existe, pois em alguns banheiros há apenas um buraco no chão, rodeado com madeira ou taquara. Os banheiros são cercados pela armação de lona preta. Em alguns destes banheiros, a porta de lona preta não fecha, em alguns outros há um orifício por onde se pode enxergar de dentro para fora e vice-versa. Nestes banheiros existem muitas moscas e o cheiro é bastante forte e característico. Alguns deles apresentam precárias condições de higiene, chegando a se evacuar no chão de madeira ou taquara. Em outros as condições de limpeza são um pouco melhores. Quando questionei um dos integrantes da B.O. sobre a higiene dos banheiros, ele respondeu-me que, no cuidado com os banheiros, já se pode analisar quem vai ou não trabalhar, se empenhar, buscar construir e melhorar de vida quando estiver assentado.

Os acampados em Sarandi são orientados pelos dirigentes do acampamento a cuidarem da organização, da estrutura física e da limpeza de seus barracos. Segundo eles, o fato de aprimorar e empenhar-se com esmero nestas questões é um importante elemento do processo de identificação do sem-terra, pois através disso objetivam mostrar para a população externa ao acampamento que os sem-terra empenham-se em suas atividades, e com isso evidenciar que quando assentados irão também produzir e preservar seus lotes, ou seja, a organização estética do acampamento é também uma forma de massificar, conseqüentemente, configura-se também em uma forma de luta, uma vez que visa agir sobre a esfera opinião pública.

A água que é utilizada no Acampamento é doada por uma congregação de padres, a qual possui uma propriedade que faz divisa com o local onde está localizado o Acampamento Sarandi<sup>72</sup>, sendo que a água é trazida por mangueiras até este. Há algumas mangueiras espalhadas pelo Acampamento, onde as pessoas enchem os baldes de água, os quais servirão para higiene do barraco, higiene pessoal, para fazer comida e também para beber. As roupas são lavadas pelas mulheres no córrego que passa pelos fundos do Acampamento, dentro da área de mata, estas se sentam com um banco de madeira entre as pernas e com os pés dentro do córrego e no mesmo banco onde estão sentadas colocam as peças de roupas e as escovam. Além da doação de água, os padres também colaboram enviando algumas verduras e legumes aos acampados, as quais são colhidas no próprio seminário.

A falta de água encanada traz limitações à higiene corporal. O banho pode ser realizado em bacias, com pano úmido ou no córrego próximo ao Acampamento. Algumas famílias improvisaram um banheiro com chuveiro. O chuveiro é feito com um balde, todo furado na superfície por onde sai a água, o tempo de duração do banho é equivalente a quantidade de água que cabe no balde. Diante de realidade tão precária, penso que a adaptação e desprendimento são fundamentais para tolerar o tempo de Acampamento.

### 2.2.5 A comida

Assim como outras dimensões da vida do acampado, a comida no Acampamento Sarandi, também é partilhada. Em entrevista por e-mail, uma das funcionárias do INCRA esclarece: “O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) disponibiliza cestas básicas aos acampados. A entrega destas cestas é feita, em alguns estados (e o RS se inclui), pelo INCRA. Mas o programa de assistência é de outro Ministério, que fique bem claro.” (Entrevista com Manuela – Realizada por e-mail em 10 de fevereiro de 2009). Quando o caminhão com as cestas básicas chega ao Acampamento Sarandi – o que ocorre segundo os acampados a cada três ou quatro meses –, o mesmo é descarregado no “barracão da comida”, um local bem próximo ao asfalto, construído em madeira, para evitar que a comida molhe e estrague. Neste barracão, a comida é posta sobre armações feitas com taquara, para que não

---

<sup>72</sup> Em relação à proximidade da propriedade dos padres com o Acampamento, também fez-se necessário elaborar uma Linha. Como há açudes dentro da propriedade dos religiosos, ocorreu de alguns acampados irem até o açude pescar ou banhar-se. Para evitar constrangimentos, elaborou-se a Linha que determina que nenhum integrante do Acampamento pode banhar-se ou pescar nos açudes da propriedade do seminário.

fique em contato com o chão. Todas as sextas-feiras há a distribuição de alimentos no Acampamento. Os alimentos doados pelo MDS são: arroz, feijão, farinha de trigo, farinha de milho, leite em pó, açúcar e azeite. Embora exista uma orientação no Acampamento para a distribuição dos alimentos, por exemplo, para que os casados peguem 5 kg de arroz por semana e os solteiros 5 kg de arroz por quinzena, a distribuição é realmente feita conforme necessidade. Todavia, o leite e o açúcar são distribuídos apenas para aqueles que têm crianças ou para aqueles que tomam remédio controlado. Para justificativa para o funcionamento adequado desse sistema de distribuição de alimentos, é o fato de que cada um pega somente o que necessita, pois, como diz um dos dirigentes, “comida não sai do Acampamento”, assim, se faltar comida para um dos sem-terra, falta também para todos os outros acampados. É a partir da convenção de que a comida é coletiva que se explica o fato de ser muito comum uma família almoçar no barraco da outra. Entretanto, o que se percebe em alguns barracos é comida estocada em grande quantidade e sem necessidade, chega-se a observar até mesmo sacos de farinha de trigo estragando sobre mesas e dentro dos armários. Além disso, a distribuição coletiva e equivalente da alimentação, configura-se em mais um elemento da formação dos sem-terra, visto que o MST – norteado pela ideologia socialista – orienta aos acampados o uso comunitário dos lotes de terra quando estes os receberem, ou seja, a dinâmica da vida dos sem-terra começa a ser organizada de modo coletivo ainda no acampamento, comprovando assim que o espaço do acampamento não é apenas um espaço de atuação política e social, mas também um espaço educativo, onde se aprende a ser sem-terra.

Além dos alimentos doados pelo MDS há criações coletivas de alguns suínos e bovinos, estes, conforme combinado previamente entre os integrantes do Acampamento, podem ser vendidos para comprar alimentos que não são a eles doados, como o sal ou, também podem ser sacrificados para o consumo dos próprios acampados, assim, se faltar azeite, por exemplo, e há um porco que se sacrificado possa fornecer banha, isso será feito para o gasto de todos. De tempos em tempos são escolhidas as pessoas no Acampamento que serão responsáveis por zelar e tratar os animais que são de todos os integrantes do Acampamento. Alguns outros alimentos o Acampamento recebe de apoiadores – principalmente de assentados. Os que não são recebidos, as famílias compram individualmente.

No Acampamento existe um pequeno mercado, chamado por eles de “bodega”. Na bodega, que é aberta duas vezes ao dia, se podem comprar mantimentos como erva-mate, açúcar, massa, bebida alcoólica, cigarro e outros. O lucro da bodega é integrado ao caixa do Acampamento, utilizado para as várias necessidades que possam surgir. O bodegueiro é

escolhido pelos acampados, passando este pela triagem da B.O., ele se mantém no cargo até que manifeste desejo de sair dele. Ainda sobre a alimentação, os acampados estabeleceram que toda visita que permanecer mais de três dias no Acampamento deve ajudar nas tarefas diárias, pois esta também está usufruindo dos bens comuns, como a comida.

A respeito da organização dos sem-terra, que envolve elementos de subsistência como a comida, a água e um pequeno lucro que garante o abastecimento de necessidades primárias, como por exemplo, a compra de remédios, pode-se afirmar que o “restabelecimento da unidade grupal, muitas vezes, buscada em um plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento na sociedade, revelando nova coesão dada por uma situação de conflito” (NEVES, 2009, 193), ou seja, assumir a forma de organização comunitária, é assumir-se como sem-terra, como parte de um grupo que incorporou tal organização como meio de afirmação identitária e, conseqüentemente, como uma forma de sobrevivência e de resistência diante dos interesses opostos ao modelo de organização comunitária do social, do político, do econômico e do cultural.

## 2.2.6 As místicas, as expressões de fé e as relações com as igrejas

As místicas são realizações culturais (teatros, danças, declamações, músicas e outras) que têm como objetivo fortalecer a identificação dos sem-terra com os princípios e objetivos do MST, sendo apresentadas no Acampamento por ocasião de algum evento, por exemplo, antes de bailes da Reforma Agrária, para recepcionar visitas vindas ao Acampamento ou, antes de algumas reuniões dos acampados, assim, a mística configura-se em um forte momento de partilha e celebração e envolve crianças, jovens e adultos, sendo que é sempre previamente combinado o grupo que será o responsável por organizá-la.

Christine Chaves, ao participar da *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, no ano de 1997, conseguiu expor a emoção que a mística representa aos integrantes do MST:

A mística é o que une. Por essa capacidade de promover a união, a mística é percebida como essencial ao MST, um Movimento cuja importância social deriva justamente da força coletiva que é capaz de agregar, da capacidade de arregimentar e organizar as “massas” – donde provém o significado verdadeiramente “estratégico” conferido à sua autodefinição como “movimento social de massas”. A mística é razão de poder eficaz. No MST considera-se que ela é o que alimenta nos militantes a esperança da mudança e neles nutre a vontade de lutar. É, portanto, uma das condições da própria continuidade da luta. No MST, a mística é construída

em torno do próprio Movimento: de seus princípios e de seus objetivos. Ela é feita em torno dos símbolos do MST, sempre concebido sob uma representação de unidade. Com a mística do Movimento, através de seus símbolos, constitui-se uma identidade coletiva representada como portadora da luta, instrumento de transformação social. [...], os símbolos que a compõem condensam múltiplos significados da luta. Cores figuram-na temporalmente: no preto, o passado de luta, a luta presente no vermelho, e no branco, o futuro como vitória. Um desenho delimita seu lugar primeiro: o espaço moral da nação brasileira. A luta é sangue: vida. E também sacrifício, luto. Ela é tanto esperança quanto ação, é desejo e renúncia. A bandeira sintetiza a memória da luta, é símbolo de sua unidade presente, símbolo de sua vitória futura. A bandeira recobre tanto a luta pela terra quanto a luta contra as injustiças. Na mística, o símbolo faz do homem e da mulher, família, e a estende primeiro como coletividade anônima – o Movimento – para depois alargá-la no todo representado pelo território nacional e, por último, por um território que, em nome da justiça, não tem fronteiras. Assim como o símbolo é síntese, ou melhor, é um agregado de significados, pode-se dizer que o coração da mística, que é a “alma do Movimento”, expressa-se na sentença: “Vermelha bandeira de todos os momentos, das horas de dor, lutas e alegrias, vales por mil pessoas valentes, pois por trás de ti somos milhões!”. A mística do MST – lembrando Canetti, de *Massa e Poder* – é o sonho de igualdade presente na multidão. (CHAVES, 2000, p. 79-81).

A mística é uma prática social e política, uma vez que envolve sempre temas do cotidiano dos acampados. O objetivo da mística é unificar, mas também apresentar, de forma atraente aos sem-terra, os ideais do Movimento. Compatível com um ritual, a mística configura-se em espaços de sociabilidade e, como os rituais, auxiliam na formação das identidades, através da significação simbólica.

Chaves (2000) destaca que a função primeira da mística é criar, avigorar e conservar a solidariedade social. Assim, confiança e ação são estruturas próximas, portanto, confirma-se que a mística tem o poder de reforçar a integração social (dimensão social da mística), promovendo ação coletiva (dimensão política da mística). A dimensão social da mística acontece quando os sem-terra se reúnem para assistir ou participar de momentos celebrativos ou reflexivos. Como estes momentos envolvem o cotidiano dos sem-terra, os temas ou acontecimentos expostos nas místicas facilmente causam comoção aos acampados. Desta comoção, originam-se processos sociais associativos (assimilação<sup>73</sup> e cooperação<sup>74</sup>) entre os sem-terra. Contudo, a comoção também é responsável pela dimensão política da mística, uma

---

<sup>73</sup> Trata-se de um processo de ajustamento pelo qual os indivíduos diferentes tornam-se mais semelhantes. [...]. A assimilação processa-se por um mecanismo de imitação, exigindo um certo tempo para se realizar [tempo do acampamento]. É um processo longo e complexo. [...] As modificações internas envolvem, pois, mudanças na maneira de pensar, de sentir e de agir. (OLIVEIRA, 1997, p. 32).

<sup>74</sup> A cooperação é a forma de interação social na qual diferentes pessoas, grupos ou comunidades trabalham juntos para um mesmo fim. (OLIVEIRA, 1997, p. 24).

vez que promove o entusiasmo responsável por processos sociais dissociativos (competição<sup>75</sup> e conflito<sup>76</sup>) entre sem-terra e ruralistas.

Talvez seja a angústia e a aflição, vindas também de tempos anteriores à vida no Acampamento, que expliquem a fé, a crença, a certeza, a confiança que as pessoas do Acampamento depositam em Deus. Manifestações de fé nas falas são comuns e tão frequentes que deixam até mesmo de serem percebidas. Frases como, “crê em Deus Pai”, “mas se Deus quiser...”, “Deus existe”, “Deus não há de faltar”, são comumente repetidas. Em uma conversa sobre a desilusão com promessas políticas, um senhor disse: “[...] eu não estou acreditando em nada mais, só acredito em Deus, porque Aquele eu sei que..., Aquele não falha, Aquele eu sei que mais tarde...” (Gravação da conversa com Júlio – Realizada no Acampamento Sarandi em 02 de outubro de 2008), tal expressão ajuda a lembrar adequadamente a esperança e a confiança em um ente supremo, demonstrada por um povo condescendente.

A aproximação com a Igreja Católica<sup>77</sup> é visivelmente percebida no Acampamento Sarandi – contrariando o que o Movimento pretende mostrar, ou seja, a autonomia dos sem-

---

<sup>75</sup> A competição é uma força que leva os indivíduos a agirem uns contra os outros, em busca de um melhor “lugar ao sol” (OLIVEIRA, 1997, p. 26), neste caso, por “lugar ao sol”, entenda-se um lote de terra.

<sup>76</sup> Quando a competição social assume características de elevada tensão social sobrevém o conflito. [...]. O conflito social é um processo social básico, porque, empenhando-se em conflitos, os homens provocam mudanças sociais (OLIVEIRA, 1997, p. 26).

<sup>77</sup> A ligação da Igreja Católica, principalmente através da Comissão da Pastoral da Terra no início da história do Movimento, é conhecida. No entanto, com o passar dos anos e com o desenvolver do Movimento, a Igreja e o MST se afastaram visivelmente. A Cruz já não é símbolo primeiro nas ocupações (não há cruz no Acampamento Sarandi, segundo os acampados tal decisão foi tomada como meio de manter a liberdade de crença no Acampamento, é também uma maneira de afirmar a autonomia pretendida pelo Movimento diante de outras instituições). Quando questionado sobre tal distanciamento, uma das lideranças nacionais do Movimento apenas responde: “Todas e todos os que defendem a Reforma Agrária e uma vida melhor para o povo são bem vindos.” (Entrevista com Manuela – Realizada por e-mail em 10 de fevereiro de 2009). Os anos iniciais do MST coincidiram com a época onde a Igreja Católica buscava uma nova metodologia de evangelização, uma evangelização que partisse das culturas oprimidas, era o início da chamada Teologia da Libertação. O trecho seguinte, escrito por Leonardo Boff, sintetiza o pensamento desta “nova metodologia de evangelização”, pensamento este, muito semelhante ao que é defendido pelos integrantes do Acampamento Sarandi: “Se ontem o cristianismo foi cúmplice da máquina da morte, hoje deve ser aliando da gestação de vida para as vítimas do tipo de desenvolvimento que exclui as grandes maiorias. O que hoje se sofre é consequência do que ocorreu há 500 anos; a invasão colonizadora continua ainda hoje, sob a forma da dominação tecnológica, dos capitais que entram para explorar a mão de obra barata e a abundância das matérias-primas e do atrelamento a políticas que favorecem os poderosos do império e seus aliados e subalternizam o povo. [...]. A realidade dos pobres é altamente conflitiva, pois eles são feitos pobres por mecanismos econômicos, relações sociais e discriminações que ofendem a justiça. A compreensão da sociedade, das Igrejas e da teologia a partir deles se apresenta outrossim conflitiva, pois permite ver a cumplicidade de todas as instâncias com sua opressão e também sua solidariedade com suas lutas por vida e liberdade” (BOFF, 1990, p. 13-16). Em 14 de fevereiro de 1980, durante a 18ª Assembléia da CNBB, aprovou-se o documento *A Igreja e os problemas da terra*, onde a Igreja Católica posicionou-se na defesa de que a terra deveria ser utilizada exclusivamente para o trabalho, reconhecendo a diferença entre terra de trabalho e terra de exploração. Contudo, com o passar do tempo e a alteração das características dos anos iniciais de criação do MST, destacando-se aqui, as diversas formas de luta e a orientação política, ocorreu um lento distanciamento entre a Igreja e o Movimento. Porém, não se pode afirmar que este é um distanciamento total. Em palestra proferida no município de Carazinho, em 8 de maio do corrente ano, o

terra diante das instituições –pois os sem-terra recebem ajuda de uma congregação de padres (água e alimentos) e há uma religiosa que se dedica ao Acampamento, além de dois sacerdotes vindos de Passo Fundo que celebram missas no local<sup>78</sup>.

Quando questionados sobre o distanciamento entre a Igreja Católica e MST, ocorrido a partir da década de 1990, os acampados reconhecem a importância do papel da igreja católica na formação do Movimento, mas explicam que o Movimento prega o ecumenismo, pois não são apenas os católicos que desejam terra. Assim, segundo os acampados, o Acampamento está aberto para todas as religiões, podem ser realizados cultos evangélicos, católicos ou de qualquer outro credo.

No Acampamento não se permite que sejam construídas igrejas, sejam elas evangélicas ou católicas, tal proibição busca assegurar a liberdade de crença de todos, visto que há diversos credos no Acampamento. Os integrantes do Acampamento Sarandi participam de missas e cultos na Comunidade Beira Campo, comunidade pertencente ao município de Sarandi, distante cerca de cinco quilômetros do Acampamento.

### **2.3 A Escola Itinerante Sementes de Dandara<sup>79</sup>**

Segundo a direção do Acampado, uma das preocupações fundamentais é com a educação das crianças<sup>80</sup>. No Acampamento Sarandi, até o início de 2009, as crianças

---

Procurador Gilberto Thums, afirmou que há setores da Igreja Católica que se esforçam em esclarecer que não é a Igreja como um todo que apoia os movimentos sociais, mas apenas os adeptos à Teologia da Libertação, havendo uma divisão interna na Igreja Católica a respeito das atuações do MST.

<sup>78</sup> No plano nacional se destaca a atuação de Frei Sérgio Görgen, franciscano, homem de fé, político, escritor, integrante da Via Campesina e do MST.

<sup>79</sup> Quando questionada sobre o porquê do nome da escola ser Sementes de Dandara, uma das professoras não soube responder, disse que alguns alegavam que era uma homenagem à esposa de Zumbi dos Palmares, cujo nome era Dandara – mulher conhecida na história pela luta contra escravidão – mas outros, afirmavam que era uma homenagem a uma menina, também de nome Dandara, filha de acampados sem-terra que morreu atropelada nas margens da rodovia onde se localizava seu acampamento. Entretanto, ambas as explicações evidenciam o papel formador dos líderes e heróis escolhidos pelos acampados, pois Dandara (esposa de Zumbi ou criança acampada) busca evidenciar a importância da luta dos sem-terra, transfigurando-se em um exemplo a ser admirado e seguido.

<sup>80</sup> Segundo o MST, desde 1984 “além das ocupações de terra e marchas para pressionar pela reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. Em toda a sua história, foram conquistadas aproximadamente 2 mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país, abrindo as portas do conhecimento para 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra. Também foram formados mais de 4 mil professores. Nos últimos anos, foi desencadeado um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, que envolve a cada ano 2 mil educadores e mais de 28 mil educandos. Mais de 50 mil pessoas já aprenderam a ler e escrever no MST, que defende que a escola esteja onde o povo está e,

estudavam na Escola Itinerante, a qual disponibilizava classes até a quarta série. A partir da quinta série do Ensino Fundamental, devido à falta de professores, as crianças se dirigem a escola pública na cidade de Sarandi, sendo que uma condução escolar, paga pelo Município de Sarandi, é responsável pelo transporte das crianças.

Conforme relato dos professores da Escola Itinerante, a metodologia adotada pelo Movimento é o Método Paulo Freire, que envolve basicamente três elementos básicos: a investigação temática (estudo da realidade), a tematização (seleção de temas e palavras geradoras) e a problematização (transformação crítica da realidade). Desta forma, a dinâmica das aulas, segundo a proposta do Movimento, deve envolver temas retirados da realidade do educando e, a partir deste tema, deve-se trabalhar de forma interdisciplinar todas as matérias escolares possíveis. Os objetivos desta metodologia são preparar futuras lideranças, mostrar a realidade do povo trabalhador e pensar na possibilidade de funcionamento de uma nova sociedade. Para isso os educadores devem ser militantes sem-terra; devem preocupar-se em ensinar, através de atividades práticas, a ler, escrever e calcular a realidade (conteúdos relacionados com a vida dos educandos), preparando assim, para o trabalho manual e intelectual, que envolva a realidade local e geral, que perceba o educando como ser integral e ativo na história. Morissawa destaca que ao

[...] fazer um plano de ocupação, o MST inclui nele a escola para as crianças e os adultos. Os pais ficaram mais estimulados pela certeza de que seus filhos terão onde estudar, material escolar, merenda e atenção dos professores, que já estão a postos, organizando o Setor de Educação. O barraco da escola, chamada de itinerante, é construído antes do barraco de moradia e tem também a função de centro de eventos. [...]. O surgimento do setor de educação deu-se no Rio Grande do Sul, mais precisamente na Fazenda Annoni. Ali, uma equipe de professores formada espontaneamente começou a empreender a educação das crianças. Composto também por pais e alunos, o Setor assumiu o compromisso de articular as questões práticas para o funcionamento da escola, bem como de cuidar que nenhuma criança deixasse de estudar, envolvendo-as nas atividades do acampamento. (MORISSAWA, 2001, p. 239-240).

As escolas dos acampamentos são chamadas de itinerantes porque elas acompanham o acampamento para onde ele for, assim, distingue-se das outras pela sua mobilidade geográfica<sup>81</sup>. No Acampamento Sarandi, o barraco da escola localiza-se no centro do Acampamento, e também é usado para determinadas reuniões, como as assembleias dos acampados, reuniões da coordenação e reunião com os técnicos do INCRA. A preocupação

---

conseqüentemente, os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009b).

<sup>81</sup> Atualmente os acampamentos do MST permanecem um longo tempo fixado em um mesmo local, fato que desqualifica o argumento de que as escolas itinerantes são necessárias devido à mobilidade geográfica dos acampamentos, por exemplo, o Acampamento Sarandi já está há mais de um ano localizado às margens da BR 386.



com a construção da escola é constante, quase sempre há uma nova obra, ou uma reforma envolvendo o barracão. Contudo, devido ao material usado ser lona – a lona da escola é a única no Acampamento que é preta por fora e branca por dentro, as demais são integralmente pretas –, não há como neutralizar o barulho de uma sala de aula para outra, fato que, além de atrapalhar as aulas, dificulta a realização de uma atividade diferente. Assim como nos barracos de residência, o chão da escola é chão batido e a lona preta também não traz nenhum conforto, quando verão, aquece como uma estufa, quando inverno, o vento gelado parece cruzar por ela, assim como a chuva, quando essa chega em demasia.

A lona nos barracos e na escola não conseguia segurar a água, que além de entrar pelos furos sobre nossas cabeças, ingressa pelas arestas no chão batido da escola, logo nossos pés estavam encharcados. Enquanto isso algumas crianças e adolescentes tomavam banho de chuva, brincavam com barro, jogavam-se no chão – brincadeira comum nos dias de chuva forte. Foi até bonito e divertido de ver a brincadeira deles. Os que estavam na escola e no refeitório riam dessas travessuras. Estranhei que as crianças apresentavam ter medo de raios e trovões, apenas brincavam contentes, descalças, aproveitando a chuva forte que perdurou por horas. (Diário de Campo, 23 de outubro de 2008).

Diante do ideal pedagógico<sup>82</sup> planejado pelo Movimento, o real mostra-se bastante diferente. Talvez o Setor de Educação no Acampamento Sarandi seja o mais debilitado, se não o for, pelo menos é o que demonstra mais suas fraquezas. A dificuldade central da Sementes de Dandara é a formação de professores. Alguns jovens do Acampamento estão fazendo o curso do magistério em escolas do Movimento, como o Instituto Educar, em Pontão e o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itterra), em Veranópolis (RS). O curso do Itterra não é um curso de caráter regular, assim, os jovens estudantes permanecem durante alguns meses no Itterra e depois retornam ao Acampamento. Enquanto estão no Acampamento assumem a tarefa de serem educadores, mas, ao ter que se ausentarem para prosseguir seus estudos, deixam as turmas, que são assumidas, muitas vezes, por pessoas sem formação didático-pedagógica, fato que dificulta o desenvolvimento da metodologia adotada pelo Movimento<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> Outra bandeira erguida pelo Movimento quando o assunto é educação, é a defesa da Educação de Jovens e Adultos e a organização da Ciranda Infantil. Aquela tem como objetivo alfabetizar adultos, esta é um espaço que, além de cuidar das crianças que não estão ainda na idade escolar para então os pais poderem se envolver em outras atividades, busca de maneira lúdica o desenvolvimento das mesmas. No Acampamento Sarandi não há uma educação direcionada aos jovens e aos adultos, nem mesmo há Ciranda Infantil. A justificativa para não haver EJA no Acampamento Sarandi é que não há pessoal para realizar o trabalho voltado para a alfabetização de jovens e adultos. A não existência da Ciranda Infantil é justificada pelo fato de que não há necessidade para esta, visto que as mães não precisam ausentar-se do Acampamento para trabalhar.

<sup>83</sup> Interpretada a partir do ponto de vista da escolarização formal, muitas são as questões a serem resolvidas na Escola Itinerante Sementes de Dandara. Alguns professores fumam – um vício bastante comum entre adolescentes, jovens e adultos do Acampamento – dentro da escola, diante das crianças. Contudo, o vício pelo tabaco (alguns fazem palheiro, uma espécie de cigarro artesanal feito com fumo em corda picado e enrolado em

Acentuando ainda mais esse quadro da realidade escolar no Acampamento, soma-se o fato de que, quando finalmente concluem o curso de magistério, muitos dos agora professores, saem do Acampamento, ou por que foram assentados, ou por algum outro motivo, sendo assim, o problema da Escola Itinerante é contínuo e preocupante. Outro fator importante que merece destaque em relação à atuação docente na Escola Itinerante, é que a maioria dos educadores são homens, o que chama a atenção pelo fato de que muitos acabam posteriormente assumindo outras tarefas e abandonando o exercício do magistério.

As Escolas Itinerantes foram legalizadas no Rio Grande do Sul durante o governo do senhor Antônio Britto Filho (1995-1998). Atualmente as Escolas Itinerantes do Rio Grande do Sul estão impedidas de funcionar devido à determinação do Ministério Público e do Governo Estadual, que, em final de 2007, decidiram unanimemente, pela interferência do Ministério Público nas Escolas Itinerantes existentes na região de Carazinho, afirmando que as bases pedagógicas dessas escolas eram contrárias aos princípios contidos na Constituição Federal, assim os pais que mantêm os filhos nas Escolas Itinerantes, assumem o risco de serem responsabilizados legalmente por tal decisão. Os sem-terra têm realizado lutas por todo o estado reivindicando a reabertura de suas escolas.

Observando a Escola Itinerante Sementes de Dandara, cabe uma singela reflexão a cerca da licitude da educação formal, da educação informal e da educação não-formal. Gohn destaca que:

Quando tratamos da educação não-formal, a comparação com a educação formal é quase que automática. O termo não-formal também é usado por alguns investigadores como sinônimo de informal. Consideramos que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. (GOHN, 2009, p. 28).

A educação formal tem sua origem vinculada à elite econômica, sendo, por isso, primeiramente beneficiado com esta um restrito grupo de crianças que tinha o privilégio de ter acesso à escola, como esclarece Gal:

---

palha de milho seca ou em um pedaço de papel) é visto pelos acampados como sinal de ostentação, uma vez que grandes ídolos dos sem-terra fumam ou fumavam, como por exemplo, Che Guevara e Fidel Castro, ou seja, o ato de fumar representa também a busca de identificação dos sem-terra com o Movimento. Outra questão sobre a Escola Itinerante refere-se a garantia das mínimas 800 horas/aula obrigatórias pela lei, uma vez que as crianças, principalmente as menores, demonstram dificuldades em permanecer na escola no horário escolar, acabam saindo “passear” pelo Acampamento, sem que o professor consiga administrar o que ocorre dentro da sala de aula.

A despeito das tentativas da igreja, a educação continuou sendo, nos séculos XVII e XVIII, uma educação aristocrática, limitada a um reduzido número de beneficiários. Calcada sobre o regime político e econômico, ela ignorava quase sempre o povo ou apenas lhe oferecia uma formação extremamente limitada que não se poderia qualificar como cultura. Esse ensino rudimentar era dado nas escolas que se desenvolviam ao redor das paróquias para formar meninos de coro e ensinar o canto gregoriano, como nas igrejas matrizes, e sobretudo para formar religiosamente a juventude. Sempre nas mãos da igreja e subordinada a religião, essa educação constituía um poderoso instrumento de salvação das almas. Tais eram as chamadas escolas de caridade, isto é, gratuitas, dependentes das paróquias, organizadas pelas comunas ou graças a alguma instituição de beneficência, que se desenvolveram aos poucos no decorrer desses dois séculos. (GAL, 1989, p. 69).

Ainda segundo Gal, foi só após a Revolução Francesa (1789-1799) que a escolarização formal foi reconhecida como direito e necessidade de todos. Contudo, a escolarização pública e gratuita só se efetivou quase um século após a Revolução Francesa. Gal afirma:

Se o ensino elementar não data da Revolução, é dela que data a cristalização da idéia de um ensino concebido como um direito para todos os seres humanos sem exceção e com um dever do Estado. A Constituição de 1793 comportava um artigo muito claro sobre esse ponto: “A instrução”, dizia ele, “é uma necessidade de todos. A sociedade deve favorecer, com todo o seu poder, os progressos da razão pública e colocar a instrução ao alcance dos cidadãos.” A Revolução não teve tempo de o fazer e foi necessário aguardar a Terceira República para que esse sonho começasse a realizar-se. [...]. Foi à Terceira República que coube, com efeito, organizar verdadeiramente o ensino primário público, com Jules Ferry e Paul Bert, em 1881 e 1882. Em alguns anos foram traçados os princípios gerais da política escolar que caracterizou essa época e as aspirações da democracia nascente: princípio da obrigatoriedade escolar [...]; proclamação da gratuidade do ensino; princípio da laicidade [...]. (GAL, 1989, p. 93-95).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de janeiro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), sendo o Brasil um dos signatários, declarou que:

Art. XXVI – Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1978, p. 23).

No Brasil, desde a Constituição Imperial de 1824, o poder público já assegurava o direito à instrução formal. Todavia, a ideia do ensino formal como direito só ganha visibilidade no panorama brasileiro a partir da Constituição de 1934, a qual assumiu, no artigo

149, a educação como sendo direito de todos, devendo esta ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

Contudo, não foi a falta de escola, em tempos passados, para os menos privilegiados economicamente que os deixou à mercê de instrução, para estes a educação se deu além dos muros da escola formal, onde o processo de ensino-aprendizagem não estava associado a um período pré-determinado do dia, nem mesmo a um espaço físico, ao contrário, ele ia ocorrendo ao longo do tempo, no ambiente de convivência com o grupo.

Com a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, estendeu-se a todos a possibilidade de acesso à educação formal, mas isso não excluiu, em nenhum momento, a existência da educação não-formal, muito pelo contrário, atualmente se aceita e reconhece os méritos desta. A Educação – compreendida em todas as suas dimensões – é indispensável para o desenvolvimento do país, pois é através dela que se cauciona melhor qualidade de vida, assim, formal ou não, a educação está diretamente associada aos campos do bem estar social e individual.

Embora, exista um local físico para a escola no Acampamento Sarandi, o interesse imediato e a metodologia adotada pelo Movimento, voltam-se primeiro para a educação não-formal. Gohn esclarece que esta educação

[...] capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar surge como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades que dele participa. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes num dado grupo social, fortalece o exercício da cidadania. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não-formal. (GOHN, 2009, p. 29-30).

Assim, a preocupação que os professores da Escola Itinerante expressam com o conteúdo básico, é que estes se apresentem relacionados à vida – à vida de sem-terra – não sendo apenas exercidos como forma de cumprimento curricular, ou seja, busca-se, através da atuação da Escola Itinerante, conscientizar os educandos sobre a necessidade da realização da Reforma Agrária, conforme o modelo sugerido pelo próprio Movimento, portanto, a educação para o MST é também uma forma de massificar<sup>84</sup>, ou seja, de persuadir os educandos a assumirem posições favoráveis aos objetivos do MST. Portanto, a educação dentro do

---

<sup>84</sup> A massificação é a prática de adequar os objetivos pessoais do sem-terra aos objetivos do MST, tal adequação ocorre através da participação em atividades e eventos. A massificação reprimir as formas de pensamento que contrariam as determinações dos dirigentes do Movimento, ou seja, exige a apreciação favorável apenas ao ideal, aos objetivos e aos princípios do MST.

Acampamento extrapola a dimensão da educação formal, visto que abrange a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão da atuação política.

Com isso, infere-se que a metodologia proposta pelo MST é avançada, inovadora e eficaz, visto que propõe fazer do ambiente o laboratório de estudos. Porém, o Acampamento Sarandi não se mostra suficientemente preparado para implantar tal metodologia, ficando a prática da Escola Itinerante, bastante longe do idealizado, a consequência é o isolamento das educandos na redoma de seu próprio mundo, excluindo do campo de conhecimento dessas crianças o mundo externo ao Acampamento, do qual elas também fazem parte.

A merenda escolar, como em qualquer escola pública, é doada pelo Estado. A cozinha da escola e o refeitório, assim como o barracão onde ficam os mantimentos, são os únicos lugares no Acampamento que não são feitos de lona, mas sim de madeira, são mantidos fechados e só são abertos quando necessário; as chaves dos cadeados desses lugares ficam, geralmente, com alguém da coordenação do Acampamento, ou seja, os acampados, mesmo recebendo alimentos, reconhecem que é necessário “proteger” a merenda escolar, pois não descartam a possibilidade de que haja desfalque nesta.

Todos os dias, um dos NBs é responsável pela merenda escolar, este designa duas ou três pessoas para preparar o lanche escolar. Esta organização geralmente funciona, havendo um cartaz fixado na porta do refeitório com o número de cada NB e a data em que este será responsável por preparar a merenda escolar. Entretanto, já ocorreu de não aparecer ninguém para preparar a refeição e as crianças ficarem sem merenda, sendo improvisada apenas distribuição de bolachas.

Os sem-terra não usam as palavras aluno e professor. Eles representam essa relação através dos termos educando e educador, justificam que estas seriam palavras que não representariam a superioridade ou autoridade de um diante do outro, além disso, segundo os sem-terra, o professor é aquele que apenas exerce uma profissão, preocupando-se apenas com o conteúdo formal. Já a atuação do educador não se restringe a um espaço e horário determinados, nem a conteúdos pré-fixados, ultrapassar isso, o educador é, acima de tudo, responsável pelo desenvolvimento do senso crítico dos seus alunos. A interpretação dada ao nome das funções sugere que, desde a nomeação destas, há a preocupação com que prática social dos sem-terra seja compatível aos objetivos do MST.

As crianças são chamadas também de sem-terrinha e, desde pequeninas, recebem orientação direcionada aos objetivos do Movimento, um exemplo disso, é o Encontro Sem-Terra, realizado anualmente. Este encontro é, na verdade, um espaço de formação e massificação dirigido apenas às crianças. Desde muito cedo, as crianças participam de

marchas, eventos de reivindicação, ocupações e outras formas de luta, sendo que a participação das crianças em tais lutas é frequentemente questionada pela sociedade, a qual acusa os sem-terra de expor as crianças a atos nocivos à formação do cidadão. Uma moradora da localidade de Xadrez, distrito do Município de Coqueiros do Sul, quando questionada sobre o que lembrava como o momento mais crítico do conflito envolvendo a Fazenda Coqueiros diz: “[...] bastante conflito, destruição [...]. Quando eles entraram, também quando eles invadiram, que as crianças eles usaram como barreira, isso seria o momento crítico, n/é?. [...]” (Gravação de entrevista com Carmem – Realizada no distrito de Xadrez, em Coqueiros do Sul, em 28 de janeiro de 2009).

Quando questionados sobre a participação e exposição das crianças em momentos de luta e/ou de reivindicações, as justificativas para explicar a exposição destas giram ao redor de três argumentos bastante distantes. Uma das explicações de tal ato, nega que sejam feitos cordões de isolamento com as crianças em ocupações, pelo menos não como a mídia expõe. Segundo essa explicação, o que aconteceria na realidade é que poderia estar ocorrendo uma mística no momento da ocupação, onde as crianças estariam participando, ou poderia estar ocorrendo uma reivindicação elaborada pelas próprias crianças. Outros dizem que, em uma ocupação as crianças são postas na frente das mães para que os policiais vejam em primeira mão que ali há menores e assim evitem atirar abaixo da altura da cintura dos adultos, fato que facilitaria o acidente com as crianças. Também há os que afirmem que a exposição das crianças causa comoção, tanto aos policiais quanto a sociedade, sendo uma das formas mais eficazes de reclamar os direitos.

As crianças sem-terra demonstram alegria, correm, gritam e brincam pelo pátio do acampamento, porém, nas suas falas expressam o desejo de possuir determinados brinquedos e objetos, os quais, por questões econômicas não são a elas acessíveis. Assim como os adultos, as crianças demonstram entusiasmo em participar de passeatas, marchas, eventos, encontros de sem-terra, contudo, as lutas que envolvem conflito ou ameaça de conflito são descritas pelas crianças frequentemente com as seguintes palavras: medo; sangue; espingarda; polícia; grito; choro; raiva e destruição, ou seja, as crianças ficam expostas a eventos representados por elas como dolorosos e angustiantes. A participação de crianças nos conflitos entre sem-terra e ruralistas – eventos dramáticos e traumáticos, que possivelmente interferem no desenvolvimento psíquico destas crianças – tem uma dimensão “formativa” para os integrantes do MST, uma vez que assegura a contínua posição antagônica entre estes dois grupos e ampara as justificativas vindouras do conflito. Portanto, a participação das

crianças nas lutas promovidas pelos sem-terra, pretende, além de massificar pais e filhos, divulgar para a sociedade a perpetuação dos sem-terra, de suas ações e de seus objetivos.

## 2.4 A juventude sem-terra

Os jovens são constantemente solicitados a participar de acontecimentos, responsabilizarem-se com tarefas, preparar eventos e místicas no Acampamento Sarandi. O MST diz assumir uma visão integral de ser humano, por isso o Movimento afirma que, além de reconhecer o homem como um ser biológico, também reconhece a dimensão cultural deste. Tal argumento justifica o motivo pelo qual a educação é entendida pelo Movimento como uma das prioridades, pois se acredita que a realização da Reforma Agrária deva vir acompanhada da promoção da escolarização, tendo como objetivo melhorar as condições de vida dos trabalhadores. O Movimento organiza eventos com o objetivo de estimular a criticidade e o estudo dos alunos, um exemplo disso é o concurso nacional de literatura e artes plásticas, existente desde 1998, sendo que neste ano está em sua sétima edição, tendo como tema, *MST 25 anos!*

A principal preocupação dos acampados com a juventude é mantê-la no meio rural, trabalhando na agricultura e, mesmo assentando, estar conectado com o Movimento. Daí a justificativa para a realização de bailes da Reforma Agrária, gincanas e reuniões de jovens que são realizadas no Acampamento Sarandi e também em assentamentos próximos, onde os jovens do Acampamento igualmente participam. Uma liderança nacional do Movimento afirma que a juventude é

[...] a força expressiva. Mas a gente nunca espera por aquele que é mais velho, ou aquele que é mais novo. O jovem tem que estar sempre no seu posicionamento, tem que estar em sua área para saber conduzi-la. Realizamos encontros de jovens em todos os estados e, na sua maioria, o jovem é o que vai construir o futuro. Priorizamos um trabalho especial com os jovens por achar que eles têm as condições para fazer um verdadeiro trabalho de massas. (MUNDO JOVEM, 1998, p. 12).

Além destas atividades, no Acampamento Sarandi há um Grupo de Jovens chamado de *Força Jovem Andarilhos na Luta*. O *Força Jovem Andarilhos na Luta* é um grupo que, embora já com alguns meses de vida, ainda busca firmar-se dentro do Acampamento, sendo que a principal dificuldade é convencer os jovens a participar e se engajar com afinco ao mesmo. No entanto, mesmo com algumas fraquezas, o grupo já recebe confiança dos

acampados e é encarregado de pequenas atividades, como por exemplo, a organização de uma mística para recepcionar um grupo de visitantes que virá ao Acampamento. Contudo, o que se observa em grande quantidade no Acampamento são adolescentes e jovens na inatividade, na desocupação constante.

Ao contrário das crianças, nas falas dos jovens já se percebe o ressentimento pela exclusão social que sofrem. Relatos sobre a falta de amigos na escola, gestos ou falas maldosas proferidas por colegas ou professores e submissão a eventos humilhantes são narrados por eles com certa periodicidade. Tais acontecimentos ajudam os jovens a formar a ideia de que dentro do Acampamento a vida é melhor, mais justa e digna do que fora dele, reforçando assim a identificação destes com o grupo de sem-terra, opondo-se aos demais.

## **2.5 Materialidade e símbolos**

Os símbolos estiveram presentes na história do MST desde sua origem e através dos anos vêm sendo manipulados pelo MST como forma de massificação, reelaborando constantemente diante dos sem-terra sua significação social. Tais símbolos, muitos presentes desde a origem do Movimento, expressam a unidade entre os acampados e os princípios do MST. A maioria dos símbolos presentes no Acampamento Sarandi não possui sentido apenas para os que se encontram ali acampados, uma vez que os símbolos utilizados pelo MST são nacionalmente elaborados, significados e utilizados.

Um exemplo bastante comum e visivelmente percebido é a utilização da lona preta. Sabe-se que esta lona é dada pelo Incra aos acampados, contudo, o efeito que elas causam é digno de estudos, uma vez que as cores nos causam sensações. A cor preta é entendida como ausência de luz. Na cultura ocidental é associada ao luto, ao silêncio, a dor, a opressão e a angústia.

Sobre alguns barracos no Acampamento, destacam-se lonas amarelas e verdes, trazendo um aspecto diferente dos demais, que são feitos integralmente com lonas pretas. A função principal destas lonas é proteger-se, porém a uniformidade da cor preta expressa a uniformidade econômica e social. A lona preta é um símbolo significativo interno e externo ao Acampamento. Quando parava na beira do asfalto depois de passar o dia no Acampamento, com o objetivo de esperar o ônibus que vinha da rodoviária de Sarandi para Carazinho, o que mais me chamava atenção era perceber o olhar das pessoas que viajam e passavam pela BR 386. Alguns motoristas reduziam a velocidade, não por precaução, visto que ali é uma área de intenso movimento de pedestres, mas para olhar, ver aquelas dezenas de



barracas de lona, ali, montadas na beira do asfalto. E, enquanto esperava o ônibus, ficava imaginando o que essas pessoas estariam pensando sobre os que viviam nestes barracos. Alguns certamente criticavam, outros deviam surpreender-se pelo despreendimento do mínimo de conforto, outros deveriam sentir pena. O efeito das lonas pretas é realmente surpreendente.

Pessoas também são utilizadas como símbolo pelo Movimento. A história de vida de tais heróis tem dimensão pedagógica, visto que a vida destes é compatível com o que se espera dos sem-terra, servem então como exemplo, um modelo que deve ser seguido. Um exemplo de herói que exerce essa função pedagógica é Ernesto Che Guevara<sup>85</sup>. É comum dentro do Acampamento Sarandi ver pessoas portando algum acessório que lembre Che Guevara. *El Che* é ídolo dos integrantes dos sem-terra, a história de sua vida e os ideais pelos quais lutou servem de inspiração aos integrantes do MST. Os jovens, muito em especial, admiram a coragem e a vida de Che Guevara. Um fato curioso, que relaciona, por acaso ou não, a vida de Che Guevara e os jovens do Acampamento é o hábito de fumar, há muitas imagens do Capitão Che fumando. Em entrevista a Revista IHU Online, João Pedro Stédile afirma que:

Para os militantes do MST, o exemplo da vida de Che Guevara nos inspira e alenta em muitos aspectos, mas, sobretudo, nos valores que ele praticou. Talvez tenha sido um dos poucos líderes populares latino-americanos que viveu intensamente e coerentemente com tudo o que pensava e defendia na teoria nas teses políticas. E essa coerência de vida nos deu como legado o seu espírito humanista, de sacrifício. Che era o primeiro no trabalho e no estudo, e o último na fila da comida e do lazer. E praticou isso, mesmo ocupando os mais altos cargos públicos, como ministro da Revolução Cubana. Ele estimulava a necessidade do estudo, de que todos deviam, todo o tempo, procurar estudar, se aperfeiçoar. Como ele costumava dizer, “dominar os conhecimentos científicos, para resolver mais rápido os problemas sociais e assim melhorar as condições de vida do povo”. [...]. O humanismo do Che aparece em toda sua vida e suas ações práticas. Ele sempre colocava o bem-estar e a felicidade do povo pobre, em primeiro lugar. Mas identificava que essa “libertação”, essa melhoria das condições de vida, somente seriam possíveis como uma ação social, como uma obra coletiva. E procurava dar exemplo de que a solução não seria por suas decisões pessoais, mas somente pela ação coletiva do povo. Foi assim, que como ministro, introduziu o conceito de trabalho solidário, do povo cubano, para que todos se envolvessem na campanha de alfabetização. Ou seja, livrar o povo do analfabetismo não seria obra de alguns abnegados professores, mas a obra de todo o povo. Depois, utilizou isso na construção de moradias populares, no corte de cana da super-safra, na limpeza da cidade, na construção de escolas etc. E, evidentemente, colocar as pessoas no centro de todo objetivo da ação política é

---

<sup>85</sup> Ernesto Guevara de la Serna nasceu em Rosário, na Argentina, no ano de 1928. Desde a adolescência Ernesto familiarizou-se com obras de Marx, Engels e Lênin. Formou-se em medicina e dedicou-se a vida política. Empreendeu viagens aventureiras, não apenas pela Argentina, mas por quase todo o continente. Tais viagens proporcionaram-lhe a visão da pobreza, visão esta responsável pelo abandono da profissão em troca das armas, as quais serviram para lutar pela implantação do comunismo na América Latina, tornando-se fundamental para assensão de Fidel Castro ao poder em Cuba. Em 1967, quando tentava unificar os países da América Latina sob a bandeira do comunismo foi assassinado por um soldado boliviano. Entre os ídolos dos sem-terra de Sarandi, Guevara é mais evidenciado e, embora os sem-terra reconhecem e respeitem os demais heróis, Che é evidenciado por eles prioritariamente (Cf. IHU ON-LINE, 2009)

base também dos princípios cristãos. Não sei qual foi a formação religiosa do Che. Mas certamente foi uma pessoa que viveu intensamente a doutrina cristã, na prática. Aliás, certa vez ouvi uma homilia de Dom Mendez Arceo, em Cuernavaca, México, e ele disse, se referindo à Revolução Cubana, que talvez o povo cubano fosse o povo que mais praticava o cristianismo nas Américas, ainda que não soubessem. [...]. Era o ideal de vida, de sempre estar a serviço dos mais pobres, dos oprimidos, dos explorados. [...]. Acho que todos os militantes sociais, do Brasil, da América Latina e do mundo, que dedicam suas vidas, modestamente, quotidianamente, na luta por causas justas e igualitárias, estão praticando os ideais do Che. E talvez seja por isso que, sem dúvida nenhuma, Che é o líder socialista mais conhecido em todo mundo, durante a segunda metade do século XX até hoje. Tive o privilégio de viajar bastante. E em todas partes do Brasil, da América Latina e do mundo encontramos as referências do Che, entre a juventude. (IHU ON-LINE, 2009).

Uma das filhas de Che Guevara, Aleida *Guevara*, esteve presente no 13º Encontro Nacional do MST, realizado no município de Sarandi, em uma área de assentamento da Fazenda Annoni, entre os dias 20 a 24 de janeiro de 2009. Em uma das noites do evento, contou a história do pai, na plateia de centenas de pessoas pairava a atenção, o silêncio e a comoção. Assim como Ernesto Guevara de la Serna, outras personalidades históricas são enfatizadas pelos sem-terra, bem como integrantes do MST mortos em ações de reivindicação, como dito por eles, “tombados na luta”. A vida destas pessoas é relembrada em músicas, é cantada, é discutida em rodas de chimarrão. Essas histórias de vida, além de contribuir muito para a massificação, servem de inspiração, de fomento, ajudam a lembrar de que os ideais de cada um que compõe o Acampamento está ancorado por milhares de outras pessoas que igualmente possuem os mesmos sonhos, os mesmos objetivos. Essas biografias fornecem a sensação aos acampados de que a dimensão da “luta” é muito mais que local, é continental. Um exemplo disso é o seguinte depoimento:

Eu adoro ir lutar [...]. Eu estou lendo o legado do Che ali, “ba!” E como a gente..., “ba!” Como a gente se anima cara. [...], agora em outubro ele estaria fazendo oitenta e um anos, vai fazer quarenta e um anos de morte dele [...]. Ali tu cria, sabe, tu cria amor pela luta, tu cria sabe, aquela força assim... Mas eu não vou desistir, porque desde aquele tempo, a oitenta anos atrás n/é?... eles já lutavam por uma causa justa, e agora... e agora, a gente em 2008, o mundo indo..., caminhando para o caos, porque está caminhando para o caos [...]. (Gravação da conversa com Dona Margarete – Realizada no Acampamento Sarandi em 13 de agosto de 2008).

Além de Che Guevara, são utilizados como símbolo de inspiração e luta pelo MST, a história do cacique Sepé Tiaraju; a vida do militar e político comunista, Luiz Carlos Prestes e de sua esposa, Olga Benário Prestes (a filha do casal, a historiadora Anita Leocádia também esteve presente no 13º Encontro Nacional do MST); do sociólogo e político brasileiro

Florestan Fernandes<sup>86</sup> (a filha, Heloísa Fernandes, professora da Escola Nacional Florestan Fernandes, também participou do 19º Encontro Nacional do MST); de Rosa Luxemburgo, filósofa marxista e militante polonesa, bem como de muitas outras pessoas identificadas com ideias comunistas.<sup>87</sup>

Sepé Tiaraju é nome de acampamentos, assentamentos, escolas itinerantes e também de crianças pertencentes ao MST. O cacique Sepé, índio guarani educado por padres jesuítas, foi o líder de maior expressão da Guerra Guaranítica, ocorrida após a assinatura por portugueses e espanhóis do Tratado de Madri, em 1750. A ele é atribuída a emblemática frase “Esta Terra Tem dono”, frase que foi tomada como símbolo da luta pela terra no Rio Grande do Sul, tanto por proprietários rurais, quanto por sem-terra. Brum explica:

Da parte dos ruralistas ligados ao movimento – *Alerta essa terra tem dono* – há uma crítica à apropriação efetuada pelo MST, acusando os Sem-Terra de desvirtuar a célebre frase de Sepé Tiaraju “Esta terra tem dono”, que, por possuírem seus títulos de propriedade se representam como legítimos donos de suas terras (herdeiros de Sepé) e criticam as desapropriações como ilegais e injustas. (BRUM, 2006, p. 18).

Já “os Sem-Terra são representados pelas CEBs como aqueles que tiveram suas terras usurpadas pelos colonizadores e aristocracia rural” (BRUM, 2006, p. 51)”, assim, amparados pela Teologia da Libertação, os integrantes do MST compreendem-se como herdeiros da luta de “São Sepé” – e não das terras –, buscam assim legitimar-se

[...] como movimento político, revolucionário e social ao eleger Sepé Tiaraju como santo protetor, a fim de alcançar seus objetivos de transformação do *status quo*. Essa forma de apropriação do passado missionário que incita a transformação social com base na atuação revolucionária e exemplar de Sepé é inusual e temerosa, se comparada às demais representações. (BRUM, 2006a, p. 22).

Entre os “companheiros tombados na luta”, destacam-se os nomes de Roseli de Oliveira, 26 anos de idade, protagonista do filme *Terra para Rose*, morta por um

---

<sup>86</sup> Em homenagem a Florestan Fernandes, o MST construiu a Escola Nacional Florestan Fernandes, a qual se localiza no município de Guararema, cerca de 65 km da cidade de São Paulo. Foi construída por centenas de militantes do Movimento, vindos de todos os cantos do país, organizados em brigadas de trabalho voluntário. Inaugurada em 2005, oferece cursos em diferentes áreas do conhecimento, possui cursos de graduação e pós-graduação. A escolha do nome de Florestan Fernandes para a Escola Nacional de Formação Política do MST deu-se, segundo o Movimento, pelos seguintes critérios de compatibilidade entre o Florestan e o MST: a origem de classe, a luta contra a exclusão social, a busca permanente de ciência e a conexão entre a dissolução dos problemas imediatos, com uma tática de modificação da sociedade. O MST afirma que o nome de Florestan Fernandes foi escolhido para representar a identidade e coerência individual, sendo exemplo aos dirigentes e militantes do Movimento, tal afirmação assegura o exposto acima sobre a importância da vida destas personalidades para a massificação dentro de acampamentos e assentamentos.

<sup>87</sup> Ao realizar o 13º Encontro Nacional do MST na Fazenda Anonni, local de gênese do Movimento, e trazer a este Encontro a filha do Che Guevara, a filha de Luis Carlos Prestes e de Olga Benário e a filha de Florestan Fernandes, as lideranças do MST objetivam não só demonstrar a importância histórica do Movimento, mas também e principalmente, provar a força de um Movimento que não padeceu com o tempo, mas que tornou-se contemporâneo e, de certa forma, global.

atropelamento enquanto realizava uma marcha de reivindicação. Outro nome lembrado no 13º Encontro Nacional foi de Valmir Mota de Oliveira, integrante da Via Campesina, 34 anos de idade, conhecido pelo apelido de Keno. Keno morreu em 21 de outubro de 2007, por servidores da empresa NF Segurança (esta que foi fechada pela Polícia Federal em julho do ano passado, por atuar de maneira ilegal), em Santa Tereza do Oeste no Estado do Paraná. A notícia da morte de Keno percorreu o mundo. No site do Movimento, encontra-se a explicação do caso:

Em 2006, a transnacional Syngenta Seeds estava cultivando experimentos de sementes transgênicas, dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, o que era proibido pela Lei de Biossegurança. Os experimentos transgênicos deveriam respeitar uma distância de 10 km de parques e unidades de conservação, e os cultivos transgênicos da empresa estavam a 6 km do Parque. A transnacional chegou a ser multada em R\$ 1 milhão de reais, pelo IBAMA, por desrespeitar a Lei de Biossegurança, mas nunca pagou a dívida. A Syngenta Seeds utiliza a reserva da Mata Atlântica, contaminando a biodiversidade e produzindo poluentes que agridem o meio ambiente e os seres humanos. [...] Em novembro de 2006 a área foi desapropriada por decreto nº 7487 do governador Roberto Requião (PMDB) e seria destinada à construção de um Centro Paranaense de Referência em Agroecologia, voltado para pesquisas e produção agroecológicas, para o abastecimento do mercado nacional. A transnacional, no entanto, conseguiu por meio de liminares na Justiça a suspensão do decreto de desapropriação e o direito de reintegração da área (de 127 hectares), que havia sido ocupada – pela primeira vez – por 70 famílias da Via Campesina, em 14 de março de 2006. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2009d).

No último dia do 13º Encontro Nacional do MST, o governador do Paraná, o senhor Roberto Requião, anunciou aos presentes que a área da *Syngenta Seeds* havia sido doada ao Estado do Paraná e ali se construirá uma Fazenda-Escola, para implantação de um centro de pesquisa e estudos em agroecologia, sendo que o nome da Fazenda-Escola será Valmir Mota de Oliveira, em homenagem a Keno. Diante de tal anúncio, a plateia vibrou, se emocionou e aplaudiu.

Além do simbólico – constantemente evidenciado no Acampamento Sarandi – também existem símbolos utilizados pelos sem-terra, os quais fornecem a ideia da dimensão nacional da causa pela qual lutam e a coesão interna dos envolvidos nesta luta. Podem-se citar como símbolos invariavelmente presentes nas místicas e na vida diária dos sem-terra, o hino e a bandeira do Movimento (Fotografia 5), a qual permanece fixamente hasteada em frente ao Acampamento. Peça importantíssima na casa, seu desenho estampa-se orgulhosamente em camisetas, sendo que a acepção que ela constitui é por todos conhecida e altivamente explicada. O mapa do Brasil representa que o MST estende-se por todo o país. O homem e a mulher representam a igualdade de gênero e a necessidade de a luta ser feita por toda a família. O facão simboliza todos os instrumentos de trabalho, resistência e luta. A cor branca,

assim como muitos outros símbolos, representa a paz; contudo, a paz, segundo o MST, só será alcançada por meio da justiça social – compreendida dentro dos juízos proferidos pelo próprio Movimento. A cor vermelha representa a vida, a disposição para a busca de uma sociedade mais justa, o que significa para os acampados maior igualdade econômica e social entre as pessoas. A cor preta é o reconhecimento aos que morreram tentando construir a nova sociedade idealizada pelo MST. A cor verde representa os latifúndios, mas também a esperança, pois para os sem-terra, se ainda há latifúndio, ainda há esperança, ainda há a necessidade de mobilizar-se e lutar.



Compreende-se então que as cores são importantes fontes de significados dentro do Acampamento e, quando elucidadas, ajudam a compreender os juízos e aspirações desse povo. Assim, o contexto de conflito agrário vivido na região de atuação do Acampamento Sarandi também pode ser parcialmente compreendido pela significação das cores. As cores, vermelho (cor que representa os integrantes do MST, não só pela bandeira do Movimento, mas, principalmente, pela criação do título “Abril Vermelho”, mês onde os sem-terra realizam suas ações com maior veemência) e verde (cor que representa os ruralistas, devido à criação do título “Maio Verde”, uma tentativa de reparação ao “Abril Vermelho”), são carregadas de significados simbólicos para ambos os grupos, sem-terra e ruralistas. O vermelho, cor primária e vibrante, é associada à paixão, ao dinamismo, ao calor, ao sangue, à terra e à força. Para o MST, o vermelho representa a luta, o sacrifício e o sangue de muitos que já tombaram, mas o vermelho representa também a distinção política do Movimento, visto que a cor vermelha é associada universalmente à esquerda e ao comunismo em particular. O verde, também cor primária, associa-se à natureza, ao crescimento, à justiça e ao equilíbrio. Para os ruralistas, o verde, além da natureza e do cuidado que se precisa ter com ela, representa a capacidade produtiva de suas lavouras, bem como o trabalho e empenho agrícola.

A acepção destas cores foi utilizada como argumento para defesa de ambos os grupos, assim a cor do grupo oposto representava algo que deveria ser excluído da sociedade, para os sem-terra, o verde dos latifúndios e da monocultura. Para os ruralistas, o vermelho da violência e destruição. A respeito da competitividade disfarçada nesta simbologia das cores, Bourdieu contribui com a reflexão ao afirmar que: “O campo da produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem aos seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nessa medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (Bourdieu, 2002, p. 12), ou seja, o fato de ostentar um tecido, seja ele vermelho ou verde, com o objetivo de posicionar-se favorável a um destes grupos, pode representar interesses que, na prática, estão distantes dos reais anseios deste cidadão – ainda que tais interesses sejam reconhecidos como válidos por quem os assume.

Em uma tentativa de abrandar os ânimos desses oponentes – sem-terra e ruralistas –, entidades de classe (sindicatos vinculados à indústria, ao comércio e à agropecuária; subseção local da OAB; igrejas cristãs e a Comissão Municipal de Direitos Humanos) de Carazinho criaram o Movimento Branco (Manchete 1). A cor branca representa a paz, a pureza, a calma. Pois era justamente esse o objetivo inicial do Movimento Branco, promover a paz, a concórdia entre as partes. Diante da dificuldade de realização do objetivo, vista a grande incompatibilidade de interesse dos envolvidos e a dificuldade em assegurar a neutralidade diante do conflito agrário na região (uma vez que os integrantes do Movimento Branco não estavam isentos de interesses), o Movimento Branco mostrou-se pouco eficaz e, na prática, não exerceu grande representatividade e significância sobre os sem-terra e os ruralistas.

**DM Conexão**  
Circula nas Regiões de Passo Fundo, Carazinho e Erechim, com notícias da Região, Estado, País, Política, Economia, Mundo e Esporte  
Terça-feira, 11 de maio de 2004  
conexao@diariodamanha.net

**Carazinho**  
**Movimento Branco é criado para buscar a paz no campo**

Manchete 1 – Movimento Branco é criado para buscar a paz no campo  
Jornal Diário da Manhã – 11/05/2004

Vista desta forma, a vida no Acampamento não pode ser interpretada sem o vínculo com a dimensão simbólica, uma vez que os símbolos “representam fontes extrínsecas de informação” (GEERTZ, 1986, p. 106). Muitos são os símbolos presentes no cotidiano do

Acampamento Sarandi, o simbólico pode ser encontrado desde a escolha dos nomes até à utilização de objetos visíveis e palpáveis. Os nomes, de acampamentos e assentamentos do MST, são cuidadosamente escolhidos pelo grupo social que dele faz parte, geralmente os nomes escolhidos indicam indivíduos que possuem uma biografia célebre, notável, condizente com a ideologia e os valores proferidos pelo MST (embora nem sempre pelos sem-terra), essas personalidades são reverenciadas como um padrão a ser seguido, uma vez que a história de vida destas pessoas exerce influência simbólica na vida dos acampados, ou seja, os nomes utilizados sinalizam para a importância percebida pelos sem-terra em construir um “mundo novo”, baseado nos princípios do MST, o que coaduna com a afirmação de Anne-Marie Thiesse (1999), de que as escolhas exprimem o significado de um povo, de uma comunidade, da mesma forma, os símbolos não se acabam em si, ao contrário, eles conduzem a mente de quem os conhece para algum sentido diverso dele mesmo, mas com o qual há relação análoga e expressiva. Dessa forma, para ingressar na dinâmica da vida no Acampamento Sarandi, torna-se imprescindível ter informação sobre a construção da permanente significação que os símbolos partilham entre integrantes do Acampamento, uma vez que o processo de comunicação interno é fortemente marcado por eles.

Porém a utilização de alguns símbolos do MST também causa polêmica diante da sociedade. Um exemplo simples, mas que acentua coerentemente as representações opostas existentes ao redor do conceito de violência é a utilização de foices, machados, enxadas e facões, por integrantes do MST em suas reivindicações (Fotografia 6).



Para os sem-terra, esses objetos possuem significação simbólica, uma vez que representam os instrumentos de trabalho na terra. Contudo, para os ruralistas e setores da sociedade, esses objetos se caracterizam como armas perigosas e devem, por isso, ser retirados dos integrantes do MST, uma vez que estes de posse tais objetos representam perigo à população.

Dessa forma, o simbólico dentro do Acampamento Sarandi é ponte entre o individual e o grupal, sendo que a eficácia simbólica de nomes, heróis, músicas, cores, instrumentos de trabalho, bandeiras, etc., traduz-se na fusão de ideias, de trajetórias de vidas, de representações a cerca dos conceitos que envolvem a existência no mundo. A respeito da amálgama social afiançada a partir dos símbolos, Geertz afirma que estes “são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças” (GEERTZ, 1896, p. 105).

Além de serem fortemente utilizados nas místicas, os símbolos, sejam eles materiais ou não (Quadro 5), têm atuação ainda mais visível entre os integrantes do Acampamento Sarandi nos momentos de catarse. Nestas ocasiões, como afirma Tuner (1974), além de impulsionar os indivíduos à luta, eles conseguem fazer transparecer a estrutura social que os envolve, bem como emoções, valores, juízos e anseios partilhados pelo grupo, ou seja, o real passa a ser apreensível e ordenado por meio do simbólico, que pouco a pouco, afirma e expande sua significância. Mary Douglas (1980) entendia o ritual – conceito que envolve a dimensão simbólica – como forma de expressão e comunicação. Douglas aprofunda a compreensão sobre a importância do simbólico ao afirmar que “é impossível ter relações sociais sem atos simbólicos” (DOUGLAS, 1980, p. 80).

<b>Símbolos nacionais dos sem-terra (utilizados também em Sarandi)</b>	<b>Símbolos locais dos sem-terra (utilizados essencialmente em Sarandi)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>* Cor preta (barracos);</li> <li>* Cor vermelha;</li> <li>* Cor Verde;</li> <li>* Foices, enxadas e facões (instrumentos de trabalho);</li> <li>* Bandeira e Hino do MST;</li> <li>* Personalidades (Che Guevara e outros).</li> <li>* Gestos (por exemplo, os sem-terra cantam o Hino do Movimento gesticulando socos com a mão direita no ar, estes ritmados e perfeitamente sincronizados);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Fazenda Annoni (área modelo de luta e de produção para os sem-terra);</li> <li>* Fazenda Coqueiros (área pela qual se luta);</li> <li>* Produção agropecuária característica da região (leite, trigo, hortifrutigranjeiros, etc.);</li> <li>* Rose (militante que morreu em luta durante ocupação da Fazenda Annoni);</li> <li>* Expressões, tais como: “pé-dois” (pessoas que buscam conhecer o Acampamento para delatar os eventos lá ocorridos às autoridades), “porcos” (integrantes da BM) e companheiros (os demais acampados).</li> </ul>
<p>Quadro 5 – Síntese dos símbolos dos sem-terra Autora: Debora Hahn Schu</p>	



As representações expressam o universo simbólico de um grupo, podendo então ser compreendidas tanto como parte do processo educacional, processo de formação de tornar-se sem-terra, quanto como parte da produção do *ethos* social e cultural do Acampamento Sarandi, configurando-se em um fator importante de abrangência da identidade social. E, indo ao encontro das idéias de Levi-Strauss (1975), esta seria a eficácia dos símbolos utilizados pelo MST, ou seja, os símbolos lembram constantemente a busca de alcançar um intento, assim eles garantem o sentido à luta, dando força para resistir às pressões externas e auxiliam na organização de uma realidade comum a todo um conjunto social.

Vista a partir desta totalidade, as dimensões da vida no Acampamento Sarandi expressam uma maneira particular de viver. As individualidades estão amarradas por um vivo desejo de conquista da terra, desejo este que se sustenta no seguinte tripé: certeza, sofrimento e solidariedade. A certeza se expressa na confiança de que o lote de terra será obtido e, a partir, disso a vida terá progressos, sejam eles sociais, culturais, políticos ou econômicos. O sofrimento, tanto físico quanto moral, é enfrentado pelos integrantes do MST com coragem e resignação, sendo entendido como um fator de aperfeiçoamento, capaz de conduzir ao heroísmo, assim, a partilha desse sofrimento é um meio de minorá-lo. Por fim, a solidariedade, nascida da partilha emocional do infortúnio, confere ao grupo a coesão e integração, necessárias para a ascensão deste.

### 3 “OCUPAR, RESISTIR, PRODUZIR!”: DIFERENTES REPRESENTAÇÕES ACERCA DO CONFLITO AGRÁRIO NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

O ano de 1989 começou sem Mirad nem Incra, que foram extintos pelo governo federal. Logo no início deste ano, foi realizado o 5º Encontro Nacional, em que se definiram as normas gerais dos assentamentos; escolheu-se o hino do MST; marcou-se a data do 2º Congresso Nacional; decidiu-se a apresentação de 10 reivindicações básicas aos candidatos; foi tirada a nova palavra de ordem do Movimento: “Ocupar, resistir, produzir!”. (MORISSAWA, 2001, p. 145).

As palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir!” é constantemente evidenciada nas conversas dos integrantes do Acampamento Sarandi, pois são usadas em muitos momentos de luta e de manifestação, assim ao relembrar das lutas, relembra-se também das palavras de ordem. Durante uma ocupação, por exemplo, entrar-se “nas terras” repetindo-a em coro, como um mantra<sup>88</sup>.

As ações indicadas pelos três verbos que compõem a frase são bastante significativas aos integrantes do MST, pois descreve as três etapas da conquista da terra. Para os sem-terra *ocupar*, além de lembrar o ato particular de entrada em uma propriedade privada, busca lembrar a necessidade constante de todas as formas de luta; *resistir* evidencia o dever de sustentar e apoiar a luta e os companheiros contra as forças que se opõem aos objetivos buscados pelo Movimento e *produzir*, demonstra a necessidade do trabalho para se autossustentar, mas além da produção alimentar, este verbo, junto com os demais, foca na importância de produzir esperança, visto que a ocupação e a resistência empenhadas nas lutas realizadas por integrantes do MST, apenas se sustentam temporalmente, porque estes integrantes possuem firme certeza de que as ações empreendidas irão produzir benefícios ao grupo e que tais ações darão visibilidade as suas reivindicações.

O capítulo três abrange acontecimentos nos quais se pode visualizar o tripé que sustenta as relações sociais no Acampamento Sarandi – certeza, sofrimento e solidariedade – o qual abarca todas as dimensões do *fato social total* para o fortalecimento do projeto dos sem-terra. Assim, este capítulo apresenta eventos relacionados ao litígio que envolve os sem-terra e os ruralistas da região onde se localiza o Acampamento Sarandi – principalmente

---

<sup>88</sup> Os mantras são repetições sucessivas de frases curtas e com sentido bem claro. Neste caso, a frase é dita em coro e em alta voz, assumindo então as dimensões ritualística e simbólica, elementos que conferem ao grupo coesão social, auxiliando na produção do *ethos* sem-terra.

litígios envolvendo a Fazenda Coqueiros – e descreve ações que, embora exercidas com determinada periodicidade por integrantes do MST, são vistas pelos acampados como algo insólito, pois estas teriam a capacidade de confirmar as razões da luta que empenham.

### 3.1 Ocupação ou invasão: disputa de representações

Os discursos sobre violência<sup>89</sup> abrangendo as ações realizadas por integrantes do MST envolvem essencialmente o conceito de propriedade, tema tão expressivo para a Ciência Política. Do latim “*proprietas*”, de “*proprius*”, aludindo a particular, privado, dito de outra maneira, é a relação de predomínio do homem sobre as coisas, ou seja, a preponderância de um homem sobre alguma coisa, com exclusão dos outros homens é o que caracteriza a idéia de propriedade, que nada mais é então, do que ter domínio de algo independente dos demais. Assim, tendo predomínio sobre algo que se possui é lícito que impere a vontade do possuidor sobre o que é possuído, com vistas de que este lhe traga proveito e expresse sua utilidade. O proveito que a posse pode trazer foi evidenciado por John Locke (1994), o autor associou o benefício da posse ao exercício do trabalho. Segundo Locke (1994), o direito à propriedade é garantido pelo trabalho, pois foi através deste que o homem, em tempos primórdios, extraiu da posse comum, os bens que lhe pudessem propiciar conforto próprio.

A interpretação da validade que Locke dá à propriedade privada ajuda a compreender o valor que os seres humanos empregam em seus bens materiais. O conceito de valor aqui utilizado escoa para além da característica econômica, ele vem associado a apegos pessoais empregados pelo possuidor a coisa possuída. Essa “afeição” pelo que é de domínio próprio, está intimamente relacionada à história da aquisição da posse<sup>90</sup>, quando mais

---

<sup>89</sup> Do latim “*vis*”, aludindo à força. Contudo, a violência “não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la [...]. Vê-se que, de início, associa-se a uma idéia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro”. (VELHO; ALVITO, 2000, p. 11). Contudo, o conceito de violência assumido por ambos os grupos difere-se, uma vez que a violência para os sem-terra é representada pelo latifúndio, enquanto para os ruralistas a violência é representada pela ação dos sem-terra. Portanto, diante deste contexto, a violência pode ser interpretada como uma narrativa mítica, uma vez que as representações sobre esse conceito revelam juízos de valor, ideais, sentimentos, preconceitos, superstições, senso de justiça e crenças coletivas.

<sup>90</sup> Por isso, quando uma propriedade rural está sujeita a desapropriação, muitos proprietários procuram mobilizar a opinião pública contra a desapropriação e, um dos argumentos mais utilizados para isso, é o fato de que a propriedade é parte da tradição familiar, enfocando uma longa história familiar que estabelece vínculos com a história da propriedade em questão. Isso também explica o motivo pelo qual o MST determina que uma família antes de ser assentada tenha ficado no Acampamento pelo menos por seis meses, pois é nele que se vivenciam as

trabalhosa tiver sido a aquisição da posse, maior será o seu apego a ela, maior valor afetivo e simbólico ela representará ao seu possuidor, assim, a propriedade, como percebido em Locke (1994), é sinônimo de liberdade, de felicidade e de boa reputação – assemelhando-se à interpretação de Martin Lutero sobre os benéficos do exercício do trabalho (Cf. Weber, 2001).

O valor afetivo e a significação simbólica empregados à propriedade, explicam também o porquê cuida-se mais de pertences próprios do que de pertences coletivos ou de outrem. Um exemplo clássico que bem ilustra isso é a depredação de locais públicos, problema tão evidenciado pelos governos por causarem imenso desperdício de dinheiro público na tentativa de manter tais locais em bom estado – o conceito de “coisa pública” tem assim pouca eficácia simbólica diante da maioria da sociedade brasileira. O temor maior de quem detém um bem ao qual se emprega valor afetivo é a possibilidade de deixar de tê-lo, assim o valor afetivo é expresso em atitudes de cuidado, cuidado do proprietário em relação ao bem.

Restringindo-se às propriedades rurais, podemos perceber este cuidado através de alguns símbolos materiais, como o uso de cercas, de cães de guarda, de placas que alertam sobre a ilegalidade de entrar naquele local e até mesmo de depositar resíduos sólidos nele. Nos imóveis rurais, o alerta mais conhecido é expresso pela frase: “PROIBIDA A ENTRADA”. Frase breve, porém de grande significância jurídica e social. Juridicamente evidencia que é uma propriedade privada, devendo ser respeitada como tal e, se assim não o for, a ação acarretará prejuízos legais a quem ignorou o alerta. Socialmente exerce o papel de demarcar fronteiras entre o ambiente particular e o coletivo, na tentativa de impedir a participação comum em determinados espaços sociais e geográficos.

O alerta “PROIBIDA A ENTRADA”, contrariando a ideia de que é usado apenas por proprietários, pode ser também visualizado no Acampamento Sarandi (Fotografia 7). A placa fixada em frente ao Acampamento, além de demonstrar que os que nele vivem – assim como os proprietários rurais – pretendem zelar pelos seus bens, proteger-se, evidencia também que a lei é um campo de disputa. A diferença é que os proprietários utilizam com consentimento legal, já os acampados, embora reconheçam a importância do alerta como um símbolo, podendo este ser utilizado tanto a favor, quanto contrário a eles, não detém reconhecimento legal para utilizá-lo, visto que não detém título de domínio do local onde habitam, nem mesmo a posse deste. Assim, embora superficialmente demonstrem-se em lados opostos e representem isso nos seus discursos, proprietários e acampados unem-se no desejo

---

dificuldades de ser sem-terra, entendendo-se que isso ocasionará maior valoração ao porvir de conquistas, além de ser um tempo necessário para a formação política dos integrantes, conforme as perspectivas do Movimento.

de posse da propriedade rural, porém, enquanto aqueles já a possuem e pretendem conservá-la, estes não a possuem e pretendem adquiri-la, através da luta, que é representada como um trabalho – a vida do Acampamento é organizada em tarefas, portanto, para os acampados a luta é o trabalho –, fato que corrobora para a formação do valor afetivo ao bem que ainda nem se possui, mas se aspira alcançar. Além disso, ao utilizar o alerta “PROIBIDA A ENTRADA” os acampados expressam um contrassenso em relação às suas próprias ações, visto que com isso representam uma vontade, a vontade da propriedade e da deferência do outrem a ela.

A propriedade – restringindo-se agora apenas à propriedade rural – ao mesmo tempo em que é um direito pessoal, também é uma responsabilidade social. Assim a propriedade possui dupla função: a função pessoal e a função social. Aquela se refere à promoção do homem, esta ao serviço social que a propriedade deve cumprir. O direito à propriedade antecede à existência do Estado, pois antes deste, o homem já gozava de tal direito, o que não significa que o Estado, sendo este responsável pelo bem comum, não tenha o discernimento e o dever de regular o uso da propriedade, principalmente em relação a sua função social. Segundo o Artigo 186 da Constituição Brasileira de 1988, a

[...] função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos:  
I – aproveitamento racional e adequado;  
II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;  
III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;  
IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.  
(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2001, p. 111-112).



Fotografia 7 – Placa existente na frente do Acampamento Sarandi, com a inscrição “PROIBIDA A ENTRADA”.

Autora: Debora Hahn Schu. Janeiro/2009.

É certo que todos os seres humanos têm direito à propriedade e aos meios concretos e legítimos que lhes tornem possível obtê-la, como bem expõe o Artigo 5º de nossa Constituição: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes do País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2001, p. 15). De compreensão ambígua, o artigo quinto da Constituição Federal pode ser alegado tanto em defesa dos proprietários rurais, como dos sem-terra. Apesar disso, a distribuição da propriedade será sempre questionável se a apropriação de poucos for feita à custa da desapropriação de muitos. Diante desse princípio moral, os sem-terra acreditam que “nenhum ser humano está obrigado a obedecer leis injustas” (GÖRGEN, STÉDILE, 1993, p. 54).

O Código Civil Brasileiro assegura que o proprietário pode usar, gozar e dispor de sua propriedade, tendo o direito de reavê-la de quem a possuir ou deter de forma injusta. Assim, o proprietário distingue-se do detentor, o qual pode desfrutar de um bem temporariamente, não tendo reconhecimento jurídico sobre este.

O conceito de propriedade é incessantemente discutido quando ocorre uma ação do MST sobre esta. Görgen e Stédile explicam a compreensão que os sem-terra têm a respeito da diferença entre ocupar e invadir:

A primeira diferença é que a invasão é ilegítima e a ocupação é legítima. Invadir seria alguém que não precisa de terra, apossar-se de algo que pertence a outro ou a sociedade e fazer-se dono. [...]. Os Sem Terra, por exemplo, estariam praticando invasão se entrassem em terras de um pequeno proprietário ou em uma reserva indígena, para montar acampamento. A ocupação é legítima porque tem em vista a defesa da vida, dos instrumentos para conseguir a sobrevivência, porque é praticada por gente marginalizada pela sociedade, e se realiza em propriedade de quem usa mal e não necessita delas para viver. Além do mais a ocupação é feita como forma de pressão política e não porque os ocupantes queiram aquela terra. (GÖRGEN, STÉDILE, 1993, p. 59)

Assim, integrantes do MST e simpatizantes do Movimento identificam a ação de entrar em propriedade alheia como *ocupação*. Já as pessoas contrárias ao MST usam o substantivo *invasão* para assinalar tal ato. Morissawa expõe que:

Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação. (MORISSAWA, 2001, p. 132).

Em 1993 o presidente Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.629, a qual trouxe determinações sobre a realização da Reforma Agrária. Na tentativa de impedir as ocupações como forma de luta empregada pelo MST, o presidente Fernando Henrique Cardoso lança

mão Medida Provisória nº 2.183-56<sup>91</sup>, sendo que, entre outras deliberações, esta inclui na Lei nº 8.629, os seguintes itens:

[...] § 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009c).

Mesmo tornando as leis que tratam das propriedades privadas cada vez mais árduas, os integrantes do Acampamento Sarandi afirmam não recuar. Como dito anteriormente, as formas de luta são representadas como necessárias, uma vez que promovem a aceleração no processo de assentamento, pois a imobilidade ou a não realização de lutas é vista como sinônimo de desesperança e abatimento e, para eles, tais sentimentos representam a vitória de seus opositores, como expresso na narrativa abaixo.

Se nós não lutar, nós não ganhamos terra. Se tu não viver pressionando o governo para a gente ganhar terra, eles nunca vão vê a gente, a gente vai ficar aqui, eles passam com o carro aqui: Ah! Tem acampado ali. Mas a gente nunca vai fazer uma luta. A cada luta o Acampamento..., a gente..., a gente tem mais força. A cada luta a gente tem mais força para renovar novas lutas. Hoje a gente olha o passado, n/é?... o que a gente passou na luta das mulheres, hoje da força para a gente fazer mil lutas, porque se a gente estiver aqui embaixo de uma lona,..., ficar aqui passando frio, chuva de pedra, igual nós passamos lá na Coqueiros, ninguém vai ver nós, ninguém vai ver o..., qual é o significado dos acampados, é tu ganhar a terra? São sem teto? O que são? Então, hoje a gente faz lutas para nós conseguirmos a terra e também para a gente mostrar para a sociedade que o latifúndio é..., o que que..., por

<sup>91</sup> As determinações da Medida Provisória nº. 2.183-56, explica uma das preocupações dos acampados em preservar sua identidade, não tendo o nome ou qualquer outra informação capaz de identificá-los divulgados, visto que isso poderia acarretar prejuízos aos mesmos durante realização do processo de assentamento, o que na prática demonstra-se bastante incomum. Sublinha-se assim, uma importante distinção entre as pesquisas realizadas em assentamentos (onde não há preocupação com a identificação de seus membros) e pesquisas realizadas em acampamentos.

exemplo, a terra do Guerra, tem tantos hectares, não produz, a gente que ir lá para produzir, entendeu? Então tem o significado da gente estar naquela terra, do que a terra é, do que que a terra vai ser depois que nós for assentados ali n/é?. (Gravação da conversa com Cris – Realizada no Acampamento Sarandi em 27 de fevereiro de 2009).

Segundo Frei Sérgio e João Pedro Stédile (1993), os governantes afirmam diante dos meios de comunicação que não negociam com “invasores”, mas a realidade mostra que negociações mais proveitosas acontecem como consequência de ocupações, sendo esta então, a maneira mais ativa para a conquista da terra.

Em artigo publicado na Revista de Direito Agrário, Manoel Lauro Volkmer de Castilho, Consultor-geral da União, dá seu parecer sobre a Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001. Ele afirma:

Por conta desse significado extrajurídico e extrajudicial das ações de ocupação, como estratégia política de sensibilização e pressão em face das autoridades administrativas encarregadas da política de reforma agrária e da opinião pública, acabou por introduzir-se no processo judicial de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993) um componente inesperado e não previsto na Constituição. Esse elemento estranho à Constituição é a proibição de vistoria, avaliação ou desapropriação do imóvel objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, nos dois anos seguintes a desocupação. Em virtude da peculiaridade legislativa, a noção de ocupação (ou invasão como viés ideológico dos proprietários logo se encarregou de sublinhar para justificar sua pesada reação) tem enorme importância como já foi assinalado antes e agora é o momento de se dar devida atenção técnico-jurídica a esse aspecto. O fato da “invasão” ou ocupação de terras de terceiros por trabalhadores rurais sem terra já era, antes dessa alteração legislativa, objeto de diferentes considerações. Com efeito foram muitas, e ainda são, as alegações dos proprietários de que a verificação da produtividade e do cumprimento da função social da propriedade ficam prejudicados se o imóvel tiver sido invadido no período objeto da vistoria, surgindo daí uma reiterada jurisprudência que leva em consideração tal fato. Por isso, mesmo antes do regime da MP 2183-56 o Supremo Tribunal Federal já assentara que a invasão capaz de descaracterizar a apuração da função social inviabilizava a vistoria e por consequência a desapropriação anulando o decreto. (CASTILHO, 2007, p. 37-38).

Adiante o Consultor-geral da União, continua:

Ou seja, a propriedade que não cumpre a função social está sujeita à desapropriação mas só se pode saber se ela não cumpre a função social constitucional se for possível vistoriá-la, o que fica proibido em caso de invasão ou esbulho. Essa insuscetibilidade à desapropriação só se legitima se a propriedade é produtiva, o que exclui a desapropriação imediatamente com ou sem invasão, não havendo porque proibir a vistoria, e, se não é mesmo produtiva não há razão constitucional lógica para evitar a desapropriação, fator que também não poderia ser deslindado na ação de desapropriação ou no mandado de segurança, descabendo assim medidas liminares contra o ato presidencial. As eventuais ocupações que descaracterizam a condição de imóvel produtivo, sim, poderia ser valorizadas na vistoria, aliás, destinadas exatamente a este fim e que poderiam apontar quando e como ou quanto a produtividade decaiu em face da ocupação. O que não parece razoável é a exclusão a priori da vistoria pelo fato da invasão, quando essa vedação infraconstitucional poderia estar a encobrir uma situação de imóvel não produtivo contra a permissão (ou obrigação) constitucional de desapropriar. Parece, pois,



evidente a vistoria nessas condições não tem correlação lógica com o propósito enunciado e se revela apenas como medida de repressão a uma manifestação social, conforme bem percebido pelo ministro Pertence, e nesse ponto afrontosa da Constituição. (CASTILHO, 2007, p. 40).

Como já esclarecido, *invasão* pressupõe o uso da violência, assim o emprego desta categoria coopera com a propagação de uma visão negativa sobre as ações dos sem-terra. Este conceito é bastante utilizado pelos meios de comunicação, os quais, de um modo geral, segundo o Movimento, são dependentes, e por isso cooptados à pessoas e/ou empresas que detém poder econômico. Um exemplo da associação dos substantivos *MST*, *invasão* e *violência*, pode ser visualizado no trecho da reportagem divulgada no site da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), cujo título “MST espalha violência pelo país”, já estimula à formação de juízos<sup>92</sup>:

Comandados pelo Movimento dos Sem Terra (MST), militantes da Via Campesina e da Assembléia Popular fizeram ontem protestos violentos em pelo menos 13 estados. Eles invadiram empresas públicas e privadas - entre elas a sede da Votorantim, em São Paulo -; interromperam o tráfego numa estrada de ferro usada pela Vale, em Minas; ocuparam a ante-sala do centro de comando da usina hidrelétrica do São Francisco (Chesf), em Sobradinho, na Bahia; destruíram um laboratório da Universidade Federal de Pernambuco e interromperam o trabalho do Porto de Pecém, no Ceará. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2009a).

Contudo, o conceito de violência empregado pelos integrantes do MST distingue-se consideravelmente do conceito de violência dos proprietários rurais. Os sem-terra apontam como formas de agressão sofridas por seus integrantes, a violência do latifúndio, argumentando que a própria distribuição de riquezas no Brasil já é uma forma não visível de violência; a violência dos latifundiários, a qual é física e visível, sendo que o objetivo desta, segundo o Movimento, é eliminar as lideranças, criar medo e passividade nos sem-terra e manter o mandonismo e o poder local; a violência do Estado, principalmente indicando o cumprimento das ações da Brigada Militar e, por fim, a violência do preconceito, através da utilização de juízos pré-construídos, distorcendo fatos (Cf. Görgen; Stédile, 1993).

Os residentes no Acampamento Sarandi afirmam que sofrem agressão. Contudo, afirmam que a principal violência sofrida por eles não é física, mas sim a que derivada dos

<sup>92</sup> Há outros exemplos, bastante impressionantes, como o do texto divulgado na internet (<http://movimentoordemvigilia.blogspot.com>), cujo título é “SUL - O TUMOR SE ALASTRA”, referindo-se a áreas rurais do Rio Grande do Sul, onde se realizaram assentamentos no final de 2008 e o do panfleto espalhado em São Gabriel em agosto de 2003, cujo título era *Manifesto de repúdio aos Sem-Terra*, o texto do manifesto usa os seguintes termos para se referir aos integrantes do MST: ratos; escória humana; o que de pior existe no seio da sociedade; desocupados; covardes; bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel. Após incentivar a violência contra integrantes do MST, o manifesto, de autoria desconhecida, termina com a seguinte frase “FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRIELENSE” (BRUM, 2009).

meios de comunicação, da esfera política e judiciária<sup>93</sup>. Uma forma de violência explícita padecida pelos integrantes do MST seria a interpretação que a mídia atribui às suas reivindicações e as suas lutas, sobre isso o Movimento afiança que “os meios de comunicação social, por maldade de alguns, interesses dos seus donos e ingenuidade de muitos, têm contribuído para construir esta violência ao mesmo tempo sutil e sórdida” (GÖRGEN, STÉDILE, 1993). Os acampados alegam que a violência que mais machuca, não é a corpórea, mas a moral, como assegurou João “[...], eu acho que... o que é a parte mais..., não é a..., a forma da..., da violência em termos da polícia agredi nós, mas sim o que eles expõe moralmente n/é?, a moral da pessoa [...]” (Gravação da conversa com João – Realizada no Acampamento Sarandi em 2 de fevereiro de 2009).

Segundo os coordenadores do Acampamento, é necessária a recuperação da dignidade e das capacidades humanas, por isso, uma das coisas que se trabalha internamente no Acampamento é o exercício da honestidade, assim os acampados são treinados a exercitar a crítica (reconhecer e indicar as limitações dos companheiros com brandura e moralidade) e autocrítica (reconhecer e apresentar seus erros e limitações), ou seja, a organização interna do Acampamento Sarandi exige adequação social às suas Linhas, assim, os integrantes do MST afirmam que, embora sejam acusados de violência, o que realmente fazem é regenerar muitas pessoas que ingressam no Movimento, pessoas estas que, devido à exclusão que sofriam na cidade, estavam vulneráveis ao crime, tal constatação pode ser testemunhada na fala abaixo, a qual demonstra a preocupação dos sem-terra com a reabilitação das pessoas e o desejo destas mesmas pessoas serem reconhecidos com conceitos entendidos como positivos pela sociedade.

[...] a direção, frente de massa aí, fizeram convite para mim vir conhecer. Eu vim e vendo a organização do Acampamento eu me apaixonei, eu falei: Aqui a gente tem condições de pobre se organizar, pobre ser alguém. Porque na alta sociedade se você tiver humildade você não é ninguém, você só é alguém se você quiser imitar eles, se vestindo, começa pela aparência. Então aqui eu me senti em casa, foi aonde eu, não posso falar o que a gente faz aqui, porque aqui nós somos todos iguais, simplesmente nós somos umas pessoas, talvez..., uns trazem uma visão de fora, de sofrimento, outros adquirem aqui e aonde pode ajudar uns aos outros. [...]. Tem valor você ajudar uns aos outros, tentar encaminhar algumas pessoas, nós estamos em paz, aqui não tem chefe não tem nada, mas muitas vezes a gente recebe um elogio [...], então eu me sinto muito glorioso aqui [...]. Eu acredito que nós estamos no lugar certo [...]. E o Movimento, é um Movimento que dá as oportunidades, abre as..., os braços para receber certas pessoas que..., teve algum problema em geral, seja lá o que seja, que são humano e o Movimento está de braços abertos aqui pra reconstruir essas pessoas e a sociedade não dá essa..., essa oportunidade não

<sup>93</sup> Um exemplo que ajuda na explicação do que os integrantes do MST chamam de violência, é a posição adotada pelo procurador gaúcho, o senhor Gilberto Thums, o qual pretendia colocar o MST na ilegalidade e assim dissolvê-lo, sob a acusação de que os métodos de luta do Movimento são ilegais. As acusações atribuídas ao MST por Thums, foram denunciadas por Lendro Scalabrin, advogado do Movimento, à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

pergunta qual o problema.. Foi o meu caso [...]. (Gravação da conversa com Paulo – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009).

A conquista do lote de terra é o objetivo imediato dos acampados – fato que podemos perceber na seguinte frase: “O meu sonho, e acho que da metade do pessoal que está aí n/é?, é conquistar o chão, porque todo mundo não vê hora de chegar no assentamento, de plantar”. (Gravação da conversa com Joana – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009) – porém não é o único, uma vez que a simples distribuição de terras não resolveria os problemas sociais dos sem-terra, assim, as “lutas se dimensionaram para a conquista das condições básicas do desenvolvimento social e econômico” (FERNANDES, 1999, p. 84).

Dentro do Acampamento, existe a inquietação de comunicar uma imagem positiva das pessoas que nele habitam, por isso, afirma-se que o Acampamento está constantemente aberto para novos moradores. Um exemplo citado pelos moradores do Acampamento Sarandi, para argumentar a tranquilidade e a preparo dos integrantes do MST, foi o 13º Encontro Nacional do Movimento, onde centenas de pessoas estiveram reunidas por cinco dias e nenhum tumulto aconteceu.

[...] nós estamos no lugar certo para nós conquistar nossa terra novamente [...], e mostrar para sociedade que não somos isso, porque enquanto nós somos acampados somos aquele bando de baderneiro e, e tranqueira, a partir do momento que nós estamos assentados, nós somos..., nós que vamos fazer o mercado do Zé crescer, nós que vamos gastar, daí nós somos cidadãos, vamos comprar fogão, geladeira, televisão, daí nós somos importante, até para mídia, estou falando para o público em geral [...]. A melhor coisa que eu vejo é a organização, os valores que dão para o ser humano, é nós mesmos sabendo dar os valores para os nossos companheiros. Assim que a..., a sociedade visse dessa forma, que nós somos organizados. Portanto, que é um desafio, que jamais no mundo vai acontecer uma festa para a comunidade, do tamanho que foi aquela festa [...], que jamais na história do..., do mundo vai ter uma festa para tanta gente, sem precisar ter quinhentos da Brigada lá fora [...]. Fizemos uma festa que não precisou nem a Brigada..., a Brigada se preocupada n/é?. [...]. Ah! Eu acrescentaria mais alguma coisa, que com certeza você vai passar isso para outra pessoa, vai passar para outras pessoas aí de fora n/é? É que eles avaliem com carinho que se trata de ser humano. Então que avalie com carinho, que é o seguinte, que vá conhecer, se tiver uma oportunidade de conhecer os assentamentos, para ver o que nós somos capazes e..., e analisar muito essa festa nossa, como nós somos organizados, por mais que..., defeitos existem, todo ser humano, até os animais... e para provar que o nosso deslize é muito pouco, perante o que a turma pensa, a mídia passa, entendeu? Que analise com carinho, que se trata de ser humano e que esse ser humano poderá ser muito importante para que a, a alta sociedade cada vez mais enriqueça n/é? Porque através dos nossos avanços, que os..., os mercados, as imprensas, vão ter, como se fala? Ter se “vantajado”..., que eles façam votos que nós vençamos, que com certeza vai ser melhor para eles também. (Gravação da conversa com Paulo – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009).

Sauer oferece uma importante contribuição a este estudo, ao afirmar que o conflito (e não à violência) “contém algo positivo” (SAUER, 2008, p. 253), pela razão de que consegue unificar o grupo internamente. Segundo Sauer:

O conflito (disputa de poder) está presente em todas as relações humanas e contribui para unificar (comportamento formalmente idêntico em situação idêntica) os membros de um grupo social, permitindo processos de ressignificação e reconstrução de identidade. A identidade social ou coletiva é constituída a partir do conjunto de relações, opiniões, sentimentos, representações e imagens que as pessoas e os grupos sociais têm de si mesmos e do mundo que os cerca. (SAUER, 2008, p. 253).

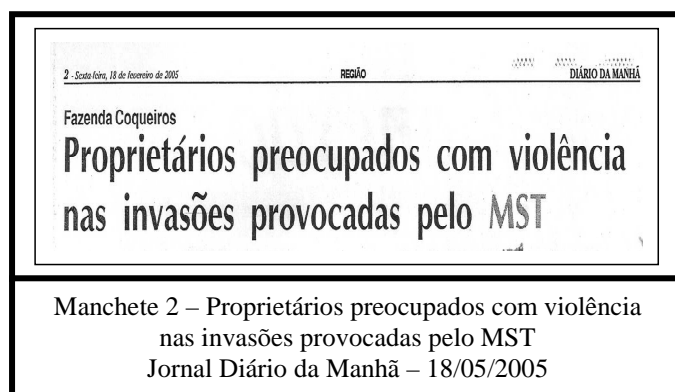
Adiante Sauer continua:

Os sonhos e o objetivo comum dão coesão ao grupo, mas também estabelecem limites de diferenciação em relação ao mundo exterior. A percepção da discriminação, exclusão, diferenciação (é um “bando de vagabundo”, de “gente que não quer trabalhar”, etc.) se constitui em base para uma clara distinção entre o “nós” e “outros”, a “sociedade”, o mundo exterior, ao acampamento (sujeitos de discriminação e agentes de constantes ameaças). (SAUER, 2008, p. 256).

As formas de luta, empreendidas coletivamente por integrantes do MST, e as divergências na acepção de conceitos empregados para conceber o litígio agrário na região norte do Rio Grande do Sul, indicam que o processo de identificação esta relacionado às formas de resistência. Segundo Castells (2000), a identidade de resistência recusa o individualismo, assim ela configura-se em uma força que mescla indivíduos que se encontram excluídos, formando comunidades distintas, como exemplo, o Acampamento Sarandi.

### 3.2 A Fazenda Coqueiros

O discurso sobre violência se evidencia quando a matéria do assunto é a Fazenda Coqueiros – objeto de disputa do maior conflito agrário existente no norte do Estado do Rio Grande do Sul –, sendo que os proprietários rurais, amparados pela lei, também homogeneizaram suas representações ao redor do conceito de a violência (Manchete 2).



Segundo informações fornecidas pelo proprietário da Fazenda Coqueiros<sup>94</sup>, recentemente a propriedade passou por nova e minuciosa medição, para fins de recadastramento. O resultado da medição realizada pela Empresa Água & Solo, de Porto Alegre, coincidiu com a área registrada: 7,1 mil hectares<sup>95</sup>. Há 2,2 mil hectares de mata nativa, 580 hectares de pinus, 60 hectares de eucalipto e 220 hectares de pastagem nativa. A área das lavouras varia conforme a rotação de cada ano. Em 2005/2006 foram plantados 2,3 mil hectares de soja, 1,1 mil hectares de milho e 660 hectares de milheto. Em fevereiro de 2007, a Fazenda Coqueiros apresentou ao INCRA seus dados de produção da safra 2005/2006. No período de referência (mesmo com 120 hectares de soja queimados e 50 hectares de milho furtados), a Fazenda produziu 5,7 mil toneladas de soja, 5,2 mil toneladas de milho e engordou um estoque bovino de 2,1 cabeças. Esses dados resultaram em um Grau de Utilização da Terra superior a 95% (o INCRA exige mais de 80%) e Grau de Eficiência na Exploração superior a 180% (o INCRA exige acima de 100%)<sup>96</sup>.

Além das informações sobre a queima e saque às plantações da Fazenda Coqueiros, o proprietário da mesma forneceu fotografias que, segundo ele, ilustram a depredação (Fotografias 8, 9, 11 e 14), a violência e os crimes (Fotografias 10, 12 e 13) cometidos pelos sem-terra durante os cinquenta meses em que estiveram acampados nas áreas limítrofes à propriedade.

---

<sup>94</sup> Em conversa com o Senhor Félix Guerra, percebi que as imagens das ações dos sem-terra na sua propriedade despertam-lhe emoção, justamente pela agressão ao valor afetivo da propriedade, ou seja, pela afeição que se tem pelo que é seu. Na fotografia 11 vê-se o Coquetel Molotov, este que, segundo informação do Procurador Gilberto Thums em palestra proferida em Carazinho no dia 8 de junho, é uma arma incendiária utilizada pelas guerrilhas soviéticas. Thums afirmou ainda que os sem-terra se utilizam de outras ações inspiradas em técnicas de guerrilhas soviéticas.

<sup>95</sup> O resultado dessa medição, contradiz a afirmação dos sem-terra, segundo a qual a extensão da Fazenda Coqueiros seria de 9 mil hectares de terra.

<sup>96</sup> Os índices agropecuários utilizados no país atualmente foram determinados pelos dados do censo agropecuário de 1975. Contudo, de lá para cá, houve grande desenvolvimento em insumos agrícolas e em tecnologias direcionadas ao trabalho rural. Com base neste argumento, setores que apóiam a política da reforma agrária exigem o estabelecimento de novos índices agropecuários, estes que são utilizados para determinar o cumprimento ou o descumprimento da função social da terra. Atualmente se considera uma propriedade improdutiva, e por isso passível de desapropriação, aquelas que têm Grau de Utilização da Terra abaixo de 80% e Grau de Eficiência na Exploração menor do que 100%. O novo projeto prevê a regionalização dos índices de produtividades, sendo que os mesmos devem estar pautados por dados científicos.



Fotografia 8 – Inscrição na sede da Fazenda Coqueiros  
Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.



Fotografia 9 – Imagem área do Acampamento do MST dentro da Fazenda Coqueiros.  
Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.



Fotografia 10 – Bois mutilados e mortos.  
Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.



Fotografia 11 – Maquinário deprecado.  
Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.



Fotografia 12 – Explosivos (Coquetel Molotov).  
Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.



Fotografia 13 – Confronto entre a Brigada Militar e os sem-terra

Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.



Fotografia 14 – Corte de pinus

Imagem doada em fevereiro de 2009 pelo Senhor Félix Guerra, proprietário da Fazenda Coqueiros.

O Jornal Diário da Manhã expôs situações que demonstram o uso do conceito de violência nas ações empreendidas na Fazenda Coqueiros ou nos acampamentos do MST próximos a esta, a citar:

No início do mês, 350 policiais militares protegeram a fazenda para que os proprietários fizessem a colheita do milho. Mesmo assim uma espécie de armadilha foi utilizada, possivelmente pelos integrantes do MST, prejudicando a colheita. Ferros de 20 cm foram espalhados pendurados nas espigas ao longo do trecho colhido o que acarretou problemas no maquinário da fazenda. (SPADA, 2005, p. 4).

Félix fotografava o local com uma máquina digital quando dezenas de sem terra, armados com foices, facões e porretes, teriam cercado o proprietário e o aprisionado por 15 minutos, durante os quais, segundo ocorrência policial, lhe teriam roubado a máquina com uso de violência física, além de revistarem a camioneta utilizada para chegar ao local. “Fomos ameaçados de morte se voltássemos ao local”, afirma Félix em documento. [...]. O tratorista José Roberto Schultz, de 26 anos, teria sido rendido pelos manifestantes, agredido com pedradas, pedaços de pau, chutes e pontapés. Os sem-terra ainda teriam depredado máquinas. O tratorista que teria sido espancado só foi liberado quando a Brigada Militar chegou. (ROSA, 2005a, p. 2).

O 9º homicídio do ano registrado pela Polícia Civil de Carazinho, ocorreu por volta das 3h30min da madrugada de ontem, em um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST. O crime que foi o primeiro na zona rural, aconteceu na área arrendada no município de Coqueiros do Sul, onde o MST e MPA há dois anos montaram base para estrategicamente planejar suas ações. O assassinato foi comunicado pelo líder do acampamento, Adilson Frutuoso da Silva, à base da Brigada Militar de Xadrez, que por sua vez acionou ao 38º BPM e Polícia Civil de Carazinho. [posteriormente esclareceu-se que o crime teve motivo passional]. (DM CONEXÃO, 2005, p. 1).

De acordo com o engenheiro agrônomo Henrique de Oliveira Guerra, filho do proprietário da Fazenda Guerra, às 4h30min do dia 27, um grupo de 8 a 10 homens encapuzados e armados arrombaram a porta do alojamento da madeireira. Um dos funcionários esboçou reação, porém ao ver o irmão e o colega de trabalho sendo ameaçado com uma arma na cabeça, também se entregou. Os homens encapuzados reuniram todos os trabalhadores da madeireira e os mantiveram sob a mira de

revolveres e espingardas até por volta das 6h30min, ameaçando e intimidando, quando os liberaram. De acordo com Henrique, um trator Ford 6600, um trator Ford 7630 e um caminhão Chevrolet, pertencentes à Fazenda Coqueiros, ficaram de posse dos invasores. Dominados os funcionários os homens fizeram ligações e pouco depois começaram a chegar vários ônibus e caminhões com mantimentos. Os invasores comandados através de um sistema de auto-falantes, passaram o dia fazendo cabanas utilizando o estoque de madeira da Fazenda. Henrique acrescenta que dois de seus líderes falam espanhol e tem experiência de guerrilha. “Há dois anos minha família sobre uma perseguição torpe. A Fazenda Coqueiros produz milho, soja e novilhos de corte. Tem reflorestamento de pinus e eucaliptos, além de bonita reserva de mata nativa. Utiliza o Sistema de Plantio Direito – sistema de plantio ecológico – e tem especial preocupação com a preservação da fauna e flora rio-grandense. A Fazenda Coqueiros cumpre a função social – muitas famílias dependem direta ou indiretamente de seus produtos. O MST quer desestabilizar, com violência desmedida, um trabalho sério de produção agropecuária que começou com meu avô”, desabafa o filho do proprietário da Fazenda. (BECKER, 2006, p. 2).

Guerra [referindo-se a Henrique Guerra, filho do proprietário da Fazenda Coqueiros] lembra ainda o discurso do então deputado Frederico Antunes e hoje secretário de Estado, em 2000 e que segundo o publicitário, mesmo quatro anos depois, tem muito de recente no que ele diz: “O Movimento dos Sem-Terra está promovendo uma série de organizações para novas invasões, atos ilegais, atos que podem ser considerados criminosos e que são repudiados pela comunidade não só gaúcha como brasileira. Todas as pesquisas, todos os programas de rádio e televisão indicam 90% de rejeição às ações do MST, e 5% das pessoas ficam indecisas, não sabem bem o motivo da luta de um movimento que não personalidade jurídica. (ROSA, 2005b, p. 5).

Parte do exposto acima é confirmado no livro *A Luta Pela Terra no Brasil*, os autores afirmam que as “ocupações são feitas, via de regra, por grandes grupos de camponeses, vindos de vários municípios diferentes e até distantes, numa mesma madrugada, sem que a polícia e o governo descubram, num latifúndio previamente escolhido” (GÖRGEN, STÉDILE, 1993, p. 52).

Referindo-se à violência empregada em um ato de ocupação/invasão, um morador de Xadrez, distrito de Coqueiros do Sul, afirma que: “[...] Eles têm arma pesada, não é..., eles tão melhor equipado que a Brigada Militar. [...]. A última vez que eles invadiram ali, invasão que destruíram a Fazenda [...], levaram as coisa de dentro de casa [...]. A coisa deles ali é braba, é difícil [...]” (Gravação da entrevista com Seu Pedro – Realizada no distrito de Xadrez, em Coqueiros do Sul, em 28 de janeiro de 2009). O mesmo morador destaca que o antigo proprietário da Fazenda Coqueiros – pai do atual proprietário – doou parte das suas terras em Xadrez para a comunidade, onde se construíram o posto de saúde, a igreja, o cemitério e o colégio. Em relação à preservação ambiental – uma das preocupações discursivas centrais dos sem-terra – o mesmo morador conta que:

[...] e essa terra que o Félix..., é... são sete mil hectares, são quatro mil e poucos hectares de mato nativo e reflorestamento, [...], tem um mato nativo, mas nativo mesmo, são trezentos hectares, um mato só, trezentos hectares, tem, um..., acho que quase..., eu não sei bem quantas nascentes tem lá, dentro da Fazenda Coqueiros, é



tudo cuidado, o velho cuida tudo. (Gravação da entrevista com seu Pedro – Realizada no distrito de Xadrez, em Coqueiros do Sul, em 28 de janeiro de 2009).

O que se pode interpretar a respeito do pleito agrário que envolve a Fazenda Coqueiros é que a violência – fenômeno individual ou social e parte presente e atuante em toda a história da humanidade – é responsável pelo clima de insegurança e injustiça. Para os sem-terra, a insegurança é compreendida pela instabilidade do futuro e a injustiça é ilustrada pela desigualdade estrutural – social, econômica, cultural, política e jurídica – a qual estão expostos. Para os ruralistas, a insegurança é não dispor da certeza absoluta de garantia de posse e integridade de sua propriedade e a injustiça repousa sobre a concepção de que os sem-terra têm de que a posse de sua propriedade não é lícita, abrindo margens para desapropriá-la. Sinteticamente, podem-se resumir as diferentes representações a cerca do conflito agrário no norte do Rio Grande do Sul, conforme o quadro abaixo (Quadro 6).

Diante do conflito agrário que envolve a Fazenda Coqueiros, a sociedade local não se mantém imparcial, ao contrário, através dos meios de comunicação expressa sua desaprovação (Manchete 3). A comunidade – assim como os sem-terra e ruralistas – também sente-se vítima da injustiça e da insegurança. Insegura pelas consequências provenientes do litígio e injustiçada por ter que também sofrer as sequelas sociais do conflito.

SEM-TERRA	PROPRIETÁRIOS RURAIS
Ocupação;	Invasão;
Violência – posse de propriedade fundiária;	Violência – desrespeitar domínios produtores;
Vítimas da violência (física e moral). Os sujeitos da violência são os proprietários rurais e Estado;	Vítima da violência (física e ilegal). Os sujeitos da violência são os sem-terra;
Sofrem injustiças causadas pelos proprietários rurais, pelos meios de comunicação e por parte da sociedade;	Sofrem injustiças causadas pelos sem-terra;
Terra produtiva refere-se à produção de alimentos e à distribuição de renda.	Terra produtiva, refere-se à produtividade econômica garantida pela monocultura.
Quadro 6 – Síntese das diferentes representações a cerca do conflito agrário no norte do Rio Grande do Sul Autora: Debora Hahn Schu	

Diante deste cenário, ambos os grupos – sem-terra e ruralistas – assumem o discurso pautado no argumento da vitimização social, ou seja, representam-se como vítimas inocentes diante da descrição dos fatos ocorridos, atribuindo a totalidade da culpa ao grupo oposto, reconhecendo este como o responsável pelo contexto social, pelos prejuízos ou atrasos econômicos, bem como pela por molestar e/ou lesar a propriedade ou o direito constitucional de tê-la.



### 3.3 “MST: A luta é pra valer!”: as formas de pressão social exercidas pelos sem-terra acampados em Sarandi

A crença na aquisição de benefícios – que para os acampados somente serão adquiridos através da luta e da resistência – foi responsável pela criação de um dos gritos de ordem mais utilizados no Movimento: “MST: A luta é pra valer!”. No artigo *Sete Teses Equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária*, Zander Navarro (1997) destaca como primeira dessas sete teses, a declaração de que “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra recorre somente às ocupações de terra como sua arma de luta e de pressão, ignorando outras possibilidades políticas e de mobilização social” (NAVARRO, 1997, p. 87). Ainda no mesmo artigo, Navarro expõe que “é urgente a construção de uma outra estratégia de luta social pela reforma agrária” (NAVARRO, 1997, p. 88). Diante desta afirmação, Navarro garante que:

Somente o conhecimento superficial do Movimento (ou simples má-fé) pode tornar o MST sinônimo de ocupações de terra, ignorando os ingentes esforços de seus militantes em tantos outros campos e áreas de atuação. Em suas estratégias de ação, os sem-terra podem ostentar, no período, uma gama de atividades e iniciativas surpreendentes. Suas formas de pressão, por exemplo, não se restringem simplesmente às ocupações, mas incluem um repertório extraordinário de táticas e ações diversas, desde as ocupações de próprios públicos, até as formas mais usuais de intensas negociações, marchas, jejuns, “atos públicos” de duração mais curta, abaixo-assinados, etc. (NAVARRO, 1997, p. 87).

Na verdade, embora não seja a única forma de luta, a ocupação é a forma mais importante, e por isso a mais visivelmente utilizada pelos integrantes do MST, visto que mobiliza a sociedade ao redor do tema da Reforma Agrária, exigindo uma resposta rápida do governo e da justiça sobre a concretização da mesma. Mário Grynszpan afirma que: “As ocupações tornaram-se um dos mecanismos privilegiados de acesso à terra, sendo delas, em grande parte, que resultam assentamentos rurais que foram criados ao longo do tempo. É graças a elas, portanto, que a reforma agrária se tem mantido na ordem do dia” (GRYNSZPAN, 2009).

Segundo Morissawa:

Uma ocupação requer organização e bases muito bem definidas. O critério fundamental é a escolha do local. Mas nem sempre a terra conquistada é a terra que foi ocupada pelos sem-terra. Em geral o número de famílias que ocupam uma área excede o mínimo legal (10 hectares) de um lote de reforma agrária. Por exemplo, se 200 famílias ocupam uma área de 1.500 hectares, 50 ficam de fora, se o governo fizer o assentamento ali. (MORISSAWA, 2001, p. 199).

Não obstante existem muitas outras formas de luta, as quais, assim como a ocupação, já foram vivenciadas por muitos integrantes do Acampamento Sarandi. Atualmente, os integrantes do Acampamento Sarandi moram em um acampamento permanente, que é uma das formas de luta. O acampamento permanente é montado quando a justiça concede reintegração de posse ao proprietário que teve a terra ocupada pelos sem-terra, estes, ao serem despejados desta propriedade, montam um outro acampamento, que geralmente é erguido em uma terra cedida ao Movimento ou nas margens de uma rodovia, assim como o Acampamento Sarandi. O acampamento permanente<sup>97</sup> só se dissolve se todos os acampados forem assentados – daí a importância que o Movimento dá ao trabalho da Frente de Massa, pois ela garante a permanente manutenção do acampamento.

---

<sup>97</sup> Diferente do acampamento provisório, que pode ser montado, por exemplo, no centro de uma cidade, para chamar a atenção da sociedade a alguma reivindicação, depois de alcançado o intento este acampamento se dilui. Geralmente os acampamentos provisórios são montados nas capitais dos estados. Também há os acampamentos em frentes aos bancos, tendo como objetivo a “liberação de empréstimos e recursos para organizar o assentamento e a produção” (MORISSAWA, 2001, p. 202).

Outra forma de luta, bastante comum, são as marchas pelas rodovias, estas, além de chamar a atenção da sociedade, buscam conquistar simpatizantes ao Movimento. As marchas passam também pelos centros das cidades. Nos ambientes urbanos, os integrantes do MST aproveitam para panfletar e conversar com as pessoas sobre seus objetivos. As reações das pessoas diante de tal forma de luta são diversas, podem demonstrar-se contra os sem-terra, fechando lojas e janelas – como aconteceu em Carazinho em maio de 2004 –, ou favoráveis a ele, aplaudindo a caminhada, sacudindo tecidos vermelho, etc.

Os jejuns e as greves de fome também são formas de luta<sup>98</sup> utilizadas pelos sem-terra, assim como ocorreu na Praça Central Albino Hillebrand em Carazinho, entre os dias 18 e 23 de junho de 2004, quando quinze integrantes do Acampamento Sarandi realizaram o “Jejum por Reforma Agrária”, chamando atenção para a demora no processo de desapropriações de terra e de assentamentos no Rio Grande do Sul. Segundo Morissawa, esta forma de luta

[...] tem por finalidade simbolizar e tornar visível a fome diariamente vivida nos acampamentos. Nela também fica implícito que os sem-terra usam formas pacíficas de luta e que estão abertos ao diálogo com as autoridades. Com isso desfazem aquela imagem propagada na mídia de que desejam a luta armada. A greve de fome é utilizada somente em situações extremas e com muito critério de preparo. [...]. Uma ação dessa natureza só se justifica quando existe um número maior de vidas em risco e nada está sendo feito pelo governo. (MORISSAWA, 2001, 201).

Muitas destas manifestações, embora com propósito inicial pacífico, acabam gerando tumulto devido à ação de repressão sofrida pelos manifestantes. São estas formas de luta que ajudam o MST a lograr suas metas, ou seja, o Movimento mais conhecido no país, se mantém vivo, porque tem perspectivas históricas de que, através de suas lutas, conquistará seus objetivos, e o primeiro deles é a posse pela terra, assim

[...] um número considerável de pessoas – homens e mulheres, idosos e crianças – vem se mobilizando na luta por terra, nela investindo a ponto de se submeter às precárias condições de vida em acampamentos, sem qualquer certeza de ter seus objetivos alcançados. Essa luta assume às vezes tons dramáticos e violentos, com ameaças, agressões e assassinatos, contabilizando alguns massacres como o de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 19 trabalhadores rurais foram mortos em confronto com a polícia, em abril de 1996. (GRYNSZPAN, 2009).

---

<sup>98</sup> No plano estadual e nacional os integrantes do MST realizam outras formas de luta, como a ocupação de prédios públicos, sempre onde se localiza o órgão governamental responsável pela realização da Reforma Agrária, por exemplo, o prédio do INCRA, como ocorreu em julho de 2008 em Porto Alegre. Essa forma de luta busca divulgar que tais órgãos públicos não cumpriram com suas promessas, obrigando-os a acelerar as negociações. Há também a realização de vigílias. As vigílias duram poucos dias e destacam-se pela atenção permanente, durante o dia e a noite, dos integrantes do MST em frente ao órgão público onde a vigília está sendo realizada, pode ser um fórum, um presídio, um sindicato, uma delegacia, etc. Há também as audiências públicas com as autoridades. Por fim, há as manifestações nas cidades, como as passeatas, que desfilam exibindo inúmeras bandeiras vermelhas, músicas do Movimento, instrumentos de trabalho no campo e outros símbolos.

Conversas emocionantes, envolvendo relatos de lutas são comuns no Acampamento Sarandi a participação em lutas, para muitos, é sinônimo de prestígio, emanado de valores como coragem, astúcia, audácia, bravura e entusiasmo, porém, todos se referem a esses momentos como episódios vivenciados com angústia e aflição. Estar e permanecer nestes episódios, até que se dê coletivamente seu término, é entendido por todos como ato necessário para a conquista da terra e da igualdade social, assim, a participação nas lutas figuram-se em momentos de catarse nas vidas individuais e na vida da coletividade, como podemos perceber na fala transcrita abaixo.

Bom, então, dia oito de março, para nós mulheres sem-terra, não é uma data, assim... tipo..., de comemoração, é uma data bem... de mostrar que nós mulheres também temos os nossos espaços e, pelo fato, de que uma vez, numa fábrica assim, não me lembro em qual lugar, mas morreram quase, trezentas mulheres sufocadas. Queimaram as mulheres, por que, na verdade eles eram contra o trabalho das mulheres, então as mulheres foram, conforme, estava assim os períodos..., elas foram conseguindo, conquistando o espaço delas, já que os homens trabalhavam porque elas não poderiam trabalhar também n/é? Por que só elas dentro de casa? Fogão, comida e limpar a casa n/é? Então na verdade elas conquistaram esse espaço, da oportunidade, do trabalho e daí, e os homens machistas, por serem meio dentro e as mulheres acabaram morrendo, intoxicadas pela fumaça tudo, e muitas vezes que as mulheres foram mal tratadas, exploradas, n/é? Então na verdade oito de março sempre é o período de luta das mulheres, denunciando isso, sabe, sobre todo esse massacre, que na verdade foi um massacre isso que aconteceu com as mulheres, então para nós não é uma data comemorativa, e sim uma data de luta, de persistência. Então na verdade, o ano passado que teve essa luta das mulheres, foi bem, bem, bem, bem dificultoso mesmo, porque sempre antes tem o trabalho de debate com nós e tal e tal e tal, uns dois, três meses antes eles fazem isso [...]. Então daí eles fazem um debate, meio que vão preparando as mulheres, consultando as mulheres, o porquê do oito de março, então na verdade, e todas as mulheres sempre falam um pouco, sempre colocam um pouco do que elas pensam n/é?... nessas reuniões, então na verdade é conversar sobre o oito de março, faz a luta mesmo, que nem..., nós que se colocamos, nós que se disponibilizamos a fazer alguma coisa, ou é nós que se organizamos uma coisa legal para as crianças do no Acampamento, entende? Alguma coisa são as mulheres que fazem. Então na verdade o oito de março n/é?... do ano passado foi bastante dificultoso, teve essa preparação toda, esse debate todo, e mesmo assim, nós embarcamos no ônibus e ocupamos a Fazenda Tarumã. Era, em torno de umas quatro horas da manhã [...]. Daí ocupamos a Fazenda, ali pelas quatro horas da manhã, a Fazenda Tarumã ali [...] Rosário do Sul, ocupemos a Fazenda Tarumã, criança junto, mulheres, criança junto [...]. Quando nós ocupamos foi tranquilo, ocupamos, cortamos eucalipto, isso é verdade mesmo, mas para estar denunciando sobre a celulose n/é?... sobre as multinacionais que hoje tão tomando conta do Brasil e de um jeito assim que não tem mais como controlar, então..., e essas multinacionais além de tomar conta do Brasil elas ainda acabam prejudicando n/é?... com esses tóxicos que sobram desses produtos que elas usam, vão tudo para a nossa água, está aí aquela do..., que é em Guaíba, ali perto do Guaíba [...]. Chegamos lá, cortamos eucalipto [...], daí foi separado mulheres para cortar, mulheres para barracos [construção de barracos], mulheres para ciranda n/é? [...] Foi, foi separado para, para cada equipe. Daí quando começaram chegar os policiais dali, daquela cidade mesmo, era em torno de uns vinte, nem isso eu acho, então eles estavam em minoria e nós é... novecentas mulheres, de tudo quanto é lugar, então na verdade eles começaram: Mas como é que nós vamos fazer agora? Nos, autoridade da cidade, não tem como nós mexer com novecentas mulheres, então eles só ficaram ali, começaram a pedir ajuda para as cidades vizinhas, n/é? [...]. Sempre ficava uma quantidade grande de mulheres

ali na frente. Daí houve uma discussão que era para cinco mulheres de cada NB participar da guarda lá em cima, era tudo meio dividido em NB assim, sabe? Tá, daí fizemos isso..., deu acho que uns quatro, cinco NBs, daí depois, quando a gente viu, assim, já começou n/é? [...]. Eu suja, fui tomar banho num um rio que tinha lá perto, dentro da Estora Enzo, [...] eu posso dizer assim..., que era meio puro mato assim sabe? [...]. E eu tinha que tomar banho n/é? Daí um monte de mulheres foram, tomaram banho, e o helicóptero sempre se rodeando em cima, tomei banho daí atravessei nadando assim o açudinho, aí quando eu ouvi os gritos eu pensei: Não, não, não é nada. Tá, continuei, daí estava voltando assim n/é? [...], daí eu escutei os tiros: Pem!, Pem! Pem! Daí eu voltei, nadava, nadava e não saia do lugar, o nervosismo tomou conta de mim. [...]. Aí saímos daquele mato, assim para cima e não lembro quem falou pra mim: Não. Voltem para o mato que é mais seguro. E nós voltamos para o mato, mas daí eu pensei: Bom... todo esse tempo no Acampamento, devo saber alguma coisa n/é? Peguei e falei para as meninas: Não gente, para o mato vai ser perigoso. Porque toda a luta a gente fica sempre juntas, se nós se dispersar que... cada vez mais perigoso. Tá, voltamos todas lá para junto das mulheres. [...]. Cercaram todinha a Fazenda Tarumã, com cavalos [...]. E violência..., assim sabe, do jeito que eles vieram contra nós, mulheres, foi incrível sabe, incrível, incrível, incrível. Então na verdade, assim, foi abalante mesmo. Eles davam nas mulheres com “cacetete”, com aqueles negócio dos cavalos mesmo, davam nas mulheres, criança... tu achas que eles perdoavam? Que nada. Se não fosse uma mulher se jogar em cima de uma criança, para defender uma criança eles pisoteavam por cima, não queriam nem saber [...], e tinha criança de dez dias, de vinte dias, de dezoito dias, então crianças que “arrecem” saíram do útero da mãe, mas que já estavam na luta. Então nisso sim, eles foram bastante rigorosos, bala de borracha, pólvora, tudo [...]. Então... a violência foi bastante grande, foi bastante bruto o jeito que eles reagiram com nós e... aproveitaram para ter poucas mulheres lá na frente para entrarem, sabe? [...]. Quando eles estavam entrando nós corremos todas para a frente e daí houve aquele confronto sim..., sem-terra, mulheres sem-terra contra policiais. Daí foi, até que uma de nossas companheiras acertou uma foiçada no braço deles, mas pelo fato de que eles estavam já, abusando já e eles falavam um monte de coisa para nós, assim... ofendiam nós moralmente sabe, ofendiam mesmo, então na verdade... Quando acabou aquilo tudo, eles nos levaram para cidade de Santana do Livramento, para colocar na nossa cabeça que nós iríamos todas, dar depoimento. Novecentas mulheres [ironia]. Foi em torno de quase três ônibus só de mulheres feridas. Daí atenderam as mulheres feridas n/é? Tinha umas que era todo o corpo de bala de borracha e de pólvora e tudo, assim o rosto, então sangrando, porque aquela pólvora... ela meio que come a carne n/é? Então socorreram essas mulheres feridas. Naquele local ali, levaram nós sem roupa, sem dinheiro, sem nada, sem o que comer, sem o que vestir [...]. A população vinha, trazia água, trazia leite para nós, escondido dos policiais, porque eles não deixavam ninguém se aproximar do ônibus n/é? [...]. Daí nos levaram para um ginásio, nós dormimos, até as criança, dormimos no braço, no piso puro, crianças com uma roupinha, um friozão, sem comer, sem nada sabe? Uma tinha que abraçar a outra, eu abracei minha irmã, para se esquentar, a gente não tinha com o que se esquentar. [...]. Daí prenderam a nossa companheira, uma das nossas companheiras, daí começaram a inventar um monte de processo, para ela responder por tudo aquilo que todas as mulheres tinham feito [...]. Daí depois do meio dia, o pessoal de Santana do Livramento ofereceu o restaurante público para nós, porque a população estava vendo a versão verdadeira das..., dos fatos, que a gente só estava batendo numa multinacional que só prejudica o país, e não que ajuda n/é? Que ainda todos os lucros pertencem a elas n/é? Então, na verdade a população foi vendo mesmo que realmente nós tínhamos razão e pela crueldade do, do... das autoridades com nós, que nós com crianças pequenas e tudo. Então na verdade aquilo, foi se..., foi se mostrando para a população, a população ofereceu o restaurante público, onde que nós almoçamos lá, aí tivemos uma refeição melhor. Naquilo... a nossa companheira ainda estava presa, então nós já estávamos planejando outra manifestação no presídio, para não deixar..., para não deixar que ela ficasse presa, porque ela estava na luta com nós, para defender nós então nós tínhamos que defender ela, entende? Nós somos companheiras até nisso. Mulheres machucadas... E mesmo assim:

Vamos! Vamos lá então! Se é para defender a companheira vamos lá então. [...]. Nós estávamos todas organizadas já pra ir defender a tal da companheira [risos], a companheira chega lá, bem bela, caminhando e: “Pátria Livre!”, sabe? E a “mulherada” “Venceremos!”. Sabe? [entusiasmo]. E daí... daí ela falou: “Gente, viu gente mulheres em ação, eucaliptos no chão”. Sabe? Bem faceira. Tu achas que isso afetou ela? O que ela queria era a luta pela terra, a luta contra as multinacionais, ela foi com gosto para aquilo. Chegou lá rindo, conscientizando as mulheres que estavam nervosas, os filhos com fome, com frio..., conscientizava ainda as mulheres..., que ela praticamente... foi assim... que mais perdeu mais lá dentro [...]. Chegamos no Acampamento... Todos os homens, quando eles souberam que tinha uma das nossas companheiras que estava presa, eles se mobilizaram, trancando BRs, pedágios... Então na verdade foi..., não foi só essa luta que aconteceu para nós, foi tudo [...]. A mulher luta pra conseguir dar o sustento do filho, que seria em cima de um pedaço de chão. (Gravação da conversa com Maria – Realizada no Acampamento Sarandi, em 27 de fevereiro de 2009).

A fala acima primeiramente demonstra a capacidade de articulação e de organização estadual entre os acampamentos e assentamentos no Rio Grande do Sul, pois, segundo o relato, eram cerca de novecentas mulheres vindas de várias regiões do estado. Visto que a “reconstrução do passado é coisa impossível” (TODOROV, 2002, p. 149), o relato demonstra uma leitura particular do episódio narrado. Ao explicar a origem do Dia Internacional da Mulher<sup>99</sup>, pretendeu-se qualificá-lo não como uma data comercial (“[...] dia oito de março, para nós mulheres sem-terra, não é uma data, assim... tipo..., de comemoração [...]), mas sim como um dia de lutar por ideais que se acreditam indispensáveis. Ao relembrar o evento ocorrido em Nova Iorque em 1857, quando 129 operárias ([...]morreram quase, trezentas mulheres sufocadas.) de uma fábrica têxtil morreram em um incêndio enquanto reivindicavam pela diminuição da carga horária de trabalho diário, demonstra-se que a questão ideológica perpassa as relações com o passado, assim, a justificativa da luta não é imediata, ao contrário, ela enraíza-se em uma história assinalada por reivindicações. Além disso, o que não foi narrado nesta fala é tão importante quanto o que foi dito, segundo Todorov, “a memória é o esquecimento, esquecimento parcial e orientado, esquecimento indispensável” (TODOROV, 2002, p. 149). Ao evidenciar que anualmente, antes da “luta das mulheres<sup>100</sup>,” (como é

<sup>99</sup> Há escritores, como Vito Gaiannotti, Eva Alterman Blay e Naumi Vasconcelos que alegam que a história do dia oito de março de 1857 não passa de uma ficção. Para eles o Dia Internacional da Mulher tem sua origem nas ações promovidas por operárias russas a partir de 1917, afirmam ainda que o incêndio em uma fábrica de tecidos dos Estados Unidos teria realmente ocorrido, mas teria sido acidental e em vinte e cinco de março 1911, não estando relacionado com as reivindicações das mulheres por menor jornada de trabalho diário.

<sup>100</sup> Enquanto Movimento, o MST propõe-se a protagonizar a atuação das mulheres na luta. Há uma determinação do Movimento de que as direções e coordenações de acampamentos e assentamentos, em suas diversas instâncias, seja representada por igualdade de gênero, deve haver, por exemplo, em cada NB um coordenador homem e uma coordenadora mulher, contudo, na prática isso nem sempre é possível. Muitas mulheres do Acampamento Sarandi preferem não assumir responsabilidades acentuadas no Acampamento, justificam isso, pela necessidade de cuidar dos filhos, de lavar roupa, de ter tempo para preparar a comida e/ou outros afazeres domésticos, fato que comprova que, embora se sustente a pretensão à igualdade de gênero, as mulheres, pelo menos nesta realidade, permanecem como as responsáveis pela organização e manutenção do lar. Durante o 13º

chamado no Acampamento as ações que as mulheres sem-terra realizam em março por ocasião do Dia Internacional da Mulher) há uma preparação, a qual pretende não só partilhar os feitos femininos, mas também conscientizar as mulheres sobre a importância da luta, pode-se afirmar que ocorre um aproveitamento do passado, pretendendo-se que este colabore com objetivos atuais, assim, após “ter sido reconhecido e interpretado, o passado será agora utilizado” (TODOROV, 2002, p. 149).

A utilização deste passado serve para reforçar crenças, entre estas a de que a luta, embora não seja reconhecida como algo bom, é algo positivo, pois se alcançam objetivos através dela, portanto a luta não é sacrifício, mas fonte de orgulho e de formação, ambos geradores do sentimento de pertencimento àquele grupo ao lado do qual se luta ([...]tinha criança de dez dias, de vinte dias, de dezoito dias, então crianças que “arrecem” saíram do útero da mãe, mas que já estavam na luta. [...]).

A noção de responsabilidade de uns pelos outros ([...]nós já estávamos planejando outra manifestação no presídio, para não deixar..., para não deixar que ela ficasse presa, porque ela estava na luta com nós, para defender nós então nós tínhamos que defender ela, entende? [...]). Todos os homens, quando eles souberam que tinha uma das nossas companheiras que estava presa, eles se mobilizaram, trancando BRs, pedágios... [...]) origina-se da ideologia gregária – um dos princípios elementares da formação dos sem-terra – tal ideologia é construída pela partilha de um passado comum – como por exemplo, a vivência nos acampamentos, momentos de formação e participação em lutas. Assim – a exemplo do que Todorov afirma –, através da transcrição destas narrativas, percebe-se que, ao selecionar o que será narrado, os sem-terra expressam objetivos próprios do Movimento, ou seja, as narrativas também se configuram em um campo de disputa de poder.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2009c), a luta é a única possibilidade capaz de levar às transformações sociais que conduzirão a um país mais igualitário, assim, a continuidade da luta é símbolo de justiça social e soberania popular, por isso se afirma que as lutas irão prosseguir, mesmo diante da repressão estatal, e irão envolver crianças, jovens, mulheres e homens, pois esta é, para o Movimento, a única maneira de romper o silêncio dos sem-terra.



### 3.3.1 O Despejo

Sendo a ocupação a forma de luta mais expressivamente utilizada pelos sem-terra acampados em Sarandi, as consequências que dela emanam também são expressas com maior visibilidade social. Para os sem-terra acampados em Sarandi, as ocupações representam a culminância da luta, mas não o auge perfeito desta, pois este só é atingido com a realização do assentamento.

A ocupação – ação a que todo militante do MST deve estar disposto – representa para os sem-terra a probabilidade de sofrerem agressão física e moral, entretanto, mesmo cientes das possíveis consequências desta ação, os sem-terra ocuparam a Fazenda Coqueiros doze vezes. As consequências de uma ocupação são negativas para ambas as partes, pois ambos – sem-terra e ruralista – têm prejuízos materiais e emocionais decorridos de tal ação. Contudo, independente do tempo, do desgaste físico, jurídico e econômico que uma ocupação possa causar, a consequência final dela é sempre a mesma, o despejo dos sem-terra<sup>101</sup>. Entre os despejos vivenciados pelos integrantes do Acampamento Sarandi, o que mais é evidenciado nas narrativas foi o ocorrido em 17 de junho de 2008, visto que este, judicialmente impediu os sem-terra de aproximarem-se da área da Fazenda Coqueiros, uma vez que os acampamentos que se localizavam próximos à Coqueiros foram considerados bases para realização de ações criminosas.

A definição primeira para o verbo despejar no dicionário Aurélio é “livrar-se de obstáculo, desobstruir”, após segue “desocupar, evacuar” (FERREIRA, 2001, p. 247). Nos relatos do despejo vivenciado por integrantes do Acampamento Sarandi há a proeminência da concepção de que, nestes momentos, eles são vistos e tratados como obstáculos e não como cidadãos que possuem o direito de reivindicar. Os despejos são lembrados sempre com sentimento dolente, são percebidos como períodos de aguda humilhação, aviltamento e amargura pela perda do pouco bem material que ainda lhes restava.

Os bens comunitários, perdidos ou deixados para trás nas ações de despejo, também são lembrados com grande nostalgia. Nas conversas com os acampados em Sarandi, o bem comum citado com maior expressão de dor por tê-lo perdido é a horta comunitária, a qual, segundo os acampados, era fruto do trabalho de todo o grupo. A justificativa maior para a dor

---

<sup>101</sup> Conforme a Medida Provisória nº 2.183-56, uma propriedade rural ocupada não pode ser desapropriada, portanto, é inevitável a expedição da ordem judicial para os sem-terra desocuparem a propriedade. O despejo só não acontece se o proprietário aceitar negociar a venda da terra ocupada.

de perder a horta é que esta fornecia alimentos que agora eles não têm acesso a não ser pela compra, como a batata-doce e a mandioca. A justificativa para não se confeccionar uma nova horta comunitária no local onde agora se encontram é que nas margens da rodovia, não há espaço para construção desta, apenas para miúdas hortas individuais – como se pode ver no Acampamento Sarandi, ao redor de alguns poucos barracos uma pequena plantação de salsa e cebolinha, e alguns pés de alface, conforme narrativa abaixo:

É... eu participei do... do despejo ali n/é? Desde a hora que..., que eles... os policiais chegaram. Era em torno de umas quatro e meia da manhã n/é? Era no inverno e... a agente sabia..., já estava..., já estava sabendo que ia acontecer o despejo desde as dez e pouco da..., da noite. Daí a gente..., a gente já estava meio alerta. Eu... era... eu acordei cedo. Eu vi que... o pessoal tinha cachorro perto n/é?... , amarrado, e daí tinha uma movimentação, sabe? Daí disse... eu vou... fiz fogo disse..., para esquentar uma água para o chimarrão. Daí disse eu vou dar uma olhada. Mas era branco de geada n/é? Daí saí para dar uma olhada. Mas era escuro, não se enxergava nada sabe? Aí eu cheguei numa ponta do Acampamento e olhei assim... para a saída ali..., que saía para a estrada, sabe? Não enxergava nada. Quando eu me virei para dar a volta, de volta para o lado do barraco, eu ouvi que bateram assim..., um ferro..., tipo um ferro no outro assim..., mas era..., devia ser aquelas espadas deles, essas coisas aí. Eles já estavam ali, cuidando nós n/é? E aí, quando começou vir a barra do dia, daí já deu para enxergar contra o horizonte, assim..., as cabeças. Daí disse: É eles. Já estavam cercado, “tipo” o Acampamento cercado. Daí quando deu oito horas da manhã eles vieram até nós, até o Acampamento n/é?... , com o oficial de justiça e aí eles deram a ordem, que nós teria que estar saindo dali e daí nós não contrariamos, nem nada n/é?... , porque a gente já sabia que era ordem de despejo, eles vinham para tirar nós de qualquer jeito, então a gente não..., nós só pegamos e assinamos, [...], n/é?... , para dizer que nós estávamos concordando com aquilo e... [pausa]. Só que uma coisa que a gente ficou meio assim, meio..., para todo mundo foi chocante n/é?... , porque era oito horas da manhã. Naquela época ali a geada era um horror n/é?. Tinha as crianças, todas tremendo de frio lá e eles botaram todos no meio do campo lá do seu..., seu Félix Guerra lá e aquilo era branco de geada, as crianças chorando de frio, e daí aquilo... ficou... muito assim..., muito marcante n/é?... , porque eles iam..., eles mesmo estavam com frio. Inclusive tinha até umas, umas policiais ali n/é?... , e... e elas mesmas estavam com frio. A gente via que elas estavam com frio. Também no meio daquela geada ali, porque desde as quatro da manhã no meio daquela geada, aquilo endurecia até os pés de gelo, de frio n/é?... e..., e daí aqueles inocentes ali e a gente, que barbaridade! [indignação]. A gente lutando por uma coisa n/é?... , que..., que é de direito, como diz o outro, nosso, e..., e eles fazendo esse tipo de..., de coisa com o povo. Eu acho, não sei cara, está certo que..., que dentro do povo, tem com nós..., nós assim..., [hesitação] tem as pessoa que são de bem e têm alguns que..., que as vezes n/é?... , puxam para um outro lado, mas a gente, aqui dentro do Acampamento, a gente tenta construir essas pessoas n/é?. A gente vai..., vai com conversa, ou com... [...]. Então a gente tenta construir as pessoas, para..., para que elas não se voltem para aquele lado, que seja um lado que só vai dar problemas e prejuízos para ela mesma n/é?. E..., e é mais ou menos isso. A gente ficou bem chocado aquela vez do despejo ali, e depois nós viemos para cá e aqui também..., quantas vezes já tivemos ordem de despejo e..., e o pessoal do Movimento aí..., tentando adiar esse prazo e tudo n/é?. Não sei agora, parece que tem de novo um prazo aí... Que foi decretado, por quatro meses aí e parece que... já esta se esgotando até..., nesse mês de março aí, altura..., quase fim de março vai chegar o prazo, mas eu acredito que até lá..., já tem novas áreas que saíram aí, vai sair o sorteio e até lá eu acho que vai ser..., esse Acampamento aqui, quase certo que vai... terminar n/é? [...]. Só que a maneira que nós..., que nós saímos de lá... eles pegaram e cortaram todos os nossos barracos, não sobrou um barraco, as lona, tudo, tudo, tudo [...]. Nós fomos para..., para ajeitar as coisas e eles chegaram n/é?, três, quatro em cada barraco e rasgaram tudo n/é?, tiraram tudo, a gente queria aproveitar alguma lona para gente trazer para cá,

porque é muito difícil o negócio de lona para nós n/é?... e não deu tempo de nós fazer nada [...]. Eles disseram que era ordem deles limpar os barracos, tirar tudo de lá, deixar só o esqueleto dos barracos, só as madeira n/é? É uma coisa bem..., bem chocante, porque aquilo era, era a casa da gente. Eu não sei..., eu para mim eles estavam procurando alguma coisa, devia de ser, n/é?. Sei lá. A gente não... fica até meio, meio chocado e magoado com isso, porque a gente é..., é bem discriminado por eles cara, Deus o livre! Olha! Não é fácil o cara..., da gente admiti essas coisa n/é?... é, é uma força muito grande n/é?... que eles têm, e isso aí é ordem de cima, porque eu acredito que deles mesmo não, não parte isso [...]. O meu sonho é viver tranqüilo [...]. A gente tem que pensar na família da gente n/é?... em dar uma vida melhor para família da gente, porque até hoje, como diz o outro, foi muito sofrido [...]. O que eu não gostaria de levar de lembrança é a repressão, a repressão da..., daí do..., do poder n/é?... que, que discrimina nós até..., até a gente chegar num lugar e, às vezes conhecido... já meio conhecido os cara, o povo n/é?... o povo já não..., não..., a gente vê que o povo muda quando conhecem o povo, o povo sem-terra n/é?... então isso aí... [pausa]. E..., o povo, o pessoal e a própria polícia n/é?... cara..., esses despejos..., isso é muito..., tem gente que fica com trauma disso. Isso tem gente que depois que acontece isso aí, desiste muito da luta n/é?... por sofrer demais, não agüentar, muitos..., muitos, tem que..., tem que ir consultar com algum tipo de..., de depressão ou coisa assim por causa desse tipo de coisa que é muito, é muito chocante para todo mundo. Quem não tiver uma cabeça bem..., bem formada, a pessoa desiste ou..., ou..., ou fica até doente. Eu não gostaria de levar isso aí, porque tem muitos casos que aconteceram n/é?... de gente que era tranqüilo dentro do Acampamento e..., e depois disso aí desistiu, foi embora e..., e não quer nem hoje saber da luta por causa desse tipo de coisa, isso que eu não gostaria que nunca mais fosse preciso n/é?... a gente passar por isso [...]. (Gravação da conversa com Mauro – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009).

Uma acampada narra o mesmo episódio da seguinte forma:

Nós ali, eles chegaram nas cerca das quatro horas da manhã, daí eles ficaram numa área do Guerra, no morro lá, estava um, era um dia..., uma noite bem fria, geadas, eles ficaram lá “arrodar” [...] e no outro dia de manhã as seis horas o helicóptero começou rodar o Acampamento bem baixinho. Então a gente saiu, todos para fora n/é?... meio apavorado, um frio, um frio, um frio e aí veio os policiais, começaram a entrar dentro do Acampamento n/é?... e nós todos apavorados: Não vamos deixar! Não vamos deixar! Nós não sabia, nós não tinha informação do que que estava acontecendo. Então chegou o promotor de justiça e disse que a gente estava sendo despejado dali e era uma ordem de despejo e nós tínhamos que sair dali naquele dia. Então foi complicado [...], era de manhã, nós tinha que começar. A gente..., como nós, nós tinha bicho lá, tinha o barraco da Júlia, tinha o barraco do Maria, como é que eu, estava só nós lá, como é que a gente vai cuidar dos três barracos n/é?... tirar tudo. Então a gente conseguiu ajuda de alguns companheiros para poder retirar as coisas para fora. Até ali não eram aquelas grandes coisas, porque a gente aceitou sair dali n/é? Então eles não fizeram nada de mais com nós, só pediram para ajudar em algumas partes [...]. A questão dos bichos também, a gente não tinha como a gente largar eles na área do Guerra, porque existe uma lei que a gente não pode entrar em cima da área do Guerra porque se a gente entrar ali, a polícia passa e pega, essa pessoa vai presa, se ela não ficar presa ela responde por processo, então a gente, a gente não podia largar os bichos para lá [...], o gado ficou ali preso [...], a gente tinha o que? [pausa]. Mais de umas vinte cabeças de gado, tinha ali, terneirinho novo, e a gente cuidava um pouco na encerra n/é?. Então quando nós saímos dali [...], largaram as famílias aqui, sem eira e sem beira aqui, nesse lugar, chuvoso, tudo embarrado [...], fizeram aqueles barracões, aqueles “grandões” [...], comida também era todo o coletivo que tinha que fazer, até que o pessoal fizesse os barracos individuais n/é?. Então foi bem difícil, porque largaram as famílias aqui, sem eira e sem beira e a metade das coisas das famílias também ficaram lá, depois que o INCRA foi buscando, conforme... A gente por exemplo, botaram terneiro novo junto com criação já velha, mataram três terneiros, terneirinho n/é?. Daí depois meu cunhado chegou aqui e levou as criações para

casa, porque não tinha como deixar as criações aqui, então foi uma coisa bem difícil entendeu? [...]. Por exemplo, a gente está morando aqui, a gente faz horta, a gente arruma a lona, [...], a gente arruma tudo, porque a nossa presença vai ser dentro do Acampamento, [...], a gente tinha horta coletiva, a gente tinha horta individual [...]. Ai nós saímos de lá, aquelas saladas coisa mais linda, sem poder aproveitar [...]. Nós saímos de lá, ficou tudo lá, mandioca, batata. A maioria das coisas da Maria foi perdida [...]. (Gravação da conversa com Mônica – realizada no Acampamento Sarandi, em 27 de fevereiro de 2009).

Nas narrativas do despejo vivido em junho de 2008, pelos agora acampados em Sarandi, percebem-se alguns pontos de desencontro, como por exemplo, a reação dos sem-terra ao serem despejados, o horário em que ocorreu a ação de despejo e a informação sobre o conhecimento ([...] Daí quando deu oito horas da manhã eles vieram até nós, até o Acampamento n/é?... , com o oficial de justiça e aí eles deram a ordem, que nós teria que estar saindo dali e daí nós não contrariamos, nem nada n/é?... , porque a gente já sabia que era ordem de despejo, eles vinham para tirar nós de qualquer jeito, então a gente não..., nós só pegamos e assinamos, [...] – gravação realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009) ou o não conhecimento da realização naquela data da ação de despejo ([...] Então a gente saiu, todos para fora n/é?... , meio apavorado, um frio, um frio, um frio e aí veio os policiais, começaram a entrar dentro do Acampamento n/é?... , e nós todos apavorados: Não vamos deixar! Não vamos deixar! Nós não sabia, nós não tinha informação do que que estava acontecendo. - gravação realizada no Acampamento Sarandi, em 27 de fevereiro de 2009). Esses “desencontros” entre as narrativas evidenciam que

[...] o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. [...]. A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais. (PORTELLI, 2007, p. 16)

Sendo uma fonte de identificação, a memória se manifesta através das narrativas, e por meio desta fixa elementos importantes para grupo, devendo, principalmente, afiançar a conexão e harmonia internas entre os indivíduos que a compõem, ou seja, o despejo configura-se em um *link*, uma ocasião pedagógica na formação de um sem-terra, um momento onde as relações se amalgamam ao redor do sentimento de pertença e equidade entre os indivíduos que compõem o grupo, como se percebe na seguinte fala:

[...] muita luta, sofremos despejos, de vez em quando dá umas “peleia” aí..., que nossa intenção não é quebrar, nossa intenção é ocupar, nossa intenção é..., é brigar pelos nossos direitos, então..., muitas vezes a gente tem uns desencontros aí, inclusive o despejo todo mundo sabe que é uma tremenda humilhação, que vem às vezes dez, vinte policiais ou cinquenta policiais para uma pessoa, sabendo, com certeza, que para pegar um ladrão de banco aí, feroz aí, que às vezes não vai tanta

polícia como vem aqui para..., para pegar um coitado de um desdentado, um descabelado aí, que luta simplesmente por uma terra e que essa terra não vai se roubada de ninguém, vai entrar o INCRAa no meio, que ele tem obrigação de cuidar da gente e, que faz parte do governo, faz parte do Estado [...]. (Gravação da conversa com Paulo – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009).

Esses discursos devem ser compreendido à luz das afirmações de Todorov, para ele a memória “é sempre e unicamente individual; a memória coletiva não é uma memória, mas um discurso que evolui no espaço público. Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou um grupo dentro da sociedade querem dar de si mesmo”. (TODOROV, 2002, p. 154-155), ou seja, o discurso coletivo molda-se “no decorrer de inúmeras ocasiões narrativas” (AMADO; FERREIRA, 2006, p. 108). Assim, coletivamente as lembranças pessoais são organizadas com as lembranças dos outros, fato que contribui para os indivíduos de um grupo se autoidentificarem e autorrepresentarem, portanto, “o trabalho da reconstrução da lembrança, neste sentido, relaciona-se ao pertencimento a um grupo e sua eficácia em encontrar eco no imaginário dos sujeitos que o compõem” (BRUM, 2006, p. 28).

Embora os sem-terra, ao ocuparem uma propriedade particular, saibam que passarão por uma ação judicial de reintegração de posse, o que acarreta conseqüentemente em uma ação de despejo – o despejo é algo pertencente à vida do sem-terra – este é visto pelos integrantes do Acampamento Sarandi com grande pavor. As representações existentes ao redor do conceito de “despejo” são demasiadamente negativas, a tal ponto que se evita falar, lembrar ou pensar no assunto e na probabilidade que este volte a acontecer. As ações de despejo assinalam incomensuravelmente a vida dos acampados, ao mesmo tempo em que servem para unificar e fortalecer o grupo ao redor de sofrimentos e anseios comuns, também demonstra a fraqueza deste, fraqueza que se expressa diante do dever do cumprimento das leis e diante das oscilações morais e psíquicas a que estas pessoas são submetidas ([...] tem gente que fica com trauma disso. Isso tem gente que depois que acontece isso aí, desiste muito da luta n/é?... por sofrer demais, não agüenta, muitos..., muitos, tem que..., tem que ir consultar com algum tipo de..., de depressão ou coisa assim por causa desse tipo de coisa que é muito, é muito chocante para todo mundo – gravação realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009).

Finalizando este capítulo, é importante ilustrar que a perspectiva pela conquista da terra, que fornece a confluência de trajetórias individuais, é na verdade a representação da carência de perspectivas de um grupo social portador de uma biografia calejada pela supressão social e econômica e, desta biografia, origina-se a percepção de que a vida no

Acampamento é melhor que a vida fora dele. Desse modo, o MST transfigura-se em uma forma de suprir as necessidades não atendidas pelo Estado, transformando-se em um símbolo da oposição a este Estado, uma vez que seus integrantes lutam contra a forma de organização econômica, política, social e cultural deste.

## **4 “MASSIFICAR, ORGANIZAR, CONSTRUIR O PODER POPULAR”: A REFORMA AGRÁRIA, A AGROECOLOGIA, O COOPERATIVISMO E O SOCIALISMO INTERPRETADOS A PARTIR DA VISÃO DOS SEM-TERRA**

Na luta pela Reforma Agrária não temos todos os elementos materiais para afirmar que 2009 será o ano da massificação, mas temos todas as condições de declará-lo como o ano de intensificação das lutas de caráter político, a partir de alguns elementos históricos acerca da Reforma Agrária e da crise do Capital. (MALFORT, 2009).

Os sem-terra apresentam grande preocupação com a massificação – promoção de ações que garantem uniformização de comportamentos –, pois creem que através dela irá ocorrer o engajamento aos objetivos e princípios do Movimento. A massificação apresenta como finalidade o imperativo de estandardizar ideias, consensos, identidades, comportamentos e representações, transformando o grupo de indivíduos em uma massa análoga, ou seja, os sem-terra querem ser vistos como um grupo homogêneo, amalgamado, capaz de expressar sua hegemonia, para isso, esforçam-se em formar uma autoimagem que seja condizente aos seus interesses.

Nesta perspectiva, os acampados realizam determinadas atividades – tais como lutas, místicas e promoção de cursos – com o objetivo primeiro de massificar, de perpetrar uma idéia que lhes seja interessante produzir de si mesmos. Essa imagem autoproferida pelos sem-terra e esparzida nas diversas instâncias do MST, transfigurar-se nas seguintes bandeiras de luta erguidas pelos sem-terra: reforma agrária, agroecologia, cooperativismo e socialismo.

Neste último capítulo será apresentada a interpretação dada pelos sem-terra aos conceitos de reforma agrária, agroecologia, cooperativismo e socialismo, visto que estas são as categorias que promovem as discussões mais proeminentes entre acampados em Sarandi.

### **4.1 Reforma agrária e agroecologia**

A Reforma Agrária é um assunto polêmico, tanto no meio político – polarizado nos discursos de direita e de esquerda –, quanto no meio acadêmico – onde se compartilham espaços que alçam argumentos para defender a realização da Reforma Agrária ou, para

apontar a sua ineficiência e a falta de necessidade desta. Embora não seja o objeto desta pesquisa, faz-se necessário diferenciar, ainda que brevemente, estes dois pólos de apreciação acerca do tema Reforma Agrária.

Francisco Graziano, agrônomo e professor universitário, ex-superintendente do INCRA e secretário do Meio Ambiente de São Paulo, é conhecido por expor agudas críticas ao modelo de Reforma Agrária e à atuação do MST. Graziano (1996) defende que a Reforma Agrária, baseada no modelo atual não encontra mais necessidade, nem mesmo espaço na sociedade brasileira, visto que, segundo ele, houve a distribuição de milhões de hectares e isto não aumentou a produtividade do país. Para Graziano o “distributivismo expressa, hoje em dia, uma visão restrita do problema agrário no Brasil. Ao vislumbrar simplesmente a transformação do trabalhador em proprietário, ele desconsidera a existência do mercado de trabalho rural e esquece-se da crise que afeta os pequenos agricultores” (GRAZIANO, 1996, p. 57-58), o autor argumenta que:

O ranço ideológico provoca um terrível equívoco na questão agrária do Brasil. Valoriza-se o "sem-terra" e se esquece do "com-terra". O Estado pretende criar novos agricultores enquanto os tradicionais produtores ameaçam sucumbir. A reforma agrária está de ponta-cabeça. Fortalecer os agricultores familiares já existentes no país, incluindo os assentados pela reforma agrária, deveria representar a equação fundamental da política pública. O grande desafio reside em manter seus empregos, garantindo renda suficiente para as famílias com-terra. [...] Ora, conhecendo-se esse terrível processo de concentração e exclusão na agricultura mundial, fica claro que o grande desafio que se coloca, claramente, para o futuro próximo, se encontra na manutenção dos agricultores. E não em sua ampliação. [...] Quem gosta, ou se apieda, dos sem-terra, precisa entender que o drama dos com-terra exige prioridade na agenda política do país. Os primeiros estão sendo fabricados, manipulados, já perderam seus vínculos com a terra. Os segundos existem de verdade, são espontâneos. O modelo da reforma agrária distributivista está superado pela História. No mundo da tecnologia, com mercados competitivos, não se fabricam agricultores facilmente. Ainda mais se os pretendentes não têm cultura rural. Antes, há 50 anos, bastava uma enxada e vontade de trabalhar que o caboclo ia para frente. Nem tratores havia na agricultura. Hoje, além da aptidão, muita qualificação técnica se exige. Não adianta apenas boa vontade ou simpatia com a causa. O trabalho rural é árduo, a pleno sol, quase sempre isolado, há ciclos de produção dados pela natureza. Tudo diferente das fábricas ou das ruas do comércio. Querer transformar um desempregado urbano num agricultor de sucesso ultrapassa os limites da agronomia. Não dará nunca certo. Mais vale a pena investir tempo, planejamento e recursos no fortalecimento dos pequenos e médios agricultores tradicionais, os verdadeiros heróis esquecidos do país. A luta dos sem-terra distrai o raciocínio, divide a política e cria uma ilusão na sociedade. Uma idéia fora do lugar. (GRAZIANO, 2009d).

Graziano vai além ao afirmar que:

As invasões de terras, ao contrário do que muitos pensam, prenunciam o fim da reforma agrária no Brasil. A agonia do modelo do distributivismo agrário. Esgotado um ciclo histórico, fracassado, o sem-terra virou sem-emprego. E, do campo, mudou para a cidade. Quem imagina que a desilusão urbana se resolve através da reforma agrária comete um erro brutal. A prova pode ser encontrada nos assentamentos rurais cujos beneficiários se compõem de gente desempregada das periferias. No máximo, o resultado mostra que a favela mudou de lugar. A um custo



exorbitante para a sociedade. Essa fábrica de sem-terras, de fácil consecução devido à falta de empregos e a miséria social, representa o fim do velho sonho da esquerda que propunha, há quase 50 anos, a reforma agrária como caminho do desenvolvimento nacional. Quebrar o poder do latifúndio significava arrancar para o progresso. Rural e industrial. O sentido econômico da reforma agrária acabou progressivamente substituído pela agenda social. Aqui começou seu fim. [...]Essa tem sido a regra das invasões de terras promovidas pelo MST e seus congêneres. Na falta de verdadeiros sem-terra, arregimentam os excluídos da cidade para servir aos seus propósitos, duvidosos. Talvez uma hipotética revolução salvadora. Propor a reforma agrária como uma solução para a crise urbana representa irracionalidade econômica. Para não dizer uma demagogia barata [...]. No mais, facilmente se comprova a manipulação ideológica. Pobres coitados, miseráveis e desempregados, habitantes infelizes da periferia das cidades, viram sem-terra pela oferta ilusória do MST, devidamente respaldada pela chamada igreja progressista, que parece incitar a violência e a justiça na marra. Perigosa essa associação entre a religião e as invasões de terra. A teologia da libertação está correta ao bradar contra a miséria e as desigualdades sociais. Mas precisa perceber que, apoiando esse equívoco, está apenas trocando a favela de lugar. Gastando um dinheiro que poderia ser utilizado em obras sociais mais efetivas no combate à miséria. A questão fundamental reside na qualidade dos assentamentos rurais. A realidade está indicando, à farta, que recebendo terra e mesmo apoio técnico e financeiro, parte significativa das famílias assentadas não progride, continuando sua existência miserável, lá mesmo, na roça, ou retornando para a cidade, sua origem. A terra não é passaporte para a felicidade. Essa idéia, atrasada, de tornar agricultor qualquer coitado, ou aventureiro, está acabando com a reforma agrária no Brasil. As invasões são, nada mais, que seu canto de cisne. (GRAZIANO, 2009b).

Direcionando opinião oposta, podemos destacar o sociólogo Edgard Malagodi (2009a), que defende a necessidade atual da realização da Reforma Agrária, bem como Ariovaldo Umbelino, doutor em geografia humana. Segundo Umbelino:

O Brasil possui 850 milhões de hectares cadastrados no Incra; em 2003, tínhamos 436 milhões de hectares; como áreas indígenas, tínhamos 128 milhões de hectares; como unidades de conservação ambiental, 102 milhões de hectares. O que quer dizer que há uma sobra de algo em torno de 200 milhões de hectares de terras devolutas, isto é, terras que foram cercadas e que não pertencem a quem as cercou. [...]Se nós nos utilizarmos do cadastro do Incra – e, é bom que se diga, trata-se de um cadastro declaratório, a informação que está lá foi o proprietário quem deu -, a partir dos seus dados de 2003, tínhamos 120 milhões de hectares ocupados apenas pelos grandes imóveis improdutivos, que envolvem um número total de 55 mil imóveis, distribuídos em todo o país. [...] E digo mais, será que há condições de defender uma estrutura fundiária como a que nós temos no Brasil, onde 6 mil pessoas são proprietárias de 15% do território nacional? Ou vamos defender que 22 sejam proprietários de 8% do país? É essa estrutura fundiária que vamos defender, e achar normal a sua existência no mundo de hoje? Onde é que existe, no mundo, uma estrutura fundiária com as propriedades do tamanho das do Brasil? Nós, intelectuais que estudamos a questão agrária, vamos ser coniventes com essa estrutura fundiária violentamente concentrada? (NADER, 2007).

Por Reforma Agrária, entendo o conjunto sistemático de medidas tendentes a melhorar as condições do homem no campo, através da utilização mais racional da terra. Essas medidas vinculam-se através de três reformas parciais. A primeira é a reforma fundiária, sendo que esta é de responsabilidade do governo e visa a uma distribuição mais adequada do solo brasileiro, capaz de regular a posse e o uso da terra. A segunda reforma parcial é a reforma

agrícola, que compreende todas as medidas destinadas a aumentar a produtividade das terras e da mão de obra agrícola. Por fim, a reforma das relações de poder, conferindo ao homem do campo, recursos legais para reivindicar seus direitos, tais como o sindicato rural e a justiça agrária.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgãos do governo responsáveis pela execução da Reforma Agrária, apresentam esta política agrícola como sendo um dos caminhos para o desenvolvimento rural sustentável. Segundo o INCRA:

Reforma Agrária é o conjunto de medidas implementadas pelo Governo Federal visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento da produção no campo. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- \* A desconcentração e democratização da estrutura fundiária
- \* A produção de alimentos básicos
- \* A geração de ocupação e renda
- \* O combate à fome e à miséria
- \* A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural
- \* A interiorização dos serviços públicos básicos
- \* A redução da migração campo-cidade
- \* A democratização das estruturas de poder
- \* A promoção da Cidadania e da Justiça Social

[...]. O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; e a garantia da promoção da educação, da cultura e da seguridade social nas áreas reformadas. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008, p. 3).

Contudo, para os acampados em Sarandi, a compreensão do conceito de Reforma Agrária traduz-se apenas pela seguinte frase: “é a conquista da terra”, ou seja, uma política de distribuição de terras, a qual se configura, segundo os sem-terra, no único caminho para a concretização da igualdade social. Os sem-terra não usam a expressão “ganhar a terra”, mas sim “conquistar a terra”, pois entendem que o lote de terra é conquistado através das lutas que empenham, de modo que a utilização do verbo *conquistar* transfigura-se em um auto-agradecimento, ou seja, para os sem-terra é justo que depois de todas as lutas que empenharam recebam o lote de terra, que é a própria motivação de tais lutas.

Entretanto, quando questionados sobre como se realiza o pagamento do lote, eles afirmam que não é necessário pagar o lote recebido, que eles *ganham* a terra do Estado ([...] nós ingressamos no Movimento, que é o único que dá terra para a gente [...]. Gravação da conversa com Marina – Realizada no Acampamento Sarandi em 06 de agosto de 2008),

afirmação que evidencia o desconhecimento em relação aos reais procedimentos da política de Reforma Agrária atualmente em voga<sup>102</sup>, pois, segundo o senhor Mozar Artur Dietrich, superintendente do INCRA no Rio Grande do Sul, no

[...] momento do assentamento, é concedido um título de concessão de uso (posse), por dez anos, findos os quais o INCRA pode emitir um título de domínio (proprietário) com cláusulas resolutivas, com prazo de carência de 2 anos para iniciar o pagamento e mais dez para quitar o valor da terra. Findo esse novo prazo, adimplidas as condições, o INCRA libera o título. (Entrevista com o Senhor Mozar Artur Dietrich, Superintendente do Incra/RS – Realizada por e-mail em 10 de novembro de 2008).

Não há dúvidas de que a centralidade do discurso dos sem-terra é a realização da Reforma Agrária. Arraigado a este, surge o discurso da agroecologia, enfatizando a agroindústria e a produção orgânica de hortifrutigranjeiros e de produtos provindos da atividade pecuária. A Reforma Agrária é entendida pelos acampados simplesmente como uma política de distribuição de terras, vista como essencial para a concretização da igualdade social. Contudo, essa “simples distribuição de terra” não é de qualquer terra, os acampados exigem o direito de escolher a terra onde serão assentados.

O fato de recusarem determinados lotes de terra, por não estarem de acordo com o que esperam, suscita diferentes comentários. As justificativas para se recusar um lote de terra se esteia sobre dois principais argumentos. O primeiro gira em torno da qualidade da terra. Muitos dizem que não aceitaram até agora os lotes que lhes foram oferecidos porque o solo não apresentava boas características para produção familiar. O segundo concentra-se na alegação de que as terras destinadas para o assentamento localizam-se muito longe da base familiar (localidade onde residem os ascendentes, descendentes e colaterais do acampado). Entretanto, em momentos descontraídos, surge outro argumento para justificar a rejeição de um lote de assentamento. Uma família, já acampada há certo tempo, revelou que não aceitara as terras até agora apresentadas pelo INCRA porque no assentando eles terão que trabalhar,

---

<sup>102</sup> A afirmativa de que não se paga o lote *conquistado*, demonstra também como as instâncias representativas do MST manipulam informações, ou seja, o conhecimento de que após assentado o lote será pago ao governo, ainda que parceladamente, poderia ser um fator desestimulador de permanência no MST para os sem-terra.

tal argumento foi complementado com a seguinte frase: “e aqui no Acampamento nós não precisamos fazer nada”. Esta justificativa expressa, de forma muito clara, uma disparidade entre os objetivos divulgados pelo MST e os objetivos de tal família. Para alguns, o Acampamento representa apenas uma opção de refúgio da supressão social e econômica urbana, pois no Acampamento as condições básicas para vida estão asseguradas, como por exemplo, alimentação, escolarização, saúde e lazer. Portanto, não há equidade irrestrita entre sem-terra e MST, entre as perspectivas e princípios de ambos, sejam eles sociais, econômicos ou políticos, ou seja, a identificação com os ideais difundidos pelo Movimento, não ocorre de maneira homogênea, nem mesmo de modo completo, incondicional e absoluto, ao contrário, o processo de identificação dos sem-terra, com o MST, está intimamente ligado a interesses pessoais de ambos, uma vez que ao ingressar no Acampamento, os sem-terra têm suas necessidades primárias satisfeitas, enquanto o MST, ao adicionar sem-terras em suas fileiras, adiciona também maior representação política e força ideológica a seus argumentos e objetivos.

Percebendo tal heterogeneidade entre os sem-terra e o MST, alguns seguimentos sociais afirmam que o ato dos sem-terra escolherem regiões de terra onde querem ser assentados, justifica-se porque estes, na verdade, não querem a terra para plantar e do trabalho nela sobreviver, mas sim, querem a terra para tomar o poder, configurando-se em uma ameaça real à segurança nacional e aos direitos democráticos, assim, os sem-terra teriam o objetivo de apoderar-se de regiões estratégicas no estado e no país (Reportagem 5).

Há também aqueles que afirmam que os sem-terra querem terras melhor valorizadas para poder vendê-las com facilidade após assentados, como se verifica na afirmação de um morador do distrito de Xadrez: “Eles querem essa terra aí [referindo-se a Fazenda Coqueiros], porque essa terra é cheque-quente [...]” (Gravação da entrevista com Seu Pedro – Realizada no distrito de Xadrez, em Coqueiros do Sul, em 28 de janeiro de 2009). Segundo o Senhor Mozar, superintendente do INCRA no RS, os sem-terra que vendem o lote após assentados “são um pequeno número, não mais do que 15%. O abono, arrendo ou venda do lote deve ser combatido e o INCRA faz isso.” (Entrevista com o Senhor Mozar Artur Dietrich, Superintendente do Incra/RS – Realizada por e-mail em 10 de novembro de 2008).

Atualmente, os assentamentos realizados no RS têm se concentrado na região central e sul do estado. A respeito das áreas desses assentamentos, Mozar afirma que se tem se priorizado tais regiões principalmente

[...] pelo imenso vazio demográfico [...]. A dita metade sul pobre do Estado é pobre em função da concentração de terras mais do que por qualquer outro fator. Não há

como desenvolver uma região sem o fator humano. É preciso antes de mais nada povoar as regiões central, sul e da campanha gaúcha, para depois buscar o seu desenvolvimento. A reforma agrária é o instrumento por excelência para isto. Um segundo motivo é a oferta e o valor dessas terras, aliado a presença de um grande contingente de sem terras nessas regiões excluído historicamente do acesso à terra por força do coronelismo, dos latifundiários, de políticas que privilegiavam a concentração de terras nessas regiões. Por estas razões é uma região prioritária à ação do INCRA. (Entrevista com o Senhor Mozar Artur Dietrich, Superintendente do Incra/RS – Realizada por e-mail em 10 de novembro de 2008).

GILBERTO THUMS

## "Está em marcha o maior projeto de tomada de poder da história do país"

Procurador de Justiça apresentou à classe produtiva as suas constatações sobre o MST e os movimentos de esquerda do país. Página 3

### POSSE DA TERRA

Segundo o promotor, no Rio Grande do Sul, 52 mil hectares resolveria o problema dos sem terra, área que o Governo possui, mas "que não serve ao MST, porque eles não querem terra. Na cartilha do MST, art 37, diz que a terra é um bem de todos. Ninguém pode ser dono dela. Então se a terra é de todos, como o governo pode dar um lote e titular aos sem-terra? Eles não querem a titularidade. Eles só querem tomar o espaço territorial, essa é a técnica e o objetivo é tomar o poder central", destacou. Thums citou que no Pará existem hoje 103 mandatos de reintegração de posse não cumpridos por ordem da governadora e tal realidade pode se repetir em todo o país. "O Fórum Permanente do Conselho Nacional de Justiça está trabalhando na criação de Varas Agrárias, onde os juizes para julgar as ações irão fazer uma investigação da origem do imóvel até quem sabe, a primeira geração, e caso algo não fique devidamente esclarecido no passado, o proprietário perderá o imóvel". O promotor também citou a medida determinando um teto do imóvel rural de no máximo 1.500 hectares.

### Organização

"O MST tem duas fases, a pacífica e a violenta. A principal característica é que hoje eles cultivam o ódio pela classe dominante. Em todos os países do mundo onde uma classe cultiva o ódio de outra classe nós sabemos o que acontece. Esta é a marca do movimento. Os discursos são todos motivados pelo ódio. Eles nutrem o ódio.

O MST é uma organização paramilitar e a Constituição Brasileira veda este tipo de organização. Hoje, o MST se sustenta com 90% de verba federal, sem limites, a fundo perdido e sem prestação de contas, porém se fecharem as torneiras, o país vai mergulhar numa onda de violência sem precedentes. O MST é o maior projeto de tomada de poder da história do país."



Gilberto Thums recebeu a homenagem das mãos do presidente do Sindicato Rural, Jânio Pacheco e do presidente da CDL, Paulo Zanferrari.

Reportagem 5 – "Está em marcha o maior projeto de tomada de poder da história do país" – Jornal Diário da Manhã – 10/06/09

O discurso que envolve o conceito de agroecologia demonstra o ideal de trabalho agrícola dos sem-terra, ideal este que vai desde a argumentação em prol da saúde saudável, da confiabilidade dos produtos ecologicamente produzidos e da sustentação de áreas urbanas próximas aos assentamentos pelos bens produzidos pela agroindústria, até a afirmação da incapacidade de existência futura *da monocultura dependentes de insumos químicos, de OGMs e do agrobusiness – modelo de organização agrícola rejeitado pelos sem-terra*<sup>103</sup>. *Portanto, a forma de produzir configura-se em um campo de disputa simbólico, capaz de afirmar identidades, fazendo do ecologismo uma ferramenta de oposição ao capitalismo e a vitimização social.*

*Assim, a concepção de Reforma Agrária e a declaração que esta deve ser implantada acomodando-se ao modelo da agroecologia, apontam para narrativas que tentam expressar a resistência da agricultura familiar à supressão causada pelo sistema rural fundamentado na imagem panorâmica e contínua de uma única espécie de cultivo agrícola – a monocultura. Deste modo, a bandeira da agroecologia é expressa nos discursos que defendem a pequena propriedade; o trabalho familiar; a diversidade de culturas, estas se adaptando à região onde a propriedade se localiza; o cuidado com o solo sem a utilização de fertilizantes minerais e agrotóxicos e a preservação do ecossistema natural*<sup>104</sup> *da região, garantido desta forma a segurança alimentar*<sup>105</sup>. *Na defesa da implantação do modelo de Reforma Agrária que adota a agroecologia, o discurso dos acampados sustenta-se no argumento que, nas pequenas propriedades, é possível realizar a limpeza e conservação do solo, capinando e adubando organicamente a plantação, já em grandes extensões de terra isso é inviável, sendo então necessários o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Morissawa explica a compreensão dos sem-terra em relação a este argumento:*

*O assentamento é o renascimento da vida humana e da natureza. [...]. Os assentados são estimulados a praticar a agroecologia, desenvolvendo uma nova forma de produzir que não prejudique as pessoas e a natureza, e, ao mesmo tempo, reduza os custos da produção. Têm feito grande esforço para recuperar e*

<sup>103</sup> Entre os acampados não observei a circulação de informações que tratem dos benefícios da tecnologia (mecânica e genética) aplicada à agricultura, nem mesmo do impacto econômico que o fim do agronegócio – como pretendem os sem-terra – causaria à sociedade, a citar a imensa gama de empregados que dependem do *agrobusiness* de maneira direta ou indireta.

<sup>104</sup> Todo o conjunto dos fatores bióticos – animais e plantas – e abióticos – água, solo, ar e outros.

<sup>105</sup> Regras de cultivo, armazenamento e transporte de alimentos, tendo como meta a conservação de características físicas, químicas, microbiológicas e sensoriais dos alimentos, garantindo um consumo saudável e a preservação das características nutritivas dos mesmos.

*produzir sementes dos produtos básicos da agriculturas, rústicas e mais adaptadas a cada região, que foram descartadas pelas produtoras de sementes híbridas [sementes resultantes de cruzamento de espécies diferentes de uma planta]. [...]. Também no campo do combate a pragas e insetos, e no da nutrição das plantas, os assentados buscam utilizar novas e velhas fórmulas alternativas de agroecologia. Em lugar dos tradicionais agrotóxicos, estão utilizando as caldas [fungicidas diluídos em água que pode ser orgânico ou químico], o controle biológico, os inseticidas naturais, entre outros. (MORISSAWA, 2001, p. 237).*

*Na perspectiva de garantir esta forma de organização, o MST, através da massificação, faz do tempo de Acampamento um tempo de difusão de tais ideias, um tempo de aprendizagem, orientando os acampados, através da realização de cursos, a organizarem seus lotes, quando assentados, de forma coletiva e sem o uso de insumos químicos.*

*O argumento utilizado pelo MST para convencer os acampados a seguirem o modelo de organização agroecologia e coletiva, ergue-se sobre a esfera econômica, pois, segundo o Movimento, tal organização oferece maior possibilidade de progressão econômica aos assentados, podendo estes também, fundarem agrovilas<sup>106</sup> ou núcleos de moradia<sup>107</sup>, assim todos os assentados concentram suas residências em local imediato, garantindo que todos tenham recursos como escola e posto de saúde próximo às mesmas, e liberando o restante do espaço para o cultivo agrícola e a produção de animais.*

A agricultura<sup>108</sup>, arte de retirar do solo matérias-primas imprescindíveis à vida humana, é conhecimento milenar, recorrente de Alta Antiguidade, o qual vem desenvolvendo-se empírica e cientificamente ao longo dos séculos. Atualmente, o manejo agrícola envolve avançados cálculos matemáticos e modernos conhecimentos de meteorologia, química, física, fisiologia, biologia e genética. Contudo, mesmo diante de tal desenvolvimento científico empregado na agricultura, capaz de aumentar consideravelmente a produção agrícola, os sem-terra posicionam-se contra a aplicação de tal ciência. Na amparo deste posicionamento, argumenta-se que tal tecnologia é prejudicial ao meio ambiente, beneficiando apenas o viés econômico dos grandes proprietários rurais. Assim os sem-terra acastelam que as sementes crioulas *devem ser reconhecidas como Patrimônio da Humanidade, não podendo ser modificadas, ao contrário do que ocorre atualmente com as sementes transgênicas e as sementes híbridas*<sup>109</sup>. *Ribeiro sintetiza bem a posição dos sem-terra sobre o assunto:*

<sup>106</sup> Nas agrovilas as casas são construídas em um lote reservado para este objetivo, oferecendo facilidades e serviços básicos próximos a estas.

<sup>107</sup> Nos núcleos de moradia as casas são construídas nos lotes individuais, mas são construídas próximas umas das outras. No centro do núcleo há um local onde são construídos a escola, o posto de saúde, etc.

<sup>108</sup> Do latim “*ager, agri*” remetendo-se ao campo e “*cultus*”, significa a ação de cultivar, portanto modo de cultivar o campo.

<sup>109</sup> O MST divulga representações contra os transgênicos e contra as empresas que os desenvolvem, um exemplo disso é a divulgação do livro-documentário *O mundo segundo a Monsanto* – lançado no Brasil no final de 2008 –

As agroempresas transnacionais, as que mais lucram com a crise alimentar e estão entre as principais causadoras das mudanças climáticas, aproveitam a conjuntura para promover agressivamente os cultivos e árvores transgênicos como solução para as crises. O espectro de argumentos, falsos, mas encampados por vários governos e instituições internacionais, inclui que os transgênicos aumentariam a produção; que os agrocombustíveis seriam mais eficientes; que farão cultivos resistentes aos efeitos das mudanças climáticas, e que as árvores transgênicas produzirão celulose (para agrocombustíveis ou papel) sem competir com alimentos. Mas esses argumentos são falsos e implicam novos perigos. O problema não é a produção de alimentos, mas sim o acesso injusto aos meios para produzi-los. Além disso, os transgênicos produzem menos que as variedades convencionais [...]. A semente transgênica é mais cara, e com a resistência que esses cultivos geram em ervas adventícias e insetos, requerem muito mais agrotóxicos. (RIBEIRO, 2008, p. 8).

O posicionamento do Movimento em relação aos transgênicos atua fortemente sobre as narrativas dos acampados em Sarandi, entre eles, há vigorosa aversão às empresas transnacionais, aos bancos e financeiras, às grandes empresas de energia e ao agronegócio, como se pode perceber no trecho do depoimento abaixo:<sup>110</sup>

[...] e a plantação para o..., para o alimento saudável, que é o que sai da pequena propriedade, porque nesses grande..., grande latifúndio aí ó..., quantos, que quantia de mandioca eles plantam? Batata-doce, isso aí? Quantos porquinho criaram com..., com quase sem..., sem essas coisa de hormônio aí e “coisarada” aí? Não sai nada. Quem que vai vender um..., um..., uma cabeça de repolho aí ó? Um alface? Uma batata? Uma coisa? Um melado mesmo? Essas coisas derivada, será que esses grande aí? [...]. (Gravação da conversa com Seu Lauro – Realizada no Acampamento Sarandi em 22 de agosto de 2008).

Além de narrarem a preocupação com a realidade ambiental, os acampados em Sarandi também promovem lutas com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para tal realidade. Estas lutas se dirigem principalmente contra as plantações de árvores destinadas a produção de celulose, como por exemplo, os sucessivos cortes de pinus da Fazenda Coqueiros durante as investidas dos sem-terra à propriedade e as narrativas das lutas das mulheres em 2008 na Fazenda Tarumã (área da Stora Enso, localizada em Rosário do Sul – RS) e em 2009

---

elaborado pela jornalista Marie-Monique Robin, onde afirma-se que há pesquisas comprovando que os transgênicos prejudicam a saúde, além de acusar a Monsanto de perseguir cientistas que divulguem resultados negativos sobre os transgênicos e sobre os produtos por ela produzidos, bem como de colaborar com o desenvolvimento de armamento químico e relacionar a atuação da Monsanto a suicídios de agricultores, entre outras acusações. A resposta dada pela Monsanto a Marie-Monique Robin não chegou ao conhecimento dos acampados.

<sup>110</sup> As preocupações com o meio ambiente não são apenas propriedades do MST, ao contrário, a necessidade de proteção e cuidado com a natureza configuram-se em um tema em voga. A evidência disso é que cientistas do mundo todo estão apresentando suas preocupações com o futuro da humanidade, até mesmo do planeta. É desta preocupação que germina o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Contudo, esta não é uma discussão atual, temos conhecimento deste alerta pelo menos desde a década de 70, como exemplo, a publicação do relatório elaborado pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts para o Clube de Roma, intitulado “*Os Limites do Crescimento*”. O reconhecido conceito *ecodesenvolvimento*, foi proposto por Ignacy Sachs, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em Estocolmo (Suécia), no ano de 1972, a qual deu origem ao Programa da Organização Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente. No plano nacional podemos citar a realização da ECO 92.



na Estância Aroeira (área da Votorantim Celulose e Papel localizada em Candiota – RS), quando centenas de mulheres sem-terra, entre elas as do Acampamento Sarandi, cortaram milhares de pés de eucalipto.

As áreas de plantação de eucalipto, pinus e acácia são chamadas pelos sem-terra – e também por ambientalistas – de *deserto verde*. Por *deserto verde*, entende-se áreas onde há a monocultura de árvores – principalmente eucalipto, pinus e acácia – em grandes extensões de terra para a produção de celulose, sendo assim chamado pelos sem-terra, ambientalistas e ativistas de outros movimento sociais, devido aos possíveis efeitos negativos que esta monocultura causaria ao meio ambiente. Como principais problemas causados por esta cultura, os sem-terra apontam: o sugamento de água do solo<sup>111</sup>, promovendo a desertificação, o secamento das nascentes e a exaustão de mananciais de água subterrâneo, afetando seriamente hidrografia local.

Além das preocupações com o gasto excessivo de água, aponta-se ainda como prejuízos sociais e ambientais causados pela monocultura da celulose: a exaustão do solo, inviabilizando outras culturas e facilitando a erosão; a redução da biodiversidade local, pois ocorre a alteração do habitat de plantas e animais; a concentração de terras, ocasionando um vazio populacional, o agravando do êxodo rural e do desemprego, pois esta culturas são altamente mecanizadas; a promoção do desmatamento de espécies nativas para o cultivo de outras de comercialização mais lucrativa, reduzindo ainda as áreas agrícolas, conseqüentemente elevando os preços de alimentos e, por fim, segundo os sem-terra a monocultura da celulose trava a realização da Reforma Agrária, pois aumenta o preço das terras. Diante disso, é necessário lembrar a divergência em torno de conceito de “terra produtiva”. Para o MST, este conceito está intimamente ligado à produção de alimentos e à distribuição de renda. Para os proprietários rurais e para o agronegócio, o conceito vincula-se

---

<sup>111</sup> Em relação ao consumo de água na plantação de eucalipto – ponto alto do debate entre movimentos sociais e pesquisadores – cabe salientar que, segundo biólogos, na ciência natural os fenômenos são complexos e dinâmicos, daí dizer que os efeitos de uma ação sobre os meios bióticos e abióticos são de difíceis diagnósticos, mensuração e prognóstico. Contudo, neste impasse o que está em destaque é o manejo adequado da microbacia, pois impactos ecológicos do eucalipto em relação a este aspecto dependem da localização do povoamento na bacia hidrográfica. Nas partes altas, ou onde as raízes não têm acesso ao lençol freático, a vegetação não tem influência marcante sobre a hidrologia local, a não ser algum efeito diferencial nos processos hidrológicos da interceptação, da precipitação oculta, e no escoamento superficial. Nas partes da bacia hidrográfica onde o sistema radicular tem acesso ao lençol freático, as árvores transpiram vigorosamente e crescem mais e podem, desta forma, afetar o lençol freático tanto localmente quanto jusante. O certo é que o eucalipto apresenta rápido crescimento, consumindo alta energia, necessitando portanto de hidratação abundante, o que não afiançar que ele exaure mais água que algumas espécies nativas. A tentativa de preservação do lençol freático deve ser a de se fazer cumprir a legislação ambiental, respeitando a distância de trinta metros dos rios e cinquenta metros de distância das nascentes.

basicamente com produtividade econômica. Pereira resume a posição dos sem-terra em relação ao assunto: “A verdadeira selvageria – utilizar extensões de terra para uma monocultura que agride o país ambientalmente, gera lucros para uma minoria e em nada contribui para combater a desigualdade social – ainda não foi percebida pela ‘elite pensante’”. (PEREIRA, 2008).

Os sem-terra alegam ainda que, devido aos recursos que as empresas que investem em celulose injetam na máquina estatal através de impostos e tributos, as mesmas recebem apoio político do governo e de quase todos os setores empresariais das regiões onde estão localizados, enfrentando, portanto, pouca resistência à sua implantação, com exceção do setor dos ambientalistas e algumas vozes acadêmicas<sup>112</sup>.

Contudo, as preocupações dos sem-terra com a questão ambiental – representada pelo forte discurso ecologista das lideranças, repetido pelos sem-terra – perde sua força diante das ações práticas dos acampados e assentados. Os acampados em Sarandi são acusados pela justiça local de promover ações destrutivas na área onde atualmente estão acampados, uma Área de Preservação Permanente (Justiça, 2009). Muitas vezes, na falta de recursos financeiros ou até mesmo devido à pouca extensão da terra conquistada, os assentados acabam desmatando áreas nativas, na busca de aumentar a área produtiva de sua propriedade, cultivando sementes transgênicas<sup>113</sup> e utilizando agrotóxicos.

#### 4.2 Cooperativismo e Socialismo

Os sem-terra defendem a Reforma Agrária Popular, afiançada sobre o sistema de cooperativas. A cooperação – ação comum para atingir determinado fim – é salientemente enfocada nas ações de massificação no Acampamento Sarandi, em especial, na sua estrutura

---

<sup>112</sup> Contudo, alguns estudos tentam mostrar que a produção de tais espécies arbóreas não apresentam os danos ambientais e sociais apresentados pelos sem-terra e por ambientalistas. Um dos fortes argumentos para rebater estas críticas é a certificação florestal. Esta certificação garante que a madeira utilizada em determinado produto é procedente de uma metodologia produtiva, manejada de forma ecologicamente apropriada, socialmente justa e economicamente viável, estando portanto, a plantação certificada de acordo com todas as leis vigentes. Por conseguinte, o produto que provém de área certificada certamente possui valor agregado, mas, ao mesmo tempo, oferece a opção ao consumidor consciente de adquirir um produto que não agride o meio ambiente. Um exemplo dessa política é o FSC, ou, como é comumente chamado, o *selo verde*. O selo verde apóia o incremento de padrões locais de manejos florestais ecologicamente corretos, adaptando-os à realidade de um determinado tipo de floresta. Muitos já reconhecem que o valor atribuído ao produto ajudará a garantir os recursos naturais, contudo tais ações não podem permanecer apenas no ato do *poluidor pagador*, a mudança nos hábitos, precisa realmente ser e ocorrer na consciência coletiva.

<sup>113</sup> Um exemplo disso, a é existência de plantação de soja transgênica no assentamento localizado na Antiga Fazenda Annoni, área que representa a gênese e a história do MST.

organizacional. O sistema de cooperativas proposto pelo MST identifica-se como uma corporação onde os associados empregam capital, tendo como objetivo o bem comum, este idealiza-se em preços reduzidos para o consumo dos associados; financiamentos; espaço de mercado externo à cooperativa aos produtos produzidos por esta; entre outras vantagens que possibilitam o desenvolvimento econômico de todas as famílias participantes da cooperativa.

O cooperativismo foi iniciado pelos “Pioneiros de Rochdale” (RIQUE, 2009). No último quarto do século XIX na Inglaterra, um grupo de vinte e oito operários que tiveram a ideia de instalar um armazém que lhes fornecesse alimentos, vestuário e ferramentas para os mais diferentes trabalhos. A ideia prosperou e o movimento cooperativista espalhou-se pela Inglaterra e pelo mundo nas décadas que seguiram. O sistema de cooperativismo para os sem-terra, além de representar a união de esforços para alcançar um determinado fim, também expressa compatibilidade política com o socialismo (Manchete 4), visto que ambos são sistemas paralelos e, ao mesmo tempo, complementares, assim, a “prática da cooperação é, para o MST, um grande instrumento pedagógico para a construção do ser social” (MORISSAWA, 2001, p. 230).



**Reforma Agrária urgente!**

Somente numa sociedade socialista poderá ser implantado um sistema de utilização racional da terra

produç  
produz  
tos nec  
ção por  
do car  
vida diç

*Reforma Agrária é a saída para a catástrofe anunciada pela crise do capitalismo*

**Manchete 4 – Reforma Agrária urgente!**  
Revista Sem Terra – Jan./Fev. 2009

A concepção do sistema socialista idealizado pelos acampados em Sarandi, é traduzida por meio de representações de uma maior igualdade econômica e justiça social, assim, no discurso dos sem-terra, ignora-se a possibilidade de promover medidas de socialização – não socialistas – compatíveis com o regime democrático e capitalista, que sejam capazes de atender exigências da integridade social e justiça econômica. Nestes discursos, não se expõe sobre a primazia do social sobre o indivíduo, nem sobre a existência de um único partido ou sobre os efeitos negativos do socialismo nos países onde opera ou operou, ao contrário, apenas aspectos condizentes com os interesses dos acampados e assentados são expostos, apontando o sistema capitalista como o responsável pelos males sociais. Morissawa afirma que:

A cooperação leva o assentado a participar de lutas específicas [infra-estrutura básica, educação, transporte coletivo, atendimento de saúde, entre outros] e das lutas gerais da sociedade como um todo. Num sistema de cooperação, os agricultores percebem-se como uma força que, somando-se à de outras categorias, pode contribuir para a construção de uma nova sociedade. (MORISSAWA, 2001, p. 232).

Por *nova sociedade*, entenda-se uma sociedade socialista (Fotografia 15). Pensando nisso os sem-terra desenvolveram princípios para a cooperação, entre eles destacam-se: a cooperação deve ter um papel educativo, ou seja, apreende-se com dependência recíproca; a cooperação deve ser massiva; a cooperação deve evoluir das formas simples para as mais complexas; na cooperação a necessidade comanda a vontade.



Fotografia 15 – Painel contendo a palavra “SOCIALISMO” exposto durante a realização do 13º Encontro Nacional do MST, realizado em janeiro de 2009, no Assentamento Novo Sarandi, local onde se localiza a Coanol, nas terras da antiga Fazenda Annoni. Autora: Debora Hahn Schu. Janeiro/2009.

O ideal de uma sociedade socialista não é novo. Na Antiguidade, Platão já refletia sobre essa possibilidade. Do mesmo modo que o filósofo grego, no início da História Moderna Thomas Morus (1480-1535), Saint Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) entre outros, prosseguiram as reflexões acerca do socialismo, alguns chegaram até a organizar comunidades com o intuito de viver sobre tal ideologia. Contudo, Karl Marx (1818-1883)<sup>114</sup> considerou tais reflexões como “românticas”, propôs-se então fundar o real socialismo científico. O marxismo, nome oriundo de Karl Marx, aparelhou o pensamento socialista – afirmando que o socialismo ascenderia até da sociedade comunista – o qual recebeu grande auxílio de Friedrich Engels (1820-1895).

O marxismo<sup>115</sup> teve suas teses centrais apresentadas nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 e no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, posteriormente ampliadas em outros escritos, como *O Capital*, do próprio Marx. Após a morte de Marx, o comunismo continuou sendo pensado e reformulado, um exemplo disso são os trabalhos de Lênin, líder da revolução comunista vitoriosa, instaurada em 1917, na Rússia.

---

<sup>114</sup> Marx viveu em uma época de dilatação do capitalismo industrial, época esta marcada por conflitos entre burgueses e proletários.

<sup>115</sup> Entendido de forma clássica, o Marxismo é o resultado da fusão de vários sistemas de pensamento, em especial dos filósofos alemães, dos economistas ingleses e dos socialistas franceses, a citar Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872), Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Para a filosofia marxista – materialismo dialético –, a matéria evolui dialética e continuamente, pela superação de contradições e tensões, e desta para a síntese, a qual não representa seu fim, mas o recomeço. Esta metodologia evolutiva seria um princípio permanente do universo, assim o caminho de toda e qualquer sociedade iria, sem apresentar outra possibilidade, percorrer o trajeto desde a matéria original – gênese de tudo o que existe – até a sociedade comunista perfeita, a qual expressaria o cume para onde caminharia toda a história, dando sentido para a evolução dialética do universo. Resumidamente, Marx propôs uma filosofia arquitetada sobre uma cosmovisão, com forte viés teleológico e, concomitantemente, elaborou uma teoria do homem e uma teoria da história – o fim da história seria o comunismo, a sociedade perfeita, a sociedade futura, onde haveria comunhão entre o trabalho e o capital, ou seja, o ideal marxista é a realização do comunismo – termo criado nas sociedades secretas de Paris entre os anos de 1834 e 1839 para exprimir objetivos revolucionários de apropriação coletiva dos bens e liquidação da sociedade capitalista. No entanto, cabe distinguir comunismo e socialismo. O primeiro vincula-se profundamente à teoria marxista, o segundo une-se a todos os sistemas que atribuem qualquer forma de anteposição do social sobre a pessoa, foi empregado, pela primeira vez, em 1820, num manifesto de Robert Owen, que defendia uma reestruturação radical da sociedade e que tentou realizar suas idéias numa colônia por ele instituída nos EUA. Pode-se ainda distinguir socialismo como doutrina e como sistema. Como doutrina traduz a primazia do social sobre a pessoa, justificando que o fim e a razão de ser uma pessoa é a sociedade ou o grupo social no qual se vive. Como sistema traduz a primazia do social sobre a pessoa numa organização na qual o Estado, órgão de partido único, detém a totalidade do poder político, econômico e social. No entanto, tempo não confirmou as previsões teleológicas de Marx. O comunismo foi posto nos países periféricos da antiga URSS por uma guerra e não por uma evolução interna de suas contradições e instituições políticas e econômicas. É evidente que os operários de hoje vivem em melhores condições do que aqueles do tempo de Marx e têm maiores condições e possibilidades de atendimento de suas necessidades e aspirações, mesmo levando em conta que estas são hoje maiores e mais variadas. Além disso, emergiu no cenário social uma força nova, cuja importância histórica Marx não soube prever, o sindicalismo, que haveria de obter progressivamente o que Marx supunha que só poderia ser possível conseguir pela luta de classes e pela destruição do capitalismo. A evolução do tempo trouxe o que Marx buscou pela revolução.

Da teoria de Marx, os sem-terra apropriaram-se do conceito de classe social e o utilizam em larga escala. Pode-se localizar a existência histórica deste conceito pelo menos desde a Civilização Romana, lá havia camadas e classes que hierarquizavam o povo romano. Em todas as sociedades humanas, existem diferenças hierárquicas, seja entre indivíduos ou entre grupos nela existentes, estas auxiliam na compreensão das relações sociais de um povo, considerando a atuação e influência das diferenças hierárquicas no intercâmbio entre os seus indivíduos e/ou grupos sociais. A importância da distinção entre as classes varia no contexto temporal e social. Na atual sociedade, o sistema de hierarquia tem a forma de uma estrutura de classes, que constitui elemento fundamental na teia das relações sociais. A diferença de classes entra em quase todos os aspectos da vida humana. Dessas diferenças, originam-se as variações de acesso a serviços de saúde, à cultura, ao lazer, à infraestrutura básica entre outros.

O fato de pertencer a uma classe pode tornar-se base de identificação de um comportamento coletivo e/ou com uma ação organizada, evento que ocorre com os integrantes do Acampamento Sarandi, por exemplo, nas ocasiões de luta. As classes possuem força para lutar uma contra a outra por ascendência política e econômica, podendo tornar-se um fator de grande importância na mudança social – ideal de classe pretendido pelo MST.

Entretanto, ao contrário dos discursos contra os transgênicos, os quais são representados de forma aguda pelos sem-terra, os discursos em defesa do cooperativismo ou do socialismo não encontram tal força de expressão entre os acampados em Sarandi. Embora exista gerência do Movimento a respeito desta forma de organização política, e mesmo estando os acampados cientes desta supervisão, os discursos sobre ela entre os integrantes do Acampamento Sarandi não expressam firmeza. Um integrante do Acampamento, quando questionado se após assentado iria tentar organizar junto com os demais uma cooperativa, respondeu:

[...] quem tem a idéia de..., de trabalhar em cooperativa ou cooperativismo n/é?... e as idéias meio fecham n/é?... é formado um grupo, e daí a partir desse grupo aí, daí vai..., vai conversando e vai tendo as idéias para a hora que chegar na..., na terra n/é?... a gente trabalhar em grupo ou num cooperativismo, todo mundo num coletivo, isso tudo varia depois [...], a partir de quando a gente chegar lá [...]. (Gravação da conversa com Ivo – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009).

Há eventos, cursos e gritos de ordem que objetivam lembrar os acampados de seus compromissos políticos com o Movimento. No reforço desse compromisso, o MST alerta que “o socialismo deve ser construído a partir de nossas casas” – frase proferida por uma liderança nacional durante a realização do 13º Encontro Nacional do MST. Entre esses gritos de ordem

pode-se citar “Operários do mundo uni-vos” e “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”. Tais gritos reforçam o distanciamento entre os objetivos primeiros dos acampados e os objetivos primeiros do MST, entendido como instância representativa. A maioria daqueles desejam a terra, para nela cultivar e a partir disso promover seu sustento e vida digna. Este deseja a implantação do socialismo e não apenas em esfera local, mas sim, no plano internacional, o que se percebe pela atuação mundial da Via Campesina – cujos componentes são chamados pelos sem-terra de “amigos internacionalistas” – e de letras de músicas cantadas em eventos do Movimento, entre estas *L’Internationale* – hino mundialmente conhecido entre comunistas e socialistas.

A partir disso conclui-se que “a luta pela terra – e, conseqüentemente, pela reforma agrária – passa a ser então uma luta política, e não apenas uma luta social ou econômica, que atinge o conjunto da sociedade brasileira” (SAUER, 2008, p.44). Contudo, através das conversas com os integrantes do Acampamento Sarandi, percebe-se que o político não é um conceito hegemônico dentro do MST, assim como as representações acerca do econômico, mais propriamente do lucro, não o são. Os integrantes do Acampamento Sarandi expressam desejo de ter algo reconhecido como seu, algo que não seja comum a todos ([...] O meu sonho é viver tranquilo [...]. A gente tem que pensar na família da gente n/é?... em dar uma vida melhor para família da gente, porque até hoje, como diz o outro, foi muito sofrido [...].(Gravação da conversa com Mauro – Realizada no Acampamento Sarandi em 03 de fevereiro de 2009), mas particular, representam tal anseio através da narração de objetivos, onde expõem o desejo de, através do seu trabalho, beneficiar a si e aos seus, nessas narrações não aparecem preocupações com o bem e prosperidade comum.

Assim, no Acampamento Sarandi, todos demonstram saber que o MST é uma ordem social e moral que contrapõe a ordem econômica em vigor, contudo, essa contraposição é ingenuamente identificada apenas como aspiração de maior justiça e igualdade social, de modo que tais integrantes não realizam uma análise ou apreciação de sistemas políticos socialistas, apenas decodificam as informações que o Movimento lhes fornece sobre o assunto. A esse respeito, em *Convite à Filosofia*, Marilena Chaui expõe:

[...] em geral, o estado de ignorância se mantém em nós enquanto as crenças e opiniões que possuímos para viver e agir no mundo se conservam como eficazes e úteis, de modo que não temos nenhum motivo para duvidar delas, nenhum motivo para desconfiar delas e, conseqüentemente, achamos que sabemos tudo o que há para saber. (CHAUI, 1997, p. 90).

Pode-se afirmar que tal atitude dos integrantes do Acampamento Sarandi, é uma atitude dogmática, visto que o dogmatismo é a crença de que “o mundo é exatamente tal como

o percebemos [...]. Na atitude dogmática, tomamos o mundo como já dado, já feito, já pensado, já transformado” (CHAUI, 1997, p. 94).

À luz das colocações de Chauí, entende-se por que entre alguns assentados – inclusive no assentamento da Fazenda Annoni – as orientações do MST em relação à organização política, econômica e ao meio ambiente perdem importância, uma vez que estas crenças e opiniões já não se mostram eficazes ou condizentes aos seus projetos, agora diferentes daqueles existentes quando acampados, ou seja, as práticas sociais são ressignificadas conforme o interesse presente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação aventurei-me numa tentativa de interpretar e demonstrar como ocorre o *processo de identificação* dos integrantes do Acampamento Sarandi com os objetivos e os princípios ditados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Inicialmente, para situar a especificidade do Acampamento Sarandi, abordei os eventos históricos e sociais que garantem a importância simbólica do mesmo, simbologia nacionalmente conhecida, visto que a região de atuação dos acampados em Sarandi é a região que deu origem ao MST. Ao lembrar o processo histórico do MST e do Acampamento Sarandi, percebe-se que a idealização dos objetivos dos sem-terra tem perdurado e crescido com o tempo. Contudo, ao analisar o processo histórico do MST, nota-se que os

[...] movimentos sociais e as organizações populares, que tem suas raízes históricas nas reivindicações e nos embates do período ditatorial, parecem engessados na moldura dos confrontos de então, enquanto a sociedade e o Estado se transformam mais depressa do que podem perceber. Esses grupos afundam numa prática própria do tempo da ditadura, a de desestabilizar o governo e precipitar crises institucionais, questionando sua legitimidade. Só que agora podem vir a ser governo (e já estão sendo em municípios e estados). Minam, portanto, sua própria legitimidade política. Em grande parte, porque as referências ideológicas desses grupos e dos grupos de mediação que os apóiam e orientam são referências construídas estritamente na suposição de que todos os conflitos são conflitos de classe, na suposição simplificadora de que o confronto político da época da ditadura era um grande e final confronto entre o proletariado e a burguesia, entre o “bem” e o “mal”. (MARTINS, 2004, p. 84).

O processo histórico que envolve a posse fundiária no Brasil comprova que o acesso à propriedade rural foi, desde sua origem, privilégio de uma parcela minúscula da população, fato que se reforçou com a modernização do latifúndio, ocorrida principalmente nas últimas três décadas, sendo que a seqüela dessa herança histórica pode ser vista nos crescentes conflitos agrários atuais.

No segundo capítulo, busquei percorrer a cotidianidade que envolve a vida dos acampados em Sarandi. A partir de tal cotidianidade, percebi que o tempo de Acampamento configura-se em um tempo de ensino-aprendizagem<sup>116</sup>, ou seja, a práxis sem-terra – o aprender a ser sendo – é o elemento que dita o ritmo na vida dos acampados, ritmo

---

<sup>116</sup> O ensino, pilar de sustento da educação, é prática sistêmica e propositada. A aprendizagem é a ação de interação e adaptação do ser humano ao ambiente em que vive, implicando assim, conseqüentemente, em mudança de comportamentos.

caracterizado pela rotatividade, pela constante mudança, pela chegada dos “novos” sem-terra e saída dos “velhos”, estes que finalmente tornam-se assentados.

Entendi então que o *processo de identificação* é o mestre desta práxis, visto que é dentro deste processo que ocorrem ações que fornecem a goma entre o indivíduo e o grupo, as quais ensinam o *modus operandi* para ser sem-terra. Como exemplos dessas ações, posso citar: as lutas; os rituais (ou místicas); os símbolos materiais e não materiais; as Linhas; a instrução; a distribuição ordenada do tempo e do espaço; entre outros, de modo que o ato de tornar-se um sem-terra é um ato de aprendizado, ou seja, a identidade sem-terra é uma identidade educada, ensinada. Nesta perspectiva, Grybowski afirma que a

[...] consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade. A afirmação política como “sem-terra” dá base para reivindicar junto ao Estado o direito à terra. Diferentemente dos posseiros, os sem-terra não se opõem diretamente ao direito vigente da terra, mas à estrutura agrária e ao processo de desenvolvimento que os exclui. O que querem é ter a terra no local de origem, no seu mundo social e cultural, e isso eles afirmam como um direito. (GRYBOWSKI, 1987, p. 57).

Apreendida a identidade sem-terra pelo acampado, as ações – que antes serviam como material pedagógico para o ato de aprender – passam a ser interpretadas como eventos que afirmam e fortalecem a *identificação* do indivíduo como sem-terra. Portanto, é através da vivência coletiva no Acampamento que ocorre a crescente integração entre os sem-terra, principalmente por meio da participação das diversas atividades cotidianas, ou seja, ao perceber que juntos conseguirão concretizar objetivos que sozinhos não conseguiriam, os sem-terra fortalecem a *identificação* com os membros do grupo. A partir da interpretação de que ser sem-terra é um ato que se aprende, entende-se que a *identificação* do *eu* como um sem-terra, pode ser manipulada, excluída, deslembada ou ignorada, segundo interesses pessoais – um fato que exemplifica isso é o descumprimento às Linhas (regras sociais elaboradas pelos próprios sem-terra, com o objetivo de organizar a vida social dentro do Acampamento).

No capítulo três, apresentei ações práticas – as lutas – realizadas pelos sem-terra, as quais têm como objetivo imediato de exercer pressão sobre os órgãos públicos a favor das reivindicações dos acampados. As lutas são sempre dramáticas e traumáticas para ambos os lados envolvidos no conflito – sem-terra e ruralistas. Porém, as lutas, principalmente, as ocupações, significam para os sem-terra a possibilidade de expressar à sociedade os seus desejos, os seus objetivos e, principalmente, a sua força, anunciados por meio das consequências (negativas ou positivas para ambas as partes em confronto) que tais lutas

desencadeiam. As lutas tornam-se a condição que dá a vida à existência do acampado, sem a qual os sem-terra não existem. Segundo Chaves:

A identidade de sem-terra é forjada no curso da luta, realizada fundamentalmente por meio das mais diversas mobilizações promovidas pelo MST. Assim, mobilizações são ritos de fundação, realizações para dentro e para fora, elas constituem-se em fontes de legitimação tanto para o público interno ao MST, acampados, assentados e militantes, quanto para o externo (CHAVES, 2002, p. 138).

Mas as lutas, sobretudo as ocupações, também demonstram, com maior clareza, a gravidade e abrangência da atuação dos sem-terra, revelando com clareza ao que o ideal do MST se opõem (capitalismo, exclusão social, latifúndio, uso de *tecnologia* da *modificação* genética na agricultura, etc.). Como conseqüências das lutas, podem-se citar: o acirramento dos ânimos entre as partes envolvidas (sem-terra e ruralistas) e, devido a isto, o surgimento de conflitos<sup>117</sup> e do uso da violência<sup>118</sup> entre ambos; o prejuízo econômico dos ruralistas, em decorrência das ações dos sem-terra em suas propriedades; o prejuízo psíquico dos sem-terra, em decorrência das ações de reintegração de posse; a extinção da vida – como o assassinato do sem-terra Elton Brum da Silva, em vinte e um de agosto de 2009, durante a reintegração de posse da Fazenda Southall em São Gabriel, região central do Rio Grande do Sul; a pressão social para agilidade da aplicação prática da lei (sempre favorável a uma das partes); a formação da opinião pública a respeito das ações dos sem-terra.

Do ponto de vista da moralidade de cada um, estas ações podem ser julgadas como justas ou injustas. Aqueles que argumentam a favor das ações dos sem-terra, defendem que os mesmos tiveram o direito de propriedade desrespeitado, uma vez que não detém esta, também argumentam que os sem-terra já esgotaram as manifestações pacíficas e não tiveram suas reivindicações atendidas pelo Estado, estes têm legitimidade em promover uma ocupação, visto que há uma equivalência moral entre o bem que se espera, a reparação do direito ofendido e os males provenientes do conflito. Já aqueles que argumentam contra a ação dos sem-terra, denunciam a impunidade da lei para com os mesmos, uma vez que estes cometeram crime contra o direito de propriedade ao investem agressivamente contra o que não lhes pertence. Para estes as lutas não são interpretadas como formas de reivindicação, mas sim como conflito e/ou violência, os quais são sempre lesivos, uma vez que causam males incomensuráveis a ambas as partes.

Segundo Sauer, o conflito entre sem-terra e ruralistas

<sup>117</sup> É “a expressão de divergências de interesses, no âmbito do poder [...]” (SAUER, 2008, p.234)

<sup>118</sup> É “a exacerbação desse conflito como uso da força (física, armada, econômica e política), que para além do exercício de poder [...], exclui e destrói o outro.” (SAUER, 2008, p. 234)

[...] possui uma dimensão simbólica e política fundamental para segmentos empobrecidos do campo porque, entre outros aspectos, materializa a resistência. Resistência a percepções, ações, valores, representações sociais que colocam os indivíduos sem terra como “vagabundos”, “agitadores”, “transgressores”, “invasores”, “capazes de produzir uma instabilidade institucional”. A reação a estas e outras formas de violência – uma violência não só simbólica, mas historicamente institucionalizada – gesta novos atores políticos, dando novas identidades a setores excluídos da sociedade especialmente a milhões de indivíduos sem terra. (SAUER, 2008, p. 232)

No último capítulo, apresentei as interpretações dadas aos temas de maior interesse entre os acampados, a citar: a Reforma Agrária, a agroecologia, o cooperativismo e o socialismo. Através das concepções acerca dessas quatro categorias, verificaram alguns desencontros entre as aceções dos acampados e do MST, elemento que indica que embora a socialização interna do Acampamento Sarandi conduza intensamente os acampados a se identificarem com os objetivos, projetos e princípios do MST, isto nem sempre acontece da maneira idealizado pelos dirigentes do Movimento, uma vez que na luta pela terra há ambiguidades,

[...] que fazem do seu militante uma personagem dúbia, irremediavelmente presa numa teia de alternativas históricas contraditórias: elas se abrem tanto para a formação de um pequeno empresário agrícola, quanto se abrem para modelos de vida social, de tipo comunitário, que estão em confronto com a individualização e o “egoísmo” próprios de uma pequena burguesia rural. Nesse âmbito, o radicalismo socialista e proletário dos militantes estranhos ao trabalho rural, ou que se deixaram capturar pelo estranhamento, fica muito distanciado das condições concretas de realização da utopia camponesa e dos valores sociais da economia moral de que deriva. (MARTINS, 2004, p. 44-45).

A partir destes desencontros, entre os objetivos pessoais dos sem-terra e os objetivos do MST, percebe-se que os acampados possuem autonomia nos *processo de identificação* manipulando-o a seu favor, portanto, “a identidade parece ser uma questão de opção” (KUPER, 2002, p. 301).

O que percebi ao longo da pesquisa é que os acampamentos do MST, além de agirem como vasos comunicantes<sup>119</sup>, permitindo a articulação estadual e nacional do Movimento, são também lugares estratégicos, visto que o objetivo deles, além de manter vivo o MST, é “formar” sem-terra. Mas não qualquer sem-terra e sim, um sem-terra que seja interessante ao Movimento. Portanto, a liberdade a que os sem-terra são chamados a tecer não é a liberdade que denota responsabilidade e ausência de coerção provinda do ambiente social, ao contrário, a liberdade entendida pelo MST, é a “liberdade” de enquadrar-se nos desígnios predeterminados pelo próprio Movimento.

---

<sup>119</sup> Os acampamentos e assentamentos não desfrutam de autonomia e soberania sobre suas decisões e ações, estas devem passar, obrigatoriamente pelo crivo das instâncias superiores do MST.

Por meio dessa “formação”, a visão de mundo do acampado é que a conflitualidade externa ao acampamento e à solidariedade interna existente no mesmo irão garantir a ele, acampado, o acesso à propriedade privada – ironicamente contra a qual lutam. Assim, o tornar-se sem-terra configura-se em uma forma de conquistar a terra àqueles que constitucionalmente<sup>120</sup> não teriam direito a ela, mas que legalmente articulam com o Estado (que é parcialmente responsável pelo inchaço das fileiras do MST, uma vez que não garante políticas públicas eficientes na cidade) porque tem a razão de suas reivindicações amparadas no artigo três da Constituição Federal, no qual se redige:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:  
 I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
 II – garantir o desenvolvimento nacional;  
 III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
 IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir do exposto nestes capítulos, conclui que o *processo de identificação* dos sem-terra com os ideais sociais, culturais, políticos e econômicos do Movimento ocorre de maneira lenta, por meio de um processo educativo. O *processo de identificação* inicia antes mesmo do ingresso ao Acampamento, quando os cidadãos – a maioria deles até então urbanos – começam a refletir sobre a possibilidade de tornar-se um sem-terra, sendo que tal reflexão ancora-se basicamente nas atrativas informações proferidas pelos integrantes da Frente de Massa. Ao ingressar no Acampamento, os indivíduos dão início à aprendizagem de uma série de conhecimentos estruturais necessários para a adaptação entre os demais sem-terra. Com a permanência no Acampamento e por meio da participação em todos os eventos, lutas e dinâmica organizativa deste, o indivíduo passa a reconhecer-se como um sem-terra e, ao mesmo tempo, ser reconhecido pelos demais sem-terras como tal. Após se autorreconhecer e ser reconhecido, origina-se o sentimento de pertencimento ao grupo dos sem-terra, ou seja, não há mais a distinção entre *eu* e *eles*, nesta etapa do *processo de identificação*, passa-se a assumir a homogeneidade do grupo, o pronome que o define nesta fase é *nós*. Como parte integrante do grupo, passa a ostentar responsabilidades para com o qual, entre estas, a de conhecer e estabelecer vínculos com princípios e objetivos propostos pelo MST, assumindo então, associativamente a identidade de sem-terra, passando a modelar seus pensamentos e

---

<sup>120</sup> Quilombolas (ART. 68 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Decreto 4.887/2003), indígenas (Art. 231 da Constituição Federal) e comunidades tradicionais (Art. 215 e 216 da Constituição Federal, pela Convenção 169 da OIT e pelo Decreto 6040/2008 que institui uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais), têm direito legal, segundo a Constituição Brasileira, à terra onde seus ascendentes habitavam.

ações com base nela. Contudo, o *processo de identificação* não atua de modo único e uniforme em todos os sem-terra, o grau de comprometimento e validação dos princípios e objetivos que regulam a integração e convivência social é inconstante entre os acampados em Sarandi.

Desse modo, o Acampamento transfigura-se em um local, por excelência, de formação de identidades condizentes com os modelos de sociedade idealizado pelo MST. Nele, a identidade social


[...] é formada na interação e no confronto (conflito) com a sociedade, com o mundo e com as representações identitárias que esse mundo oferece. A pessoa se torna sujeito e ator social, construindo o seu lugar e assumindo posições na sociedade. [...]. Nesse processo relacional e identitário, o conflito como uma “interação vívida” age também como uma “força ou energia centrípeta”, dando coesão aos grupos sociais. É importante, no entanto, o alerta de Simmel de que “as relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras” [...]. Essas “forças unificadoras” ficam evidentes e explícitas na dinâmica social da luta pela resistência na terra. No caso dos acampamentos, há um desejo comum (originário da experiência pessoal, da história familiar, etc.) que aproxima as pessoas, ou seja, o desejo ou sonho de ter acesso a um pedaço de terra. Esse desejo impulsiona e encoraja as pessoas a enfrentar as dificuldades e privações de um acampamento (espaço de materialização do conflito). Esse desejo, associado à situação de penúria – porque são pessoas desempregadas ou subempregadas que não possuem condições mínimas de sobrevivência –, se transforma em uma “força unificadora” fundamental [...]. A partir da decisão de acampar, o sonho [a conquista da terra] se transforma em objetivo que comanda ações e reações do grupo social. Esse objetivo se transforma então em uma segunda “força unificadora” do grupo de sem-terra. (SAUER, 2008, p. 254-255)

As reflexões aqui apresentadas apontam que para “os pobres da terra e para o país, para a sociedade inteira, a reforma agrária não tem cor porque tem a urgência da vida que não é a da falta de urgência das disputas ideológicas e das prioridades eleitorais e partidárias de quem tem o pão nosso de cada dia assegurado” (MARTINS, 2004, p. 153), ou seja, a necessidade de realização da Reforma Agrária esta posta na pauta brasileira, mas deve estar realmente preocupada com qualidade de vida dos cidadãos envolvidos, não com ideologias ou interesses políticos. Contudo, dando continuidade a este trabalho, o próximo objetivo desta pesquisa é etnografar nos assentados criados em São Gabriel entre o final de 2008 e início de 2009, visto que muitos acampados de Sarandi foram assentados lá, para assim, perceber como ocorre o *processo de identificação* dos assentados com os princípios e objetivos do MST, e como este age, de modo prático, sobre as escolhas e as vivências daqueles, ou seja, pretende-se analisar o ciclo completo do *processo de identificação* entre sem-terra e MST, o qual é iniciado com o trabalho da Frente de Massa, passando pelo período de acampamento e findando no assentamento, local onde será possível considerar se o *processo de identificação* vivido no tempo de acampamento, atingiu as metas do MST ou não, ou seja, a partir desta

rotatividade que compõem o MST (acampamento → assentamento) é plausível afirmar que o esforço do Estado em assentar famílias sem-terras caracteriza-se por um Trabalho de Sísifo<sup>121</sup>, uma vez que ao assentar famílias, outras já chegam aos acampamentos para tornarem-se sem-terra, guiadas pelo atrativo serviço da Frente de Massa, ou seja, o trabalho do Estado torna-se inviável e infundável, visto que o MST, com vistas a atingir seus ideais sociais, políticos e econômicos, mantém em constante manutenção a entrada de novos sem-terra ao Movimento.

**Como nasce um sem-terra**

- **A Frente** de Massa arregimenta desempregados urbanos, filhos de pequenos agricultores e outras pessoas a montarem um acampamento de sem-terra à beira de alguma estrada, em assentamentos ou em áreas invadidas.
- **Depois de** montar o acampamento, os líderes pressionam o Incra a cadastrar esses acampados, tornando-os candidatos a um lote de terra a ser providenciado pelo governo federal, mediante a compra de áreas.
- **A escolha** de quem será assentado é feita pelo Incra, em parceria com o MST, com base na Norma de Execução 45, um documento oficial datado de 25 de agosto de 2005, que estabelece as condições para que uma família seja assentada. Entre elas:
  - A)** O escolhido precisa ser agricultor (a), posseiro, assalariado do campo, parceiro (meeiro) ou arrendatário.
  - B)** A renda familiar proveniente de atividades não agrícolas não pode ser superior a três salários mínimos.
  - C)** Ficam de fora condenados por sentença final transitada em julgado com pena pendente de cumprimento ou não prescrita.
  - D)** Será feita pesquisa sobre o candidato no Sistema Nacional de Cadastro Rural, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, Polícia Civil, Polícia Federal, Receita Federal e Instituto Nacional de Seguridade Social.



**MST arregimenta candidatos**

Fonte: Incra

**Reportagem 6 – Como nasce um sem-terra – Jornal Zero Hora – 18/09/09**

<sup>121</sup> Segundo a mitologia grega, Sísifo era considerado o homem mais astuto dos mortais, uma vez que engava os deuses, conseguindo com isso driblar a morte inúmeras vezes, fato que despertou a ira das divindades. Quando finalmente morreu, de velhice, Sísifo recebeu um castigo que duraria por toda a eternidade, devia rolar com as mãos uma pedra de mármore até o alto de uma colina, mas chegando lá, a pedra rolava colina abaixo e novamente o trabalho se iniciava. Assim, os trabalhos que apresentam empenhos inúteis, são chamados *Trabalho de Sísifo*.

Enfim, espero que através de “Vem Tecemos a Nossa Liberdade”, tenha contribuído com as análises acerca da vida dos sem-terra e confio que as críticas aqui expostas serão interpretadas como um convite à reflexão.



## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Rogério. **Dossiê de Sebastião Rodrigues de Moura - Major Curió**: Agente da ditadura vai governar cidade do interior do Pará. Disponível em:

<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?Coddenuncia=105&Pesq=curió>>.

Acesso em: 31 jan. 2009.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: UNB, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: USP, 1969.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Leandro. MST reúne 1,9 mil pessoas e ocupa terras da Fazenda Coqueiros. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 02 mar. 2006a.

\_\_\_\_\_. Juiz analisa pedido de reintegração de posse. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 04-05 mar. 2006b.

BIANCHINI, Valter et al. **A Relação entre as reformas de descentralização e o desempenho dos serviços públicos no setor agropecuário: o caso do sul do Brasil**.

Pesquisa elaborada através do Convênio entre a Oficina Regional da FAO para a América.

Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/Lamerica/prior/desrural/servagrop/brasil.pdf>>.

Acesso em: 31 mar. 2009.

BOFF, Leonardo. **Nova Evangelização – Perspectiva dos Oprimidos**. Fortaleza: Vozes, 1990.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BORDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRUBAKER, Roger. **“au-delà de l’identè”**. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 1398, p. 6585, sept de 2001. Disponível em: <[http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=ARSS&ID\\_NUMPUBLIE=ARSS\\_139&ID\\_ARTICLE=ARSS\\_139\\_0066](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ARSS&ID_NUMPUBLIE=ARSS_139&ID_ARTICLE=ARSS_139_0066)>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX)**. In: PIÑEIRO, Diego (org.). 30 Años de Sociología Rural en América Latina. Montevideo, Uruguay, ALASRU - Asociación Latinoamericana de Sociología Rural / SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia, 2000, p. 33-69.

BRUBAKER, Roger. **“au-delà de l’identè”**. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, n. 1398, p. 6585, sept de 2001. Disponível em: <[http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=ARSS&ID\\_NUMPUBLIE=ARSS\\_139&ID\\_ARTICLE=ARSS\\_139\\_0066](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ARSS&ID_NUMPUBLIE=ARSS_139&ID_ARTICLE=ARSS_139_0066)>. Acesso em: 10 out. 2008.

BRUM, Ceres Karam. **Sepé Tiaraju missioneiro: um mito gaúcho**. Santa Maria: Pallotti, 2006b.

\_\_\_\_\_. **“Esta terra tem dono”**. Representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Edi UFSM, 2006.

BRUM, Ceres Karam. “Esta terra tem dono” Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: A figura de Sepé Tiaraju. **Unisinos**. Cadernos IHU Idéias, ano 4, nº, 2006a. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158329803.31pdf.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2009.

CÂMARA, Antonio da Silva. Um balanço do MST. **Revista Sociologia, Ciência e Vida**, São Paulo, n. 3, p.52-59, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Novo Código Civil Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.cmc.pr.gov.br/apl/Arquivos-Download/arquivos/ccivil.pdf>> Acesso em: 24 fev. 2009.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CANTUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves (Org.). **Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia: CPT Nacional, 2003.

CAPORALL, Francisco Roberto. **Superando a Revolução Verde**: a transição agroecológica. Disponível em:  
<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=17&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, Manoel Lauro Volkmer de. As ocupações e a Desapropriação para Reforma Agrária. **Revista de Direito Agrário**, Brasília, v. 20, n.19, p.29-47, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.  
\_\_\_\_\_. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literária no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **Impropriedades**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=238>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

COMISSAO PASTORAL DA TERRA. **Assassinato de Valmir Mota de Oliveira completa um ano**. Disponível em: <Assassinato de Valmir Mota de Oliveira completa um ano> Acesso em: 17 fev. 2009.

CORNÉLIO, Sérgio. Justiça concede reintegração de posse aos proprietários. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 09-10-11 abr. 2004a.

\_\_\_\_\_. Mais de 300 pequenos agricultores marcham em direção a Carazinho. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 14 abr. 2004b.

\_\_\_\_\_. MST monta mais um acampamento em área cedida. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 16 abr. 2004c.

\_\_\_\_\_. Via Campesina fecha agências bancárias. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 1. 17-18 abr. 2004d.

\_\_\_\_\_. Incidente entre BM e colonos deixa clima tenso. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 21-22 abr. 2004e.

\_\_\_\_\_. Agricultores deixam área ocupada. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 23 abr. 2004f.

\_\_\_\_\_. Ruralistas e Sem-Terra ficam frente a frente. **Diário da Manhã**, Carazinho, p.1. 05 maio 2004g.

\_\_\_\_\_. MST unifica acampamentos para resistir à retirada. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 07 maio 2004h.

\_\_\_\_\_. Ruralistas monitoram Sem Terra em 10 pontos. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 07 maio 2004i.

\_\_\_\_\_. Movimento Branco é criado para buscar a paz no campo. **Diário da Manhã**, Carazinho, 11 maio 2004j. DM Conexão, p. 01.

\_\_\_\_\_. Montada operação de guerra para retirar Sem-terra. **Diário da Manhã**, Carazinho, 12 maio 2004l. DM Conexão, p. 01.

\_\_\_\_\_. Sem-Terra iniciam desocupação da área. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 14 maio 2004m.

\_\_\_\_\_. Carazinhenses mobilizados para recepcionar a Cruzada da Produção. **Diário da Manhã**, Carazinho, 22-23 maio 2004n. DM Conexão, p. 01.

\_\_\_\_\_. MST ameaça ações mais fortes na Região Norte. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 03-04 jul. 2004o.

\_\_\_\_\_. MST desloca mais 300 famílias para acampamentos de Sarandi. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 15 jul. 2004p.

\_\_\_\_\_. Sem-Terra reocupam área e iniciam plantio de milho. **Diário da Manhã**, Carazinho, 27 jul. 2004q. DM Conexão, p. 01.

\_\_\_\_\_. Sem-Terra fazem greve de fome na praça central. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 12 ago. 2004r.

\_\_\_\_\_. MST invade e enfrenta a Polícia. **Diário da Manhã**, Carazinho, 02 set. 2004s. DM Conexão, p. 01.

\_\_\_\_\_. Sem-Terras se dividem em quatro acampamentos na região. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 16 mar. 2006.

CORNÉLIO, Sérgio; BECKER, Leandro. Guerrilha rural? Dossiê da Brigada Militar mapeia ação do MST na Região Norte e aponta possível ligação com guerrilheiros da Colômbia. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 03-04. 27 dez. 2006.

COVIPLAN entra na Justiça com pedido de reintegração de posse. **Diário da Manhã**, Carazinho, 24-25 abr. 2004. DM Conexão, p. 1.

CRIMINALIDADE triplica onde existem acampamentos do MST. **Diário da Manhã**, Carazinho, 4 ago. 2006. DM Conexão, p. 01.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

DAMATTA, Roberto. "O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues". In: NUNES, Edson Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DAVID, César de; MEURER, Ane Carine (Org.). **Espaços-tempos de Itinerância: Interloquções entre Universidade e escola itinerante do MST**. São Maria: Edi UFSM, 2006.  
DEBERT, Guita. Ética e novas perspectivas da pesquisa antropológica. In: VICTORA, Ceres; OLIVEN, Rubem George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro (Orgs). **Antropologia e Ética**. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF/ABA, 2004, p. 45-54.

DENUNCIADA tentativa de estupro em acampamento do MST. **Diário da Manhã**. Carazinho, p. 6. 26 maio 2009.

DEPRN / DUSM - Equipe Técnica de Mogi das Cruzes. **Área de Preservação Permanente**. Disponível em: <http://www.fundacaoofia.com.br/gdusm/app.htm> Acesso em: 8 set. 2009

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

“ESTÁ em marcha o maior projeto de tomada de poder da história do país”. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 10 jun, 2009.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel/PR: Siegló Vieniuno, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Marielise. **MST protesta contra fechamento de escolas itinerantes**. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&ion=Geral&newsID=a2423580.xml>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p.19-48, 1989.

FOOTE-WHITE, William. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação**. Revista brasileira de Educação. São Paulo, 1999, p. 58-78.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

GAL, Roger. **História da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LCT, 1986.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Foogan S.A., 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Marcha ao Coração do Latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. Desafios da reforma agrária. RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária: o uso da terra e o desenvolvimento do Estado.** Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

GÖRGEN, Sérgio Antônio; STEDILE, João Pedro. **A Luta pela Terra no Brasil.** São Paulo: Página Aberta, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAZIANO, Francisco. **Qual Reforma Agrária?** Terra, Pobreza e Cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. **Agonia da Reforma Agrária.** Artigo Publicado dia 16/09/03 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em: <[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=26](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=26)>. Acesso em: 5 abr. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Irmão gêmeo.** Artigo Publicado dia 16/09/03 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em: <[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=165](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=165)>. Acesso em: 5 abr. 2009b.

\_\_\_\_\_. **A farsa dos sem-terra.** Artigo Publicado dia 28/10/03 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em: <[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=29](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=29)>. Acesso em: 5 abr. 2009c.

\_\_\_\_\_. **O drama dos com-terra.** Artigo Publicado dia 06/01/04 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em: <[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=34](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=34)>. Acesso em: 5 abr. 2009d.

\_\_\_\_\_. **Transgênico Verde-Amarelo.** Artigo Publicado dia 16/03/04 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em: <[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=39](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=39)>. Acesso em: 5 abr. 2009e.

\_\_\_\_\_. **Vendeta na Reforma Agrária.** Artigo Publicado dia 13/04/04 pelos Jornais O Estado de S. Paulo, O Globo e O Tempo, de MG. Disponível em: <[http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos\\_detalhe.asp?IdArtigos=41](http://www.xicograziano.com.br/novo/artigos_detalhe.asp?IdArtigos=41)> Acesso em: 5 abr. 2009f.

GRECELLÉ, Ricardo. **MST deve desocupar acampamentos.** Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/noticias/id14468.htm>>. Acesso em: 02 fev. 09.

GROSSI, Mariam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). **Conferências e Diálogos: Saberes e práticas antropológicas.** Blumenau: Nova Letra, 2007.

GRYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GRYNSZPAN, Mário. **Tempo de plantar, tempo de colher**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=33&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

GUIMARÃES, Ivana Acunha. **Ocupar, resistir e produzir também na educação**: a análise do discurso pedagógico do MST. 2001. 233f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GURVITCH, Georges. **As Classes Sociais**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1973.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução no conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. **Acampamentos**: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=40&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

IHU ON-LINE. **Entrevista com João Pedro Stédile**: Che Guevara pagou com a própria vida a coerência com um ideal . Disponível em: <[http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com\\_tema\\_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=741&id\\_edicao=267](http://www.unisinos.br/ihuonline/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=741&id_edicao=267)>. Acesso em: 8 fev. 2009.

JUSTIÇA concede 30 dias para MST desocupar margens da BR-386. **Diário da Manhã**, Carazinho, 05 e 06 de set. 2009.

JUSTO, Marcelo Gomes. **“Excluídos”**: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. 2005. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

KRAUSE, Sofia. Uma CPI para investigar o MST. **Revista Veja**, São Paulo, n. 36, p.74, 09 set. 2009.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002.



LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: Processos de organização dos trabalhadores rurais.** Cascavel: Edunioeste, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.

LOCKE, Jonh. **Segundo tratado sobre o governo civil:** ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil - e outros escritos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

MALAGODI, Edgar; MARQUES, Roberto. **Para além de ficar ou sair:** as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais. In. CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org). Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007.

\_\_\_\_\_. **A importância dos movimentos rurais.** Disponível em:

<[http://www.ecoacao.com.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=1142](http://www.ecoacao.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=1142)>.

Acesso em: 5 abr. 2009a.

\_\_\_\_\_. **As questões Agrária e Agrícola.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3487>>. Acesso em: 5 mar. 2009b.

MALFORT, Kelli. **Seguiremos rompendo cercas.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6207>>. Acesso em: 4 mar. 2009.

MARCON, Telmo. **Memória, História e Cultura.** Chapecó: Argos, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo,** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, Vicente. **Aspectos Jurídico-Educacionais da Constituição de 1934.** Disponível em: <<http://www.ufsm.br/direito/artigos/constitucional/cf-34.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

MATOS, Aécio Gomes de. **Desenvolvimento humano, pobreza rural e inclusão social.**

Disponível em:

<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=15&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

MAUSS, Marcel. **Manuel d'ethnographie.** Paris: Payot, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Casac & Naify, 2003.

MAZOYER, Marcel. **Defendiendo al campesinado en un contexto de globalizacion.**

Disponível em:

<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=10&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Ufrgs, 1999.

MELGAREJO, Leonardo. O Desenvolvimento, a Reforma Agrária e os Assentamentos – Espaços para a Contribuição de todos. RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária: o uso da terra e o desenvolvimento do Estado**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. **Crítica à noção de identidade cultural.** XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Simpósio 02: “Subjetividade, Identidade e Brasilidade”: Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural.** Disponível em:

<[http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)> Acesso em: 23 fev. 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **MST deve desocupar acampamentos.** Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/noticias/id14468.htm>> Acesso em: 27 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **"O MST deve ser declarado ilegal"**. Disponível em:

<<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/clipping/id68383.htm>> Acesso em: 24 de fev. 2009.

MIRANDA, Gabriela. MST bloqueia BR 386 em Sarandi. **Diário da Manhã**, Carazinho, 28 ago. 2009. DM Conexão, p. 01.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo.** Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Desafios do desenvolvimento sustentável.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3988>> Acesso em: 09 nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação uma bandeira histórica do MST.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6214>> Acesso em: 20 jan. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Os Crimes da Syngenta Seeds** - Nota do MST sobre o assassinato do Kenô. Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4408>> Acesso em: 20 jan. 2009b.

\_\_\_\_\_. **Um histórico do MST.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6206>> Acesso em: 20 jan. 2009c.

\_\_\_\_\_. **2º Congresso Nacional (1990) – Ocupar, Resistir e Produzir.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3612>> Acesso em: 23 fev. 2009d.

\_\_\_\_\_. **A atual ofensiva contra o MST.** Disponível em:

<<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6335>> Acesso em: 9 mar. 2009e.

\_\_\_\_\_. **Mulheres Camponesas na luta contra o agronegócio, por Reforma Agrária e Soberania Popular.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=6364>>. Acesso em: 13 mar. 2009f.

NADER, Valéria. Ariovaldo Umbelino: sem enfrentamento, não haverá reforma agrária. **Correio da Cidadania**, São Paulo. 2 maio 2007. Disponível em:

<<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/239/>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação SEADE, volume 11, número 2, 1997 Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/producao/spp/v11n02/v11n02\\_10.pdf](http://www.seade.gov.br/producao/spp/v11n02/v11n02_10.pdf)> Acesso em: 20 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Disponível em:

<<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=10&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

NIETHAMMER, Lutz. Conjunturas da Identidade Coletiva. In: **Revista Do Programa De Estudos Pós-graduados Em História E Do Departamento De História**. São Paulo, n. 15, p.119-144, 2007.

**NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho**. Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. **Brasília: Ed. IBAMA, 2002**.

NOTÍCIAS DA TERRA. Porto Alegre: **Ministério do Desenvolvimento Agrário - INCRA**, ano V, n. 8, set. 2008.

O campo se organiza em siglas. **Diário da Manhã**, Carazinho, 1/2 maio 2004b. DM Conexão, p. 3.

OLIVEIRA, Pêrsio Santo de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 1997.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. Brasília: Livraria Pioneira, 1976.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. São Paulo: Paulinas, 1978.

PEIRANO, Mariza. **Uma antropologia no plural**. Brasília: UNB, 1991a.

\_\_\_\_\_. **A favor da etnografia**. Versão original. Brasília: UNB, 1992.

PEREIRA, Frei Pilato. **Deserto Verde: O Latifúndio do Eucalipto**. Dossiê - Texto compilado pelo Gabinete Frei Sérgio – PT/RS. Disponível em: [http://www.natbrasil.org.br/Docs/Monoculturas/dossie\\_deserto\\_verde.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/Monoculturas/dossie_deserto_verde.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2008.

PESCHANSKI, João Alexandre. **A evolução organizacional do MST**. 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

POLÍCIA investiga morte de sem-terra em acampamento do MST. **Diário da Manhã**, Carazinho, 5 out. 2005. DM Conexão, p.1.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Revista Do Programa De Estudos Pós-graduados Em História E Do Departamento De História**. São Paulo, n. 15, p.13-33, 2007.

PRUNES, Cândido Mendes. A Lógica de uma Reforma Agrária no Brasil. RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária: o uso da terra e o desenvolvimento do Estado**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 17 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária: O caminho para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2009a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2009b.

\_\_\_\_\_. – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **MST espalha violência pelo país**. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=2690>> Acesso em: 24 fev. 2009c.

REVISTA DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA. São Paulo: MST, jan. 2009.

REVISTA DE DIREITO AGRÁRIO. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Incra, ano 20, n. 19, 2007.

REVISTA SEM TERRA: Edição Especial. MST 25 anos – 1984/2009. São Paulo: MST, ano, X, n. 48, jan./fev. 2009.

INJUSTIÇA no campo, fome e desemprego na cidade. **Mundo Jovem**, Porto Alegre: PUC, p. 11-14. jul. 1998.

RIBEIRO, Silvia. Fome e transgênicos. **Biodiversidade: Sustento e Culturas**, Montevideu, n. 58, p.08, out. 2008. Trimestral.

RIBEIRO, Suzana Lopez Salgado. **Tramas e Traumas**: histórias de vida e identidades em marcha. 2007. 392 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RICOEUR, Paul. *Percurso do Reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Agergs**. Mapa de localização do pólo rodoviário Carazinho.

Coviplan – Concessionária Rodoviária do Planalto S/A. Disponível em:

<[http://www.agergs.rs.gov.br/concess/rodovias/Mapa\\_Carazinho.pdf](http://www.agergs.rs.gov.br/concess/rodovias/Mapa_Carazinho.pdf)> Acesso em: 6 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **Prefeitura Municipal de Sarandi**. Disponível em:

<<http://www.sarandi.rs.gov.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

RIQUE, Mônica. **Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo**. Disponível em: <[http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/breve\\_hist\\_leia.php](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br/breve_hist_leia.php)>. Acesso em: 31 mar. 2009.

RODRIGUES, Taísa. Fazenda Coqueiros é atingida por novo incêndio misterioso. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 3. 10 jan. 2006.

ROS, César Augusto Da. **O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ROSA, Ana Paula da. Acordo garante permanência de agricultores por mais 30 dias. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 01. 08 abr. 2004.

ROSA, Erni. Proprietários preocupados com violência nas invasões provocadas pelo MST. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 02. 18 fev. 2005a.

ROSA, Erni. “Resistência ao Caos” pode iniciar em Carazinho. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 5. 08-09. jan. 2005. , Carazinho, p. 05. 08-09 jan. 2005b.

SAMPAIO, Plínio Arruda. *A Questão Agrária Brasileira e a Luta pelo Socialismo*. RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária**: o uso da terra e o desenvolvimento do Estado . Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnologia, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Conflitos Agrários no Brasil.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil:** Relações e Contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 231-265b.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais:** Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editara da UFSC, 1989.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. **A diversidade da agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2006

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Participação Social:** uma prerrogativa do desenvolvimento rural. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=29&titulo=Artigo+do+Mês>>. Acesso em: 03 abr. 2009.

SEYFERTH, G. . As contradições da liberdade: Análise de Representações sobre a Identidade Camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

\_\_\_\_\_. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico.** Brasília, v. 91, p. 31-63, 1993.

\_\_\_\_\_. Etnografia de um sistema lógico: a lavoura camponesa dos sitiantes de Sergipe. **Anuário Antropológico.** Rio de Janeiro, v. 97, 1999.

SILVA, Katiane Machado da. **Gerações no movimento do Movimento:** Um Estudo do Envelhecimento no MST. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta da. O "novo homem" e a "nova mulher" do MST: subjetividades possíveis? In: MINELLA, Luzinete Simões; BORNÉO, Susana. **Saberes e fazeres de gênero:** Entre o local e o global. Florianópolis: Ufsc, 2006. p. 225-244.

SILVA, José Graziano da. **O Que é a Questão Agrária?.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Ainda Precisamos de Reforma Agrária no Brasil?. RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária:** o uso da terra e o desenvolvimento do Estado. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

SILVEIRA, Diego Soares da. **Narrativa histórica, etnografia e reforma agrária em um assentamento rural.** 2005. 186f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SPADA, Rafael. MST acredita em desapropriações na região. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 24-25 abr. 2004a.

\_\_\_\_\_. Justiça concede reintegração de posse à Coviplan. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 2. 28 abr. 2004b.

\_\_\_\_\_. Depois de garantir a colheita do milho, BM assegura plantio de soja. **Diário da Manhã**, Carazinho, p. 4. 15 fev. 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SOUZA, Maria de Fátima Vianna. **A “questão agrária” e a contribuição de Marx e Weber à análise do capitalismo no campo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 1994.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária 1: O debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária 2: O debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária 3: Programas de reforma agrária – 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária 4: História e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006a.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária 5: A classe dominante agrária – natureza e comportamento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TELLES Melo J. A. (Org.). **Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

TEÓFILO, Edson. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil**. Brasília, 2002.

THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais**. Lisboa: Temas e Debates, 1999.



THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 2º ed. São Paulo: Poli, 1981.

TURNER, Victor. **Processo Ritual**. Petrópolis: Vozes, 1974.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem**: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

VALVERDE, Sebastião Renato. **Plantações de eucalipto no Brasil, alguns esclarecimentos**. Disponível em: <<http://inovabrasil.blogspot.com/2008/09/plantaes-de-eucalipto-no-brasil-alguns.html>>. Acesso em: 09 nov. 2008.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 2000.

VIA CAMPESINA. The International Peasant's Voice. Disponível em: <[http://viacampesina.org/main\\_en/](http://viacampesina.org/main_en/)> Acesso em: 23 mar. 2009.

WACQUANT, Löic. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WAGNER, Carlos. Questão Agrária: MST avança em mais um reduto ruralista. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 30-31. 7 dez. 2008.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

WHITAKER, Dulce C. A. **Análise de entrevistas em pesquisas com histórias de vida**. In: **Cadernos Ceru**. São Paulo, v 2, n.11, p. 147-158, 2000.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: uma introdução teórica e conceitual? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. et al. (Org.). **Margarida Alves**: II Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: MDA/NEAD, 2007.

ZAMBERLAM, Jurandir. Viabilidade Econômica dos Assentamentos do Rio Grande do Sul. RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária**: o uso da terra e o desenvolvimento do Estado . Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001.

**ANEXO A – Termo de consentimento informado**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma as representações sociais, presentes nas interações entre os sujeitos integrantes do acampamento localizado em Sarandi, contribuem - ou não - para a formação de identidades vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este estudo está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria e é requisito parcial para a obtenção do título do Mestre em Ciências Sociais.

Os sujeitos da pesquisa serão convidados a fornecer informações a respeito do objeto de estudo. A conversa será gravada e a realidade poderá ser fotografada. Ressalta-se que é assegurada a confidencialidade dos dados e das informações que possibilitem a identificação dos participantes da pesquisa. Porém, os participantes serão consultados, pois se assim desejarem, suas identidades serão reveladas na escrita da dissertação. Para isso deverão manifestar sua vontade por escrito no final deste termo.

A pesquisa não oferecerá nenhum dano ou desconforto aos participantes e não será objeto de nenhuma forma de benefício econômico. Se, no decorrer do procedimento o participante vier a manifestar a vontade de que as informações cedidas não sejam divulgadas, a pesquisadora atenderá sua vontade. O material coletado não poderá ser objeto de comercialização e/ou divulgação que possa prejudicar os entrevistados ou a sua comunidade.

É compromisso desta pesquisadora manter os participantes informados sobre o andamento da pesquisa e, ao final de sua realização, de comunicar-lhe os resultados.

---

Ass. da pesquisadora

Eu, ....., portador(a) do documento de número ....., residente no seguinte endereço.....  
.....  
concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

**ANEXO B** – Letra do Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Letra: Ademar Bogo

Música: Willy C. de Oliveira

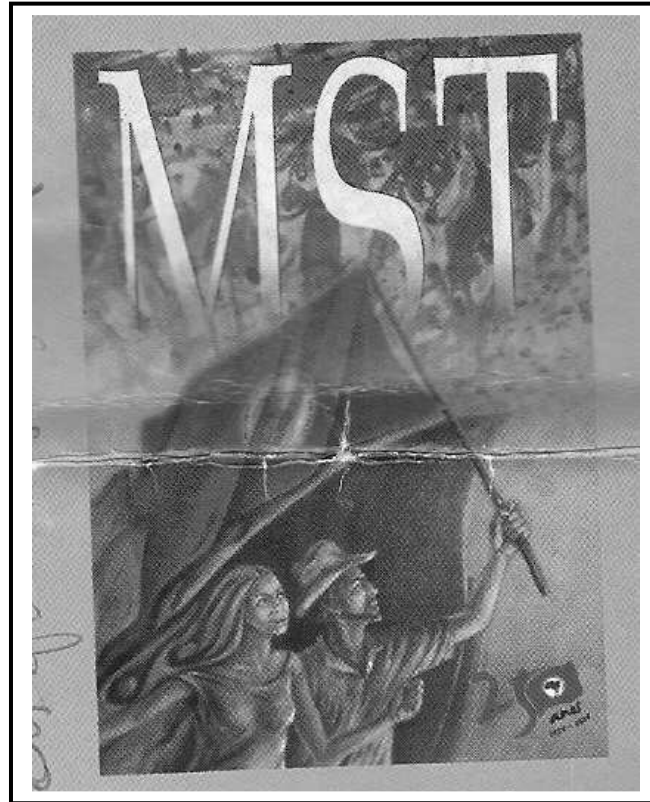
Vem teçamos a nossa liberdade  
braços fortes que rasgam o chão  
sob a sombra de nossa valentia  
desfraldemos a nossa rebeldia  
e plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido  
Nossa Força nos leva a edificar  
Nossa Pátria livre e forte  
Construída pelo poder popular

Braços Erguidos ditemos nossa história  
sufocando com força os opressores  
hasteemos a bandeira colorida  
despertemos esta pátria adormecida  
o amanhã pertence a nós trabalhadores !

Nossa Força regastada pela chama  
da esperança no triunfo que virá  
forjaremos desta luta com certeza  
pátria livre operária camponesa  
nossa estrela enfim triunfará!

ANEXO C – Painel e slogan em comemoração aos 25 anos de fundação do MST



## ANEXO D – Letra da música de homenagem aos 25 anos do MST

# Parabéns em Movimento

Construção Coletiva do Setor de Cultura do MST

*mst 25 ANOS 1984 - 2009*

Introdução: G D C D G

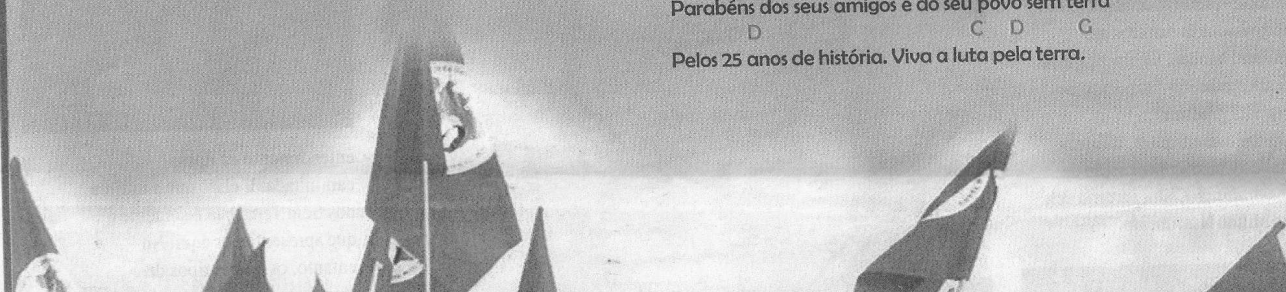
G D C D G  
Parabéns dos seus amigos e do seu povo sem terra  
D C D G  
Pelos 25 anos de história. Viva a luta pela terra. (2X)

D C D G  
Quando a bandeira vermelha subiu, o latifúndio tremeu G  
D C D  
Quando uma parte do campo floresceu a Mãe Terra agradeceu  
C Cm Bm Em  
Dignidade rompeu a porteira, sorriso de assentamento  
D Am D7 G  
Viva e reviva MST, parabéns em Movimento (2X)

D C D G  
Quando a bandeira vermelha subiu, as mudas romperam o silêncio  
D C D G  
Vem despertando nova consciência, marca de um novo tempo  
C Cm Bm Em  
Mulheres e homens de punho erguido, cantando a todo momento  
D Am D G  
Viva e reviva MST, parabéns em Movimento (2X)

D C D G  
Quando a bandeira vermelha subiu, o sonho aconteceu  
D C D G  
Colhendo os frutos da rebeldia, um novo ser renasceu  
C Bm D7 G  
Seguindo em marcha abre caminhos rumo ao novo amanhecer  
C Bm A7 D  
São 25 anos de luta, viva o MST!

G D C D G  
Parabéns dos seus amigos e do seu povo sem terra  
D C D G  
Pelos 25 anos de história. Viva a luta pela terra.



## ANEXO E – Letra do Hino da Internacional

Música: Pierre Degeyter

Letra: Eugene Pottier

De pé ó vítimas da fome  
 De pé famélicos da terra  
 Da idéia a chama já consome  
 A crosta bruta que a soterra  
 Cortai o mal bem pelo fundo  
 De pé, de pé, não mais senhores  
 Se nada somos em tal mundo  
 Sejamos tudo ó produtores.

Refrão:

Bem unidos façamos  
 Nesta luta final  
 Uma terra sem amos  
 A Internacional

Senhores patrões chefes supremos  
 Nada esperamos de nenhum  
 Sejamos nós que conquistemos  
 A terra mãe livre comum  
 Para não ter protestos vãos  
 Para sair deste antro estreito  
 Façamos com nossas mãos  
 Tudo o que a nós nos diz respeito.

Refrão

O crime do rico a lei o cobre  
 O Estado esmaga o oprimido  
 Não há direito para o pobre  
 Ao rico tudo é permitido.  
 À opressão não mais sujeitos  
 Somos iguais todos os seres  
 Não mais deveres sem direitos  
 Não mais direitos sem deveres

Refrão

Abomináveis na grandeza  
 Os reis da mina e da fornalha  
 Edificaram a riqueza  
 Sobre o suor de quem trabalha.  
 Todo o produto de quem sua  
 A corja rica o recolheu  
 Querendo que ele o restituia  
 O povo quer só o que é seu.  
 Refrão

Nós fomos de fumo embriagados  
Paz entre nós guerra aos senhores  
Façamos greve de soldados  
Somos irmãos trabalhadores.  
Se a raça vil cheia de galas  
Nos quer à força canibais  
Logo verá que nossas balas  
São para os nossos generais

#### Refrão

Pois somos do povo os ativos  
Trabalhador forte e fecundo  
Pertence a terra aos produtivos  
Ó parasita deixa o mundo.  
Ó parasita que te nutres  
Do nosso sangue a gotejar  
Se nos faltarem os abutres  
Não deixa o sol de fulgurar



## CARTA DO MST

### 13º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

1. Nós, mais de 1.500 trabalhadores rurais sem terra, vindos de todas as regiões do Brasil, e delegações internacionais da América Latina, Europa e Ásia, nos reunimos de 20 a 24 de janeiro de 2009 em Sarandi, no Rio Grande do Sul, para comemorar os 25 anos de lutas do MST. Avaliamos, também, nossa história e reafirmamos o compromisso com a luta pela Reforma Agrária e pelas mudanças necessárias ao nosso país.
2. Festejamos as conquistas do nosso povo ao longo desses anos, quando milhares de famílias tiveram acesso à terra; milhões de hectares foram recuperados do latifúndio; centenas de escolas foram construídas e, acima tudo, milhões de explorados do campo recuperaram a dignidade, construíram uma nova consciência e hoje caminham com altivez.
3. Reverenciamos nossos mártires que caíram nessa trajetória, abatidos pelo capital. E, lembramos dos líderes do povo brasileiro que já partiram, mas deixaram um legado de coerência e exemplo de luta.
4. Vimos como o capital, que hoje consolida num mesmo bloco as empresas industriais, comerciais e financeiras, pretende controlar nossa agricultura, nossas sementes, nossa água, a energia e a biodiversidade.
5. Nos comprometemos em garantir à terra sua verdadeira função social; cuidar das sementes e produzir alimentos saudáveis, de modo a proteger a saúde humana, integrando homens e mulheres a um meio-ambiente saudável e adequado a uma qualidade de vida cada vez melhor.
6. Reafirmamos nossa disposição de continuar a luta, em aliança com todos os movimentos e organizações dos trabalhadores e do povo, contra o latifúndio, o agronegócio, o capital, a dominação do Estado burguês e o imperialismo.
7. Defendemos a Reforma Agrária como uma necessidade popular, que valoriza o trabalho, a agroecologia, a cooperação agrícola, a agroindústria sob controle dos trabalhadores, a educação e a cultura, medidas imprescindíveis para a conquista da igualdade e da solidariedade entre os seres humanos.
8. Estamos convencidos de que somente a luta dos trabalhadores, e do povo organizado, pode nos levar às mudanças econômicas, sociais e políticas indispensáveis à efetiva emancipação dos explorados e oprimidos.
9. Reafirmamos a solidariedade internacional e o direito dos povos à soberania e à autodeterminação. Por isto, manifestamos nosso apoio a todos os que resistem e lutam contra as intervenções imperialistas, como hoje faz o povo afegão, cubano, haitiano, iraquiano e palestino.
10. Cientes de nossas tarefas e dos enormes desafios que se colocam, reafirmamos a necessidade de construir alianças com as organizações e os movimentos populares e políticos em torno de bandeiras comuns, para que, unidos e solidários, possamos construir um projeto popular, capaz de romper com a dependência e subordinação interna e externa ao capital, e de construir uma sociedade igualitária e livre – uma sociedade socialista.

Sarandi, 24 de janeiro de 2009

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST